

Victor Antunes Leocádio

**Associação entre Intenções de Fecundidade e
Equidade de Gênero na Família em Países
Desenvolvidos e no Brasil**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2023

Victor Antunes Leocádio

**Associação entre Intenções de Fecundidade e
Equidade de Gênero na Família em Países
Desenvolvidos e no Brasil**

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Demografia

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Ana Paula de Andrade Verona

Co-orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Simone Wajnman

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2023

Ficha catalográfica

L576a Leocádio, Victor Antunes
2023 Associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família em países desenvolvidos e no Brasil [manuscrito] / Victor Antunes Leocádio. – 2023.
191 f.: il., gráfs. e tabs.

Orientadora: Ana Paula de Andrade Verona.
Coorientadora: Simone Wajnman.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional.
Inclui bibliografia (fls. 168-191).

1. Demografia – Teses. 2. Fecundidade humana – aspectos sociais – Teses. 3. Demografia da família – Teses 4. Gêneros – aspectos sociais – Teses. I. Verona, Ana Paula de Andrade. II. Wajnman, Simone. III. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional. IV. Título.

CDD: 304.6

Elaborado por Rosilene Santos CRB-6/2527
Biblioteca da FACE/UFGM. –RSS037/2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO REGIONAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DEMOGRAFIA

ATA DE DEFESA DE TESE

VICTOR ANTUNES LEOCÁDIO (MATRÍCULA Nº 2019650830)

Às quatorze horas e trinta minutos do dia 27 de fevereiro de 2023, reuniu-se a Comissão Examinadora de Tese, indicada "ad referendum" pelo Colegiado do Curso em 24 de janeiro de 2023, para julgar, em exame final, o trabalho final intitulado *Associação entre Intenções de Fecundidade e Equidade de Gênero na Família em Países Desenvolvidos e no Brasil* requisito final para a obtenção do Grau de Doutor em Demografia, área de concentração em Demografia. Abrindo a sessão, a Presidente da Comissão, Profa. Ana Paula de Andrade Verona, após dar a conhecer aos presentes o teor das Normas Regulamentares do Trabalho Final, passou a palavra ao candidato, para apresentação de seu trabalho. Seguiu-se a arguição pelas examinadoras, com a respectiva defesa do candidato. Logo após, a Comissão composta pelas professoras: Ana Paula de Andrade Verona, Simone Wajnman, Luciana Soares Luz do Amaral, Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Suzana Marta Cavenaghi e Wanda Cabella se reuniu, sem a presença do candidato e do público, para julgamento e expedição do resultado final. A Comissão **aprovou** o candidato por unanimidade. O resultado final foi comunicado publicamente ao candidato pela Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ATA, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora. Belo Horizonte, 27 de fevereiro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ana Paula de Andrade Verona (Orientadora) (Cedeplar/FACE/UFMG)

Profa. Simone Wajnman (Coorientadora) (Cedeplar/FACE/UFMG)

Profa. Luciana Soares Luz do Amaral (Cedeplar/FACE/UFMG) - participação por videoconferência

Profa. Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira (Cedeplar/FACE/UFMG) - participação por videoconferência

Profa. Suzana Marta Cavenaghi (Pesquisadora Independente) - participação por videoconferência

Profa. Wanda Cabella (Universidad de la República - Uruguai) - participação por videoconferência

LAURA LÍDIA RODRÍGUEZ WONG
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Demografia



Documento assinado eletronicamente por **Wanda Cabella Vaz, Usuária Externa**, em 28/02/2023, às 16:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula de Andrade Verona, Professora do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 17:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira, Professora do Magistério Superior**, em 28/02/2023, às 18:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Suzana Marta Cavenaghi, Usuária Externa**, em 28/02/2023, às 22:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Simone Wajnman, Professora do Magistério Superior**, em 01/03/2023, às 13:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Soares Luz do Amaral, Professora do Magistério Superior**, em 01/03/2023, às 15:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Laura Lidia Rodriguez Wong, Coordenador(a) de curso de pós-graduação**, em 02/03/2023, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 2106249 e o código CRC FD438869.

If we knew it was we were doing, it would not be called research, would it? Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Aqueles mais próximos a mim sabem que um dos meus sonhos de vida era fazer um Doutorado e seguir carreira acadêmica. Desde muito novo, quando perguntado acerca do que eu “queria ser quando crescer”, segundo meus pais, “cientista” era resposta das mais frequentes. Felizmente, ainda na graduação, “descobri” a Demografia, e, por conseguinte, descobri também que tipo de cientista eu queria ser – um demógrafo. Portanto, é uma imensa alegria, após 2 anos de Mestrado (também em Demografia), e 4 anos de Doutorado, poder me auto intitular Doutor em Demografia.

Preciso, primeiramente, agradecer aos meus pais, Celeida e Reinaldo, que não só estiveram ao meu lado desde sempre, como também possibilitaram qualquer conquista obtida ao longo dos meus anos de vida. Agradeço todo o suporte, incentivo, amor e dedicação, e reforço que, sem eles, nada disso seria possível. Na mesma linha, agradeço ao Ígor, meu irmão. Ele que, apesar de mais jovem, possui sempre a sabedoria de dizer a coisa certa, e oferece todo o apoio necessário.

Escrever um agradecimento à Tamiris é das tarefas mais complexas. Ela que, ao longo destes anos de Mestrado e Doutorado (e, assim como em uma abordagem de transição para a vida adulta) já foi minha namorada, passou a ser minha noiva e será, em breve, minha esposa, nunca deixou de ser o mais importante, minha companheira de todos os momentos. O seu amor forte e seguro torna tudo mais fácil, me ajudando a seguir nos momentos difíceis e a desfrutar os momentos alegres.

Agradeço também ao CEDEPLAR por estes seis anos de convívio e a todos professores pelos valorosos ensinamentos. Em nome de todos eles, gostaria de agradecer ao Professor José Alberto, ou, como ele mesmo preferiria, Zé. A sua passagem no ano de 2020 foi algo que me marcou bastante. Com uma frequência muito elevada, eu me lembro do Professor Zé Alberto. Impossível não o fazer, ao passo que a demografia no Brasil se confunde com o Zé – o pai da demografia brasileira. Mas mais que isso, o Professor Zé Alberto era uma pessoa adorável (inclusive, atleticano) que estava sempre de portas abertas (inclusive, literalmente, em sua salinha no último corredor do terceiro andar da FACE). Apesar de pouco tempo de convívio

com o Zé, não é difícil entender por que ele foi tão marcante. A sua paixão pela Demografia é algo que cativa a qualquer um que se proponha a estudá-la.

Um agradecimento especial à Ana Paula, professora e orientadora desde o meu primeiro ano de Mestrado. Ana Paula atende todos os requisitos de uma excelente orientadora e eu sou muito grato por ter podido trabalhar e conviver com ela ao longo destes últimos anos, não só em minha Dissertação de Mestrado ou Tese de Doutorado, mas também nos artigos em que assinamos como coautores. Torço para que continuemos com a parceria! Além disso, Ana Paula é uma pessoa extremamente carinhosa, acolhedora e prestativa, e a segurança que ela forneceu ao longo destes últimos anos foi essencial. Por fim, gosto sempre de lembrar que a disciplina sobre fecundidade abaixo do nível de reposição foi decisiva na definição de minha trajetória acadêmica até aqui. Ela ajudou a despertar a minha paixão pela componente da fecundidade, e, cá estou, novamente, escrevendo agradecimentos de um trabalho acadêmico focado, em última instância, em fecundidade baixa.

Outro agradecimento especial à Simone, que, no Doutorado, se juntou à Ana Paula nesse processo de orientação que extrapola o caráter formal que esse tipo de relação geralmente guarda. Vou lembrar com muito carinho de todas as nossas conversas, e assim como coloquei no parágrafo acima, também torço para que sigamos com a parceria! Simone é firme e incisiva, mas, ao mesmo tempo, também acolhedora e de um coração enorme. Fico muito feliz por ter tido esse contato mais próximo ao longo do Doutorado. Já a admirava também desde o início do Mestrado. Os meus primeiros (e tão importantes) ensinamentos sobre aspectos formais na Demografia ocorreram em suas aulas de TAD I, as quais guardo com muito carinho na memória.

Por fim, e com receio de esquecer o nome de alguém, gostaria de agradecer a todos os familiares e amigos próximos que participaram dessa jornada e tornaram essa trajetória um pouco menos tortuosa e bem mais divertida e alegre.

RESUMO

Tendo como ponto de partida o arcabouço teórico que discute uma possível associação positiva entre fecundidade e equidade de gênero na família, este estudo propõe uma investigação (no nível micro) da relação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família e busca uma possível (in)existência de padrões nas associações. Em uma de suas investigações, procura fazer uma comparação internacional entre diferentes países com baixos níveis de fecundidade e níveis mais elevados de desenvolvimento e renda. Também visa investigar essa associação no Brasil, país de nível similar de fecundidade e nível de desenvolvimento inferior. Utiliza o *Generations and Gender Survey* (GGS) e o Modelo Binário Logístico para analisar e comparar os países de maior nível de desenvolvimento. Para analisar o contexto brasileiro, na ausência de uma única base de dados que contemple as variáveis dependente e explicativa, este estudo utiliza dois diferentes conjuntos de dados (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS; e, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD), uma estratégia de imputação de variável através de técnicas de *Machine Learning*, e, por fim, Modelos de Regressão Binomial Negativa e Linear. Para os países de maior nível de desenvolvimento e renda, os resultados sugerem que maior divisão nos afazeres domésticos (*housework*) está associada a maior probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho. Por outro lado, níveis mais baixos de equidade de gênero no cuidado dos filhos (*childcare*) aumentam as intenções de fecundidade. Portanto, parece haver uma priorização do cuidado dos filhos sobre os trabalhos domésticos, e se maior equidade for obtida nas atividades mais recorrentemente avaliadas como negativas (trabalhos domésticos), menor equidade no cuidado dos filhos e, portanto, mais tempo alocado nessas atividades mais frequentemente avaliadas como prazerosas e gratificantes aumenta a percepção de equidade, o que acaba por aumentar as intenções de fecundidade. Os resultados da análise do Brasil mostram que menor equidade de gênero na família aumenta as intenções de fecundidade. Mulheres que realizam todo ou quase todo o trabalho doméstico (afazeres + cuidados) podem ser mais orientadas à esfera do domicílio, o que, conseqüentemente pode aumentar as intenções pelo segundo filho. Uma outra possível explicação para estes resultados passa pelo Brasil não se encontrar no mesmo estágio da curva que explica a relação entre fecundidade e equidade de gênero se comparado aos países mais desenvolvidos.

Palavras-chave: Intenções; Fecundidade; Gênero; Equidade; Família.

ABSTRACT

Taking as a starting point the theoretical framework that discusses a possible positive association between fertility and gender equity in the family, this study proposes an investigation (at the micro level) of the relationship between fertility intentions and gender equity in the family and seeks a possible (in)existence of patterns in associations. Firstly, this study aims to make an international comparison between different countries with low fertility levels and higher levels of development and income. Secondly, it aims to investigate this association in Brazil, a country with a similar level of fertility and a lower level of development. It uses the Generations and Gender Survey (GGS) and the Binary Logistic Model to analyze and compare the countries with higher levels of development. In order to analyze the Brazilian context, in the absence of a single database that includes the dependent and explanatory variables, this study uses two different sets of data (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde – PNDS; and Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD), a variable imputation strategy using Machine Learning techniques, and, finally, Negative Binomial and Linear Regression Models. For countries with a higher level of development and income, the results suggest that greater division in housework is associated with a greater probability of intending to have a second child. On the other hand, lower levels of gender equity in childcare increase fertility intentions. Hence, there seems to be a prioritization of childcare over housework, and if greater equity is obtained in the activities most recurrently evaluated as negative (housework), lower equity in childcare and, therefore, more time allocated to these activities more frequently evaluated as enjoyable and rewarding increases the perception of equity, which ends up increasing fertility intentions. The results of the analysis for Brazil show that lower gender equity in the family increases fertility intentions. Women who do all or almost all of the housework (housework + childcare) may be more oriented to the home sphere, which, consequently, may increase intentions for the second child. Another possible explanation for these results is that Brazil is not at the same stage of the curve that explains the relationship between fertility and gender equity when compared to more developed countries.

Keywords: Intentions; Fertility; Gender; Equity; Family.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1 INTRODUÇÃO..... | 12 |
| 2 INTENÇÕES DE FECUNDIDADE | 22 |
| 2.1 O que são intenções de fecundidade, qual arcabouço teórico as define e como elas se relacionam com fecundidade observada? | 22 |
| 2.1.1 Medidas de intenções de fecundidade vs. medidas de desejos/ideais de fecundidade | 31 |
| 2.2 Determinantes e condicionantes das intenções (e também dos desejos/ideais) de fecundidade..... | 35 |
| 2.3 Fecundidade, intenções e desejos/ideais de fecundidade no contexto de países com fecundidade baixa e níveis elevados de desenvolvimento..... | 42 |
| 2.3.1 Fecundidade, intenções e desejos/ideais de fecundidade no Brasil..... | 53 |
| 3 A RELAÇÃO ENTRE FECUNDIDADE, INTENÇÕES DE FECUNDIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO | 57 |
| 3.1 Importantes conceitos sobre gênero e equidade de gênero e estatísticas sobre equidade de gênero no contexto de diferentes países | 57 |
| 3.2 Diferentes dimensões de equidade de gênero e suas relações teóricas com fecundidade e intenções de fecundidade..... | 68 |
| 3.3 Evidências empíricas – fecundidade e intenções de fecundidade vs. equidade de gênero..... | 84 |
| 4 PAÍSES DESENVOLVIDOS (GGS)..... | 95 |
| 4.1 Base de dados - Generations and Gender Survey (GGS) | 95 |
| 4.1.1 Descrição da amostra final e metodologia de construção das variáveis utilizadas do GGS | 100 |
| 4.2 Métodos | 109 |
| 4.3 Resultados..... | 110 |
| 4.3.1 Resultados Descritivos | 110 |

| | |
|---|-----|
| 4.3.2 Resultados dos Modelos | 119 |
| 5 BRASIL (PNDS/PNAD) | 129 |
| 5.1 Bases de dados – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) | 129 |
| 5.2 Métodos | 130 |
| 5.2.1 Estimação da Variável Dependente | 130 |
| 5.2.2 Definição e construção da variável explicativa de equidade de gênero na família | 133 |
| 5.2.3 Amostra final, variáveis utilizadas e modelo de regressão | 137 |
| 5.3 Resultados | 140 |
| 5.3.1 Resultados Descritivos | 140 |
| 5.3.2 Resultados dos Modelos | 143 |
| 6 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO | 151 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 162 |
| APÊNDICE | 186 |
| a. Discussão sobre Significância Estatística e p-valor | 186 |
| b. Tabela 13 – IDH e GII dos países analisados | 189 |

1 INTRODUÇÃO

Já há algumas décadas, países desenvolvidos deixaram de concentrar seus estudos no rápido crescimento populacional e passaram a analisar o contexto de fecundidade baixa. Esses países industrializados atingiram níveis inferiores à reposição e observaram um crescente adiamento da fecundidade (MORGAN; TAYLOR, 2006; BALBO; BILLARI; MILLS, 2013). Especialmente a partir da década de 2000, alguns desses países desenvolvidos iniciaram um processo de retomada da fecundidade, elevando, em alguma medida, o número de filhos por mulher (GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2009). Ao mesmo tempo, países em desenvolvimento passaram a observar níveis de fecundidade em crescente declínio. Parte desses, inclusive, já apresentam níveis semelhantes de fecundidade baixa dos países mais desenvolvidos (MORGAN; TAYLOR, 2006; UNITED NATIONS, 2022).

A partir de diferentes abordagens e focos, surgiram correntes teóricas e discussões com o intuito de se aprofundar nas razões da fecundidade baixa. Dentre elas, se destacam as que focam, de forma concatenada, nos efeitos tanto da carreira laboral quanto da organização domiciliar na fecundidade. É nesse sentido que se insere todo um arcabouço teórico (e por consequência também empírico) que identifica *sistemas de gênero e equidade de gênero* como as principais motivações dos permanentes baixos níveis de fecundidade nos países desenvolvidos (TESTA, 2014).

No que se refere à relação entre equidade de gênero e fecundidade nos estágios iniciais da transição demográfica, o debate teórico é inconsistente, e, são raras e limitadas as evidências empíricas que documentem algum link entre as variáveis. Os estudos teóricos e, principalmente, empíricos, têm focado, por consequência, na relação existente entre equidade de gênero e fecundidade nos estágios mais avançados da transição demográfica, quando a fecundidade declinou de níveis moderados ou moderadamente baixos para níveis muito baixos nos países desenvolvidos ao longo da segunda metade do século XX (MCDONALD, 2000a; RAYBOULD; SEAR, 2020). Surge, nesse sentido, principalmente a partir das décadas de 1990 e 2000, uma vasta gama de estudos que visam entender a transição da fecundidade nestes

estágios mais avançados (de fecundidade baixa) a partir da sua relação com equidade de gênero (TORR; SHORT, 2004; RAYBOULD; SEAR, 2020).

Isso posto, McDonald (2000a; 2000b), em dois trabalhos seminais, trabalha o conceito de equidade de gênero a partir da distinção entre *instituições de orientação individual* e *instituições de orientação familiar*. Equidade de gênero nas instituições de orientação individual é voltada à crescente inserção de mulheres nas estruturas de mercado de trabalho e escolaridade. Já equidade de gênero nas instituições de orientação familiar está relacionada com estruturas de suporte que visem reduzir o conflito trabalho-família existente especialmente entre as mulheres. Com base nessa distinção, McDonald (2000a; 2000b) pontua que, nos países desenvolvidos, os rápidos avanços de equidade de gênero nas instituições de orientação individual aliados aos remanescentes (e relativos) baixos níveis de equidade de gênero em instituições de orientação familiar resultaram na queda da fecundidade para níveis muito baixos. Seria observada, portanto, uma curva em formato de U (no nível macro desses países ao longo do tempo). Isto é, primeiramente, fecundidade declinante, decorrente de avanços nas instituições de orientação individual. Essa tendência de queda só seria revertida a partir de avanços em equidade de gênero nas instituições de orientação familiar, especialmente suporte político-estatal-institucional que diminua o conflito trabalho-família existente entre as mulheres.

Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015), em conjunto de Esping-Andersen e Billari (2015) e Raybould e Sear (2020), complementam e expandem a discussão iniciada por McDonald (2000a; 2000b) ao ressaltarem que, apesar de relevante, não é o suporte institucional que (possivelmente) reduz o conflito trabalho-família, mas sim as mudanças nas normas de gênero. Isto é, o cerne da discussão acerca da reversão da tendência de fecundidade passa intrinsecamente pelas normas de gênero e, conseqüentemente, por um processo de *Revolução de Gênero* em andamento.

Num primeiro momento, o conjunto de normas de gênero vigente produz um sistema de homens provedores e mulheres donas-de-casa (o modelo *male-breadwinner-female-homemaker*). Esse sistema não produz conflitos no ambiente doméstico, uma vez que há separação total das atividades. E, por ainda não terem adquirido boas condições de estudo e trabalho, os custos de oportunidade entre as mulheres são muito baixos (ou inexistentes). Como consequência desse cenário, a fecundidade permanece alta. As normas de gênero até então vigentes são então quebradas através da primeira revolução de gênero, de ocorrência na *esfera pública*. Essa

primeira revolução insere as mulheres no mercado de trabalho e as tornam mais escolarizadas, o que cria conflitos no ambiente doméstico e aumenta os custos de oportunidade, acarretando, por conseguinte, queda da fecundidade—a primeira metade da já referida curva em U. Uma segunda revolução de gênero, *na esfera privada*, seria necessária para a efetiva reversão da tendência de fecundidade, e, conseqüente observância da segunda metade dessa curva em formato de U. Essa segunda revolução de gênero é caracterizada por maior participação masculina na realização do trabalho doméstico não remunerado, o qual diminui o fardo sob as mulheres e possibilita a concretização de intenções de fecundidade mais elevadas. Estudos sobre preferências reprodutivas têm mostrado a existência de uma discrepância negativa¹ entre desejos/intenções² e fecundidade observada em países desenvolvidos. Isto é, o número de filhos tidos tende a ser menor do que o de fato pretendido (HARKNETT; HARTNETT, 2014). Tais evidências reforçam o arcabouço apresentado que identifica maior equidade de gênero na família como (possível) fator de elevação da fecundidade.

Num contexto de prevalência (quase) perfeita de métodos contraceptivos e elevado planejamento da fecundidade, fatores característicos dos países desenvolvidos, intenções de fecundidade atuam como o determinante mais próximo da fecundidade e estão entre os principais preditores do real comportamento reprodutivo das mulheres (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; BONGAARTS, 2001; PHILIPOV; BERNARDI, 2011; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; BALBO; BILLARI; MILLS, 2013; TESTA, 2012b; MATSUO; MATTHIJS, 2016; CIRITEL; DE ROSE; AREZZO, 2019). Tendo isso em vista e com base no arcabouço contextual e teórico apresentado (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020), este trabalho tem como objetivo geral *investigar e comparar a associação no nível micro entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família em países desenvolvidos e no Brasil*.

Diferente da análise macro em que se baseia o arcabouço contextual/teórico apresentado, este estudo trabalha com intenções de fecundidade a partir do nível micro da família (TORR; SHORT, 2004; PUUR *et al.*, 2008). Isto é, ao invés de investigar e comparar os níveis gerais de fecundidade e equidade de gênero entre diferentes países, ou mesmo os níveis gerais nesses

¹ Aprofunda-se na explicação e contextualização dessa discrepância negativa no subcapítulo 2.3.

² A distinção entre os termos é feita no subcapítulo 2.1.

países em diferentes momentos do tempo, este trabalho analisa a relação entre estas variáveis em cada uma das populações em análise (*within-country analysis*) num dado momento (*cross-section*). Mencarini (2018) discute que, independentemente do nível geral de equidade de gênero na família num determinado país, existe heterogeneidade no nível micro das famílias. Uma sociedade dita mais tradicional, dominada, por exemplo, por um modelo de homens provedores e mulheres donas-de-casa, também possui uma parcela de casais com maior equidade de gênero na família. Da mesma forma, sociedades consideradas mais modernas, isto é, com maior nível geral de equidade de gênero no domicílio, também possuem famílias com divisão de tarefas e atitudes de menor equidade.

Para selecionar os países, averiguou-se a homogeneidade dos questionários (dado o caráter comparativo da análise) da base de dados (apresentada a seguir) utilizada para analisar os países de maior nível de desenvolvimento e renda, com o requisito de que todas as variáveis necessárias estivessem presentes em todos eles. Após essa análise, de forma a atender ao requisito de homogeneidade, o conjunto final é composto por dez países³ com fecundidade abaixo do nível de reposição⁴ e níveis mais elevados de desenvolvimento (IDH⁵ acima de 0,8)⁶: Alemanha, Bélgica, Áustria, França, Polônia, Lituânia, Rússia, Bulgária, Romênia e Geórgia. Apesar desses países serem razoavelmente próximos entre si no que tange ao nível geral de desenvolvimento e também ao nível de equidade de gênero na esfera pública⁷, eles também apresentam razoável heterogeneidade entre si, o que permite outros tipos de comparações, discutidas ao longo das seções de resultados.

Vale nesse sentido ressaltar que outros estudos como os de Neyer, Lappegård e Vignoli (2013) e Osiewalska (2018) buscam identificar a relação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família utilizando o nível micro (mulheres, homens ou casais), porém, o fazem a partir de abordagens que agrupam os dados em um só modelo, sempre controlando por cada um dos países investigados. Isto é, analisam a associação num determinado grupo de países, a partir da junção dos dados desses diferentes países em um só modelo, sem considerar, de forma mais aprofundada, possíveis diferenças (culturais e socioeconômicas) existentes entre eles. O

³ Todo o processo detalhado de seleção desses países, assim como a justificativa para tal, é apresentado no capítulo 4.

⁴ <https://data.worldbank.org/> ou <https://population.un.org/wpp/>.

⁵ Índice de Desenvolvimento Humano.

⁶ <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>

⁷ Medido neste trabalho pelo *Gender Inequality Index* (GII), mais à frente apresentado.

presente trabalho é o primeiro que, utilizando-se de um elevado número de países e divisão do trabalho doméstico como medida de equidade de gênero na família, busca realizar essa análise separadamente em cada país (*within-country analysis*). Considera, portanto, as diferenças (culturais e socioeconômicas) entre eles, de forma que a associação encontrada não seja “apenas uma média” dos países analisados conjuntamente (ainda que controlado por cada um desses países). Por isso, o objetivo geral trata não só de investigar, mas também de comparar, podendo assim buscar encontrar padrões (ou a ausência deles), isto é, se a associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família se mantém ou não entre os países analisados.

Outra importante diferença para a análise macro (que é base contextual e teórica para a construção da abordagem deste trabalho), é seu foco mais amplo, o qual abrange tanto países de maiores níveis gerais de desenvolvimento, quanto o Brasil, país que se encontra em posição inferior no que tange à importantes macro indicadores de desenvolvimento discutidos ao longo do trabalho (indicadores utilizados como forma de contextualizar estes países entre si). Como já exposto, diversos trabalhos discutem que países desenvolvidos com baixa fecundidade podem atingir maiores níveis de fecundidade através do aumento da equidade de gênero na família (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020). O que se propõe a analisar aqui é se essa associação, no nível macro, vale também para o nível micro, não somente dos países mais desenvolvidos (para os quais o arcabouço teórico foi primariamente construído), como também de um país com menor nível de desenvolvimento que também apresenta baixa fecundidade⁸ (RAYBOULD; SEAR, 2020). Torr e Short (2004) e Raybould e Sear (2020) discutem que esta seria uma maneira alternativa de se explorar a ideia fundamental por trás do arcabouço teórico principal (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020). Dado qualquer contexto que apresente razoável equidade de gênero nas instituições de orientação individual (ou esfera pública), caso de diversos países em desenvolvimento com fecundidade baixa⁹, dentre eles, o Brasil, espera-se

⁸ Segundo o SIDRA/IBGE (<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3727> - acesso em fevereiro de 2021), o Brasil apresentou uma Taxa de Fecundidade Total (TFT) igual à 1,69 em 2016 (ano mais recente disponível). Além disso, assim como expõem Berquó e Lima (2008), o Brasil apresenta fecundidade abaixo do nível de reposição desde os anos 2000, com uma TFT equivalente à 1,8 em 2006 – ano principal de análise.

⁹ <http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-index-gii> - para acesso às estimativas do *Gender Inequality Index* (GII), produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que fornecem uma medida de equidade de gênero nas instituições de

que a variação nos níveis de equidade de gênero na família faça variar a fecundidade e/ou as intenções de fecundidade, ainda que estes países se encontrem comparativamente atrasados em instâncias características da primeira revolução de gênero, na esfera pública, (TORR; SHORT, 2004; RAYBOULD E SEAR, 2020)¹⁰.

Ainda sobre este ponto, numa linha semelhante ao que se pretende neste trabalho, Yoon (2016) argumenta que o contexto de queda rápida e acentuada da fecundidade na Coreia do Sul abriu possibilidades de investigar essa associação num contexto que não se encaixa exatamente na realidade de países desenvolvidos do Ocidente, isto é, um contexto marcado por níveis semelhantes de fecundidade, mas níveis comparativamente mais baixos de equidade de gênero (em ambas as esferas pública e privada), no qual o Brasil também se encaixa. A ideia, portanto, é investigar a mesma associação num país de menores níveis de desenvolvimento e equidade de gênero que, ao mesmo tempo, possui nível de fecundidade igual ou muito semelhante ao observado nos países mais desenvolvidos.

Esclarecido, portanto, o contexto da investigação desta tese e o seu objetivo geral, a apresentação dos objetivos específicos requer ressaltar, previamente, um ponto essencial sobre este trabalho: a sua divisão em duas análises empíricas isoladas. E, o motivo para tal separação é a disponibilidade de dados. Dada a inexistência (até a data da produção desse estudo) de uma pesquisa/*survey* que contemple, conjuntamente, intenções de fecundidade e equidade de gênero na família tanto para países mais desenvolvidos como para países em desenvolvimento, como o Brasil, optou-se como estratégia o uso de diferentes fontes de dados, cada uma para um dos contextos apresentados. Primeiramente, o *Generations and Gender Survey* (GGS) para analisar os países com maior nível de desenvolvimento. Para a investigação do Brasil, duas bases de dados são utilizadas em conjunto, quais sejam: Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Se no GGS os respondentes reportam se as atividades domésticas são feitas majoritariamente ou minoritariamente por cada um dos componentes do casal, a PNAD pergunta o número de horas

orientação individual (esfera pública), tendo em vista que considera dimensões como mercado de trabalho, escolaridade, representação feminina na política e saúde materna e adolescente.

¹⁰ O *Gender Inequality Index* (GII), produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU), fornece uma medida de equidade de gênero na esfera pública ao considerar dimensões como mercado de trabalho, escolaridade, representação feminina na política e saúde materna e adolescente. O Brasil se encontra em posição inferior a qualquer um dos outros países analisados neste trabalho.

que se dedicava normalmente por semana às atividades domésticas¹¹. Apesar de as variáveis de equidade de gênero na família no GGS e na PNAD serem distintas, guardam alguma proximidade ao passo que, de maneira geral, investigam o mesmo comportamento dos casais, qual seja, o de divisão rotineira do trabalho doméstico não remunerado—em ambos os conjuntos de afazeres domésticos e cuidados com filhos.

Tendo em vista as diferentes variáveis, os resultados encontrados com as diferentes fontes de dados não são passíveis de comparação direta entre si. Entretanto, assim como ressaltam Raybould e Sear (2020), através da ampliação da análise para diferentes sociedades e populações, é possível obter um mais profundo entendimento acerca da relação existente entre fecundidade/intenções de fecundidade e equidade de gênero na esfera privada. Além disso, apesar da impossibilidade de comparação direta, tendo em vista a citada proximidade das variáveis (em ambas as bases elas tratam da divisão do trabalho doméstico), é possível ao menos discutir se o padrão de resultados encontrados para o Brasil se aproxima dos países mais desenvolvidos—sobre os quais o arcabouço de referências empíricas se debruça quase que exclusivamente¹² (por exemplo – MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011; TORR; SHORT, 2004; MENCARINI; TANTURRI, 2004; OLÁH, 2003; TAZI-PREVE; BICHLBAUER; GOUJON, 2004; COOKE, 2004; PURR *et al.*, 2008; SPÉDER; KAPITÁNY, 2009; WESTOFF; HIGGINS, 2009).

Outro ponto importante a se ressaltar é que a própria literatura sobre fecundidade/intenções de fecundidade e equidade de gênero na família discute o fato de o uso de diferentes fontes de dados, com suas distintas variáveis ser, talvez, o principal motivo para o surgimento de evidências empíricas contraditórias¹³ nesse mesmo conjunto de países desenvolvidos (WESTOFF; HIGGINS, 2009; RAYBOULD; SEAR, 2020). Dessa forma, investigar os objetivos deste trabalho é importante para o contínuo desenvolvimento do tema e aprofundamento acerca do arcabouço diverso de evidências, sem, no entanto, perder de vista o cuidado e a parcimônia necessários no que tange à interpretação e (ir)restrita generalização desses modelos.

¹¹ Nos capítulos destinados à cada uma das análises (4 e 5), há seções voltadas à apresentação das variáveis de equidade de gênero na família presentes em cada uma dessas pesquisas, assim como de que forma são utilizadas por este estudo.

¹² O subcapítulo 3.3 apresenta e discute estas referências.

¹³ Este tópico é debatido com maior profundidade também no subcapítulo 3.3.

Diante, portanto, desses apontamentos, a análise empírica desse estudo se divide em duas: 1) países com fecundidade abaixo do nível de reposição e maior nível de desenvolvimento, através do GGS; 2) Brasil, através do uso conjunto de PNDS e PNAD. Tendo isso por base, o primeiro objetivo específico pretende: 1) *analisar a associação entre a intenção de ter o segundo filho e equidade de gênero na família em países desenvolvidos*. Já em relação ao segundo objetivo específico, tendo em vista que as variáveis dependente e explicativa não se encontram na mesma pesquisa, a partir da PNDS, são construídas funções de probabilidades de ter a intenção de ter o segundo filho, as quais são imputadas nas PNADs através do ajuste de um algoritmo de *Machine Learning*, possibilitando, dessa forma: 2) *analisar a associação entre a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho e equidade de gênero na família no Brasil*. Tendo em vista que a variável dependente para o Brasil não é uma medida direta de intenções de fecundidade, mas uma probabilidade predita, de forma a averiguar uma possível convergência de resultados e testar a robustez dos mesmos, são ajustados diferentes modelos a partir de anos distintos da PNAD (abordagem explicada em detalhes no capítulo 5).

Anteriormente ao ajuste dos modelos, o arcabouço metodológico deste trabalho envolve, primeiramente, a construção de variáveis explicativas de equidade de gênero na família. Isto é, para acessar ambos os objetivos específicos listados, é necessário, primeiramente, construir variáveis categóricas compostas que expressem diferentes níveis de equidade de gênero na família a partir de diferentes perguntas presentes nos *surveys* trabalhados. Estas são as principais variáveis explicativas utilizadas nos modelos. Quando utilizado o GGS, o foco está nas diferentes questões que investigam como uma série de atividades domésticas são divididas entre os casais. No caso do Brasil, a variável explicativa categórica é construída a partir de uma questão sobre o número de horas de trabalho doméstico não remunerado.

Ainda sobre esse primeiro passo do arcabouço metodológico, tendo em vista a presença de diferentes bases, foram utilizadas duas distintas abordagens para construção dessas variáveis explicativas. Para o GGS, lança-se mão de uma estratégia que visa computar *scores* às possibilidades de respostas das variáveis de equidade de gênero, para, ao fim, categorizar os tipos de famílias com base na soma desses *scores* (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013). Para o Brasil, a variável explicativa é construída a partir da análise da distribuição quartílica do percentual de

horas de trabalho doméstico não remunerado desempenhado pela mulher (TORR; SHORT, 2004)¹⁴.

Um primeiro acesso aos objetivos se dá por meio de análises descritivas, envolvendo a prevalência do fenômeno estudado nas diferentes categorizações de equidade de gênero na família. Em seguida, no que tange à investigação da associação entre intenções pelo segundo filho e equidade de gênero na família em países desenvolvidos (objetivo específico 1), o GGS possibilita uma categorização dicotômica da variável dependente, portanto, utiliza-se o Modelo Logístico Binário. Para a análise do Brasil (objetivo específico 2), utiliza-se Modelos de Regressão Binomial Negativo (e Linear Múltipla)¹⁵.

Apresentados os objetivos, as bases de dados e os métodos, é importante ressaltar que este trabalho se organiza de forma a contemplar um capítulo específico para cada uma dessas análises, os quais abarcam a apresentação e o detalhamento das bases, dos métodos utilizados e dos resultados encontrados. Portanto, a análise completa de cada um desses contextos (países de maior desenvolvimento e Brasil) é feita de forma separada, iniciando com a apresentação dos dados e finalizando com a exposição dos resultados num mesmo capítulo.

Tendo em vista que este trabalho visa realizar uma comparação internacional no nível micro de diferentes países, pretende-se identificar a (eventual) existência de padrões quanto à forma de associação entre as variáveis analisadas. Por isso, ao passo em que investiga os objetivos geral e específicos, esse trabalho também pretende testar hipóteses. Segundo o arcabouço teórico principal (MCDONALD, 2000a; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020), há uma associação positiva entre fecundidade e equidade de gênero na família. Transportando esse raciocínio para o nível micro do presente estudo, tem-se a *primeira hipótese (H1): casais com maiores níveis de equidade de gênero na família possuem intenções de fecundidade mais elevadas do que aqueles com menores níveis*. De maneira oposta, Torr e Short (2004) discutem que mulheres que fazem todo ou quase todo o trabalho doméstico não remunerado (menor equidade de gênero na família) podem ser mais orientadas à esfera da família e do domicílio (HAKIM, 2002), e, portanto, podem apresentar maior probabilidade de ter filhos adicionais. A partir disso, a

¹⁴ Todo o processo de construção de cada uma dessas variáveis categóricas compostas é apresentado em conjunto da descrição das amostras finais nos capítulos 4 e 5, voltados, respectivamente, para os países desenvolvidos e para o Brasil.

¹⁵ As justificativas de escolha de cada um desses modelos são apresentadas no subcapítulo 5.2.

hipótese alternativa (HA) à primeira hipótese (H1) diz que casais com menores níveis de equidade de gênero na família possuem intenções de fecundidade mais elevadas do que aqueles com maiores níveis.

Por fim, destaca-se que este trabalho possui a contribuição de investigar uma possível (in)existência de padrões nas associações entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família em diferentes países, a partir de hipóteses construídas através da discussão contextual, teórica e empírica sobre o tema. Outra contribuição se dá no sentido de se aprofundar no debate acerca dessa associação num país com menor nível de desenvolvimento (comparado aos demais), mas níveis muito próximos de fecundidade, como o Brasil. Praticamente não há produção sobre sociedades que se diferem dos países para os quais o arcabouço teórico principal foi desenvolvido, e, portanto, uma análise do tipo aumenta o escopo de evidências já encontradas e contribui para o debate (RAYBOULD; SEAR, 2020). Finalmente, este trabalho também contribui ao passo em que propõe diferentes metodologias de construção das variáveis, tanto de intenções de fecundidade, como de equidade de gênero na família, especialmente no caso de análise do Brasil, quando se propõe a construção de uma variável *proxy* através de procedimentos de *Machine Learning* consolidados na literatura (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020).

Este estudo se divide, além desta Introdução, em cinco outros capítulos. O segundo trata das intenções de fecundidade. São apresentados e discutidos diferentes conceitos e teorias, diferentes formas de medi-las (e suas limitações), condicionantes e determinantes, a relação entre intenções de fecundidade e fecundidade observada, assim como tendências destas em diferentes países. O terceiro capítulo apresenta a relação entre fecundidade ou intenções de fecundidade e equidade de gênero na família, passando pela explanação de conceitos de equidade de gênero, relações teóricas entre as variáveis analisadas e evidências empíricas. Os dois capítulos seguintes (4 e 5) tratam da exposição completa de cada uma das análises empíricas propostas por este trabalho, e contemplam desde a caracterização das bases de dados e amostras até os resultados encontrados, passando pelos métodos utilizados. O trabalho se encerra com o capítulo de Discussão e Conclusão.

2 INTENÇÕES DE FECUNDIDADE

Este capítulo inicia-se com a descrição do que são intenções de fecundidade, apresentando os principais conceitos presentes na literatura (além de como estes se diferem de outros conceitos semelhantes), teorias definidoras das intenções e como elas se relacionam com fecundidade observada. Em uma subseção, é exposta a forma com que variáveis de intenções de fecundidade são operacionalizadas em diferentes pesquisas. Apresentado esse arcabouço conceitual, o segundo subcapítulo visa discutir as variáveis determinantes e condicionantes para o estudo das intenções de fecundidade. Por fim, o terceiro subcapítulo apresenta o contexto de fecundidade e intenções de fecundidade vigente nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, dentre estes últimos, com foco no Brasil.

2.1 O que são intenções de fecundidade, qual arcabouço teórico as define e como elas se relacionam com fecundidade observada?

Um problema recorrente em discussões acerca deste tema é a correta diferenciação entre intenções e desejos de fecundidade, termos que, por diversas vezes, são utilizados (erroneamente) de forma intercambiável (MILLER, 2011; MILLER; PASTA, 1995). Tal situação pode ocorrer, por exemplo, devido aos diferentes significados que esses termos podem adquirir em diferentes línguas, ou mesmo uma má definição desses conceitos no início de um estudo (MILLER, 2011). Miller e Pasta (1995) ressaltam: “*To use desires and intentions interchangeably is to ignore an important theoretical distinction*” (MILLER; PASTA, 1995, p. 531). Por isso, ao tratar do assunto, é importante discutir, de antemão, o que se denomina “intenções de fecundidade” e como este conceito se difere de outros semelhantes.

A literatura que discute o tema possui uma distinção clara e recorrente de conceitos: desejos vs. intenções. “Desejos de fecundidade” (*fertility desires*) possuem sinônimos frequentes, dentre eles “ideais de fecundidade” (*fertility ideals*) e “preferências de fecundidade” (*fertility preferences*). Em essência, desejos, ideais, ou preferências de fecundidade geralmente se referem ao número ideal de filhos, e, por consequência, o tamanho ideal de família (HIN *et al.*, 2011). Estes desejos consideram uma ausência de obstáculos, isto é, havendo condições

perfeitas, qual seria o número ideal de filhos desejado (MILLER, 2011). Engelhardt (2004) chama atenção para o fato de esses tamanhos ideais de família serem influenciados pelas normas sociais existentes. Isto é, são decorrentes, em grande medida, do que as sociedades impõem como comportamento padrão e também ideal (essa questão é aprofundada em 2.1.1, quando são discutidas as medidas de intenções e desejos/ideais de fecundidade).

Intenções de fecundidade, por outro lado, consideram os possíveis e distintos obstáculos presentes ao longo do curso de vida. Tratam, portanto, de um “plano de ação” para se ter um filho (MILLER; SEVERY; PASTA, 2004), e se localizam num ponto intermediário entre o número ideal de filhos (sem qualquer obstáculo) e a fecundidade observada (MILLER, 2011, BACHRACH; MORGAN, 2013; BRINTON; LEE, 2016; PHILIPPOV; BERNARDI, 2011): “[...] a fertility intention is the outcome of a decision-making process, a goal-related plan for action rather than an ideal. Intentions are affected by underlying ideals but are more concrete than the ideals themselves and constrained by reality” (HIN *et al.*, 2011, p. 134). Isto é, destacam se o indivíduo planeja, efetivamente, ter o primeiro ou próximo filho. Por isso, possuem maior poder preditivo da fecundidade observada do que os ideais ou desejos de fecundidade¹⁶ (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003). Além disso, diversos trabalhos ressaltam a importância da parturição para a formação das intenções (DOMMERMUTH; KLOBAS; LAPPEGÅRD, 2011; BILLARI, PHILIPPOV; TESTA, 2009; HARKNETT; HARTNETT, 2014). Intenções de ter o primeiro filho são distintas de intenções de ter o próximo filho. As primeiras tratam de intenções de se tornar mãe ou pai, ao passo que as últimas são afetadas por experiências prévias relacionadas à própria maternidade/paternidade. Essas especificidades relacionadas ao nível de parturição são aprofundadas em 2.3, onde se discute os principais condicionantes e determinantes das intenções de fecundidade.

No que tange especialmente aos contextos de fecundidade baixa, a investigação dos fatores e condições que formam as intenções auxilia entender os próprios níveis de fecundidade (PHILIPPOV, 2009; MORGAN; RACKIN, 2010; PHILIPPOV, 2011; SOBOTKA, 2011; KAPITÀNÝ; SPÉDER, 2012). Bongaarts (2001) resalta que, em contextos de grande disseminação e uso de métodos contraceptivos, caso especialmente dos países de maior

¹⁶ A subseção 2.1.1 apresenta as diferentes medidas de intenções e desejos de fecundidade e, a partir dessas medidas, aprofunda nos fatores pelos quais intenções são medidas mais estáveis e confiáveis no que tange à predição da fecundidade observada.

desenvolvimento e baixa fecundidade, descobertas acerca dos desejos e intenções de fecundidade ajudam a compreender as singularidades do comportamento reprodutivo. Também nessa linha de relacionar intenções (ou desejos) a fecundidade observada, Van Peer (2002) destaca o caráter interativo existente entre ambas, ao passo que intenções afetam diretamente o número de filhos tidos, mas esses filhos tidos também influenciam as intenções subsequentes.

Diante do exposto, as intenções são vistas pela literatura como um dos principais determinantes próximos da fecundidade observada (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; BONGAARTS, 2001; PHILIPPOV; BERNARDI, 2011; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; BALBO; BILLARI; MILLS, 2013; TESTA, 2012b; MATSUO; MATTHIJS, 2016; CIRITEL; DE ROSE; AREZZO, 2019). Hayford (2009) ainda ressalta: “*Virtually all theories of contemporary fertility agree that individual childbearing intentions are the primary determinant of fertility*” (HAYFORD, 2009, p. 765). Rinesi (2009) combinou dados de intenções de fecundidade de mães de um ou dois filhos com informações de registro civil, e encontrou que as intenções foram os fatores de maior importância para o comportamento reprodutivo em ambas as transições para o segundo e terceiro filhos. Antes, Westoff e Ryder (1977) e Hermalin *et al.* (1979) já haviam apontado as intenções de fecundidade como melhores preditoras que diversas outras variáveis, dentre elas parturição, intervalo de nascimento, escolaridade, ocupação e religião.

O poder preditivo das intenções mostra-se maior quando estas são de curto prazo, uma vez que os fatores contextuais tendem a apresentar menor volatilidade, além de também haver menor espaço temporal para o aparecimento de possíveis novos obstáculos. Estas são categorizadas como “intenções de curto prazo” (*short-term intentions*), e geralmente envolvem um período subsequente de três anos para implementação do plano reprodutivo. Já as chamadas “intenções gerais de longo prazo” (*general long-term intentions*), apesar de não possuírem um período de tempo definido, também são importantes determinantes próximos da fecundidade, com elevada capacidade preditiva (SCHOEN *et al.*, 1999; QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; LIEFBROER, 2005; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; PHILIPPOV, 2009; PHILIPPOV; BERNARDI, 2011; SOBOTKA, 2011; RAYBOULD; SEAR, 2020).

É de grande relevância discutir a proximidade existente entre intenções e fecundidade observada, e, portanto, destacar a capacidade preditiva das intenções de fecundidade. Por outro lado, é também importante destacar que há espaço para mudanças de comportamento, uma vez

que o contexto de obstáculos existente pode mudar, o que, em última instância, altera a concretização daquele plano. As intenções de fecundidade não são, portanto, fixas, isto é, os indivíduos podem revisá-las conforme apareçam novos fatores ou mudanças ao longo do ciclo de vida, assim como também discute o modelo *moving target* da fecundidade (MORGAN, 2001). Em idades mais jovens, estas intenções tendem a apresentar maior volatilidade; na medida em que os indivíduos alcançam idades mais elevadas, e, portanto, maior certeza e segurança em relação aos principais eventos da vida, suas intenções passam também a apresentar maior estabilidade (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; LIEFBROER, 2009; HAYFORD, 2009; IACOVOU; TAVARES, 2011; NÍ BHROLCHÁIN; BEAUJOUAN, 2011; KODZI, JOHNSON; CASTERLINE, 2012). De uma forma ou de outra, independentemente das possíveis limitações das intenções de fecundidade, comparadas aos desejos de fecundidade, elas possuem menor chance de revisões, uma vez que já consideram os obstáculos e circunstâncias existentes. São, em razão disso, medidas mais próximas e que preveem melhor a fecundidade observada (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; BONGAARTS, 2001; PHILIPOV; BERNARDI, 2011; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; BALBO, BILLARI; MILLS, 2013; TESTA, 2012).

Para além desses principais conceitos, a literatura que envolve o tema também foca em explicar a formação das intenções de fecundidade a partir de distintas correntes teóricas. Uma forma interessante de iniciar essa discussão é retornando nas pré-condições de Coale (1973) para a transição da fecundidade. O autor discute o que ficou conhecido por RWA – *Ready* (cálculo), *Willing* (disposição) e *Able* (conhecimento e acesso). *Ready*, primeira dessas três pré-condições, diz que a fecundidade deve estar dentro da escolha consciente e do cálculo individual, e, portanto, deve ser parte das *intenções* de um determinado indivíduo. Obviamente, nascimentos (ou a falta deles) não decorrem apenas de escolhas conscientes. Controle imperfeito da fecundidade, seja por falta de conhecimento ou acesso (*Able*), por falhas do próprio método utilizado, ou mesmo por falha humana no uso do método, pode acarretar nascimentos indesejados, tanto em termos de quantidade, como em relação ao *timing* do nascimento. No sentido oposto, infecundidade decorrente, por exemplo, de adiamento da gravidez, pode diminuir o número de filhos ou até impossibilitar a maternidade. No entanto, “em condições normais”, e principalmente em populações com vasta disponibilidade de métodos contraceptivos (*Able*), as *intenções*, embasadas pelo modelo de racionalidade individual

(*Ready*) e permeadas por uma determinada disposição/motivação (*Willing*) são os principais determinantes da fecundidade (HAYFORD, 2009; MENCARINI; VIGNOLI; GOTTARD, 2015; MATSUO; MATTHIJS, 2016; AJZEN; KLOBAS, 2013).

A proposição de Coale (1973), por inserir a racionalidade individual em discussões de fecundidade, é uma importante introdução das correntes teóricas a seguir, as quais são também as mais recorrentes em estudos sobre intenções de fecundidade (TESTA, 2012b). Primeiramente, a Teoria do Comportamento Planejado (TCP ou TPB, em inglês – *Theory of Planned Behavior*). Desenvolvida por Ajzen (1991), considera intenções as precursoras imediatas de um determinado comportamento, em consonância, portanto, com os conceitos já discutidos. É um modelo geral sobre como os indivíduos, inseridos num determinado contexto social e influenciados por diferentes percepções, tomam as suas decisões. A Teoria do Comportamento Planejado pode ser utilizada para o estudo de diferentes intenções, como, por exemplo, a intenção de utilizar métodos contraceptivos, a intenção de realizar um aborto (quando grávida), ou a intenção de ter o primeiro ou o próximo filho, caso deste estudo (AJZEN, 1991; KLOBAS, 2011). Apesar da possibilidade de usos variados, devido ao extensivo uso desta teoria no estudo das intenções de fecundidade, a TCP tem sido considerada na literatura demográfica um sinônimo de modelo de intenções de se ter um filho (KLOBAS, 2011).

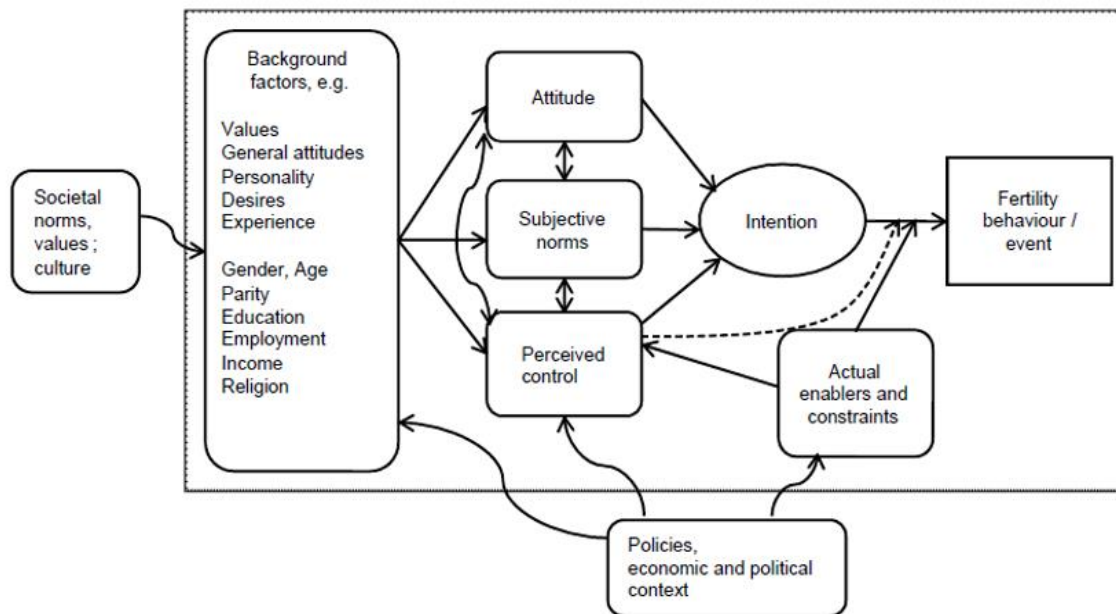
A TCP propõe um pensamento psicossocial de escolhas e comportamentos racionais formado por três componentes. O primeiro deles é denominado “atitudes” e são os custos e benefícios percebidos pelo próprio indivíduo no que tange a um determinado comportamento, como, por exemplo, o reprodutivo. Trata da avaliação positiva ou negativa que um indivíduo possui sobre esse comportamento em questão. O segundo componente são as “normas subjetivas”, as quais se referem à importância dada pelo indivíduo à aprovação ou desaprovação de pessoas próximas, como parentes e amigos, relativa à determinado comportamento, isto é, se referem à pressão social percebida pelo indivíduos. Já o terceiro componente trata da “percepção de controle”, a extensão que um dado comportamento é percebido pelo indivíduo como sujeito ao seu próprio controle, isto é, o quão fácil ou difícil o indivíduo julga conseguir transformar suas intenções em efetivo comportamento (AJZEN, 1991; PHILIPOV *et al.*, 2009; LEE; WANG, 2019; RAYBOULD; SEAR, 2020).

O modelo proposto por Ajzen (1991) ainda discute que estes três componentes são moldados e influenciados por um *background* individual que inclui variáveis como: idade, escolaridade,

parturição, renda, além de outras características relacionadas à valores, personalidade e/ou experiências. A TCP postula, portanto, que os três componentes (atitudes, normas subjetivas e percepção de controle), influenciados por um *background* individual, formam as *intenções* de fecundidade. Estas, por sua vez, são indicativos do comportamento reprodutivo subsequente, e, diante disso, *fatores que influenciam intenções de fecundidade também influenciam a fecundidade observada*, outro indicativo da relação próxima existente entre intenções de fecundidade e comportamento reprodutivo (PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI; 2006; PHILIPOV *et al.*, 2009; RAYBOULD; SEAR, 2020).

Como representação esquemática da TCP, este trabalho opta por apresentar a de Klobas (2011), a qual, além de inserir o pensamento original formulado por Ajzen (1991), incorpora questões adicionais, e, portanto, fornece uma visão mais completa de como as intenções influenciam a fecundidade observada.

FIGURA 1 – Teoria do Comportamento Planejado de Ajzen (1991) expandida por Klobas (2011)



Fonte: extraído de Klobas (2011), p. 52.

A representação esquemática da Figura 1 tem em seu centro o círculo com “intenções”, ligado pelos três componentes formadores discutidos – “atitudes”, “normas subjetivas” e “percepção de controle”. Estes, por sua vez, são influenciados pelo também discutido *background* individual. Além disso, a formulação original de Ajzen (1991) ressalta os fatores de facilitação

e restrição (*actual enablers and constraints*) que influenciam a percepção de controle dos indivíduos, e, por conseguinte, afetam as intenções de fecundidade e a transformação dessas intenções em comportamento. Diferentes tipos de mecanismos e elementos, como, moradia, emprego, renda, acesso à informação, estabilidade das uniões, disponibilidade de parceiros(as) e condições de saúde, atuam como fatores que podem funcionar como facilitadores ou restritivos da percepção de controle dos indivíduos, e, conseqüentemente, das suas intenções e do seu comportamento (AJZEN, 1991; PHILIPPOV *et al.*, 2009; KLOBAS, 2011; MENCARINI; VIGNOLI; GOTTARD, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020).

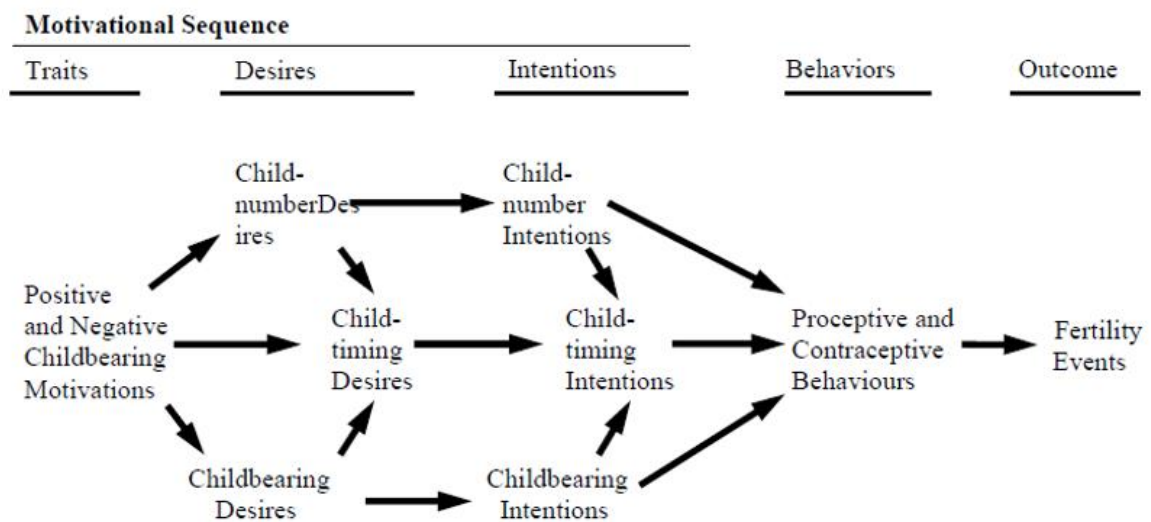
Klobas (2011) ainda evidencia o contexto político-econômico. Como já discutido, as intenções de fecundidade não são fixas, e podem mudar em resposta a um determinado evento ou obstáculo. Assim, a presença ou ausência de fatores macro como políticas de incentivo à família (*family friendly policies*) ou crises econômicas afetam o ciclo que envolve intenções e fecundidade observada. Klobas (2011) ainda adiciona o contexto de normas sociais e culturais (*societal norms, values, and culture*), o qual afeta indiretamente as intenções de fecundidade, uma vez que este se relaciona ao *background* individual que, por sua vez, afeta os três componentes definidores das intenções. Todo esse contexto leva, em última instância ao comportamento reprodutivo.

A segunda teoria, também bastante recorrente na literatura, é conhecida como TDIB, ou *Traits-Desires-Intentions-Behavior* (MILLER, 1994; MILLER; SEVERY; PASTA, 2004). Ela surge (também) como uma crítica/contraponto à TCP. Portanto, diferente da TCP, a TDIB afirma a necessidade do comportamento não ser considerado um produto único da racionalização e do pensamento consciente. Por isso, a TDIB incorpora também processos não conscientes e automáticos, e define o comportamento reprodutivo como a quarta e última etapa de uma sequência que se inicia com atributos/traços motivacionais (*traits* – T). Estes são características e disposições prévias, biológicas e não conscientes, que levam os indivíduos a sentir, pensar e se comportar de determinada maneira relacionada a ter ou não filhos. Estas motivações, por sua vez, formam os desejos (*desires* – D), que, de forma convergente à literatura até aqui apresentada, representam ideais do número de filhos na ausência de qualquer obstáculo. Não são, portanto, traduzidas diretamente em ações, mas primeiramente transformadas em intenções. O terceiro estágio desse processo sequencial é representado exatamente por estas intenções (*intentions* – I), as quais são consideradas *desejos limitados por diferentes fatores e obstáculos contextuais*. Representam, dessa forma, um compromisso consciente de agir de

determinada forma para se obter um determinado objetivo em algum momento do futuro. A quarta etapa é a concretização das três anteriores (*behavior* – B), tanto no sentido de ter um filho, quanto na direção de evitá-lo (MILLER, 1994; MILLER; SEVERY; PASTA, 2004; MILLER, 2011). Apesar das diferenças, a TDIB, assim como a TCP, apresenta as *intenções de fecundidade como precursoras imediatas do comportamento reprodutivo*.

Miller (2011) expande o seu próprio modelo TDIB original (Miller, 1994), e representa sua teoria esquematicamente na Figura 2.

FIGURA 2 – Modelo TDIB expandido



Fonte: extraído de Miller (2011), p. 3.

A sequência se inicia com os atributos/traços, os quais podem ser positivos ou negativos. Miller (2011) então divide os desejos em três, o número desejado de filhos (*child-number desires*), o momento desejado de ter esses filhos (*child-timing desires*) e o desejo propriamente dito de ter ou não um filho (*childbearing desires*). A próxima etapa da sequência são as intenções, as quais se dividem da mesma forma que os desejos. Segundo, portanto, essa expansão, seria possível perguntar quantos filhos um indivíduo possui a intenção de ter num curto intervalo de tempo (*child-number intentions*), quando ele gostaria de ter esse(s) filho(s) (*child-timing intentions*), além das intenções gerais de fecundidade (*childbearing intentions*). Essa sequência leva à quarta etapa do comportamento, isto é, de se colocar (ou não) em prática as intenções reportadas.

Apesar de TCP e TDIB serem as teorias mais recorrentes na literatura sobre intenções de fecundidade, uma terceira teoria também aparece com alguma frequência nas discussões. Trata-se da Teoria da Ação Conjuntural (TAC) de Bachrach e Morgan (2013). Segundo os autores, durante a infância e adolescência, inseridos na família de origem, os indivíduos formam estruturas mentais que processam informações, as quais são denominadas “*schemas*” (BACHRACH; MORGAN, 2013; BEAUJOUAN; BERGHAMMER, 2019): “Essas estruturas esquemáticas são geralmente aprendidas por exposição habitual, por meio das interações sociais, e são aprendidas aos poucos e ao longo do tempo, e as diferenças de entendimento são comuns, não existindo então uma regra explícita.” (CARVALHO, 2014, p. 72). Apesar de a maioria dessas estruturas esquemáticas serem formadas com base nesse conjunto de experiências, elas podem também ser inatas (BACHRACH; MORGAN, 2013; RAYBOULD; SEAR, 2020).

As *schemas* funcionam de forma a indicar/comunicar aos indivíduos como eles devem se portar ou agir frente um determinado contexto, como, por exemplo, a utilização de método contraceptivo, ou, ter um filho. Elas também informam o que esperar dos outros, em razão do que sabemos sobre estas pessoas. Isto é, são estruturas que, concebidas nos estágios iniciais de vida, influenciam relações e eventos futuros. Por isso, quando os indivíduos são submetidos à determinadas informações e experiências que os fazem associar crianças à sentimentos positivos, torna-se mais provável que, no futuro, estes mesmos indivíduos formem intenções de fecundidade também positivas, principalmente se as condições institucionais e estruturais forem fatores facilitadores. De forma oposta, se estas *schemas* provocam sentimentos de estresse e irritação, é mais provável que sejam formadas intenções de fecundidade negativas (BACHRACH; MORGAN, 2013; RAYBOULD; SEAR, 2020).

Nesse sentido, a TAC destaca que estas estruturas esquemáticas (*schemas*), em conjunto e influenciadas por fatores macroestruturais, definidos pelo contexto socio-econômico-cultural vigente, formam as intenções de fecundidade dos indivíduos, e, por consequência, os motivam a agir segundo essas intenções (BACHRACH; MORGAN, 2013; RAYBOULD; SEAR, 2020). A TCA ainda critica a Teoria do Comportamento Planejado (TCP) ao ressaltar que o modelo original de Ajzen (1991) não dá ênfase a este contexto macroestrutural. Nessa perspectiva, o modelo de Bachrach e Morgan (2013) se assemelha à expansão do TCP realizada por Klobas (2011), a qual destaca o contexto político/econômico e as normas sociais e culturais, que, de forma direta ou indireta, afetam as intenções de fecundidade.

Por fim, diante do exposto, as intenções de fecundidade podem ser analisadas a partir de um conjunto que engloba racionalidade, *background*, micro/macro contextos e normas sociais e culturais vigentes (BASTEN; SOBOTKA; ZEMAN, 2013). E, apesar de suas limitações, em contextos de elevada disponibilidade de métodos contraceptivos, são consideradas os principais determinantes próximos da fecundidade observada, e, portanto, estudar intenções implica em também investigar o próprio comportamento reprodutivo (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; BONGAARTS, 2001; PHILIPOV; BERNARDI, 2011; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; BALBO; BILLARI; MILLS, 2013; TESTA, 2012b; MATSUO; MATTHIJS, 2016; CIRITEL; DE ROSE; AREZZO, 2019).

2.1.1 Medidas de intenções de fecundidade vs. medidas de desejos/ideais de fecundidade

Se o subcapítulo 2.1 apresenta os principais conceitos e teorias acerca das intenções de fecundidade, além de como estas se relacionam com fecundidade observada, esta subseção (2.1.1) visa complementá-lo, expondo as principais medidas utilizadas para investigar o tema, assim como a discussão que essas diferentes medidas carregam consigo. Foi dito em 2.1 que, em diversas ocasiões, a literatura sobre intenções de fecundidade utiliza diferentes termos de forma intercambiável para se referir a uma mesma situação. E, isso, pode ser devido, por exemplo, a variações de significado em diferentes línguas. É importante tratar da questão de como as perguntas sobre intenções e desejos são feitas nos diferentes inquéritos, pois a literatura também revela que determinadas palavras ou expressões são preferidas em cada caso. Além disso, a investigação dessas medidas mostra que a forma que essas perguntas são feitas está intrinsecamente ligada às próprias definições e teorias que tratam de intenções e desejos apresentadas anteriormente. Adicionalmente, o uso indiscriminado e sem critério dos termos pode acarretar interpretações errôneas.

Hin *et al.* (2011) salientam que questões sobre desejos, ideais ou preferências (considerados sinônimos pela maior parte da literatura sobre o tema, como já discutido em 2.1), são realizadas por pesquisas que datam de, pelo menos, 1936, quando foi perguntado nos Estados Unidos: “*What is the ideal size of family? Husband, wife and _____ children*”¹⁷, questão encontrada em

¹⁷ Tradução livre do autor: “Qual é o tamanho ideal de família? Marido, esposa, e X filhos”.

Gallup e Robinson (1938, p. 394). As primeiras medidas identificadas na literatura focam, portanto, em desejos/ideais, não em intenções. De forma genérica, desejos são geralmente investigados da seguinte forma: “*What is your ideal number of children?*”¹⁸. Já um exemplo comum de pergunta sobre intenções de fecundidade seria: “*Do you plan to have a(nother) child?*”¹⁹ (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008). Segundo os autores, medidas sobre desejos são voltadas a investigações acerca do tamanho de família preferencial, ao passo que intenções buscam capturar a escolha do indivíduo a respeito do primeiro filho ou do filho subsequente, em consonância, portanto, com os conceitos discutidos em 2.1 (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008).

Medidas sobre desejos e ideais de fecundidade podem ser obtidas a partir de questões que tentam focar tanto em visões gerais/macro, quanto em visões individuais (HIN *et al.*, 2011; TESTA, 2012b). Os ideais macro buscam entender o que o indivíduo acredita ser um número ideal para o contexto de família e sociedade no qual ele está inserido. Poderiam ser endereçados a partir da seguinte questão: “*Generally speaking, what do you think is the ideal number of children for a family?*”²⁰. Já os ideais de cunho individual focam naquilo que o(a) respondente considera ideal para si mesmo, e possuem o seguinte modelo de pergunta: “*And for you personally, what would be the ideal number of children you would like to have or would have liked to have had?*”²¹ (OECD, 2022; TESTA, 2012). Ocorre que, mesmo a partir de uma questão pensada com o objetivo de se obter o desejo/ideal individual (pessoal), diferentes autores reforçam que medidas sobre desejos/ideais, comparadas às variáveis de intenções, tendem a refletir, em maior grau, as normas sociais vigentes (ENGELHARDT, 2004; HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008; HIN *et al.*, 2011). Hin *et al.* (2011), inclusive, destacam que o fato de os entrevistados reportarem um ideal de filhos igual a “dois” para o indicador individual (pessoal) pode ser uma consequência direta das normas sociais. Em contrapartida, intenções captam, em maior medida, as próprias escolhas do indivíduo, uma vez consideradas as possíveis restrições, os obstáculos e as limitações. Por considerarem estas restrições (socioeconômicas e biológicas), medidas de intenções são determinantes mais próximos da

¹⁸ Tradução livre do autor: “Qual o seu número ideal de filhos?”

¹⁹ Tradução livre do autor: “Você planeja ter um (ou próximo) filho?”

²⁰ Tradução livre do autor: “De um modo geral, qual você acha que é o número ideal de filhos para uma família?”

²¹ Tradução livre do autor: “E para você pessoalmente, qual seria o número ideal de filhos que você gostaria de ter ou gostaria de ter tido?”

fecundidade se comparadas às variáveis de desejos e ideais (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008).

Trazendo essa discussão para o contexto de inquéritos atuais, um exemplo recorrente de pergunta/variável de desejos de fecundidade pode ser encontrado no questionário padrão do *Demographic and Health Survey* (DHS), o qual pergunta à mulheres e homens sem filho (ICF, 2019): “*If you could choose exactly the number of children to have in your whole life, how many would that be?*”²². Já para os respondentes com ao menos um filho, pergunta: “*If you could go back to the time you did not have any children and could choose exactly the number of children to have in your whole life, how many would that be?*”²³. Esse tipo de medida não só possui menor capacidade de prever a fecundidade, como também está sujeita a outros tipos de viés. O principal deles é comumente chamado de racionalização (*rationalization*). Trata-se de uma revisão pós ocorrência do evento, isto é, respondentes que, porventura, tenham tido filhos não desejados, ajustam o número de filhos desejado para cima. A partir do momento em que o filho já nasceu, por mais que ele não tenha sido desejado *a priori*, o(a) entrevistado(a) adequa a sua resposta de forma a “racionalizar” a presença desse filho em sua família. Esse tipo de racionalização tende a ocorrer com maior frequência nos países de fecundidade mais elevada. Entretanto, essa categoria de viés pode ocorrer também no sentido contrário isto, é, respondentes declararem um número ideal menor, tendo em vista que não atingiram, até aquele momento, o tamanho de família desejado. Essa segunda direção do viés de racionalização possui maior probabilidade de ocorrência nos países de fecundidade baixa (BONGAARTS, 1990; BONGAARTS, 1992). Outra limitação desse tipo de pergunta se refere à possibilidade de uma resposta não-numérica. Especialmente em países de menor nível de desenvolvimento, é possível encontrar, com alguma frequência, respostas como “o que Deus quiser”, ou “tantos quanto possível” (BONGAARTS, 1990). Philipov *et al.* (2009) argumentam, no entanto, que esse tipo de resposta tem sido cada vez menos frequente em DHS.

As medidas de intenções de fecundidade, independentemente da redação literal das perguntas, possuem um ponto em comum, qual seja, investigar o plano acerca do primeiro filho ou do filho subsequente (MILLER; PASTA, 1995; HEILAND, PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008).

²² Tradução livre do autor: “Se você pudesse escolher exatamente o número de crianças que teria em toda a sua vida, quantos seriam?”

²³ Tradução livre do autor: “Se você pudesse voltar no tempo para o momento em que não tinha nenhum filho e pudesse escolher exatamente o número de filhos que você teria em toda a sua vida, quantos seriam?”

Davidson e Jaccard (1979) utilizam o termo “pretender” (verbo “*to intend*”, em inglês), formato seguido por grande parte dos trabalhos, o que revela, portanto, que esse tipo de redação parece ser o mais adequado para se estudar o tema em questão (RAYBOULD; SEAR, 2020). De fato, utilizar na própria redação da questão o termo “pretender” (“*to intend*”), direciona o pensamento dos indivíduos para uma escolha mais planejada. O *Generations and Gender Survey* (GGS) possui um exemplo desse tipo de variável (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018): “*Do you intend to have a/another child during the next three years?*”²⁴. Além disso, é considerada de curto prazo (*short-term intentions*), por estipular o período de três anos, e, portanto, possui maior poder preditivo da fecundidade observada em comparação com uma variável de longo prazo. Já a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS) aplicada no Brasil em 2006, e utilizada como uma das fontes de dados para a segunda análise empírica desta tese, faz uso do verbo “querer” (“*to want*”). A variável, em sua redação literal, pergunta: “Agora queria fazer algumas perguntas sobre o futuro. Quer ter um(a) filho(a)/outro(a) filho(a) ou prefere não ter filho(a)/mais filhos(as)?”.

Como se pode ver, os exemplos no GGS e na PNDS não questionam sobre um possível número ideal de filhos, mas sobre se o respondente *pretende/pensa em/gostaria de ter o primeiro ou o próximo filho*. Ao ressaltar o contexto futuro, levam em consideração os possíveis obstáculos correntes e/ou vindouros. Estas são, portanto, mais confiáveis se comparadas aos ideais/desejos/preferências (BONGAARTS, 1990): “*There are no obvious reasons for a woman to over or underreport her preference for continued childbearing*” (BONGAARTS, 1990, p. 494). No caso da variável da PNDS, seria possível argumentar que não possui a mesma força preditiva se comparada à variável do GGS. Isso pois, na medida em que não restringe o intervalo temporal, abre-se espaço para a possibilidade de surgimento de novos obstáculos ou fatores que limitem os indivíduos de concretizarem suas escolhas (MILLER; PASTA, 1995; SCHOEN *et al.*, 1999; QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; LIEFBROER, 2005; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; PHILIPOV, 2009; PHILIPOV; BERNARDI, 2011; SOBOTKA, 2011; RAYBOULD; SEAR, 2020). Além disso, a pergunta do GGS utiliza diretamente o termo “pretende” (ou “*intend*” em inglês), o que confere um maior grau de previsibilidade em comparação com a questão da PNDS que utiliza “quer” e “prefere”. Ainda que a forma de se perguntar na PNDS não seja tão adequada quanto a do GGS, é uma

²⁴ Tradução livre do autor: “Você pretende ter um/outro filho nos próximos três anos?”.

questão que garante a possibilidade de se investigar sobre o filho subsequente. E, como ressalta Bongaarts (1990), uma pergunta sobre o próximo filho possui pouca chance de viés, o que confere, em última instância, menor grau de limitação do que questões sobre o número ideal desejado.

Para concluir essa discussão, qualquer medida utilizada, seja ela de desejos/ideais ou intenções de fecundidade, possui algum grau de limitação, ao passo em que sofrem influência das circunstâncias vigentes ao longo do curso de vida (BASTEN; SOBOTKA; ZEMAN, 2013). Ocorre que, como exposto ao longo de todo este subcapítulo (2.1 e 2.1.1), os desejos/ideais não só sofrem de limitações específicas (normas sociais, racionalização, respostas não numéricas), como também se encontram mais distantes do comportamento reprodutivo propriamente dito. Por isso, este trabalho prioriza o uso de variáveis de intenções de fecundidade para investigar a relação existente com equidade de gênero na família. A variável do GGS utilizada na análise dos países desenvolvidos é, conforme o que discute a literatura, aquela com menor nível de limitações, uma vez que restringe o intervalo de tempo e ainda utiliza termos (“pretende”/ “*to intend*”) que remetem, de forma mais clara, aos planos concretos para o evento estudado (MILLER; PASTA, 1995; SCHOEN *et al.*, 1999; QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; LIEFBROER, 2005; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; PHILIPPOV, 2009; PHILIPPOV; BERNARDI, 2011; SOBOTKA, 2011; RAYBOULD; SEAR, 2020). A variável da PNDS, apesar de não restringir um período de tempo, nem utilizar os mesmos termos do GGS, questiona as escolhas sobre o filho subsequente, o que a qualifica como relativamente isenta de qualquer viés, e, portanto, em alguma medida, superior à medidas de desejos/ideais (BONGAARTS, 1990).

2.2 Determinantes e condicionantes das intenções (e também dos desejos/ideais) de fecundidade

Mais à frente, o subcapítulo 3.3 discute com profundidade a relação entre intenções e equidade de gênero na família, tema central deste trabalho, porém, o que se propõe, neste subcapítulo, é apresentar como outras variáveis se associam ou podem influenciar as intenções ou os ideais de fecundidade. São discutidos fatores nos níveis micro, meso e macro, que, de alguma forma, estão relacionados ou influenciam as intenções de fecundidade. Dentre outros, discute-se

escolaridade, renda, idade, parturição e conjugalidade, no nível micro; interação social, no nível meso e incerteza econômica, na escala macro.

Começando pelo nível micro, idade é uma variável demográfica chave para entender intenções de fecundidade. Philipov, Spéder e Billari (2006) encontram, para Bulgária e Hungria, que intenções de ter o primeiro ou segundo filho diminui com a idade. De forma semelhante, ao investigar a Holanda, Liefbroer (2009) encontra que ocorre um ajuste para baixo nas intenções com o avançar da idade. Com esse mesmo padrão de associação, outros estudos mostram que adultos na casa dos 30 anos possuem intenções ou ideais menores do que aqueles com 20 anos (QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; RÉGNIER-LOILIER, 2006; TESTA; GRILLI, 2006; HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008). A queda dessas intenções com a idade se relaciona à discussão sobre *moving target* e curso de vida, uma vez que os indivíduos estão sujeitos a mudanças em, por exemplo, uniões, carreira/trabalho e escolaridade, além do fato de a fertilidade ser inversamente proporcional à idade, o que, pode acabar impactando o cálculo consciente das mulheres e dos casais (RÉGNIER-LOILIER, 2006; LIEFBROER, 2009). Sobre a efetiva transformação dessas intenções em fecundidade observada, Heaton, Jacobson e Holland (1999) e Berrington (2004) apontam para uma queda da probabilidade de atingir a parturição planejada (ou desejada) na medida em que se avança na idade.

Kodzi, Johnson e Casterline (2012) discutem que as preferências de fecundidade tendem a ser formadas, em maior medida, dentro dos casamentos e uniões. Em relação, portanto, à situação conjugal, Engelhardt (2004) encontra, com dados da Áustria, que mulheres nunca casadas possuem ideais de família menores do que mulheres casadas ou divorciadas/separadas. Liefbroer (2009) mostra que mulheres casadas na Holanda possuem intenções mais elevadas do que mulheres que coabitam ou que não possuem parceiro. De forma semelhante, na Itália, Régnier-Loilier e Vignoli (2011) encontram que mulheres casadas querem um maior número de filhos do que mulheres em coabitação. Além disso, indivíduos unidos ou casados possuem maior chance de transformar suas intenções reprodutivas em fecundidade observada (SCHOEN *et al.*, 1999; QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; ENGELHARDT, 2004; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; SPÉDER; KAPITÁNY 2009; RÉGNIER-LOILIER; VIGNOLI, 2011). Por fim, sobre as diferenças entre mulheres e homens, não só aqueles inseridos em uniões, mas também entre os solteiros, encontra-se que as preferências reprodutivas das mulheres tendem a ser um pouco mais elevadas do que as dos homens (ALONSO, 2004).

Tendo em vista que o nascimento de um filho provoca mudanças nas circunstâncias e nos planos individuais, intenções devem ser investigadas em ordens de parturição específicas. A percepção das mulheres e dos homens muda com o nascimento do primeiro ou do filho subsequente, e as experiências com esse(s) filho(s) influenciam nas respostas sobre intenções ou desejos/ideais de fecundidade (UDRY, 1983; ENGELHARDT, 2004; KODZI; JOHNSON; CASTERLINE, 2012): “*Fertility decisions are thus closely linked to how the reproductive life course plays out*” (KODZI; JOHNSON; CASTERLINE, 2012, p. 966). Estudos mostram que mulheres que possuem um filho possuem maior probabilidade de reportarem a intenção pelo próximo filho comparadas com mulheres que possuem pelo menos dois filhos (BALBO; MILLS, 2011; BÜHLER; FRATCZAK, 2007). De forma semelhante, Thomson (1997) encontra uma associação inversa entre intenções de fecundidade e parturição. Sobre a transformação das preferências reprodutivas em fecundidade observada, quanto maior o número de filhos, maiores são os ideais, o que reflete um efeito de seleção, no sentido de que aqueles com mais filhos são também quem tem maior probabilidade de desejá-los (ENGELHARDT, 2004; HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008). Essa situação se relaciona à limitação denominada “racionalização” discutida em 2.1.1.

Outra variável que recebe elevada atenção em discussões sobre intenções de fecundidade é escolaridade, a qual, historicamente, tende a se associar negativamente com intenções reprodutivas em contextos de elevada fecundidade, mas passou a se relacionar também positivamente em contextos de fecundidade baixa (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2005). De forma geral, Heiland, Prskawetz e Sanderson (2005) mostram que ideais de fecundidade mais elevados estão associados a maiores níveis de escolaridade na Alemanha. Discutem esses resultados chamando atenção para o fato de o *gap* entre número ideal de filhos e fecundidade observada ser maior entre aqueles com maior escolaridade. Dados do *Eurobarometer Survey* de 2006 e 2011 confirmam o mesmo padrão de associação para diferentes países europeus. Mulheres com maiores níveis de escolaridade possuem intenções de fecundidade mais elevadas do que suas contrapartes. Em consonância, mulheres em contextos nos quais investimentos em capital humano e na família tendem a ser alternativas paralelas, e não incompatíveis, tendem a apresentar maiores intenções de fecundidade (TESTA, 2014). Este resultado sugere que as intenções são, de fato, racionalizadas, e considera os obstáculos. Nesse mesmo sentido, Mencarini, Vignoli e Gottard (2014) discutem que mulheres com maior escolaridade possuem maiores oportunidades no mercado de trabalho e maior poder de

barganha no domicílio, o que estimula uma maior divisão do trabalho doméstico não remunerado entre os parceiros, e, conseqüentemente aumenta as intenções de fecundidade. Sobre a transformação das intenções em fecundidade observada, estudos mostram que mulheres com maior escolaridade possuem maior probabilidade de ter um número de filhos abaixo do planejado ou desejado (QUESNEL-VALLÉE; MORGAN, 2003; MORGAN; RACKIN, 2010), provavelmente em decorrência dos maiores custos de oportunidade existentes entre esses grupos mais escolarizados (BECKER, 1991), questão central para a discussão do Capítulo 3 que alia as intenções de fecundidade com equidade de gênero.

Situação econômica da família é outro importante e recorrente determinante das intenções de fecundidade. É possível discutir esse ponto sob a luz da teoria microeconômica da fecundidade (BECKER, 1960; BECKER, 1981; BECKER, 1991). Segundo esta, a demanda por filhos é função tanto das preferências por filhos, dos custos monetários e de oportunidades e da renda. Os custos que envolvem os filhos, por exemplo, alimentação, vestuário, e educação, aumentam não só com o aumento nos preços desses bens, mas também devido ao fato de os casais passarem a prover maior qualidade de vida aos seus filhos. Tendo em vista que qualidade e quantidade possuem elasticidade²⁵ positiva com a renda, a intenção pelo próximo filho reflete o cálculo dos indivíduos sobre aquele que seria o número ótimo de filhos, isto é, o maior número de filhos com a mais elevada qualidade (considerando ainda um contexto econômico de interesses competitivos). Portanto, rendas mais altas elevam as preferências por filhos (quantidade) ao mesmo tempo que rendas mais altas aumentam a qualidade almejada para esses filhos. Entretanto, qualidade é mais elástica com a renda do que quantidade, isto é, a variação da renda provoca uma variação maior na qualidade do que na quantidade—daí a explicação econômica para a queda da fecundidade (BECKER, 1960; LEE, 2015).

Além do provimento de maior qualidade aos filhos, é preciso considerar os crescentes custos de oportunidades para as mulheres, o que, em conjunto, produz uma histórica associação negativa entre renda e intenções de fecundidade ou fecundidade observada (BECKER, 1960; LEE, 2015). Apesar disso, é importante ressaltar que estudos recentes têm encontrado e discutido um enfraquecimento dessa histórica associação negativa, assim como uma reversão dessa associação, isto é, o surgimento de uma associação positiva em contextos de elevado nível

²⁵ Alteração em uma determinada variável, dada a variação em outra variável (Becker, 1991).

de desenvolvimento (MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2009; THÉVENON; LUCI-GREULICH, 2013; FOX; KLÜSENER; MYRSKYLÄ, 2019): “*While a global national-level comparison still tends to demonstrate a negative relationship between fertility and development levels, recent evidence suggests that among high-income countries this relationship may transition from negative to positive*” (FOX; KLÜSENER; MYRSKYLÄ, 2019, p. 488). O surgimento dessa associação positiva em contextos de maior desenvolvimento está em consonância e se relaciona com as evidências discutidas anteriormente sobre fecundidade e escolaridade, assim como a associação entre fecundidade e equidade de gênero, aprofundada no Capítulo 3.

Ainda no nível micro, apesar de menos recorrente na literatura, religião é outra característica investigada em conjunto de intenções de fecundidade. Alguns estudos mostram que mulheres com afiliação religiosa planejam ou desejam ter mais filhos do que mulheres sem qualquer afiliação religiosa (ADSERA, 2006; BILLARI; PHILIPOV; TESTA, 2009; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011). Dentre os indivíduos com alguma afiliação religiosa, aqueles considerados de atitudes mais conservadoras possuem ideais de fecundidade mais elevados do que suas contrapartes (ADSERA, 2006). Quanto à transformação dessas intenções em fecundidade observada, Spéder e Kapitány (2009) encontram para a Hungria que pessoas sem afiliação religiosa possuem maior chance de adiar ou abandonar suas intenções prévias do que indivíduos católicos.

No nível meso, a discussão sobre determinantes das intenções de fecundidade perpassa por *interação social*. Interação social pode ocorrer através de aprendizado (*social learning*), isto é, através do conhecimento e observação das ações e atitudes de outros, ou influência (*social influence*), quando os indivíduos são restringidos e moldados por seus pares e grupos próximos (BONGAARTS; WATKINS, 1996; MONTGOMERY; CASTERLINE, 1996; KOHLER, 2001). Nesse sentido, segundo Balbo e Milss (2011): *Childbearing decisions are not made in a vacuum, but are influenced by the personal network in which they are embedded—the web of informal relationships that an individual shares with relatives and peers* (BALBO; MILSS, 2011, p.335). De uma forma ou de outra, interação social acaba por provocar a tendência de o indivíduo compartilhar das crenças dos grupos nos quais ele se insere, seja através do aprendizado, seja através da influência. Há, nesse contexto, tanto a necessidade desse indivíduo reforçar o seu próprio senso de identidade, como a existência de uma pressão por parte desses grupos, de forma direta ou indireta (ROSSIER; BERNARDI, 2009).

Alguns estudos demonstram empiricamente como processos de interação social se relacionam a intenções e/ou desejos de fecundidade. Baseado na Teoria do Comportamento Planejado (TCP), Billari, Philipov, e Testa (2009) encontram que a pressão exercida por grupos considerados relevantes influencia as intenções por filhos das mulheres. Balbo e Mills (2011) também mostram que a pressão social, proveniente principalmente dos familiares e amigos mais próximos, está associada a intenções pelo segundo ou terceiro filho. Colegas de trabalho (HENSVIK; NILSSON, 2010) e vizinhos (Bloom *et al.*, 2008) também podem influenciar as intenções e o comportamento reprodutivo dos indivíduos. Já Dommermuth, Klobas e Lappégård (2011) encontram que quanto mais os indivíduos se sentem apoiados por seus familiares e amigos, maior a chance de desejarem ter seus filhos naquele mesmo momento, comparado à um estágio futuro da vida.

O conceito de *capital social* é outro relacionado à interação social. Capital social trata dos diferentes tipos de recursos aos quais os indivíduos adquirem acesso através das relações pessoais. Encontrou-se para Bulgária e Hungria (PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006) e Polônia (BÜHLER; FRATZCAK, 2007) uma associação positiva entre capital social (medido através de diferentes recursos econômicos e emocionais) e intenções de fecundidade ou fecundidade observada. O auxílio informal da rede familiar pode ser também entendido como um tipo de recurso adquirido através das relações pessoais, e, portanto, de capital social. Alguns estudos mostram que o auxílio informal dos familiares possui o efeito de aumentar as intenções de fecundidade entre as mulheres (FIORI, 2011; FIORI, 2013; YU; KUO, 2017). Tanskanen e Rotkirch (2014) analisam especificamente o suporte no cuidado dos filhos e o suporte emocional das avós e dos avôs às mães, e encontram que maior suporte nessas duas esferas aumenta as intenções pelo segundo e pelo terceiro filho na França, Noruega e Bulgária.

Também relacionado à interação social, Régnier-Loilier (2006) discute que o número de irmãos, e, portanto, em alguma medida, as preferências dos pais, influencia as intenções e desejos dos filhos: *The influence of family background may operate indirectly by the passive internalization of parents' expressed values, or more directly as a result of pressure* (RÉGNIER-LOILIER, 2006, p. 166). Em média, quanto maior o número de irmãos, mais filhos os homens e mulheres desejam ter. O autor ressalta, no entanto, que essa correlação positiva não significa que as pessoas desejam replicar exatamente o comportamento dos pais, o que pode ser comprovado pela própria queda da fecundidade (RÉGNIER-LOILIER, 2006).

Nesse mesmo contexto, o trabalho de Monkediak e Bras (2017) investiga a influência de sistemas familiares (*family systems*) nas intenções de fecundidade. Sistemas familiares são um conjunto de normas, valores e/ou práticas que compõem a organização familiar, a qual, por sua vez, se insere num determinado contexto social e geográfico. Tem a ver, portanto, com a forma que determinados processos e ritos ocorrem, dentre eles, casamento e uniões, transmissão de propriedades e relações de gênero. A partir do arcabouço da Teoria do Comportamento Planejado (TCP) (AJZEN, 1991), Monkediak e Bras (2017) encontram que sistemas familiares são peça importante para a formação das intenções de fecundidade, e, as influenciam através da moderação das atitudes (os custos e benefícios percebidos pelo próprio indivíduo) em relação às normas subjetivas (importância dada pelo indivíduo à aprovação ou desaprovação de pessoas próximas). Vê-se, portanto, que a literatura possui interesse em entender as intenções de fecundidade através da investigação da interação social que ocorre dentro da estrutura familiar (RÉGNIER-LOILIER, 2006; HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2008; MONKEDIEK; BRAS, 2017).

Já no nível macro, a incerteza econômica influencia as intenções por filhos. Pessoas inseridas em sociedades que enfrentam condições de incerteza podem optar por adiar o nascimento de um filho até que as condições se tornem mais estáveis (MILLS; BLOSSFELD, 2005; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; SOBOTKA; BILLARI; KOHLER, 2010). Nesse meio tempo, novas circunstâncias e/ou obstáculos podem levar essas pessoas a revisar as suas intenções prévias, o que remete ao conceito do *moving target* (MORGAN, 2001). Estudos mostram que a insegurança quanto à manutenção do emprego (ou diminuição dos salários) diminui as intenções de fecundidade (UNDESA, 2008; KUHN; TRAPPE, 2016; SOBOTKA; BILLARI; KOHLER, 2010). Outros trabalhos analisam diretamente a fecundidade observada, e encontram que quanto maior o desemprego, menor é a fecundidade e maior é o adiamento (MACUNOVICH, 1996; ADSERA, 2004; ADSERA, 2010; ADSERA, 2011).

Indicadores de bem-estar social são relacionados aos domínios que incluem saúde, longevidade, trabalho e emprego, escolaridade e formação de uniões. E, de forma contrária à incerteza econômica, fatores relacionados ao bem-estar social possuem efeito de aumentar as intenções de fecundidade em países europeus. Além disso, quanto maior a parturição e a idade, maiores são os efeitos de indicadores ou ações de bem-estar nas intenções. Matsuo e Matthijs (2016) discutem que políticas voltadas ao bem-estar da família podem influenciar positivamente nos níveis de fecundidade.

Por fim, incentivos e transferências de ordem financeira possuem um efeito positivo na fecundidade, apesar desse efeito tender a ser pequeno e temporário (GAUTHIER; HATZIUS, 1997; THÉVENON, 2011). Sobotka (2011) argumenta que estes pequenos e temporários efeitos decorrem de fatores como ineficiência em reduzir os custos de oportunidade das mulheres, pouca cobertura dos custos efetivos (finais) dos filhos e a inexistência de uma continuidade desses incentivos (acabam sendo apenas de caráter pontual). Pequenos e temporários efeitos são também encontrados para políticas e serviços que tratam do provimento de licenças remuneradas do emprego (ADSERA, 2004). Por outro lado, políticas que disponibilizam e/ou facilitam acesso a serviços formais de cuidado dos filhos, como creches, possuem maior influência positiva na fecundidade (HILGEMAN; BUTTS, 2009; RINDFUSS *et al.*, 2010; LUCI-GREULICH; THÉVENON, 2010). Analisando diferentes políticas públicas, Gauthier (2007) conclui que tais serviços facilitadores possuem efeitos de menor magnitude no número de filhos e um maior efeito no *timing* da fecundidade.

De forma geral, as evidências no nível macro mostram que a oferta de serviços facilitadores institucionais auxiliam os casais colocarem em prática suas intenções e/ou desejos de fecundidade (SOBOTKA, 2011; THÉVENON; LUCI-GREULICH, 2013). Exemplo disso é discutido por Régnier-Loilier e Vignoli (2011) em estudo que mostra uma diferença entre dois contextos. A França, com maior presença de políticas públicas e oferta de serviços, possui maior proporção de casais que realiza suas intenções de fecundidade do que a Itália, com menor nível de suporte institucional nessa área.

Esta seção mostra, portanto, que distintos determinantes, em diferentes níveis, se associam a intenções de fecundidade. Ainda que existam outros determinantes, a literatura discute, com maior recorrência, variáveis como idade, situação conjugal, parturição, escolaridade, renda e religião no nível micro; interação social e capital social no nível meso; e, incerteza econômica, bem-estar social e transferências financeiras no nível macro.

2.3 Fecundidade, intenções e desejos/ideais de fecundidade no contexto de países com fecundidade baixa e níveis elevados de desenvolvimento

É também importante apresentar o contexto geral de fecundidade, intenções e desejos/ideais de países com fecundidade baixa e maiores níveis de desenvolvimento, sobre os quais a primeira análise empírica desta tese discute a partir dos dados do *Generations and Gender Survey* (GGS).

A subseção seguinte (2.3.1) trata particularmente do contexto brasileiro, país investigado pela segunda análise empírica deste estudo.

Antes de entrar especificamente nas intenções e nos desejos/ideais, assim como na relação destas com a fecundidade observada, é interessante iniciar por uma breve apresentação do contexto geral histórico de fecundidade dos países desenvolvidos. Castles (2003) mostra que, entre 1960 e 1980, a taxa de fecundidade total (TFT) de período caiu vertiginosamente em um grupo de 21 países (dentre eles, diversos europeus, EUA, Canadá, Austrália, Nova Zelândia e Japão). Ela permanece em queda no período subsequente entre 1980 e 1998 na maioria desses países, porém, a maior taxa de declínio ocorreu no período anterior. A TFT média desse conjunto de países sai de 2,88 em 1960, para 1,87 em 1980 e 1,59 em 1998²⁶.

Sobotka (2011) ressalta a existência de dois grandes grupos de países na Europa. Aqueles de “maior fecundidade” apresentam taxas entre 1,7 e 2,2, e, incluem países mais à Oeste e Norte, como Reino Unido, França, Irlanda, Bélgica, Holanda e os países Escandinavos. O grupo de países composto por aqueles de língua alemã (Áustria, Alemanha e Suíça), do Sul (Itália, Grécia, Portugal e Espanha), além de Centro e Leste (Rússia, República Tcheca, Hungria, Lituânia, Polônia, Eslováquia, Bulgária e Romênia), apresentam taxas mais baixas. Destaca ainda a distinção de dois outros grupos de países desenvolvidos. O primeiro, composto por Austrália, Estados Unidos e Nova Zelândia possui níveis de fecundidade semelhantes aos dos países de maior fecundidade na Europa; já países industrializados do Leste da Ásia, como Japão, Coreia do Sul e Taiwan, possuem taxas mais próximas aos países do Sul, Centro e Leste europeus.

Mais especificamente sobre os países da Europa, sobre os quais esta tese possui um de seus focos empíricos, estudos sobre países do Centro e Leste salientam a queda da fecundidade ocorrida no período após a abertura de mercado (e dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) para níveis consideravelmente abaixo da reposição (1,3 a 1,5 filhos por mulher). Ainda que tenham se recuperado, em algum nível, posteriormente, apresentam níveis mais baixos do que outros países europeus mais ao Norte e/ou Oeste. Estes, por sua vez, também após contínua tendência de queda, apresentaram aumento em suas taxas entre 1998 e 2008, o que pode ser parcialmente imputado a distorções do efeito tempo (SOBOTKA, 2004;

²⁶ Para os detalhes de cada país, consultar Castles (2003, p. 212).

PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; GOLDSTEIN; SOBOTKA; JASILIONIENE, 2009; ESHRE CAPRI WORKSHOP GROUP, 2010). Entretanto, mesmo com a referida reversão da tendência de queda, os níveis de fecundidade, não só desses países europeus, como também dos demais países desenvolvidos ao redor do mundo, permanecem abaixo (ou bem abaixo) do nível de reposição.

Frejka (2008) mostra que nos países do Sul, Centro e Leste da Europa, comparativamente ao Norte e Oeste, famílias com dois filhos tem perdido espaço em relação às famílias com zero ou um filho. Também de forma comparativa, o Sul, Centro e Leste possuem menor fecundidade que o Norte e Oeste (Sobotka, 2011). Estas duas últimas regiões, por sua vez, apresentam maior disponibilidade de políticas e acesso a serviços que facilitam um número de filhos mais elevado. São também países que apresentam níveis mais elevados de equidade de gênero na família (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015).

Feita esta exposição, este subcapítulo adentra especificamente na discussão sobre intenções, desejos/ideais e a relação desses indicadores com fecundidade observada. Como já discutido anteriormente, desejos/ideais (*ideal family size*) são piores preditores da fecundidade observada se comparados a intenções. Ainda assim, são medidas amplamente utilizadas na literatura e que permitem o entendimento do contexto geral de preferências reprodutivas. Além disso, mesmo que os desejos/ideais não possuam o poder de previsão das intenções, podem esclarecer contextos e sugerir tendências (HIN *et al.*, 2011).

Apesar dos níveis de fecundidade abaixo da reposição, grande parte dos países desenvolvidos apresenta “dois filhos” como ideal de fecundidade (*two-child fertility ideal*) (BONGAARTS, 2001; GOLDSTEIN; LUTZ; TESTA, 2003; ALONSO, 2004; HAGEWEN; MORGAN 2005; MORGAN; TAYLOR 2006; TESTA, 2012b; SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014): “*In the last several decades a two-child ideal has become nearly universal among women in Europe, with countries that used to display higher ideal family size converging over time toward a two-child norm*” (SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014, p. 391). Além da preferência por “dois filhos”, Alonso (2004) e Testa (2012b) mostram que “três filhos” é a segunda opção mais reportada. Comparando os países membros da União Europeia, Alonso (2004) ainda destaca a distinção de dois grupos. Áustria e Alemanha compreendem uma área com baixos desejos de fecundidade, ao passo que países escandinavos e França formam um grupo com ideais mais

elevados. Além de Áustria e Alemanha, Testa (2012b) resalta os ideais mais baixos entre países do Leste e Sul da Europa, comparados aos do Norte e Oeste.

A Base de Dados da Família da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), ou *OECD Family Database*²⁷ (OECD, 2022), realiza o trabalho de compilação de diversos indicadores transnacionais sobre estrutura da família e outros diferentes tópicos. Dentre eles, o tamanho ideal de família. A Tabela 1 apresenta dados do *Eurobarometer Survey* de 2011, e ilustra a visão *geral* dos respondentes sobre qual seria o número ideal de filhos de uma determinada família. Trata, portanto, dos ideais macro (gerais) discutidos na subseção 2.1.1 (HIN *et al.*, 2011; TESTA, 2012b), os quais são endereçados a partir da seguinte questão presente no *Eurobarometer Survey* de 2011 (TESTA, 2012b; OECD, 2022): *Generally speaking, what do you think is the ideal number of children for a family?*²⁸.

Pode-se ver que o número ideal geral de filhos (*ideal general number of children*) mais frequente em cada um dos vinte e sete países reunidos compreende dois filhos. Em média, 55,70% das mulheres de 15 a 39 anos acreditam que ter dois filhos é o ideal para uma dada família. Esse percentual varia do mínimo de 33,96 na Irlanda para o máximo de 75,09% na Bulgária.

²⁷ <https://www.oecd.org/social/family/database.htm>.

²⁸ Tradução livre do autor: “De um modo geral, qual você acha que é o número ideal de filhos para uma família?”

TABELA 1 – Distribuição percentual (%) de mulheres (15 a 39 anos) por número ideal geral de filhos e por país

| País | Sem filhos | 1 filho | 2 filhos | 3 filhos ou mais | Sem número ideal / não sabe |
|------------------|------------|---------|----------|------------------|-----------------------------|
| Estônia | 0,00 | 2,58 | 42,78 | 50,23 | 4,41 |
| Finlândia | 1,75 | 4,63 | 42,12 | 46,43 | 5,06 |
| Irlanda | 0,74 | 2,71 | 33,96 | 43,37 | 19,21 |
| Letônia | 0,91 | 6,79 | 48,59 | 41,32 | 2,39 |
| Chipre | 0,46 | 5,68 | 52,40 | 40,03 | 1,43 |
| Dinamarca | 0,53 | 1,45 | 47,28 | 39,20 | 11,54 |
| Suécia | 0,79 | 3,11 | 52,23 | 34,82 | 9,04 |
| Grécia | 2,97 | 9,19 | 51,18 | 31,37 | 5,29 |
| Lituânia | 1,19 | 7,15 | 57,76 | 28,80 | 5,10 |
| Eslovênia | 1,27 | 3,61 | 57,06 | 28,33 | 9,72 |
| França | 0,45 | 4,37 | 61,61 | 27,80 | 5,77 |
| Polônia | 1,73 | 9,55 | 54,18 | 26,17 | 8,38 |
| Bélgica | 2,28 | 7,33 | 60,04 | 24,97 | 5,37 |
| Luxemburgo | 0,29 | 5,66 | 60,97 | 24,64 | 8,43 |
| Reino Unido | 0,67 | 3,96 | 50,99 | 24,12 | 20,26 |
| Holanda | 1,60 | 3,03 | 55,34 | 22,67 | 17,36 |
| Hungria | 2,40 | 11,40 | 62,81 | 22,40 | 0,99 |
| Eslováquia | 0,45 | 12,51 | 59,45 | 21,52 | 6,07 |
| Espanha | 2,02 | 9,87 | 66,35 | 17,49 | 4,26 |
| Alemanha | 4,03 | 6,74 | 59,01 | 17,05 | 13,17 |
| Áustria | 3,73 | 14,31 | 50,19 | 16,87 | 14,89 |
| Itália | 3,20 | 14,32 | 53,58 | 16,06 | 12,84 |
| Portugal | 2,59 | 18,13 | 60,00 | 15,57 | 3,72 |
| Malta | 2,79 | 18,18 | 59,23 | 13,33 | 6,47 |
| Romênia | 1,68 | 12,62 | 65,94 | 11,85 | 7,91 |
| Bulgária | 0,28 | 7,62 | 75,09 | 11,39 | 5,62 |
| República Tcheca | 1,81 | 14,21 | 63,76 | 11,10 | 9,12 |
| Média | 1,58 | 8,18 | 55,70 | 26,26 | 8,29 |

Fonte: Elaboração própria com base em *OECD Family Database (2022)*, a partir de dados do *Eurobarometer Survey 2011* (<https://www.oecd.org/social/family/database.htm>).

Desses vinte e sete países, oito se encontram na análise do GGS realizada por esta tese: Lituânia, França, Polônia, Bélgica, Alemanha, Áustria, Romênia e Bulgária. Todos eles apresentam percentuais acima dos 50% para dois filhos. Além disso, França, Bélgica, Romênia e Bulgária possuem mais de 60% de mulheres com dois filhos como ideal. Vale ressaltar também que o levantamento da *OECD Family Database* se assemelha aos achados de Alonso (2004) e Testa (2012b), e mostra o ideal geral de três filhos como o segundo mais reportado na maioria dos

países. Dos países que não seguem esse padrão, Estônia, Finlândia e Irlanda possuem o ideal de três filhos como o mais frequente; e Portugal, Malta, Romênia e República Tcheca apresentam o ideal de um filho como o segundo mais recorrente.

Apesar desse indicador macro sobre os ideais de fecundidade prover uma noção sobre o contexto geral dos países, o indicador que trata dos desejos/ideais individuais são geralmente preferidos (no que tange a desejos) por relatar o desejo pessoal do respondente. Comparados a intenções de fecundidade, ambas as medidas de desejo refletem, em maior nível, as normas sociais vigentes, no entanto, o desejo individual tende a apresentar menor viés (HIN *et al.*, 2011; OECD, 2022). Por isso, além da Tabela 1, a *OECD Family Database*, também a partir de dados do a partir dos dados compilados do *Eurobarometer Survey* de 2011, apresenta o número médio individual ideal de filhos por país e gênero de indivíduos com idades entre 15 e 39 anos, exposto na Tabela 2²⁹.

Condizente com a literatura já apresentada (GOLDSTEIN; LUTZ; TESTA, 2003; ALONSO, 2004; HAGEWEN; MORGAN, 2005; MORGAN; TAYLOR, 2006; TESTA, 2012b; SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014) e com os próprios dados da Tabela 2, de forma geral, é possível observar que, em média, o número ideal individual fica em torno dos dois filhos. Calculando a média do conjunto de países, as mulheres possuem um tamanho ideal de família pouco maior que os homens (2,22 vs. 2,12), assim como também reportado por Testa (2012). Dos vinte e sete países, oito apresentam um ideal abaixo de dois para os homens, dentre eles, Áustria, Romênia e Polônia, três países analisados empiricamente por esta tese. Entre as mulheres, a média abaixo de dois ocorre apenas para quatro países, entre os quais se encontram Romênia e Áustria. De forma semelhante à Alonso (2004) e Testa (2012), os países escandinavos (listados nas tabelas) e a França apresentam ideais mais elevados que Alemanha e Áustria (destaque para a Áustria com a menor média).

Como principal conclusão das Tabelas 1 e 2, tem-se que, corroborando com os estudos da área (GOLDSTEIN; LUTZ; TESTA, 2003; ALONSO, 2004; HAGEWEN; MORGAN, 2005; MORGAN; TAYLOR, 2006; TESTA, 2012b; SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014), em ambos os níveis geral e individual, há uma preferência por dois filhos nos países desenvolvidos

²⁹ Construído a partir da seguinte questão: “And for you personally, what would be the ideal number of children you would like to have or would have liked to have had?”.

européus: “*The preference for a two-child family is still pervasive in Europe and it has even been growing in the EU-15 countries over the decade 2001-2011*” (TESTA, 2012b, p.4).

TABELA 2 – Média do número ideal individual de filhos por país e sexo de indivíduos com idades entre 15 e 39 anos

| País | Homens | Mulheres |
|------------------|--------|----------|
| Irlanda | 2,55 | 2,58 |
| Chipre | 2,57 | 2,59 |
| Dinamarca | 2,28 | 2,56 |
| França | 2,25 | 2,49 |
| Finlândia | 2,16 | 2,46 |
| Estônia | 2,29 | 2,41 |
| Bélgica | 2,15 | 2,33 |
| Suécia | 2,33 | 2,48 |
| Holanda | 1,81 | 2,30 |
| Eslovênia | 2,49 | 2,37 |
| Polônia | 1,96 | 2,13 |
| Reino Unido | 2,14 | 2,30 |
| Luxemburgo | 2,08 | 2,22 |
| Letônia | 2,32 | 2,30 |
| Grécia | 2,15 | 2,18 |
| Alemanha | 2,08 | 2,05 |
| Lituânia | 2,11 | 2,17 |
| Espanha | 2,05 | 2,09 |
| Eslováquia | 1,85 | 2,04 |
| Hungria | 2,14 | 2,03 |
| Malta | 1,82 | 2,00 |
| Portugal | 2,05 | 2,05 |
| República Tcheca | 1,93 | 1,97 |
| Itália | 1,94 | 1,99 |
| Bulgária | 2,01 | 2,00 |
| Romênia | 1,96 | 1,89 |
| Áustria | 1,68 | 1,85 |
| Média | 2,12 | 2,22 |

Fonte: Elaboração própria com base em *OECD Family Database (2022)* a partir de dados do *Eurobarometer Survey 2011* (<https://www.oecd.org/social/family/database.htm>).

Além dos indicadores sobre número ideal de filhos, a *OECD Family Database* (OECD, 2022) através dos dados do *Eurobarometer Survey* de 2011, também produz o levantamento do tamanho médio final da família pretendido (*mean ultimately intended family size*), apresentado a partir do seguinte conceito: “*In addition to the children already born to parents the remaining number of “intended” children provides an estimation of the “ultimately intended family size”*” (OECD, 2022). Portanto, pergunta-se, primeiramente, se o respondente já teve filho, e, se sim,

quantos³⁰. Em seguida, pergunta-se quantos filhos ainda planeja ter³¹. A Tabela 3 expõe, para cada país (mulheres entre 25 e 39 anos): (1) o número médio de filhos tidos na data da pesquisa; (2) o número médio de filhos ainda pretendidos/planejados; e, por conseguinte, (3) a soma dos dois, isto é, a intenção final (*ultimately intended*).

TABELA 3 – Médias de filhos tidos, intenção e intenção final de mulheres entre 25 e 39 anos por país

| País | Filhos tidos | Intenção | Intenção final |
|------------------|--------------|----------|----------------|
| Irlanda | 1,66 | 1,09 | 2,74 |
| França | 1,62 | 0,98 | 2,60 |
| Estônia | 1,50 | 0,94 | 2,44 |
| Finlândia | 1,53 | 0,84 | 2,38 |
| Dinamarca | 1,44 | 0,92 | 2,36 |
| Hungria | 1,52 | 0,79 | 2,31 |
| Suécia | 1,28 | 1,00 | 2,29 |
| Reino Unido | 1,38 | 0,90 | 2,27 |
| Letônia | 1,56 | 0,70 | 2,27 |
| Chipre | 1,00 | 1,20 | 2,20 |
| Lituânia | 1,30 | 0,89 | 2,19 |
| Bélgica | 1,39 | 0,68 | 2,07 |
| Grécia | 1,08 | 0,98 | 2,06 |
| Eslovênia | 1,16 | 0,88 | 2,04 |
| Eslováquia | 1,23 | 0,80 | 2,03 |
| Luxemburgo | 1,38 | 0,64 | 2,03 |
| Holanda | 1,02 | 0,96 | 1,98 |
| Polônia | 1,27 | 0,71 | 1,98 |
| República Tcheca | 1,30 | 0,65 | 1,95 |
| Malta | 1,28 | 0,66 | 1,94 |
| Bulgária | 1,24 | 0,69 | 1,93 |
| Alemanha | 1,19 | 0,72 | 1,91 |
| Portugal | 1,38 | 0,49 | 1,87 |
| Espanha | 1,03 | 0,83 | 1,86 |
| Itália | 0,80 | 1,05 | 1,85 |
| Romênia | 1,19 | 0,59 | 1,78 |
| Áustria | 1,07 | 0,67 | 1,74 |
| Média | 1,29 | 0,82 | 2,11 |

Fonte: Elaboração própria com base em *OECD Family Database (2022)* a partir de dados do *Eurobarometer Survey 2011* (<https://www.oecd.org/social/family/database.htm>).

³⁰ How many children, if any, have you had?

³¹ How many (more) children do you intend to have?

Analisando os mesmos vinte e sete países, de uma forma geral, o número de filhos tidos (entre mulheres de 25 e 39 anos) varia entre 1 e 1,5. A média de todos os países é igual a 1,29. Países mais ao Norte e Oeste da Europa (incluindo, por exemplo, Finlândia, Dinamarca, França, Bélgica, Irlanda e Reino Unido), tendem a apresentar maior número de filhos tidos do que países do Sul, Centro ou Leste europeus (dentre eles, Itália, Grécia, Romênia, Polônia, Eslováquia ou República Tcheca), assim como já discutido nesta seção. Quanto às intenções, em média, o conjunto desses países pretende ter 0,82 filhos adicionais. Em média, a intenção final do conjunto total de países equivale a 2,11, sendo, nesse sentido, semelhante à média do número ideal de filhos (2,12 para os homens e 2,22 para as mulheres). Também condizente com os demais indicadores e literatura até aqui apresentados, Áustria e Alemanha apresentam baixas intenções finais (assim como países do Sul da Europa—Itália, Espanha e Portugal). Já países nórdicos e França, apresentam valores mais elevados.

Esse indicador de intenções finais não só reforça a preferência por dois filhos, como, em conjunto dos ideais (Tabelas 1 e 2) e da literatura apresentada até aqui, aponta para a lacuna (*gap*) existente entre preferências reprodutivas e fecundidade observada, a chamada “demanda não atendida por filhos” (ou *unmet demand for children*)—quando níveis de fecundidade são inferiores aos níveis de intenções ou desejos de fecundidade (GOLDSTEIN; LUTZ; TESTA, 2003; SOBOTKA, 2011; TESTA, 2012b).

Vale ressaltar, no entanto, que, apesar das diversas evidências concernentes à demanda não atendida por filhos, há também evidências que sugerem uma queda dos ideais e das intenções para níveis abaixo da reposição, o que possui o potencial de, no futuro, diminuir a referida demanda não atendida por filhos (GOLDSTEIN; LUTZ; TESTA, 2003; LUTZ; SKIRBEKK; TESTA, 2006; BILLARI; LIEFBROER; PHILIPPOV, 2006; LUTZ, 2007; TESTA, 2007). Áustria e Alemanha são um exemplo disso. Em ambos os indicadores apresentados (Tabelas 2 e 3), estes países apresentam preferências reprodutivas menores do que 2,1. Antes, Goldstein, Lutz e Testa (2003) já haviam encontrado tamanho ideal de família abaixo da reposição para estes mesmos dois países. Adicionalmente, a Tabela 2 mostra países com ideais abaixo de dois filhos, como é o caso da própria Áustria, Itália, República Tcheca e Romênia. A Tabela 3 também apresenta intenções finais menores do que 2, como é o caso, por exemplo, de Polônia, Bulgária, Alemanha, Romênia e Áustria. Todos são exemplos, portanto, de uma convergência entre intenções e fecundidade observada.

É possível discutir uma explicação teórica para tal convergência através de mecanismos de atuação da denominada “Hipótese da Armadilha da Baixa Fecundidade” (*Low Fertility Trap Hypothesis*) (LUTZ; SKIRBEKK; TESTA, 2006; LUTZ, 2007). De uma forma geral, esta hipótese propõe que prolongados e persistentes níveis de fecundidade baixa produzem um contexto no qual a reversão desses níveis passa a ser cada vez mais difícil. Primeiro, simplesmente em razão do componente de estrutura etária, isto é, baixas taxas de fecundidade, depois de passada a inércia demográfica positiva, produzem um menor quantitativo de mulheres em idades reprodutivas, o que, por sua vez, acarreta menor número de nascimentos subsequentes.

O segundo mecanismo desta “armadilha” é um dos que pode explicar a queda do *gap* e consequente convergência entre intenções/desejos e fecundidade observada. Ele se refere às consequências econômicas de uma população cada vez mais envelhecida, que, com menor população economicamente ativa, aumenta as chances de observar decréscimo de seus indicadores econômicos. Além disso, a seguridade social dos mais jovens se torna cada vez mais ameaçada, o que, por conseguinte, aumenta o hiato entre aspirações e retornos de ordens econômica e de bem-estar dessas coortes mais jovens. Em termos de fecundidade, esse contexto pode produzir adiamento ou até mesmo diminuição do número de filhos. Isto é, uma intenção por filho(s) existente *a priori* pode ser reduzida em função de um cenário de maior dificuldade de se alcançar suas aspirações (LUTZ; SKIRBEKK; TESTA, 2006; LUTZ, 2007).

O terceiro mecanismo, chamado de “sociológico”, também possui um argumento para a queda das preferências reprodutivas e consequente convergência com a fecundidade observada. Segundo ele, através do processo de socialização e aprendizado social, coortes mais jovens serão cada vez mais influenciadas por experiências e contextos nos quais estão presentes um reduzido número de crianças, por exemplo, irmãos, primos, sobrinhos, etc. Se então estas coortes são cercadas por ambientes de poucas crianças, a imagem de um filho tende a perder importância no que elas vivenciam e consideram como uma vida desejável (LUTZ; SKIRBEKK; TESTA, 2006; LUTZ, 2007). O ESHRE Capri Workshop Group (2010) fornece como exemplo ilustrativo deste terceiro mecanismo o contexto de política de filho único vigente por anos na China:

After decades of a one-child policy, young women state that they have never seen a couple with more than one child and that they simply cannot imagine that anybody would want to have more than one child— although now in

Shanghai the government would allow them to have more than one child (ESHRE CAPRI WORKSHOP GROUP, 2010, p. 594).

Por fim, Sobotka (2009) exemplifica a atuação da “Hipótese da Armadilha da Baixa Fecundidade” na Áustria: “*A combination of low fertility rates and low desired family size suggests that Austria constitutes an example of a society where several decades of low fertility might have engendered a preference for small family size and, possibly also a high preference for childlessness*” (SOBOTKA, 2009, p. 388). Portanto, segundo o exposto, com o avançar dos anos e com o “auxílio” desses mecanismos, seria possível observar uma tendência de convergência entre ideais/intenções e fecundidade observada, não através do aumento da fecundidade, mas da diminuição das intenções e desejos de fecundidade.

Vale ressaltar que, embora existam indícios que apontem esta convergência, a maior parte das mulheres ainda parece desejar ou pretender dois filhos, tanto em termos de diferentes subgrupos, quanto analisando os países a nível macro (PHILIPPOV, 2009; SOBOTKA, 2009; SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014): “[...] *none of the analyzed surveys suggests a decline in mean ideal family size to levels considerably below replacement – that is, below 1.9 children per woman*” (SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014, p. 408). Como as próprias Tabelas 2 e 3 também demonstram, a maioria dos países ainda apresenta ideais e/ou intenções de pelo menos dois filhos. E, mesmo naqueles com níveis abaixo dessa marca, os ideais ou intenções permanecem muito próximos de 2, isto é, acima de 1,9 ou 1,8—com exceção da Áustria, país que parece se demonstrar uma exceção (SOBOTKA, 2009; TESTA, 2012b). Corroborando com este ponto, Sobotka e Beaujouan (2014) mostram que a preferência por dois filhos também é característica de países desenvolvidos de fecundidade baixa não europeus, dentre eles, Canadá, Estados Unidos, Austrália, Japão, Coreia do Sul e Taiwan. Finalmente, destacam possíveis motivos para a preferência por dois filhos, dentre os quais estão, adequar-se à norma social, prover companhia ao primeiro filho e ter um filho de cada sexo (SOBOTKA; BEAUJOUAN, 2014).

Portanto, a prevalência da preferência por dois filhos aliada à fecundidade abaixo do nível de reposição denota a permanência da demanda não atendida por filhos. Políticas e medidas, através de um suporte institucional/estatal, que facilitem os casais, e, especialmente as mulheres, terem o primeiro ou próximo filho são possíveis mecanismos de aumento da fecundidade (LIEFBROER, 2009; PHILIPPOV, 2009). Além de suporte institucional, o arcabouço teórico que trata de equidade de gênero e fecundidade discute que o aumento da

equidade na esfera privada (da família), isto é, maior participação masculina na realização das tarefas domésticas, aumenta as intenções e a fecundidade (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015). São possíveis caminhos/soluções para lidar com a demanda não atendida por filhos, e potencial aumento da fecundidade.

2.3.1 Fecundidade, intenções e desejos/ideais de fecundidade no Brasil

Assim como demonstrado até aqui neste subcapítulo, a discussão sobre intenções e desejos de fecundidade nos países desenvolvidos mostra que o interesse está, em grande medida, na investigação do *gap* existente entre preferências e fecundidade observada. A mesma discussão não se encontra em estágio tão avançado em países com níveis similares (baixos) de fecundidade, porém de menor desenvolvimento.³² Ao tratar aqui de países em desenvolvimento, este estudo está particularmente interessado no Brasil, o qual, como demonstrado a seguir, se assemelha aos países de maior desenvolvimento no que tange às baixas taxas de fecundidade.

Uma breve apresentação do contexto de fecundidade mostra que as regiões da América do Sul, Central e Caribe experimentaram um intenso e rápido declínio das taxas de fecundidade. Saíram de um patamar de 5 a quase 7 filhos por mulher em 1950-1955 para uma TFT entre 2 e 2,5 em 2010-2015. Argentina, Uruguai e Cuba formam um grupo considerado de exceção, pois, já nas décadas de 1950 e 1960 as mulheres tinham, em média, de 2,5 a 4 filhos. Entre 2010-2015, além do Brasil, países como Cuba, Porto Rico, Costa Rica, Chile, Uruguai e Colômbia apresentavam níveis de fecundidade abaixo do nível de reposição (GUZMAN, 1989; JUÁREZ; GAYET, 2015; UNITED NATIONS, 2022).

Vale ainda ressaltar que estas regiões apresentam maior heterogeneidade nos níveis de fecundidade entre os seus países se comparadas às regiões com países desenvolvidos discutidos na seção anterior. Enquanto o grupo de países destacado no parágrafo anterior apresenta fecundidade abaixo do nível de reposição, outros países como Guatemala, Haiti e Bolívia apresentam TFTs acima de 3 (UNITED NATIONS, 2022). Além disso, os países destas regiões

³² Vale ressaltar que há uma vasta produção acadêmica preocupada em analisar outro tipo de *gap*, o do contexto de países em desenvolvimento e fecundidade alta, nos quais as mulheres têm mais filhos do que declaram como ideal, ou seja, uma demanda não atendida por controle da fecundidade (CASTERLINE; SINDING, 2000; BRADLEY; CASTERLINE, 2014).

tendem a apresentar (em maior ou menor medida) as seguintes características: maior heterogeneidade nos níveis de fecundidade segundo estrato socioeconômico e escolaridade; menor ritmo de queda da fecundidade entre as adolescentes; e, a formação de família que tende a ocorrer comparativamente em idades mais jovens (CAVENAGHI; ALVES, 2009; ROSERO-BIXBY; CASTRO-MARTÍN; MARTÍN-GARCÍA, 2009; CEPAL, 2012; JUAREZ *et al.*, 2013).

Especificamente sobre o Brasil, assim como ocorreu nos demais países latino-americanos, o processo de transição da fecundidade ocorreu numa velocidade maior se comparado ao observado nos países desenvolvidos (REHER, 2011). O Brasil passou a observar mudanças relevantes, tanto em nível, quanto em estrutura, principalmente a partir dos primeiros anos da década de 1960 (CARVALHO; GARCIA, 2003). A TFT brasileira se mantinha por volta dos 6 filhos no período pré 1960, e com o declínio, chega a menos de 3 na década de 1990 e a 2,3 no ano de 2000. Já em 2006, a PNDS apresenta estimativa de fecundidade abaixo do nível de reposição – com algo em torno de 1,8 filhos por mulher. A fecundidade permanece em queda e chega à média de 1,7 entre 2010 e 2015 (ARILHA; BERQUÓ, 2009; GONZÁLEZ, 2015; UNFPA, 2018; UNITED NATIONS, 2022). O Brasil também apresenta elevada heterogeneidade segundo estrato socioeconômico e escolaridade, com menores níveis de fecundidade entre as mulheres mais escolarizadas e de maior percentil de renda (MIRANDA-RIBEIRO; GARCIA, 2012; COUTINHO; GOLGHER, 2018). Por fim, ainda que o processo de transição da fecundidade tenha ocorrido de forma heterogênea entre as cinco grandes regiões do país, os dados mais recentes mostram taxas muito próximas entre elas, confirmando uma tendência de convergência dos níveis de fecundidade segundo características demográficas e socioeconômicas no país (UNFPA, 2018).

Feita essa contextualização acerca dos níveis de fecundidade, apresenta-se o que a literatura discute sobre desejos/intenções em países em desenvolvimento e no Brasil. Assim como exposto no início deste subcapítulo, diferentemente do que ocorre para os países desenvolvidos, pouca atenção tem sido dada à existência de demanda não atendida por filhos em países em desenvolvimento. Em estágios iniciais da transição da fecundidade, quando estes países em desenvolvimento ainda apresentavam altas taxas de fecundidade, os estudos se preocupavam em analisar a incidência de nascimentos acima do desejado, isto é, uma discrepância positiva (BONGAARTS, 2001). Porém, com o transcorrer da transição, tendo estes países atingido

níveis baixos de fecundidade, há indícios recentes de *gap* negativo, isto é, da já referida demanda não atendida por filhos, como demonstrado pelas evidências a seguir.

Para países como México, Paraguai, República Dominicana, Haiti e Colômbia, estudos já mostram que uma proporção considerável de mulheres termina o período reprodutivo com um número de filhos menor do que o que consideram como ideal. Em alguns casos, inclusive, esse padrão é recorrente não só entre os níveis socioeconômicos mais elevados, mas também entre as demais classes sociais (CHACKIEL; SCHKOLNIK, 2003; PERI; PARDO, 2008; WONG, 2009). No caso específico do Brasil, dados do DHS de 1996 e da PNDS de 2006 mostram uma mudança de padrões. Em 1996, a TFT brasileira se encontrava por volta de 2,5 filhos por mulher, ao passo que a fecundidade desejada (tamanho ideal de família) ficava em apenas 2,2 filhos, havendo, notadamente, uma discrepância por excesso (positiva) no que tange às preferências reprodutivas. Com o aumento do acesso à métodos contraceptivos modernos e expansão de programas de planejamento familiar, os dados da PNDS de 2006 mostraram uma inversão desse padrão, qual seja, TFT por volta de 1,8 filhos por mulher e um número desejado por filhos igual à 2,09 (GONZÁLEZ, 2015; CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016; COUTINHO; GOLGHER, 2018; UNFPA, 2018). Nesse sentido, Carvalho, Wong e Miranda-Ribeiro (2016) concluem: *“Thus, Brazilian women, on average, ended their reproductive period with fewer children than they declared ideal, resulting in negative discrepant fertility”* (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016, p. 4). Esse *gap* possui maior prevalência entre mulheres que residem em áreas urbanas e nas Regiões Sul e Sudeste, além de se apresentar também mais frequentemente entre as mulheres com maiores níveis de escolaridade. (GONZÁLEZ, 2015). Um estudo qualitativo investiga os homens e também identifica a existência de demanda não atendida por filhos (CARVALHO; MIRANDA-RIBEIRO, 2017).

Isto posto, de forma semelhante ao contexto dos países desenvolvidos, o Brasil apresenta fecundidade baixa e menor do que as preferências reprodutivas, as quais revelam, por sua vez, o mesmo padrão normativo de dois filhos por mulher (GONZÁLEZ, 2015; CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016; COUTINHO; GOLGHER, 2018; UNFPA, 2018): “[...] na situação de baixa fecundidade (abaixo do nível de reposição), e com uma TFT que continua diminuindo, uma parcela das mulheres brasileiras não estaria conseguindo implementar suas preferências reprodutivas” (GONZÁLEZ, 2015, p. 15).

Além disso, se no passado recente as mulheres com níveis de escolaridade mais elevados possuíam ideais de fecundidade menores do que mulheres com menor escolaridade, o contexto recente mostra o contrário, isto é, desejo por filhos mais elevado entre as de maior escolaridade (COUTINHO; GOLGHER, 2018). Este resultado está em consonância com trabalhos que investigam os países desenvolvidos, os quais também mostram maiores ideais e intenções de fecundidade entre as mulheres que atingem níveis de escolaridade mais elevados (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2005; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; RINESI, 2009; TESTA, 2014). Portanto, outra similaridade entre os contextos brasileiro e de países desenvolvidos.

Vale destacar, no entanto, que apesar de a média nacional apontar para uma demanda não atendida por filhos, os contextos brasileiro e latino-americano em geral, assim como já discutido, possuem particularidades e heterogeneidades em relação aos seus subgrupos populacionais. Há uma parcela de mulheres com discrepância positiva, isto é, com nascimentos e gravidezes indesejados, principalmente entre as mais jovens (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016; VIGNOLI, 2017). Tal cenário ocorre também em países desenvolvidos, porém, em uma escala menor (SOBOTKA, 2011). No Brasil, essa discrepância positiva tem maior concentração nas regiões Norte e Nordeste e entre as mulheres de menor escolaridade e condição socioeconômica (CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016).

Por fim, nos países em desenvolvimento com fecundidade abaixo do nível de reposição, como é o caso do Brasil, é preciso que se direcione o olhar para a demanda não atendida por filhos, o fenômeno que, na média brasileira, mais se observa atualmente. Porém, é também importante não esquecer que subgrupos populacionais de estratos socioeconômicos mais baixos, especialmente entre as mais jovens, permanecem apresentando fecundidade indesejada, e, portanto, seguem demandando meios de regulação da fecundidade (GONZÁLEZ, 2015; CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016; VIGNOLI, 2017; COUTINHO; GOLGHER, 2018; UNFPA, 2018).

3 A RELAÇÃO ENTRE FECUNDIDADE, INTENÇÕES DE FECUNDIDADE E EQUIDADE DE GÊNERO

Este capítulo é dedicado a discutir como fecundidade e intenções de fecundidade se relacionam com equidade de gênero. Primeiramente, são apresentados os principais conceitos de gênero e equidade de gênero, assim como contextualizados os países no que tange a estatísticas sobre equidade de gênero. O segundo subcapítulo é focado, exclusivamente, em discutir o arcabouço teórico que tangencia a relação entre fecundidade/intenções de fecundidade e as diferentes dimensões de equidade de gênero. O terceiro subcapítulo é dedicado a discutir o arcabouço de evidências empíricas sobre esta associação investigada.

3.1 Importantes conceitos sobre gênero e equidade de gênero e estatísticas sobre equidade de gênero no contexto de diferentes países

Antes de se aprofundar na discussão acerca da relação entre fecundidade e equidade de gênero (3.2), tendo em vista a grande quantidade de conceitos relacionados à equidade de gênero, este subcapítulo foca em introduzir do que se trata esta variável neste trabalho, apresentando a literatura e os termos geralmente utilizados em discussões que envolvem componentes demográficas. Além disso, apresenta, de forma breve, o contexto de equidade de gênero, tanto na esfera pública (trabalho remunerado), quanto na esfera privada (trabalho doméstico não remunerado), em países de maior e menor desenvolvimento, dentre estes últimos, com especial foco no Brasil.

Scott (1986) toma por base as diferenças entre os sexos percebidas por eles mesmos, assim como as relações de poder existentes entre eles para definir gênero como um elemento que compõe as relações sociais. Já Puyana *et al.* (2005) acreditam que gênero permite relacionar e comparar os sexos numa determinada sociedade, e entendem, por conseguinte, que é através desse conceito que se pode investigar o grau de hierarquia em cada cultura. De forma semelhante, ao discutir pesquisas sobre gênero em estudos demográficos, Riley (1998) argumenta que gênero não é apenas um atributo individual. É um conceito que deve ser analisado a nível da sociedade, ao passo que possui influência direta na forma que as diferentes

comunidades se organizam. Por isso, se faz presente nas mais importantes instituições sociais, como família, Estado e economia.

Mason (1997) define sistema de gênero da seguinte forma: “*the socially constructed expectations for male and female behaviour that are found (in variable form) in every known human society. A gender system’s expectations prescribe a division of labor and responsibilities between women and men and grant different rights and obligations to them*” (MASON, 1997, p. 158 e 159). Quatro anos mais tarde, Mason (2001) provê uma segunda definição complementar à primeira: *A gender system is a set of beliefs and norms, common practices, and associated sanctions through which the meaning of being male and female and the rights and obligations of males and females of different ages and social statuses are defined* (MASON, 2001, p.161). Os sistemas de gênero de níveis elevados de discriminação criam expectativas mais baixas para as mulheres, consideram a escolaridade dos homens mais importante, limitam os direitos políticos, legais e econômicos das mulheres e impõem uma rígida divisão do trabalho entre homens e mulheres, sendo estas relegadas, quase que exclusivamente, ao trabalho doméstico. Há sistemas de ainda maior opressão, nos quais, por exemplo, as mulheres são impedidas de exercerem seu direito de escolha no que se refere à quando e se querem procurar algum tratamento médico (MASON, 1997).

A partir destas definições, Mason (1997) define pontos centrais de sistemas de gênero, como, por exemplo normas culturais, a disponibilidade de serviços de cuidados das crianças, como creches, e a divisão do trabalho (remunerado e não remunerado). Nesse sentido, a autora argumenta que sistemas de gênero podem ser divididos em dois principais aspectos. O primeiro deles trata da estratificação de gênero, isto é, a institucionalização da desigualdade entre homens e mulheres, e o segundo se ocupa dos papéis de gênero, que consistem nas expectativas socialmente construídas para homens e mulheres, comumente relacionados à divisão entre homens e mulheres dos trabalhos remunerado e doméstico não remunerado (MASON, 1997).

Segundo McDonald (2000a, 2000b), o conceito de *equidade de gênero* é proveniente de ambos esses aspectos que compõem os sistemas de gênero de Mason (1997). Em outro trabalho, McDonald (2013) argumenta que *equidade de gênero* se difere de *igualdade de gênero*, sendo este último um conceito mais simples, passível de medição através da comparação direta das conquistas e resultados obtidos por mulheres e homens em áreas como educação, emprego, salários, participação em diferentes áreas e eixos e saúde. *Equidade de gênero*, por outro lado,

é um conceito de maior complexidade, associado a percepção dos diferenciais, e, conseqüentemente mais apropriado para estudos que envolvam fecundidade e/ou intenções de fecundidade (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; MCDONALD, 2013). Assim como *igualdade*, *equidade de gênero* também permite a comparação entre diferentes resultados obtidos por homens e mulheres, porém, diferente do primeiro, carrega consigo as ideias de igualdade de oportunidades e de que homens e mulheres tendem a considerar determinado resultado como justo ou injusto. Nesse sentido, Tazi-Preve, Bichlbauer e Goujon (2004) complementam: “*Thus, aiming for “equity” goes far beyond simple equal-opportunity concepts and takes into account the varying needs of men and women*” (TAZI-PREVE; BICHLBAUER; GOUJON, 2004, p. 7).

Por isso, em investigações sobre o tema, o conceito de *equidade* permite que se estabeleça a ideia de que mulheres e homens unidos determinem os papéis a serem desempenhados por cada um deles na divisão do trabalho doméstico, contanto que ambos percebam tal divisão como justa. O que a teoria de McDonald (2000a, 2000b) discute é que, nas sociedades mais desenvolvidas, as mulheres não mais percebem o contexto cultural-institucional de gênero como justo. Por isso a queda da fecundidade para níveis ainda mais baixos. Isto é, os avanços dessas sociedades em instituições de orientação individual como educação e mercado de trabalho fez surgir uma variedade de oportunidades às mulheres. Surge também a percepção de injustiça por parte dessas mulheres na medida em que elas não podem, ao mesmo tempo, usufruir plenamente de tais oportunidades e se tornarem mães. Assim, se essas eventuais oportunidades nas instituições de orientação individual não são apoiadas na esfera da família, mulheres que já possuem, por exemplo, um filho, podem optar por não terem filho(s) adicionais. É possível até mesmo que mulheres sem filho que veem a divisão das tarefas domésticas como injusta e percebem as diferentes oportunidades na esfera privada, optem, ao final, por não se tornarem mães (MCDONALD, 2013).

Ainda que não seja o caso de utilização neste estudo, outro conceito importante relacionado à discussão sobre equidade de gênero e sistemas de gênero é *empoderamento feminino*, o qual possui como significado o crescente controle das mulheres de tudo aquilo que é concernente a elas (UNITED NATIONS, 1995). São utilizados ainda outros termos para se referir à *empoderamento*, como por exemplo, *status*, *autonomia* e *agência* (UPADHYAY; KARASEK, 2012). Empoderamento possui ainda outros sinônimos como *estratificação sexual*, *independência feminina* e até mesmo *igualdade de gênero*, o que demonstra que, muitas das

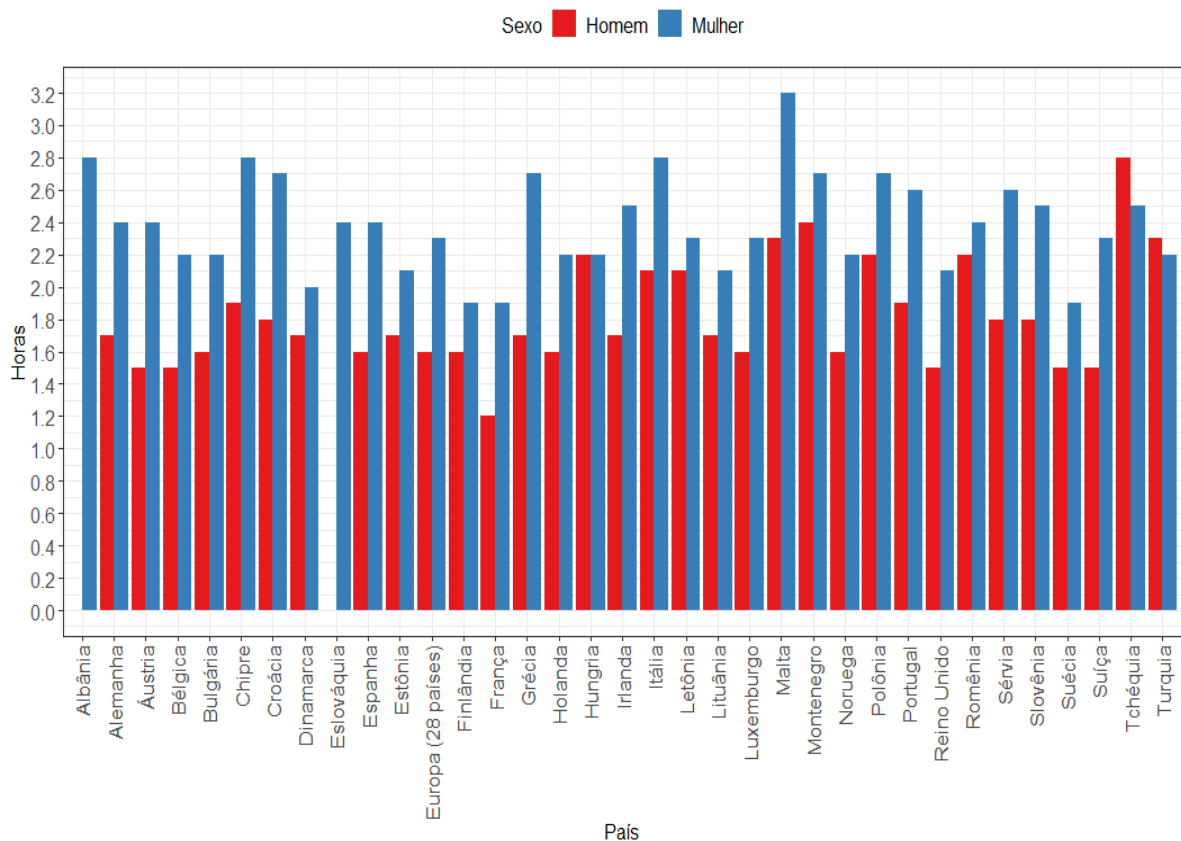
vezes, não se encontra uma padronização para estes diferentes termos, e os mesmos acabam sendo utilizados de forma intercambiável (DIXON, 1975; MASON, 1986). Outra definição de *empoderamento* entende que o termo trata da expansão das habilidades relacionadas a escolhas estratégicas, tendo em vista um contexto anterior no qual tais habilidades eram negadas (KABEER, 2000). A discussão acerca de empoderamento feminino geralmente foca nos seguintes aspectos: papéis de tomada de decisão, independência financeira, direitos legais ao tratamento igual, e promoção de acesso à recursos como educação e informação (UNITED NATIONS, 1995; KABEER, 2000).

É possível pensar, nesse sentido, que *empoderamento/autonomia/agência/status* trata da conquista de certos direitos e habilidades que são anteriores à própria medição de *igualdade* ou *equidade de gênero*, assim como argumenta Mason (2001), ao reconhecer o *status* ou *empoderamento* das mulheres como uma característica primária dos sistemas de gênero. Sem a obtenção de tais direitos e habilidades, é difícil até mesmo comparar o nível de equidade, seja no nível do indivíduo (esfera pública), ou no nível da família (esfera privada), uma vez que nem mesmo o exercício da autonomia de escolha está plenamente em vigor. Estes termos (*empoderamento/autonomia/agência/status*) são encontrados, com maior frequência, em *surveys* e estudos voltados a países em desenvolvimento de fecundidade mais elevada. Por outro lado, em países de maior desenvolvimento e fecundidade baixa, *equidade* ou *igualdade* de gênero são mais frequentes. Este é também um reflexo do fato de empoderamento e seus sinônimos serem características primárias nesse processo relacionado a sistemas de gênero (MASON, 1997, 2001).

Apresentados importantes conceitos e distinções, um estudo que compara as décadas de 1960 e 2000 a partir de um conjunto de países desenvolvidos mostra que, apesar de o *gap* de gênero ter reduzido ao longo do tempo, o número de horas trabalhadas pelas mulheres em atividades domésticas permanece relativamente mais alto do que o dos homens. Em relação às mulheres, o total de horas, na maioria dos países, saiu de um patamar de mais de 4 horas por dia em 1960 para algo por volta de 2 horas e meia na década de 2000. Já os homens saltaram de menos de 1 hora para algo em torno de 1 hora e meia. Dentre os países mais ricos da Europa, o *gap* é comparativamente mais alto em países do Sul e Centro, como Itália, Espanha, Áustria e Alemanha, comparado àqueles mais ao norte, especialmente os escandinavos (SULLIVAN; GERSHUNY; ROBINSON, 2015).

Dados mais recentes de 2015 mostram um panorama semelhante nos países europeus. O *European Institute for Gender Equality* (EIGE) compila dados de diferentes pesquisas e fornece um importante repositório de estatísticas sobre o tema (EIGE, 2022). Uma delas trata do número médio de horas diárias que homens e mulheres gastam em afazeres domésticos, questão perguntada pelo *European Working Conditions Survey* (EWCS). O Gráfico 1 mostra que, apenas com as exceções de Tchéquia e Turquia, o número médio de horas gasto pelas mulheres em afazeres domésticos supera a média masculina. Assim como apontado anteriormente por Sullivan, Gershuny e Rosbinson (2015), a tendência é que a média diária dos homens fique por volta de 1 hora e meia; já a das mulheres é próxima das 2 horas e meia.

GRÁFICO 1 – Tempo médio diário destinado aos afazeres domésticos por mulheres e homens em países europeus

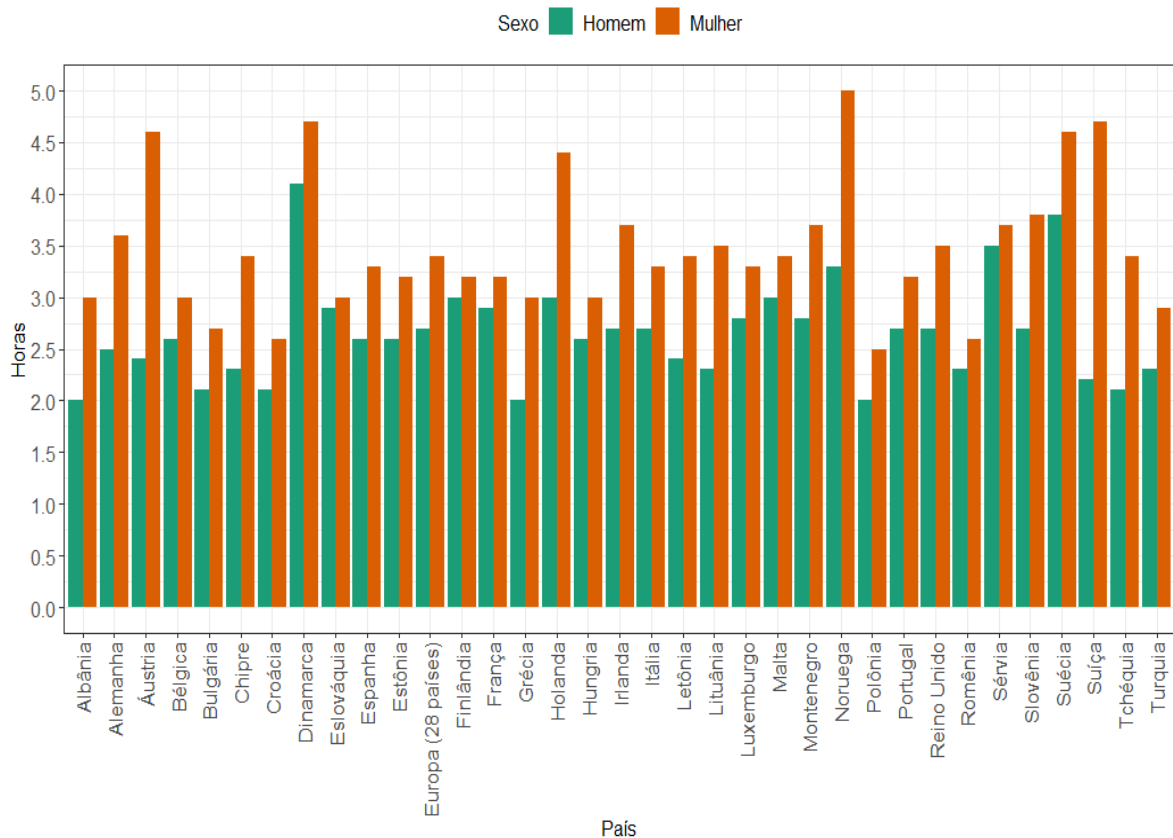


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *European Working Conditions Survey* (EWCS). Dados compilados pelo *European Institute for Gender Equality* (EIGE, 2022).

O Gráfico 2 apresenta o número médio de horas diárias destinadas aos cuidados com filhos e netos pelas mulheres e pelos homens, também a partir dos dados do *European Working Conditions Survey* (EWCS) de 2015. De forma semelhante ao que ocorre em afazeres

domésticos, qualquer que seja o país analisado, as mulheres desempenham uma média diária superior aos homens.

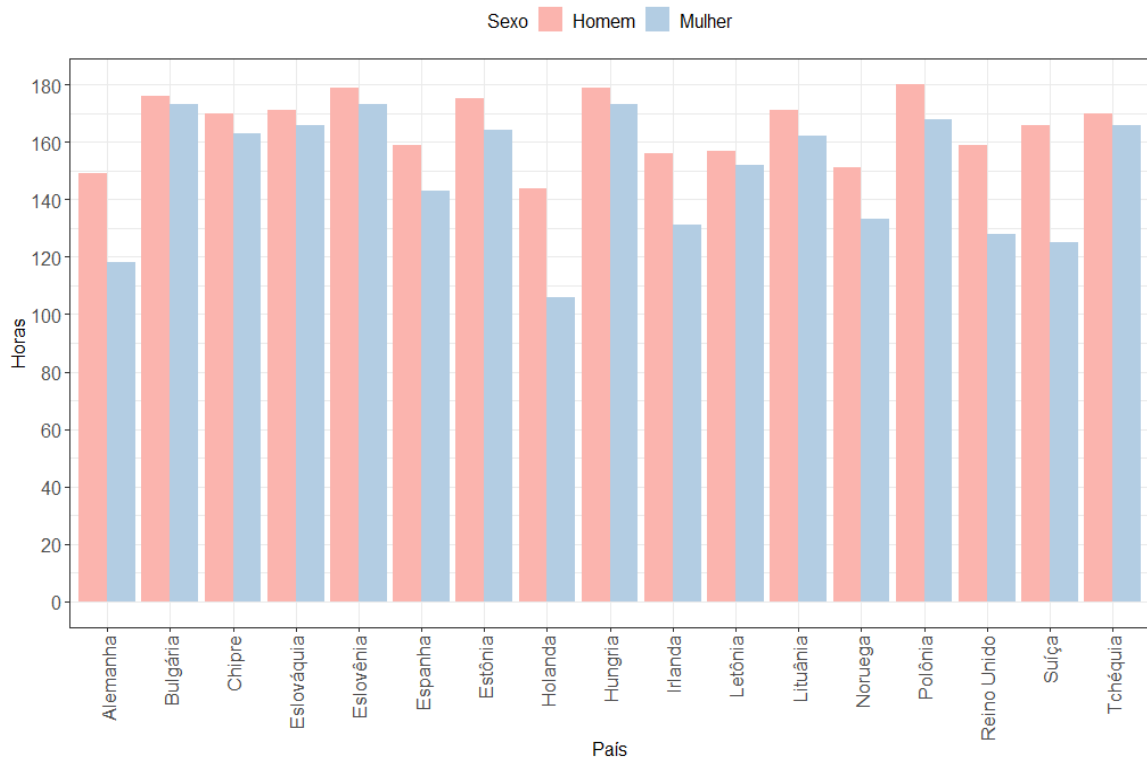
GRÁFICO 2 – Tempo médio diário destinado aos cuidados com filhos por mulheres e homens em países europeus



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *European Working Conditions Survey (EWCS)*. Dados compilados pelo *European Institute for Gender Equality (EIGE)*, 2022).

E, se há iniquidade na divisão das tarefas no domicílio (afazeres e cuidados com filhos), há também iniquidade no que se refere às horas de trabalho remunerado. Como se pode ver no Gráfico 3, os homens realizam, por mês, uma média de horas de trabalho remunerado superior às mulheres em todos os países analisados pelo *Structure of Earnings Survey (SES)* de 2018.

GRÁFICO 3 – Média de horas mensais de trabalho remunerado de mulheres e homens em países europeus



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do *Structure of Earnings Survey (SES)*. Dados compilados pelo *European Institute for Gender Equality (EIGE, 2022)*.

Existe, portanto, um padrão no qual as mulheres tendem a realizar, em média, a maior parte do trabalho não remunerado, ao passo que o inverso acontece para o trabalho remunerado, conforme pode ser confirmado pela Tabela 4, construída a partir da *OECD Family Database* e dados de *National Time Use Surveys* (OECD, 2022). Esta apresenta o tempo alocado por homens e mulheres em diferentes atividades ao longo de 24 horas em um conjunto de países desenvolvidos. O percentual do tempo que os homens passam em trabalhos remunerados ou estudando é consideravelmente maior do que o percentual das mulheres. De forma inversa, as mulheres alocam mais tempo do que os homens no trabalho doméstico não remunerado (afazeres) e nas atividades de cuidados. Os percentuais de cuidado pessoal e lazer são semelhantes entre mulheres e homens.

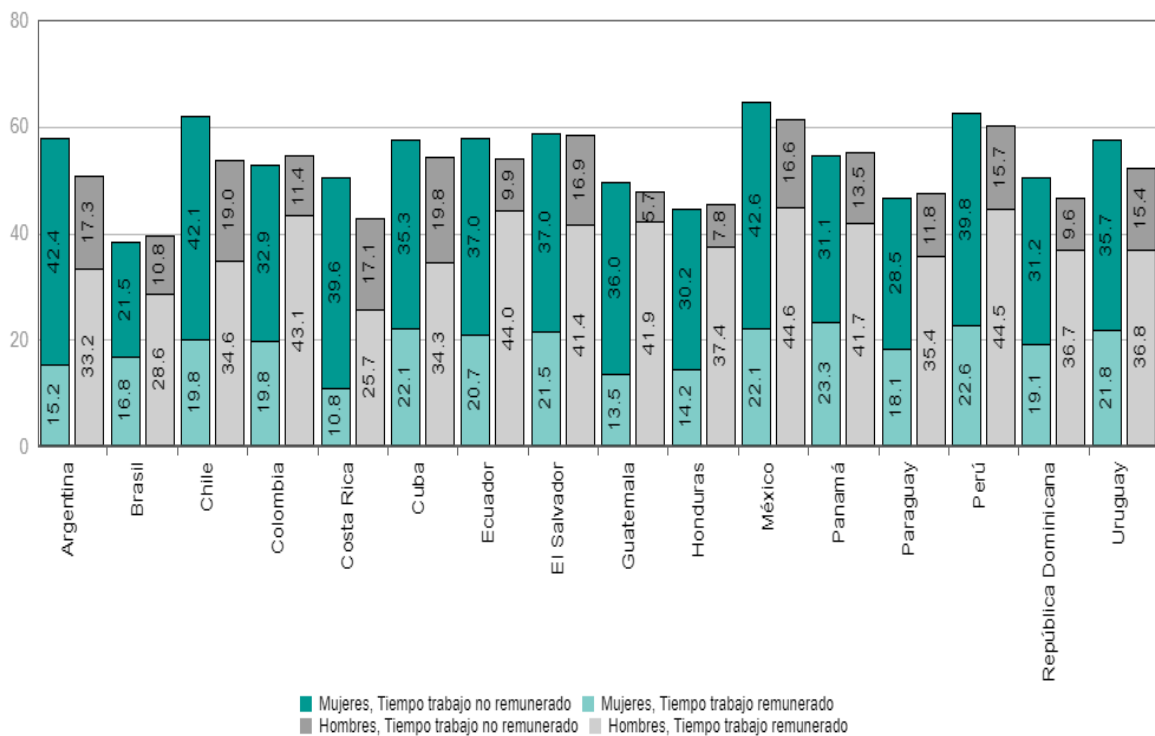
TABELA 4 – Tempo alocado em diferentes atividades por mulheres e homens ao longo de 24 horas em um conjunto de países

| Homens | | | | | | | | Mulheres | | | | | | | |
|----------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|-------|------------------|-------|----------------|----------------------------|-------------------------|-------------------------------|-----------------|-------|------------------|-------|
| País | Trab. remunerado ou estudo | Trabalho não remunerado | Trabalho de cuidados pessoais | Cuidado pessoal | Lazer | Não especificado | Total | País | Trab. remunerado ou estudo | Trabalho não remunerado | Trabalho de cuidados pessoais | Cuidado pessoal | Lazer | Não especificado | Total |
| Austrália | 20,3 | 10,5 | 2,2 | 45,0 | 20,6 | 1,4 | 100 | Austrália | 11,1 | 17,3 | 5,3 | 46,2 | 18,6 | 1,6 | 100 |
| Áustria | 22,5 | 9,4 | 1,5 | 44,0 | 22,0 | 0,6 | 100 | Áustria | 14,1 | 17,3 | 3,2 | 44,9 | 20,0 | 0,5 | 100 |
| Bélgica | 15,6 | 9,7 | 0,8 | 44,9 | 26,5 | 2,6 | 100 | Bélgica | 10,1 | 16,1 | 1,9 | 46,6 | 23,1 | 2,2 | 100 |
| Canadá | 22,1 | 10,3 | 1,7 | 43,6 | 21,7 | 0,6 | 100 | Canadá | 16,4 | 15,1 | 3,4 | 45,1 | 19,3 | 0,7 | 100 |
| Estônia | 21,0 | 11,5 | 1,8 | 44,1 | 21,3 | 0,3 | 100 | Estônia | 14,8 | 19,2 | 3,5 | 43,8 | 18,3 | 0,3 | 100 |
| Finlândia | 15,4 | 11,2 | 1,0 | 43,8 | 25,5 | 3,1 | 100 | Finlândia | 12,6 | 15,4 | 2,5 | 45,2 | 21,5 | 2,7 | 100 |
| França | 14,5 | 9,7 | 1,0 | 51,7 | 22,5 | 0,6 | 100 | França | 10,1 | 14,9 | 2,3 | 52,8 | 19,1 | 0,8 | 100 |
| Alemanha | 17,4 | 9,8 | 1,4 | 44,4 | 25,8 | 1,2 | 100 | Alemanha | 11,3 | 15,9 | 1,7 | 47,4 | 23,7 | 0,0 | 100 |
| Itália | 14,5 | 8,2 | 1,2 | 49,2 | 25,7 | 1,2 | 100 | Itália | 7,6 | 21,0 | 2,4 | 48,4 | 19,1 | 1,4 | 100 |
| Japão | 26,3 | 4,7 | 0,5 | 44,3 | 23,2 | 1,0 | 100 | Japão | 14,9 | 15,3 | 1,9 | 45,4 | 21,2 | 1,2 | 100 |
| Coreia do Sul | 26,5 | 3,0 | 0,8 | 45,8 | 22,2 | 1,7 | 100 | Coreia do Sul | 15,4 | 13,7 | 3,4 | 45,5 | 19,3 | 2,6 | 100 |
| Letônia | 24,2 | 8,8 | 1,2 | 44,9 | 20,8 | 0,3 | 100 | Letônia | 17,2 | 16,7 | 2,4 | 45,3 | 18,1 | 0,3 | 100 |
| México | 30,0 | 4,4 | 3,5 | 43,7 | 17,7 | 0,6 | 100 | México | 12,1 | 22,5 | 8,6 | 41,8 | 14,1 | 0,8 | 100 |
| Nova Zelândia | 19,9 | 11,3 | 1,1 | 47,7 | 19,3 | 0,7 | 100 | Nova Zelândia | 11,5 | 17,8 | 2,9 | 48,9 | 18,2 | 0,7 | 100 |
| Noruega | 18,6 | 11,7 | 1,6 | 42,6 | 25,0 | 0,4 | 100 | Noruega | 13,9 | 13,9 | 2,5 | 44,2 | 25,1 | 0,4 | 100 |
| Polônia | 21,7 | 6,2 | 1,5 | 46,6 | 23,7 | 0,3 | 100 | Polônia | 11,6 | 18,8 | 3,3 | 46,2 | 19,8 | 0,3 | 100 |
| Eslovênia | 18,9 | 11,4 | 1,6 | 43,8 | 24,2 | 0,3 | 100 | Eslovênia | 13,8 | 19,7 | 2,6 | 43,9 | 19,7 | 0,2 | 100 |
| Espanha | 14,8 | 8,9 | 2,0 | 48,7 | 24,7 | 0,9 | 100 | Espanha | 9,9 | 17,8 | 3,6 | 47,8 | 20,0 | 0,9 | 100 |
| Suécia | 20,1 | 10,0 | 1,8 | 42,5 | 24,4 | 1,2 | 100 | Suécia | 14,8 | 14,0 | 3,0 | 44,4 | 23,0 | 0,9 | 100 |
| Turquia | 20,2 | 2,6 | 3,5 | 46,7 | 19,8 | 7,2 | 100 | Turquia | 6,1 | 3,7 | 22,0 | 46,8 | 17,6 | 3,8 | 100 |
| Reino Unido | 20,1 | 9,5 | 1,6 | 43,3 | 24,7 | 0,9 | 100 | Reino Unido | 11,9 | 16,6 | 3,6 | 44,6 | 22,3 | 1,0 | 100 |
| Estados Unidos | 20,4 | 10,2 | 1,6 | 43,7 | 22,2 | 2,0 | 100 | Estados Unidos | 15,1 | 14,8 | 3,2 | 45,2 | 19,3 | 2,3 | 100 |
| Bulgária | 16,5 | 11,7 | 1,2 | 49,6 | 20,7 | 0,3 | 100 | Bulgária | 12,4 | 20,6 | 2,2 | 48,5 | 16,2 | 0,2 | 100 |
| Lituânia | 22,4 | 9,7 | 1,6 | 45,3 | 20,5 | 0,3 | 100 | Lituânia | 16,9 | 18,5 | 2,6 | 45,6 | 16,1 | 0,3 | 100 |

Fonte: Elaboração própria com base em *OECD Family Database (OECD, 2022)* a partir de dados de *National Time Use Surveys*.

Nos últimos anos, diferentes pesquisas sobre o uso do tempo passaram a ser desenvolvidas também em países em desenvolvimento latino-americanos. Além disso, foram também acrescentadas variáveis sobre o tema em pesquisas domiciliares e de emprego já existentes (BARBOSA, 2018; JESUS, 2018). O Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe (CEPAL, 2022) realiza o trabalho de levantar e compilar esses dados. O Gráfico 4 (retirado na íntegra) mostra que, em todos os países analisados, o total de horas destinadas ao trabalho doméstico não remunerado das mulheres supera o dos homens.

GRÁFICO 4 – Tempo médio destinado ao trabalho remunerado e não remunerado da população acima de 15 anos, por sexo, por país, e último período disponível (Média de horas semanais – América Latina, 16 países disponíveis)



Fonte: extraído de *Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e do Caribe* (CEPAL, 2022).

De forma inversa, o tempo médio dos homens é maior do que das mulheres no que tange ao trabalho remunerado. E, mesmo os homens superando as mulheres nessa medida, quando as horas remuneradas são somadas às não remuneradas, a tendência é as mulheres superarem os homens, o que mostra a elevada discrepância no que tange ao trabalho doméstico não remunerado. Esse cenário confirma os resultados encontrados por Nieto (2014), que utiliza dados do México, Equador e Peru, e mostra que a soma das horas de trabalho remunerado e

doméstico não remunerado das mulheres ultrapassa a soma dos homens em quase 20 horas tanto no México como no Equador e em quase 15 horas no Peru.

O Gráfico 4 ainda mostra, especificamente para o Brasil, que o tempo médio de trabalho doméstico não remunerado realizado pelas brasileiras é o menor dentre as mulheres latino-americanas analisadas (21,5 horas semanais). De forma semelhante, os homens brasileiros, com 10,8 horas semanais, também não estão entre aqueles com o maior tempo médio destinado ao trabalho não remunerado—fica próximo de Equador, Guatemala, Honduras e República Dominicana, os países com os menores indicadores nesse recorte.

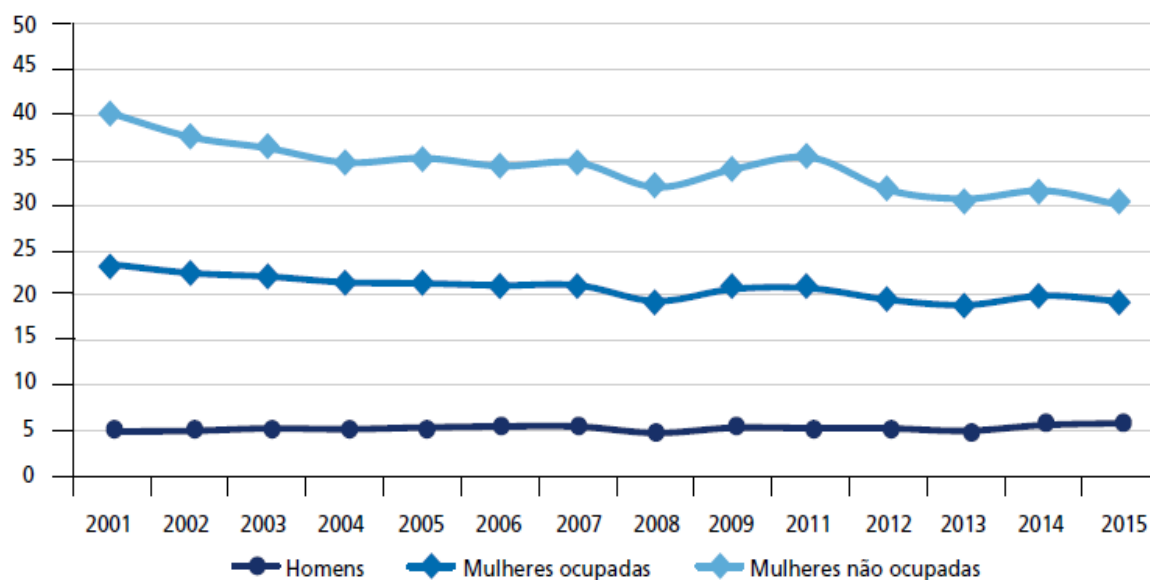
O Brasil é um dos países latino-americanos que ainda não conta com uma pesquisa específica (nacional) voltada para a medição do uso do tempo. No que se refere ao trabalho remunerado, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Barbosa (2018) mostra, para o período de 2001 a 2014, uma tendência de aumento das horas trabalhadas no mercado entre as mulheres, saindo de 21 horas semanais no primeiro ano para 23 horas no último ano. Entretanto, é observada uma redução no ano de 2015, e as mulheres voltam a realizar 21 horas semanais. Já, entre os homens, Barbosa (2018) mostra haver uma contínua tendência de queda no que tange ao trabalho remunerado. Em média, eles realizavam 40 horas semanais em 2001, montante que passa ser igual a 35 horas em 2015.

No que tange ao trabalho doméstico não remunerado, a PNAD pergunta entre 2001 e 2015: 1) “Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?; 2) “Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”³³. Ao longo de todo o período, Barbosa (2018) mostra que mais de 90% das mulheres reportou realizar tarefas domésticas na semana de referência da entrevista. Esse percentual supera em grande medida os 45% dos homens em 2001 ou mesmo os 55% dos homens em 2015. Portanto, diferente da estabilidade encontrada para as mulheres (em torno dos 90%), houve aumento de 10% entre os homens ao longo da série temporal analisada.

³³ É possível encontrar a definição de afazeres domésticos no manual do entrevistador: “Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho), de: a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência” (Notas Metodológicas, p. 48).

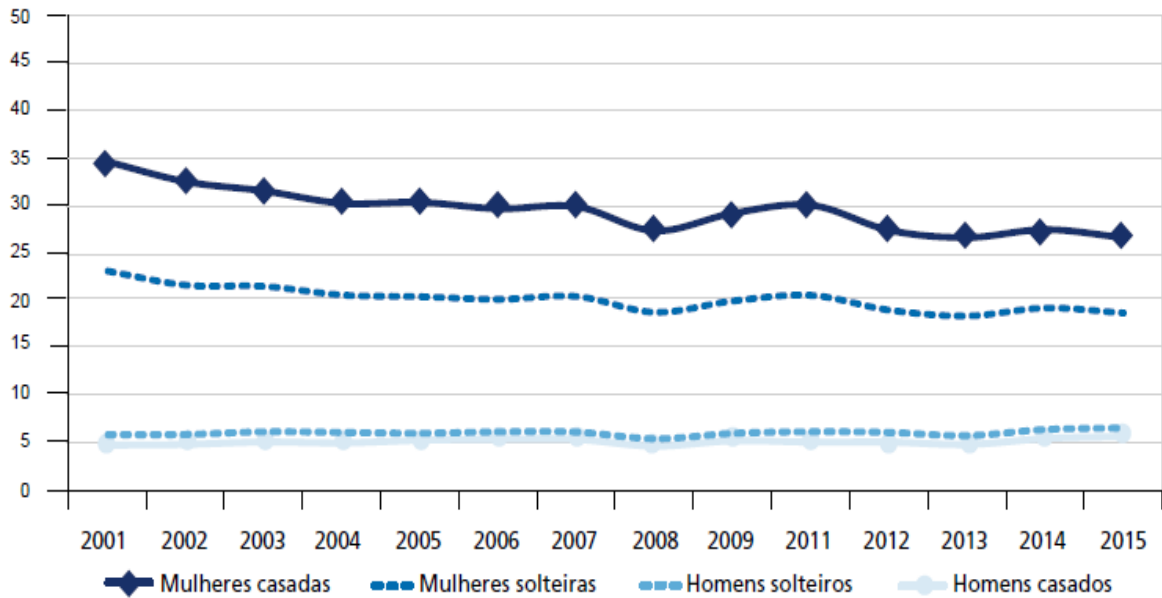
Quanto às diferenças de tempo dedicado aos afazeres domésticos entre homens e mulheres, o Gráfico 5 (retirado na íntegra) mostra que, independentemente da mulher ser ocupada ou não ocupada, em qualquer ponto do tempo, ela realiza um número de horas que supera em grande margem as horas dedicadas pelos homens. O *gap* diminuiu entre os anos, entretanto, permanece alto. Em 2015, os homens realizavam por volta de 5 horas semanais; as mulheres ocupadas dedicavam 20 horas e as não ocupadas faziam 30 horas. Vale ainda ressaltar que a diminuição do *gap* não foi decorrente de um crescimento do número de horas desempenhadas pelos homens (a curva é estável em 5 horas), mas de uma diminuição do número de horas realizadas pelas mulheres. Isso pode ser visto também através do Gráfico 6 (retirado na íntegra) que mostra a evolução do tempo dedicado aos afazeres domésticos com a desagregação por estado conjugal. As curvas tanto dos homens solteiros quanto dos casados permanece estável perto da marca de 5 horas. Já as curvas das mulheres solteiras e casadas, superiores às dos homens, apresentam a mesma tendência de (leve) queda entre os anos (BARBOSA, 2018).

GRÁFICO 5 – Horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por estado ocupacional no Brasil (2001-2015)



Fonte: extraído de Barbosa (2018, p. 33).

GRÁFICO 6 – Horas de trabalho semanais em afazeres domésticos por estado conjugal (2001-2015)



Fonte: extraído de Barbosa (2018, p. 35).

Por fim, analisando o Brasil de forma macro ao longo desse período, não se pode dizer que houve um aumento generalizado de equidade de gênero na família no que tange às horas dedicadas por mulheres e homens. De forma micro e a partir de uma abordagem *cross-section*, este trabalho se propõe a analisar se as mulheres inseridas em domicílios de maior divisão do trabalho doméstico apresentam maiores ou menores intenções de fecundidade.

3.2 Diferentes dimensões de equidade de gênero e suas relações teóricas com fecundidade e intenções de fecundidade

Chesnais (1996), ao analisar países industrializados com maior nível de desenvolvimento, discute que a maior fecundidade da Suécia, em comparação à Itália, seria especialmente devido ao fato de o país escandinavo apresentar maior nível de compatibilidade entre trabalho remunerado e cuidado dos filhos, proporcionado através de políticas públicas e contexto institucional. Portanto, o autor demonstra que, nos países desenvolvidos, maior equidade de gênero equivaleria a maior fecundidade. Além disso, discute que nos países em desenvolvimento de fecundidade alta, maior equidade de gênero está associada a menor

fecundidade. Chesnais (1996) denominou essa relação entre fecundidade e equidade de gênero de *paradoxo feminista*.

McDonald (2000a, 2000b) também identifica que, tanto para o aumento, quanto para o declínio da fecundidade nos países desenvolvidos e em desenvolvimento, respectivamente, tem-se como pré-condição o aumento da equidade de gênero. Entretanto, o autor argumenta que não se trata exatamente de um paradoxo. Segundo McDonald (2000a, 2000b), esta aparente contradição é fruto do fato de equidade de gênero requerer análise sob a ótica de distintas instituições: as orientadas ao indivíduo e as orientadas à família. Essa divisão implica em duas principais assertivas norteadoras de sua teoria. A primeira delas diz que, nos países em desenvolvimento, a transição de altos para baixos níveis de fecundidade está associada especialmente à progressão de equidade de gênero dentro da família. A fecundidade cai na medida em que as mulheres alcançam maior poder de tomada de decisão e um mais ampliado leque de alternativas que as propiciam optar, dentre outras questões, por um menor número de filhos.

Entretanto, no que tange à esta primeira assertiva, a discussão acerca da relação entre as variáveis em estágios iniciais da transição demográfica é inconsistente e apresenta poucas e limitadas evidências empíricas que apontem para algum tipo de associação (RAYBOULD; SEAR, 2020). McDonald (2000a) reforça esse ponto ao dizer que há mais sentido e espaço para investigações da teoria naqueles contextos posteriores, nos quais pode ser observada uma queda avançada e contínua da fecundidade para níveis abaixo da reposição:

I argue here that the emphasis on the period surrounding the onset of decline may be misplaced. More value may be obtained from studying why fertility continues to decline to low levels after it has commenced to fall. In other words, the scope for theoretical generalization is probably greater in study of sustained fall of fertility than in study of the commencement of fertility decline. The influence of changes in the level of gender equity may be more evident in this later phase (MCDONALD, 2000a, p. 430).

É nesse sentido de analisar a contínua queda da fecundidade para níveis muito baixos que se encontra a segunda assertiva de McDonald (2000a). Segundo o autor, nos países desenvolvidos, o avanço rápido nos níveis de equidade de gênero nas instituições de orientação individual, como por exemplo, educação e trabalho, aliado aos remanescentes (e comparativamente) baixos níveis de equidade de gênero nas instituições de orientação familiar, produziu uma fecundidade mais baixa. Maior equidade de gênero em instituições de orientação familiar seria elemento essencial para a elevação do desejo por filhos e do número de filhos tidos:

McDonald (2000a, 2000b) first developed the argument that insufficient support for women to fulfil their responsibilities both in public institutions and at the family level has led to declines in fertility to sub-replacement levels across high-income countries. This will lead to a U-shaped relationship between levels of gender equity and fertility over time, with declining fertility until women receive sufficient support to cause fertility to increase again (RAYBOULD; SEAR, 2020, p. 4).

Anteriormente, Folbre (1983) já apontava para o fato de teorias sobre fecundidade cometerem o (grave) erro de não considerar (ou considerar em menor medida) as relações de poder no domicílio. Mesmo no auge de discussões acerca dos denominados *lowest-low fertility countries*, muito se debatia sobre a participação feminina no mercado de trabalho, mas pouco se discutia sobre equidade de gênero na instância familiar e/ou sobre o trabalho não remunerado situado no âmbito domiciliar (KOHLENER; BILLARI; ORTEGA 2002). Esse cenário aponta para a importância da segunda assertiva de McDonald (2000a), a qual parece funcionar como um catalisador de discussões sobre equidade de gênero e fecundidade, e, conseqüentemente, se coloca como o primeiro argumento/pilar do arcabouço teórico base para o desenvolvimento da primeira hipótese deste trabalho, já apresentada na Introdução e retornada à frente neste subcapítulo.

Com base no arcabouço iniciado por McDonald (2000a, 2000b), a *Revolução de Gênero* de Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015), a partir de aspectos distintos, mas também complementares ao autor (2000a, 2000b), discute essa relação em formato de U no nível macro dos países desenvolvidos. Antes de se aprofundar propriamente na contraposição/complementaridade existente entre McDonald (2000a, 2000b) e Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015), discute-se a linha principal de raciocínio da *Revolução de Gênero*.

O pós Revolução Industrial marca a separação da produção laboral e vida doméstica, provocando o surgimento de normas sociais que privilegiam o modelo *male-breadwinner-female-homemaker*, o qual mantém a fecundidade alta. Isso ocorre pois, enquanto vigora este modelo, os custos de oportunidade da fecundidade são muito baixos (praticamente nulos), dado que os homens, com raras exceções, não se envolviam nas atividades domésticas, as quais, por sua vez, ficavam sob responsabilidade integral das mulheres (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015): “*It is true, that the opportunity cost of women’s time spent on childcare was negligible in the traditional male-breadwinner model, which has been based on the gendered division of labour in the family, where men were the sole earners*”

(PURR *et al.*, 2008, p. 1885). Essa participação masculina no ambiente doméstico praticamente nula é produto, segundo a abordagem *doing gender*, de uma estrutura de expectativas normativas vinculadas a tarefas específicas com base no gênero (FENSTERMAKER; WEST, 2002), o que se assemelha à já apresentada discussão de Mason (1997, 2001) que atribui a divisão do trabalho doméstico à forma como se estruturam os chamados *sistemas de gênero*.

Nesse primeiro ponto da curva em formato de U, havia, assim como demonstrado no próprio nome do modelo, uma separação entre as atividades, sendo a remunerada de responsabilidade dos homens, e a não remunerada incumbida às mulheres. Num segundo momento, passa a prevalecer a chamada *Nova Economia da Família*, ou *New-Home-Economics*, segundo a qual, o papel feminino começa a mudar. Tendo em vista um contexto capitalista de busca cada vez mais intensa pelo acúmulo do capital, cresce a demanda pela incorporação das mulheres no mercado de trabalho (remunerado), expandindo o sistema de trabalho/emprego para além da população masculina. Além disso, esse já é um contexto mais avançado de ambas as transições da fecundidade e mortalidade, isto é, trata-se também de um momento no qual as mulheres já haviam vivenciado e continuavam a vivenciar importantes mudanças no curso de suas vidas, dentre elas o aumento na expectativa de vida e o conseqüente aumento das projeções futuras no que tange a realizações pessoais e profissionais. Isto é, cresce o leque de possibilidades postas às mulheres, as quais não mais se restringiam unicamente à família. Pode-se adicionar ainda uma crescente pressão de grupos feministas em busca de igualdade de condições em diversos aspectos político-socio-culturais. Este conjunto de fatores que inclui, portanto, principalmente a crescente demanda capitalista por mulheres no mercado de trabalho, mas também alterações de curso de vida e pressão por igualdade de condições, provoca melhorias, tais como o efetivo aumento dos níveis de escolaridade, de participação no mercado de trabalho e também dos salários entre as mulheres. Estas melhorias são denominadas avanços de *esfera pública*, e constituem a *primeira das duas revoluções de gênero* (BECKER, 1991; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020).

Estes avanços na esfera pública acabam por enfraquecer aquele modelo de família previamente consolidado (*male-breadwinner-female-homemaker*), ao criar a possibilidade de conflito entre homens e mulheres, uma vez que já não se tem, pré-definido, o que se esperar um do outro. Além disso, tais avanços criam/elevam a carga dupla de trabalho (remunerado e doméstico não remunerado), assim como os custos de oportunidade das mulheres, os quais, provocam, por conseguinte, adiamento de uniões e *queda da fecundidade*. A entrada e ocupação de novos e

melhores cargos no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade aumentam os salários das mulheres, e, conseqüentemente o valor do tempo das mesmas. Com isso, os custos de oportunidade de cada filho adicional também se tornam mais elevados, logo, a queda da fecundidade (BECKER, 1991; MASON, 2001; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015). Para corroborar com o argumento, Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015) apresentam evidências desses primeiros anos de intenso crescimento da participação feminina no mercado de trabalho que mostram uniões mais tardias e um menor número de filhos entre casais com mulheres empregadas (como por exemplo, ANDERSSON; SCOTT, 2007; BERNHARDT, 1972).

Em resumo, tratando ainda da primeira metade da curva em U, a partir da Revolução Industrial e antes da efetiva entrada da mulher no mercado de trabalho, o modelo que vigorava, e, também segundo Becker (1981), que gerava maior eficiência econômica para a família, era o do homem provedor e da mulher dona de casa. Na medida em que a mulher conquista os chamados avanços da esfera pública, um filho adicional torna-se mais custoso (nas oportunidades) para estas mulheres, o que, por consequência, leva à redução da fecundidade para níveis mais baixos:

The rationale of the theory is that when women are emancipated in the public but not private sphere, they will experience a 'dual burden': labour market activity outside the home while also bearing the brunt of domestic responsibilities. The difficulty women experience managing both their paid and unpaid labour responsibilities leads to the desire for fewer children, who would only exacerbate this burden. (RAYBOULD; SEAR, 2020, p. 2).

Temos, diante do cenário apresentado, em meados do século XX, principalmente entre 1960 e 1990, países industrializados observando uma acentuada queda da fecundidade (o vale dessa curva em formato de U). A fecundidade permanece(rá) em declínio ou em níveis muito baixos até que as mulheres recebam apoio suficiente para ter um número maior de filhos (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015). A reversão desta tendência de declínio (a segunda metade da curva em U) seria possibilitada através da *segunda revolução de gênero*, agora, no nível da família—caracterizada por um aumento da participação masculina na *esfera privada* (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015): “[...] *Thus, a change in the male role seems to be the missing piece in the fertility puzzle in the developed world, as women are obviously unlikely to give up their new roles and restrict their aspirations to the home*” (PURR *et al.*, 2008, p. 1886).

É importante ainda destacar que os avanços na esfera pública, comumente caracterizados por maiores taxas de participação feminina no mercado de trabalho e níveis mais elevados de escolaridade, foram acompanhados por importantes transformações nas normas sociais e nos valores individuais, as quais impactaram o surgimento e propagação de novos padrões familiares, caracterizados, principalmente, pela instabilidade e dissolução de uniões e por baixa fecundidade. Fatores que geralmente caracterizam a *Segunda Transição Demográfica* (LESTHAEGHE; VAN DE KAA, 1986; LESTHAEGHE; SURKYN, 2002; LESTHAEGHE, 2010), como, por exemplo, individualização, libertação de formas de controle culturais/institucionais autoritárias, realização pessoal, busca por reconhecimento e até mesmo secularização, produzem um novo cenário, no qual a maternidade (acompanhada de casamento ou mesmo de uma união conjugal) é apenas uma dentre um leque mais vasto de escolhas. Estas novas aspirações e o fato delas serem concorrentes, e, portanto, possivelmente, incompatíveis com o nascimento de um filho adicional, corroboram para o contexto de baixa fecundidade, que passa a ser cada vez mais acentuado (o citado vale da curva em formato de U). Ademais, estas mesmas novas aspirações, dentre elas, o desejo por reconhecimento e autorrealização, são importantes condutores da própria busca das mulheres por melhores condições de trabalho e níveis de escolaridade, o que reforça esse ciclo que possui como uma de suas principais consequências a referida acentuação da queda da fecundidade (PHILIPPOV, 2008). Nesse sentido, a primeira das revoluções, na esfera pública, estaria muito avançada, em que pese, em diversas sociedades, ainda permanecer considerável discrepância de salários, oportunidades e estabilidade laboral entre homens e mulheres (LAPPEGÅRD, 2018). A segunda revolução, por outro lado, se encontra atrasada (isso quando ela efetivamente teve início), e, segundo a teoria da *Revolução de Gênero*, a maior participação masculina no trabalho doméstico seria a chave para o aumento da fecundidade em sociedades de acelerado envelhecimento (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015).

No que tange, portanto, à segunda assertiva da teoria de McDonald (2000a) que trata da associação entre equidade de gênero e baixa fecundidade, é possível dizer que há um paralelo entre o que o autor (2000a) denomina por *equidade de gênero em instituições de orientação individual* e o que Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015) apresentam como *equidade de gênero na esfera pública*. Da mesma maneira, há uma relação entre *equidade de gênero em instituições de orientação familiar* de McDonald (2000a) e *equidade de gênero na esfera privada* de Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015). Estes termos são distintos, o que, por

consequência, também tornam estes estudos diferentes. Eles são, no entanto, também complementares um ao outro. McDonald (2000a) tende a dar foco à questão *institucional*, isto é, aumento da fecundidade através de um suporte proveniente de políticas, medidas e benefícios, por exemplo, estatais, e, portanto, *institucionais* que diminuem o conflito existente entre trabalho e família. Já Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015) salientam que a reversão desses níveis de fecundidade está mais fortemente relacionada com a *revolução de gênero*, e, portanto, com uma maior participação masculina no nível micro do domicílio.

Por isso, é imprescindível lançar mão de um maior aprofundamento sobre a forma que os dois textos se diferem, mas de alguma forma, também se complementam. Diferente de McDonald (2000a), a teoria da Revolução de Gênero (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015) concebe o seu argumento a partir do vetor *normas de gênero*. Isto é, se McDonald (2000a) não deixa explícita a importância dos sistemas e normas de gênero para a queda e posterior retomada da fecundidade (o percurso da fecundidade ao longo da referida curva em U), a Revolução de Gênero constrói a sua explicação precisamente a partir deste ponto. Para a Revolução de Gênero, *a discussão não é exatamente sobre o suporte institucional que possivelmente diminua o conflito trabalho-família* (MCDONALD, 2000a), o qual, por sua vez, provocaria uma reversão da tendência da fecundidade. *Trata-se, no entanto, das mudanças nos sistemas/normas de gênero que acarretam maior envolvimento dos homens no trabalho não remunerado:*

Our approach, while not dismissing the importance of extra-family supports that reduce parents' work-family conflict, identifies reversals in other family behaviors in addition to fertility, which are less affected by these state policies. We consider these reversals instead to be fundamentally linked with the ongoing gender revolution, and in particular with the increases in men's involvement in the home. (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015, p. 208).

Ao enfatizar a importância das normas de gênero no processo, a Revolução de Gênero (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015) não só se difere, como também complementa a primeira ideia formalizada por McDonald (2000a), na medida em que maior suporte institucional e maior participação masculina no ambiente domiciliar podem coexistir. Hobson e Oláh (2006) e Hoem (2008) ressaltam que políticas e medidas que visem a conscientização e a promoção de maior participação masculina na realização de tarefas domiciliares sejam acompanhadas de políticas complementares, as quais, por sua vez, objetivem a efetiva conciliação dos trabalho remunerado e não remunerado tanto por parte das

mulheres, como também por parte dos homens, isto é, medidas institucionais. Também por isso, argumenta-se, neste trabalho, que as teorias de McDonald (2000a) e Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015) podem ser analisadas como complementares, para além de suas claras diferenças apresentadas. Nesse mesmo sentido, McDonald (2006) ressalta a importância de assegurar que homens e mulheres se sintam seguros institucionalmente caso decidam, individualmente, por ter filho(s), isto é, que uma decisão tomada no âmbito privado da família seja também apoiada socialmente. Em outras palavras, que maior equidade de gênero na esfera privada (lê-se, maior participação masculina no ambiente doméstico), foco da Revolução de Gênero (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015), seja acompanhada de maior equidade de gênero nas instituições de orientação familiar (lê-se, maior suporte institucional/estatal), foco de McDonald (2000a). Isso evidencia, novamente, o caráter complementar que ambas as abordagens teóricas podem assumir, questão pouco (ou quase nunca) discutida na literatura sobre o tema, a qual foca, geralmente, na diferença entre elas. Apesar deste foco ser altamente relevante, especialmente por apresentar a evolução do arcabouço teórico, limita o debate, e acaba por rotular, frequentemente, a abordagem de McDonald (2000a) como ultrapassada.

Por conseguinte, apesar de maior equidade de gênero na família, como catalisador de uma possível reversão da fecundidade, passar, inquestionavelmente, por transformações nas normas e sistemas de gênero, o suporte institucional não deve ser desprezado, ponto ressaltado pelas próprias autoras da Revolução de Gênero (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015). O que esta tese quer também pontuar é que se trata de algo maior do que meramente “considerar” a importância do suporte institucional, ele deve ser observado e analisado como um fator em paralelo. Em resumo, trata-se de um longo processo de revisão dos sistemas de gênero, uma construção social que somente será “desconstruída” a partir de uma confluência de fatores de ordem micro, através do maior envolvimento masculino no ambiente doméstico (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015), e macro, através do maior suporte institucional (MCDONALD, 2000a), o que complementa, portanto, o argumento acerca do caráter complementar das principais abordagens teóricas até aqui aprofundadas.

Outros autores também tratam da curva em formato de U referente à associação entre fecundidade e equidade de gênero. Por adicionarem pontos interessantes e complementares à discussão, são também discutidos. Assim como na *Revolução de Gênero*, na fase inicial do que Esping-Andersen e Billari (2015) denominam por *Revolução Feminina*, são observadas

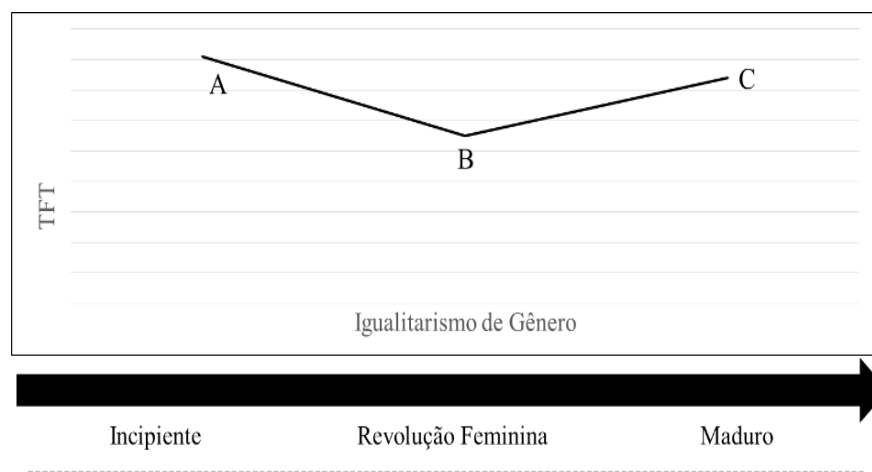
perturbações no ambiente familiar, as quais decorrem dos avanços de equidade de gênero no mercado de trabalho e no sistema educacional. Estas perturbações provocam queda da fecundidade. Nos estágios mais avançados, por outro lado, surgem novas normas e valores familiares que tendem a produzir ambientes que melhor condizem com o menor *gap* existente entre homens e mulheres em ambos os níveis público e privado. Os novos ambientes domiciliares de maior equidade provenientes desse processo tendem a produzir maiores níveis de fecundidade, a segunda metade da curva em formato de U. Esping-Andersen e Billari (2015) enfatizam, portanto, a importância do vetor *normas de gênero*. A alteração destas normas é essencial para que possa haver espaço para a reversão da tendência de fecundidade.

Essa dinâmica é descrita por Esping-Andersen e Billari (2015, p.9) em uma curva esquemática de formato em U reproduzida neste estudo (com tradução livre) na Figura 3. A obra original apresenta a relação entre TFT e o que os autores (2015) denominam como *igualitarismo de gênero* (paralelo ao que McDonald (2000a, 2000b) chama de equidade de gênero, e, como já se explicou em 3.1, muitas das vezes estes termos são utilizados de forma intercambiável para retratar o mesmo conceito). No ponto A, existe prevalência do modelo *male breadwinner-female housewife*, caracterizado por uniões mais estáveis, pouca participação da mulher na esfera pública e, conseqüentemente, fecundidade mais elevada. O ponto B descreve um contexto na qual a revolução feminina se encontra já avançada na esfera pública, porém, no âmbito familiar, a sociedade ainda não se adaptou à nova configuração, produzindo instabilidade nas uniões e baixa fecundidade. Por fim, o ponto C apresenta uma situação na qual a sociedade já se encontra mais adaptada às mudanças e a revolução feminina avança para um estágio maduro (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015): “*This step, we argue, should produce family outcome that more closely reflects people’s desires for partnerships and children*” (ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015, p8).

Um ponto adicional de Esping-Andersen e Billari (2015) expande a discussão sobre a eficiência econômica dos tipos de divisão dos trabalhos remunerado e não remunerado entre homens e mulheres. Como já previamente colocado, a lógica dos sistemas de gênero no ponto A reforça o modelo *male-breadwinner-female-homemaker* como o de maior eficiência econômica para a família (BECKER, 1991; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015). Esping-Andersen e Billari (2015) argumentam que o modelo de equilíbrio do ponto C possui maior chance de produzir um estado de *ótimo de Pareto*, uma vez que, diferente do que ocorre no ponto A, existe justiça/equilíbrio/equidade entre os parceiros, além de ganhos mais eficientes

que colocam ambos homem e mulher numa melhor situação. Em outras palavras, ambos “ganham” em justiça/equilíbrio/equidade ao diminuírem as chances de conflito na família, e, ao mesmo tempo, “ganham” também em termos econômicos, ao passo em que as mulheres podem explorar, em maior medida, seu verdadeiro potencial de busca de melhores salários e colocações no mercado de trabalho.

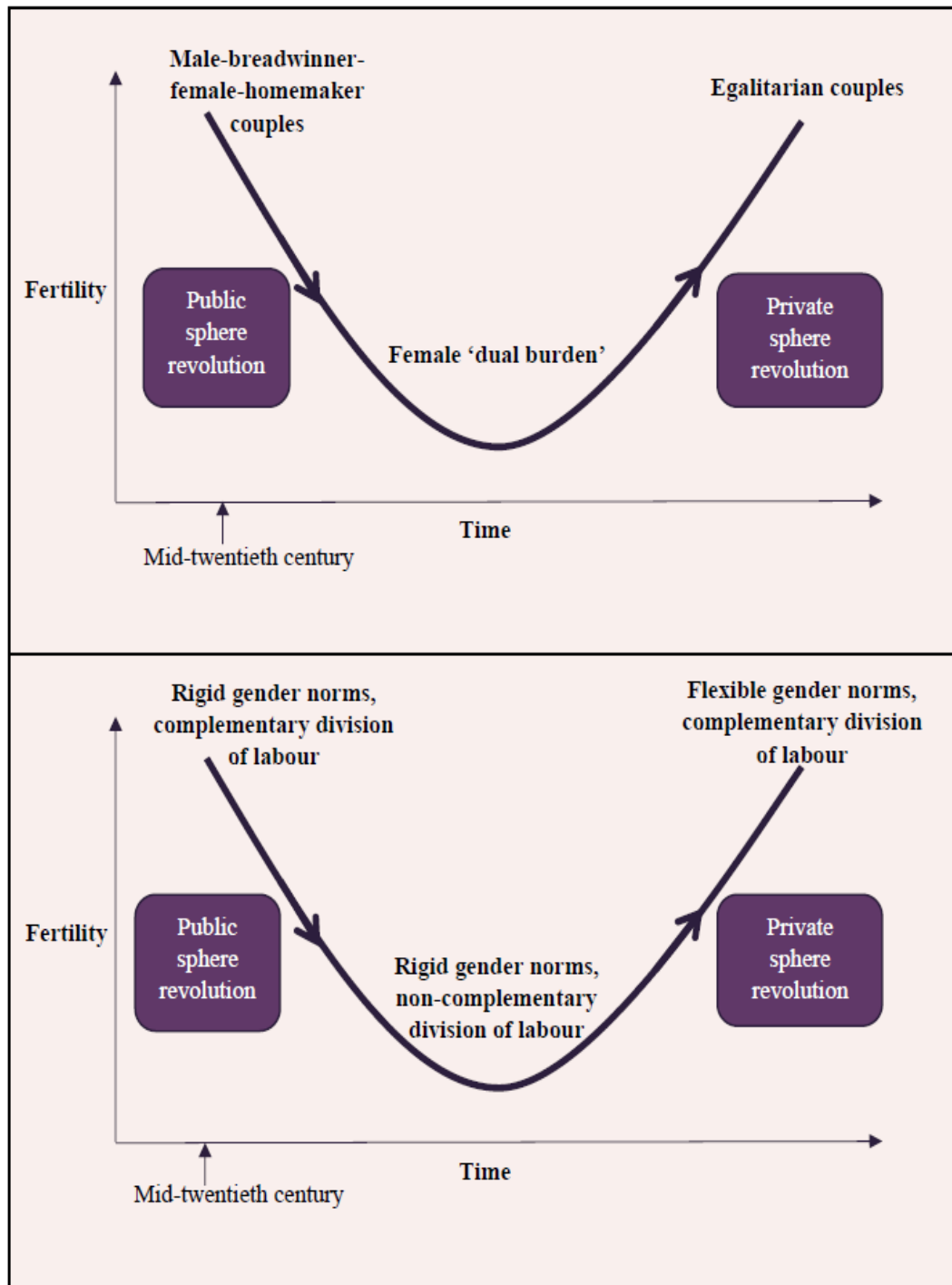
FIGURA 3 – Tendência Esquemática da Fecundidade ao longo da Revolução Feminina segundo Esping-Andersen e Billari (2015)



Fonte: extraído de Esping-Andersen e Billari (2015, p.9). Reprodução e tradução própria.

Como se pode ver pelo apresentado até aqui, a terminologia de conceitos pode variar entre os autores (assim como também podem variar os enfoques de cada autor ou teoria, visto o apresentado acima sobre as diferenças entre McDonald e a *Revolução de Gênero*), entretanto, a literatura converge no sentido de apontar um cenário de mulheres sobrecarregadas e um processo de revolução ainda em curso. Em um trabalho mais recente, Raybould e Sear (2020) discutem uma mudança em certos termos utilizados nesse arcabouço de teorias que discutem fecundidade e equidade de gênero. A Figura 4 apresenta as curvas em formato de U segundo a teoria da *Revolução de Gênero* (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015) no painel superior, assim como a reformulação de Raybould e Sear (2020) no painel inferior.

FIGURA 4 – Representações das curvas em formato de U segundo a Revolução de Gênero (2015) e segundo a reformulação de Raybould e Sear (2020)



Fonte: extraído de Raybould e Sear (2020, p. 11).

Argumentam que, ao invés de se utilizar modelo *male breadwinner-female housewife* para se referir àquelas famílias mais *tradicionais* (outro termo comumente utilizado para se referir aos arranjos de homens provedores e mulheres donas de casa que poderia ser evitado), deveria ser

utilizada a expressão *normas rígidas de gênero acompanhadas de divisão do trabalho complementar*. Isso pois, o modelo *male breadwinner-female housewife* advém exatamente da rigidez dos sistemas de gênero daquele período situado por volta da metade do século XX. Tem-se, portanto, no primeiro extremo da curva em formato de U, homens e mulheres se complementando. Contudo, os homens, sempre na esfera pública, já, as mulheres, sempre na esfera privada, assim como definem estas *normas rígidas* de gênero. Seguindo a curva, como vem sendo discutido ao longo deste subcapítulo, a fecundidade atinge níveis muito baixos a partir do momento em que são logrados avanços na esfera pública, porém, a *rigidez das normas de gênero permanece na esfera privada*. Por isso, neste ponto, os casais assumem papéis *não complementares*, isto é, os trabalhos remunerado e não remunerado não mais estão divididos entre eles, e, portanto, homem e mulher não mais se complementam. Nesse ponto da curva, o homem permanece realizando o trabalho remunerado, e, a mulher, que agora também está inserida na esfera pública, continua sendo a responsável, quase que de forma integral, pelo trabalho não remunerado na esfera privada do domicílio.

Por fim, a fecundidade volta a crescer na medida em que estas normas de gênero se tornam mais *flexíveis*, e, a divisão do trabalho volta a ser *complementar* (RAYBOULD; SEAR, 2020). As autoras (2020) argumentam no sentido de não se utilizar termos como *casais igualitários* ou similares para caracterizar esse segundo extremo da curva em U, pois o modelo *male breadwinner-female housewife* livremente escolhido por uma determinada família pode, por exemplo, também ser considerado *igualitário*. O termo *igualitários* é então trocado por *normas flexíveis*. E, o *complementar* deste segundo extremo da curva apresenta homens e mulheres dividindo, em nível elevado, também o trabalho doméstico, e, portanto, se complementando em ambas as esferas pública e privada; diferente do primeiro extremo, no qual, também se complementavam, porém, com divisão total entre as esferas.

Como observado, apesar de apresentar diferenças e complementariedades em relação às teorias apresentadas previamente, Raybould e Sear (2020) convergem no sentido da discussão que sinaliza um cenário de associação positiva entre fecundidade e maior equidade de gênero na família. Esse arcabouço teórico apresentado até aqui é o pilar central do desenvolvimento deste trabalho e base para a sua primeira hipótese, a qual diz que intenções de fecundidade mais elevadas estão associadas a arranjos familiares com maior equidade de gênero.

No entanto, assim como ressaltam Torr e Short (2004), há uma forma alternativa de se investigar o arcabouço teórico iniciado por McDonald (2000). Hakim (2002) resalta a existência do perfil de mulheres orientado à família (*home-oriented*), o qual prefere o trabalho de cuidados e afazeres domésticos ao trabalho remunerado. Nesse sentido, mulheres que fazem todo ou quase todo o trabalho doméstico não remunerado (o que é denotado aqui como menor equidade de gênero na família) podem ser mais orientadas à esfera da família e do domicílio (HAKIM, 2002), e, portanto, podem apresentar maior probabilidade de ter filhos adicionais. É baseado nessa ideia que esta tese propõe a hipótese alternativa à primeira hipótese, segundo a qual, maiores intenções de fecundidade estão associadas a menores níveis de equidade de gênero.

Além disso, segundo Torr e Short (2004) e Raybould e Sear (2020), é possível analisar o arcabouço teórico iniciado por McDonald (2000a) para além dos países desenvolvidos. Em contextos que apresentem razoável equidade de gênero na esfera pública, ainda que se encontrem atrasados nessa primeira revolução (caso de países em desenvolvimento com fecundidade baixa), espera-se que a variação nos níveis de equidade de gênero no nível micro da família faça variar a fecundidade e/ou as intenções de fecundidade. Raybould e Sear (2020) completam nesse sentido: “*A more thorough understanding of the associations between gender equity in the household and fertility would come from performing analyses across a much broader range of societies, including those still undergoing the first public sphere gender revolution*” (RAYBOULD; SEAR, 2020, p. 30). Por isso, além de países com maior nível de desenvolvimento, os objetivos e hipóteses desta tese são investigados e testados também no contexto brasileiro, de menor desenvolvimento e razoável equidade de gênero na esfera pública, para o qual, inclusive, não há qualquer investigação similar.

Para finalizar este subcapítulo, e com os objetivos de reforçar a justificativa de inserção do Brasil neste trabalho e prover uma contextualização dos países desenvolvidos segundo o arcabouço teórico discutido até aqui, é demonstrada haver uma relação positiva entre desenvolvimento geral de um país e equidade de gênero na esfera pública. O Gráfico 7 possui, no eixo y, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁴ e, no eixo x, o *Gender Inequality Index* (GII)³⁵, produzido pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2021), e que fornece uma

³⁴ <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>.

³⁵ <http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-index-gii>.

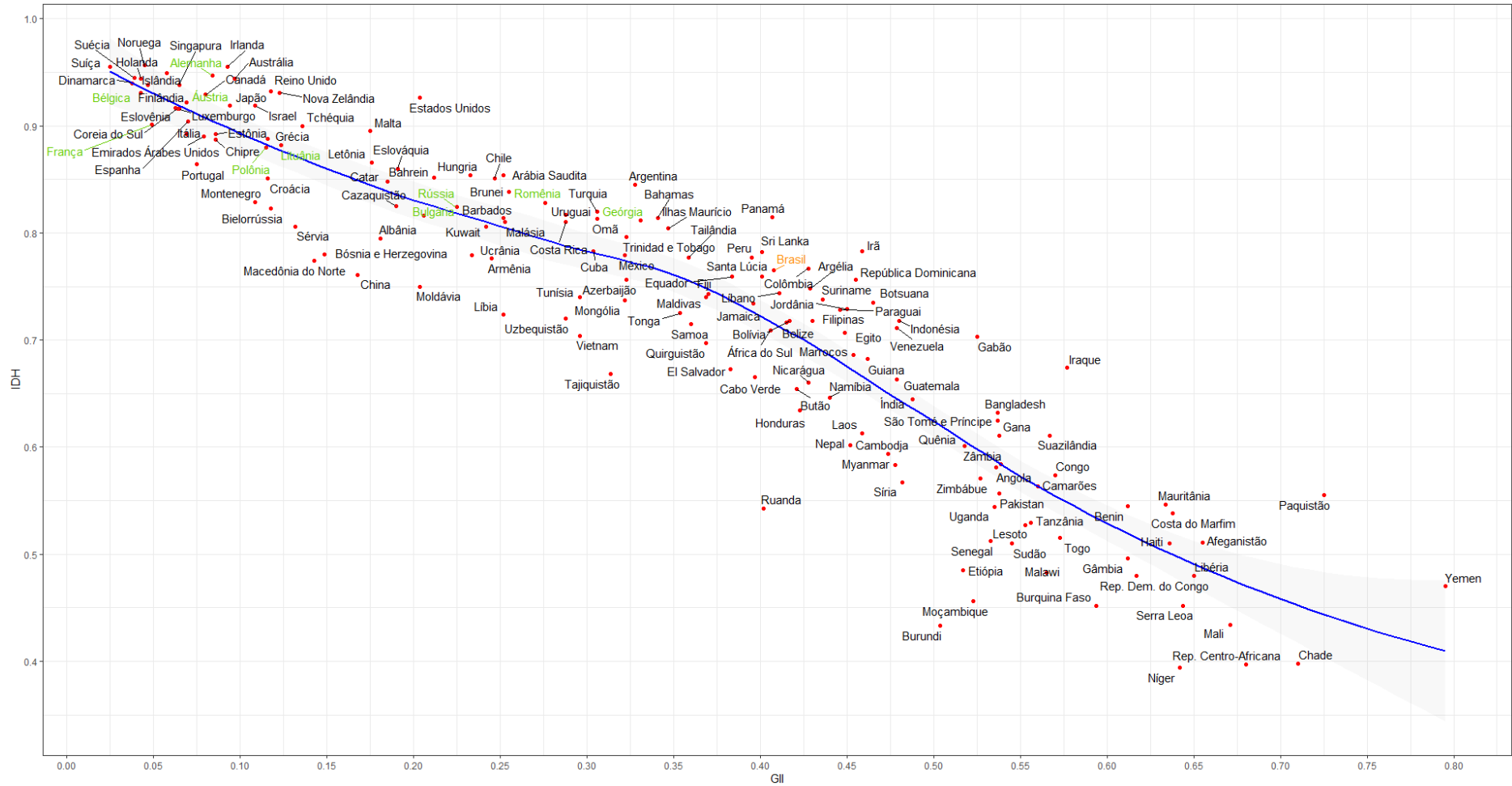
medida de equidade de gênero na esfera pública, tendo em vista que considera dimensões como mercado de trabalho, escolaridade, representação feminina na política e saúde materna e adolescente. Pode-se observar que a tendência é de quanto maior o IDH, menor o GII, logo, maior a equidade na esfera pública. Além do gráfico, foi também realizado um teste de correlação (*Pearson*), e encontrou-se correlação altamente negativa, igual a -0,92. Lembrando que o GII trata de iniquidade (*inequality*), portanto, analisando-se de forma contrária, há evidências de uma forte correlação positiva entre desenvolvimento e equidade de gênero na esfera pública. É importante apresentar esta correlação para demonstrar que o *nível de desenvolvimento geral de um país tende a ser acompanhado por melhores índices de equidade na esfera pública*.

Os países trabalhados nesta tese são destacados no Gráfico 7, estando os 10 países de maior nível de desenvolvimento com uma coloração verde, e o Brasil, em laranja. É possível ver que mesmo o país de menor IDH e maior GII (e, portanto, menor equidade), a Geórgia, ainda apresenta ambos os índices superiores ao que é observado no contexto brasileiro. Isto é, o Brasil, por mais que apresente fecundidade tão baixa quanto os demais países analisados, e um índice de gênero intermediário (como se pode ver pela localização no gráfico), portanto, de razoável equidade de gênero na esfera pública, está atrasado, tanto em termos gerais de desenvolvimento, quanto em relação à uma medida que ilustra equidade de gênero na esfera pública. Desta maneira, assim como argumentam Torr e Short (2004) e Raybould e Sear (2020), a literatura sobre a associação entre fecundidade e equidade de gênero na família se beneficia e se expande ao também analisar um país como o Brasil, o qual possui menor nível de desenvolvimento mas, apresenta razoável equidade de gênero na esfera pública, ainda que a primeira revolução de gênero nesta esfera se encontre mais atrasada se comparada aos demais países (como demonstrado pelo gráfico e exposto neste parágrafo).

Vale ainda ressaltar a existência de heterogeneidade entre os próprios países aqui tratados como desenvolvidos. Bélgica, França, Alemanha e Áustria se destacam como aqueles de melhores índices dentre os 10 selecionados neste trabalho. Polônia e Lituânia ficam um pouco abaixo. Em seguida, é possível observar o bloco de Rússia, Bulgária e Romênia. Por fim, e mais próximo do Brasil, a Geórgia. Essas distinções entre os países são também levadas em consideração na interpretação e discussão dos resultados.

Tendo em vista a relação entre desenvolvimento e equidade de gênero na esfera pública, esta tese busca evidências (e possíveis padrões) acerca da associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família no nível micro, tanto em contextos de maior desenvolvimento, quanto no contexto de menor desenvolvimento, exemplificado pelo Brasil.

GRÁFICO 7 – Relação entre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e *Gender Inequality Index* (GII) para diferentes países



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da Organização das Nações Unidas (<http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking> <http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-index-gii>).

3.3 Evidências empíricas – fecundidade e intenções de fecundidade vs. equidade de gênero

Assim como também ocorre para o arcabouço teórico discutido em 3.2 (MCDONALD, 2000a; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020), o arcabouço de estudos que possuem como objetivo investigar empiricamente a associação entre fecundidade ou intenções de fecundidade e equidade de gênero na família é voltado, quase que integralmente, ao contexto de países desenvolvidos com fecundidade baixa. No que tange aos países latino-americanos de fecundidade baixa, um estudo, utilizando dados da Colômbia, mostra que maior equidade relacionada a cuidados está associada à maior chance das mulheres desejarem o segundo filho; divisão dos afazeres domésticos não possui impacto nas preferências reprodutivas (PORTACCIO, 2019). Não existem outros trabalhos, até onde é de conhecimento do autor, que analise esta associação em países da América Latina.

São apresentadas evidências tanto no nível macro, como no nível micro, para ambas as variáveis de fecundidade observada e intenções de fecundidade. Começando pelo nível macro, há uma maior clareza quanto à relação entre as variáveis, sendo possível observar uma associação positiva na grande maioria dos casos, isto é, dentre os países mais desenvolvidos, aqueles com índices mais elevados em diferentes medidas de equidade de gênero na família tendem a apresentar maiores níveis de fecundidade e também de intenções de fecundidade (por exemplo, ALONSO, 2004; CRAIG, 2006; TESTA, 2007; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI 2009; ARPINO; TAVARES, 2013; BAIZAN; ARPINO; DELCLÒS, 2016; ARPINO; ESPING-ANDERSEN; PERSSIN, 2015; BRINTON; LEE, 2016; FREJKA; GOLDSCHIEDER; LAPPEGÅRD, 2018).

Antes de um maior aprofundamento em algumas destas evidências, uma contextualização cultural macro é importante como ponto de partida. McDonald (2006) discute o que ele denomina por *divisão cultural*. O autor divide um grupo de países industrializados em dois subgrupos, aqueles com taxa de fecundidade total (TFT) igual ou superior a 1,5, e aqueles com níveis abaixo de 1,5. O fator que divide estes subgrupos é exatamente o cultural. No primeiro subgrupo, de maior fecundidade, estão os países nórdicos e os países ocidentais de línguas inglesa, francesa e holandesa. Estes também são países com um mais extenso histórico e

portfólio de políticas e medidas, tanto governamentais, como da própria iniciativa privada, de apoio às famílias, e especialmente, às mulheres no tocante aos filhos. Isto é, há uma maior proximidade entre Estado e família nestes locais. São países que, especialmente nos últimos 30 anos, têm se notabilizado por arranjos institucionais ditos *family-friendly*, e conseqüentemente, têm apresentado maiores índices de equidade de gênero e fecundidade.

Por outro lado, no grupo 2, de menor fecundidade, Estado e família tendem a ser dois polos totalmente separados. Neste grupo, o qual inclui, principalmente, países do Sul e Centro-Leste da Europa e os de maior desenvolvimento do Leste Asiático, espera-se, em maior medida, que as próprias famílias forneçam apoio/assistência aos seus membros, com pouca ou nenhuma intervenção governamental. São países, portanto, atrasados no que tange à implementação de políticas de assistência e de diminuição de desigualdades, dentre elas, a de gênero. Sendo a própria família a fonte de apoio nestes países, a responsabilidade por tarefas domésticas e cuidados com filhos tende a ficar, em maior nível, com as mulheres, comparativamente ao primeiro subgrupo de países.

Nessa lógica de contextualização, a partir da relação existente entre o ambiente político-institucional e fecundidade, Castles (2003), ao analisar flexibilidade no trabalho e disponibilidade de serviços de cuidados de crianças (creches, por exemplo), encontra uma forte associação positiva, isto é, aqueles países de maior flexibilidade de horários e disponibilidade de serviços que auxiliam o cuidado dos filhos são também os de maior fecundidade. Sleebos (2003) realiza uma revisão de estudos interessados em analisar a relação entre níveis de fecundidade e contexto político-institucional e, apesar de encontrar, em algum nível, efeitos contraditórios, conclui que a maioria dos estudos parece indicar (alguns em maior, outros em menor medida) que existe uma relação positiva entre fecundidade e disponibilidade de serviços de cuidados de crianças. No entanto, essa associação positiva não é tão clara no que tange à licença parental.

Detalhando outras das principais evidências no nível macro, Alonso (2004), utilizando dados do *Eurobarometer Survey* de diversos países, encontra que a divisão considerada ideal dos cuidados com filhos entre os pais está positivamente correlacionada a maior fecundidade. Alonso (2004) também encontra correlação positiva entre maior divisão do trabalho doméstico não remunerado e intenções de fecundidade. Testa (2007), assim como Alonso (2004), utiliza de dados do *Eurobarometer Survey* (de uma onda posterior), e encontra relação positiva entre

tamanho de família média ideal e divisão das tarefas domiciliares em um conjunto de vinte e cinco países. Craig (2006) utiliza dados da *Multinational Time Use Survey* (1989-1992) e mostra que taxas de natalidade são maiores em locais de melhor divisão tanto do trabalho remunerado, quanto do não remunerado, especialmente na Noruega (se comparada à Alemanha e Itália). Feyrer, Sacerdote e Stern (2008) utilizando-se de dados do *International Social Survey Program* encontram maior fecundidade nos países onde os homens auxiliam em maior medida nos afazeres domésticos e nos cuidados com filhos. Comparando Suécia e Áustria, Hoem, Prskawetz, e Neyer (2001) encontram maiores taxas de transição do segundo para o terceiro filho entre as suecas do que entre as austríacas.

Baizan, Arpino e Delclòs (2016) trabalham com um conjunto de países europeus através do *World Value Survey* (WVS) e do *European Value Survey* (EVS) e encontram que países com prevalência de atitudes mais igualitárias no domicílio possuem maior fecundidade. Brinton e Lee (2016) também a partir do WVS, mas também com dados do *Human Fertility Database* (HFD) e um conjunto de vinte e quatro países apresentam que crenças/ideologias de maior equidade se associam positivamente à TFT. Frejka, Goldscheider e Lappegård (2018) trabalham com onze países³⁶, dentre eles, Finlândia, Noruega e Suécia, países de maior fecundidade do Norte da Europa, e Itália e Espanha, países de menor fecundidade mais ao Sul. Encontram que a fecundidade de coorte declinou menos onde existe maior equidade de gênero na família, isto é, nos países mais ao Norte. Por fim, Arpino, Esping-Andersen e Pessin (2015) analisam longitudinalmente vinte e sete países industrializados na Europa e América do Norte (a partir do WVS, EVS, dados do Banco Mundial e HFD), e encontram evidências da referida curva em formato de U. Isto é, a fecundidade cai na medida em que os países saem do modelo *male-breadwinner-female-homemaker* para um modelo de maior equidade de gênero na esfera privada, e volta a subir na medida em que aumenta a participação masculina no domicílio.

Se no nível macro, as evidências disponíveis na literatura apontam, de forma mais coesa, para uma associação positiva, no nível micro, a relação não é assim tão clara. *Apesar de, e em consonância com o nível macro, um maior número de estudos também encontrar uma associação positiva* (por exemplo, PUUR *et al.*, 2008; KAN; HERTOOG, 2017; FIORI, 2011; PURR; VSEVIOUV; ABULADZE, 2018; LEE; HWANG, 2017; RINESI *et al.*, 2011; PARK,

³⁶ Utilizam diferentes bases, dentre elas a *Human Fertility Database*, o *Multinational Time Use Study* e o banco de dados do Banco Mundial.

2012; MENCARINI; TANTURRI, 2004; TAZI-PREVE; BICHLBAUER; GOUJON, 2004; YOON, 2017; BERNARDI; LE GOFF; RYSER, 2013; BUBER, 2002; HARKNETT; BILLARI; MEDALIA, 2014; MILLS *et al.*, 2008, AASSVE *et al.*, 2015, MIETTINEN; LAINIALA; ROTKIRCH, 2015), *outros mostram uma relação negativa*, isto é, maiores níveis de fecundidade ou intenções de fecundidade estão associados à menor equidade de gênero na família (por exemplo, WESTOFF; HIGGINS, 2009; HOLTON; FISHER; ROWE, 2009; KATO, 2018; MITCHELL; GRAY, 2007; CHEN; YIP, 2017; BERNHARDT; GOLDSCHIEDER, 2006; BERNHARDT; GOLDSCHIEDER; TURUNEN, 2016; LEE; HWANG, 2017). *Há ainda trabalhos que identificam uma associação em formato de U*, isto é, tanto as famílias com menor equidade, quanto as com maiores níveis de equidade possuem um número de filhos ou intenções de fecundidade mais elevadas (por exemplo, TORR; SHORT, 2004; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011; ANDRADE; BOULD, 2012; YOON, 2014; CAVALLI; ROSINA, 2011; SHREFFLER; PIRETTI; DRAGO, 2010; LUPPI, 2016; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; BRANDÉN, 2013; OLÁH, 2003).

Algumas destas evidências são detalhadas a seguir, exemplificado a heterogeneidade dos resultados. Primeiramente, são apresentadas evidências sobre fecundidade observada. Oláh (2003), a partir de uma comparação entre Suécia e Hungria, e Tazi-Preve, Bichlbauer e Goujon (2004) analisando dados da Áustria (*Population Policy Acceptance Survey*), corroboram com a maior parte dos achados que também utilizam trabalho doméstico não remunerado como variável de equidade de gênero na família, e encontram que maior divisão nas tarefas domésticas acelera a transição para o segundo filho. No mesmo sentido estão os resultados de Cooke (2004) para a Itália e Espanha, Fiori (2011) também para a Itália, Brodmann, Esping-Andersen e Guell (2007) para a Espanha e Dinamarca e Dommermuth, Hohmann-Marriott e Lappegård (2017) para a Noruega. A partir de diferentes fontes de dados, encontram que maior envolvimento masculino nas atividades de cuidado do primeiro filho facilita a transição para o segundo filho. Harknett, Billari e Medalia (2014) identificam esta mesma associação positiva para diferentes parturições em diferentes países analisados pelo *European Social Survey*. Na Suécia, Duvander e Andersson (2006) tomam o uso da licença parental como medida de equidade de gênero na família, e encontram uma associação positiva entre a utilização da licença por parte do pai e a propensão de ter o segundo ou terceiro filho.

Diferente destes estudos, Bernhardt e Goldscheider (2006) e Bernhardt, Goldscheider e Turunen (2016) encontram associação negativa analisando a Suécia (*Family and Working Life*

in the 21st Century Survey by Statistics Sweden e *Yong Adult Panel Survey*, respectivamente). Nestes casos, homens considerados mais tradicionais ou menos igualitários possuem maior probabilidade de se tornarem pais. De forma semelhante, Köppen e Trappe (2019) e Henz (2008) encontram, para a Alemanha, que a pouca ajuda masculina nos afazeres domésticos tende a facilitar o nascimento do primeiro ou do próximo filho. Goldscheider, Bernhardt, Brandén (2013), também com dados da Suécia, identificam, por sua vez, uma associação em formato de U, isto é, famílias com maior e menor equidade (comparadas a um terceiro grupo intermediário) apresentam maior probabilidade de ter o segundo filho.

Apresentadas as evidências acerca de fecundidade observada, são também expostas evidências sobre desejos ou intenções de fecundidade. Buber (2002) analisa as intenções na Áustria (*Austrian Fertility and Family Survey*) e encontra uma associação positiva com maior participação masculina em afazeres domésticos e cuidados com filhos. Pinelli e Fiori (2008) e Rinesi *et al.* (2011) também encontram maiores intenções de ter o segundo filho entre mulheres italianas com divisão mais igual das tarefas no domicílio (*ISTAT Survey* e *Sample Survey on Births*, respectivamente). Na Suíça (*Swiss Household Panel*), Bernardi, Le Goff e Ryser (2013) identificaram que ter atitudes de maior equidade de gênero na família impacta positivamente as intenções pelo primeiro filho, entretanto, no mesmo estudo, mostram que maior divisão das tarefas domésticas entre homens e mulheres possui efeito negativo nas intenções. Mills *et al.* (2008) identificam associação positiva entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família para 1) mulheres holandesas que trabalham de forma remunerada trinta ou mais horas semanais; e, 2) mulheres italianas que trabalham menos de trinta horas.

Neyer, Lappegård e Vignoli (2013) com dados do *Generations and Gender Survey* (GGS), mostram que maior divisão dos afazeres domésticos tende a aumentar as intenções de fecundidade. Neste estudo, utilizam de um conjunto de países dentre os quais estão alguns dos analisados no presente trabalho. Diferente desta tese, os autores ajustam apenas um modelo controlado por cada país. De forma a analisar especificamente cada país (considerando, portanto, as diferenças culturais), assim como exposto na Introdução, esta tese trabalha com modelos específicos para cada um deles. Busca-se então encontrar um padrão ou mesmo uma ausência de padrão nos resultados. Osiewalska (2018) também trabalha com dados do GGS a partir de um único modelo, e, encontra, para o conjunto de países selecionados, um resultado inverso, isto é, famílias em que mulheres que realizam a maior parte dos afazeres estão associadas, neste caso, a maior fecundidade observada.

Afastando-se um pouco dos países desenvolvidos e industrializados para os quais o arcabouço teórico foi primariamente desenvolvido (especialmente os europeus), mas permanecendo em contextos de baixa fecundidade, Kan e Hertog (2017) mostram que o maior envolvimento masculino em tarefas domiciliares na China, Coreia do Sul, Japão e Taiwan, está associado a ideais de fecundidade mais elevados (dados do *East Asian Social Survey*). Também com dados da Coreia do Sul (*National Survey on Fertility and Families in Korea* e *Korean Longitudinal Survey of Women; Families*, respectivamente), Lee e Hwang (2017) e Yoon (2016) encontraram uma associação positiva entre envolvimento domiciliar dos homens e intenções de fecundidade. Park (2012), na mesma linha de Kan e Hertog (2017), Lee e Hwang (2017) e Yoon (2016) mostra que maior contribuição masculina ao longo dos fins de semana aumenta as intenções pelo segundo filho na Coreia do Sul. Yang (2017) é outro que encontra, neste caso, com dados da população chinesa (*China Health and Nutrition Survey*), que o tempo de trabalho doméstico do homem se relaciona de forma positiva às intenções de fecundidade.

Komatsu (2011), a partir do *Japanese Panel Survey of Consumers*, mostra que maior participação masculina em afazeres domésticos aumenta a probabilidade do nascimento do segundo filho. Já Kato (2018), com dados do *Longitudinal Survey of Adults in the 21st Century*, encontra um resultado inverso para o Japão. As investigações destes estudos, para o mesmo país, ressaltam a citada heterogeneidade nos resultados. Nesse mesmo sentido, para a Austrália, Craig e Siminski (2010) identificam uma associação positiva (*HILDA Survey*), ao passo que Holton *et al.* (2009), uma relação negativa (dados coletados pelos próprios autores).

Utilizando-se do *National Survey of Families and Households* realizado nos Estados Unidos, entre 1987 e 1994, Kaufman (2000) encontra resultados opostos para homens e mulheres. Enquanto homens com maior equidade possuem maior probabilidade de desejarem ou terem um filho do que homens considerados mais tradicionais, o grupo de mulheres com maior equidade possui menor probabilidade do que sua contraparte mais tradicional. Torr e Short (2004), de posse dos mesmos dados de Kaufman (2000), encontraram uma associação entre fecundidade e equidade de gênero na família com formato em U. Utilizando-se de probabilidade predita de ter o segundo filho como medida de fecundidade e divisão do trabalho doméstico não remunerado (proporção de horas dedicadas pela mulher e pelo homem) como medida de equidade de gênero, as autoras encontraram que, dentro do espectro de equidade de gênero nas famílias, a fecundidade é maior naquelas famílias que relativamente possuem menor (*tradicional*) e maior (*moderna*) equidade de gênero. Além disso, dentre estes dois grupos, nos

arranjos em que os homens são mais colaborativos (família *moderna*), há maior chance de as mulheres darem luz a um segundo filho. O terceiro grupo, de equidade intermediária, onde há maior conflito, é o que possui menor fecundidade. Schreffler, Pireti e Drago (2010) trabalhando com outra base, a *Marital Instability over the Life Course Study*, também encontram uma associação no formato de uma curva em U para os Estados Unidos.

Retornando aos países europeus, utilizando-se de um *survey* realizado em cinco áreas urbanas italianas, Mencarini e Tanturri (2004) encontraram resultados que apontam para as mesmas tendências de Torr e Short (2004) nos EUA. E, dentre as mulheres inseridas no mercado de trabalho, foi identificado que maior envolvimento dos pais no trabalho doméstico após o primeiro filho aumenta a chance de a mulher ter outra criança. Também encontraram que a probabilidade do nascimento do segundo filho aumenta se a mãe não diminuir o tempo trabalhado formalmente no mercado externo. Com outra base de dados italiana (ISTAT, 2003), Cavalli e Rosina (2011) identificaram a associação em U no nível micro das famílias. O *Population Policy Acceptance Study* (PPAS), realizado em quatorze países europeus entre os anos 2000 e 2003, possibilitou estudos que apontaram para intenções de fecundidade mais elevadas entre homens com maior equidade de gênero. Puur *et al.* (2008) de posse dos dados de oito países de fecundidade baixa (incluindo mais e menos desenvolvidos, como Áustria e Lituânia, respectivamente), encontraram que homens com atitudes representativas de uma maior equidade de gênero possuem um maior desejo por filhos. De maneira similar a Puur *et al.* (2008), Miettinen, Basten e Rotkirch (2011) utilizam de questões de atitudes e papéis de gênero, e desenvolvem três arquétipos de equidade de gênero para dados de mulheres e homens finlandeses: tradicional, intermediária e igualitária. A associação apresenta forma de U para os homens, isto é, aqueles com atitudes de ambos os extremos tradicional e igualitária possuem maior desejo por filhos. Os resultados das mulheres não apresentam o mesmo padrão. Se as mães igualitárias possuem intenções de fecundidade mais elevadas que as intermediárias, as mulheres mais tradicionais tinham menores intenções por filhos do que estas mesmas intermediárias, não sendo encontrado, portanto, o formato em U, apesar das intenções mais elevadas entre as igualitárias.

Diferente dos resultados encontrados por Puur *et al.* (2008) e Miettinen, Basten e Rotkirch (2011), Spéder e Kapitány (2009) utilizam de dados da Hungria provenientes do *Gender and Generations Survey* (GGS), e mostram que um papel de gênero mais tradicional está correlacionado à transição para os segundo e terceiro filhos tanto para os homens quanto para

as mulheres. De posse de praticamente o mesmo conjunto de países de Puur *et al.* (2008), Philipov (2008) também não encontrou uma associação positiva entre atitudes de equidade de gênero e ter um segundo filho. Por fim, como uma espécie de réplica ao trabalho de Puur *et al.* (2008), Westoff e Higgins (2009) selecionam dados do *European/World Values Survey* (EWVS) de sete dos oito países de Puur *et al.* (2008) e encontram resultados opostos. Puur *et al.* (2008), como exposto, encontraram que as intenções de fecundidade dos homens é maior no extremo de maior equidade observado, já Westoff e Higgins (2009) se deparam com achados que dizem que esse grupo de maior equidade possui, na verdade, intenções de fecundidade menores.

Portanto, assim como apresentado por esta revisão e discutido por Miettinen, Basten e Rotkirch (2011), apesar de, geralmente, maiores níveis de fecundidade observada ou intenções de fecundidade estarem associados a maior equidade de gênero (atitudes ou divisão do trabalho doméstico), *as evidências possuem certo grau de contraditoriedade*, especialmente no nível micro da família: “[...] *studies on the effects of gender equality on fertility intentions and fertility behavior render inconclusive results*” (NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013, p. 246). O efeito da equidade de gênero na fecundidade pode depender do sexo, da parturição, do contexto social *e pode variar, especialmente, em decorrência de diferentes medidas de equidade de gênero e intenções/ideais/desejos de fecundidade* (MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011).

A própria literatura sobre fecundidade/intenções de fecundidade e equidade de gênero na família possui um histórico de discussões acerca de quais seriam as possíveis explicações para essa pluralidade de resultados (principalmente) no nível micro. O uso de diferentes fontes de dados, com suas distintas variáveis, parece ser o principal motivo para o surgimento de evidências empíricas contraditórias (WESTOFF; HIGGINS, 2009; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011; RAYBOULD; SEAR, 2020). Miettinen, Basten e Rotkirch (2011) citam como exemplo o próprio “embate” entre Puur *et al.* (2008) e Westoff e Higgins (2009) já citado anteriormente. Apesar de provenientes de pesquisas distintas, ambos os trabalhos utilizam os mesmos países e encontram resultados contrários. Segundo Miettinen, Basten e Rotkirch (2011), uma possível fonte para a diferença de resultados encontrados é o uso de diferentes medidas de intenções de fecundidade.

E, se diferentes medidas de fecundidade podem “atrapalhar” o desenvolvimento de um quadro resumo empírico definitivo acerca da associação investigada, as distintas medidas de equidade de gênero parecem gerar ainda mais conflitos e contradições nos resultados: “*Finally, a crucial reason for conflicting evidence is due to different measures of gender equity*” (MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011, p. 473); ou, “[...] *studies empirically testing this link have found mixed results. One important reason for this stems from the fact that there are many ways of measuring gender equality*” (MENCARINI, 2018, p.5). Isto é, diferentes formas de se medir equidade de gênero podem ser a questão central para o volumoso número de evidências que, frequentemente, divergem entre si. Além disso, assim como colocado por Westoff e Higgins (2009), *parece nunca ter havido um consenso quanto à melhor maneira de se medir equidade de gênero*. Não há conformidade nem mesmo quanto ao conceito propriamente dito, isto é, permanecem variados os usos de diferentes terminologias como a própria *equidade de gênero*, além de outros como *igualdade de gênero*, *status feminino* e *empoderamento feminino*, termos muitas vezes utilizados como sinônimos (WESTOFF; HIGGINS, 2009), ponto discutido em 3.1.

Portanto, não está claro quais são os aspectos de gênero mais determinantes quando se trata de investigar a associação entre fecundidade ou intenções de fecundidade e equidade de gênero na família. Ao mesmo tempo em que se observa o uso de variáveis relacionadas a atitudes e status em alguns estudos (PUUR *et al.*, 2008; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011), outros se utilizam de variáveis comportamentais, como divisão do trabalho doméstico não remunerado (TORR; SHORT, 2004; OLÁH, 2003). Ademais, a maneira com que medidas de equidade de gênero se relacionam com fecundidade ou intenções de fecundidade pode variar de uma sociedade para outra (WESTOFF; HIGGINS, 2009). Por isso, no “embate” entre Puur *et al.* (2008) e Westoff e Higgins (2009), os últimos reforçam que: “*(...) results might be best interpreted in the following way: some measures of gender egalitarianism in some countries appear to be positively associated with higher fertility, while other measures are negatively associated*” (WESTOFF; HIGGINS, 2009, p.72).

Significa dizer que, o esforço de se propor hipóteses que sejam replicáveis para distintos países é importante para o contínuo desenvolvimento do tema e para o aprofundamento no arcabouço diverso de evidências. *Entretanto, é preciso cautela quanto à interpretação e irrestrita generalização desses modelos, tendo em vista as distintas formas de mensuração das variáveis e suas relações contextuais com as sociedades analisadas.*

Para finalizar, também relacionada à discussão acerca das diferentes formas de mensuração das variáveis, especialmente as de equidade de gênero na família, está o tópico que debate os diferentes significados entre afazeres domésticos (*housework*) e cuidado com filhos (*childcare*). Como já descrito, uma das formas de mensuração de equidade de gênero na família, talvez a principal, trata da divisão do trabalho não remunerado, que engloba tanto afazeres domésticos, quanto cuidado com filhos. Há, antes de tudo, um consenso na literatura, qual seja, o de que esses dois tipos de trabalho não remunerado se diferem entre si, e devem, conseqüentemente, ser analisados separadamente sempre que possível (KOSTER *et al.*, 2021; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000): “*In the context of the actual division of labor, scholars have confirmed that housework and childcare are conceptually different, and argued that these types of household labor should be treated separately*” (KOSTER *et al.*, 2021, p. 2).

Existe, portanto, a óbvia diferença relacionada à natureza das atividades, sendo as de afazeres domésticos voltadas, por exemplo, à limpar a casa, lavar louças e cozinhar/preparar alimentos. As atividades de cuidados com filhos, por sua vez, são geralmente direcionadas à limpá-los e vesti-los, auxiliá-los com as tarefas escolares, cuidar enquanto estão doentes, dentre outras. O ponto principal de discussão aqui vai além dessa óbvia diferença na natureza das atividades. Trata de como estas atividades são geralmente percebidas pelos pais e pelas mães. Ambos tendem a achar as atividades de cuidados com filhos mais prazerosas (*enjoyable*) e gratificantes (*rewarding*) se comparadas às atividades de afazeres domésticos (POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; SULLIVAN, 2013): “*Childcare, in contrast, falls into a different category of experience, which, at least in some of its aspects, is perceived as more rewarding and enjoyable*” (SULLIVAN, 2013, p. 74). Isto ocorre especialmente devido ao fato de relações com filhos possuírem as características de serem perenes e insubstituíveis (POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; SULLIVAN, 2013). Além de mais prazerosas e gratificantes, os casais tendem a “investir” em cuidados com filhos também pelos benefícios que estas atividades os retornam, como, por exemplo, sentimentos relacionados à bem-estar e realização pessoal. Nesse sentido, *cuidados com filhos estão geralmente menos relacionados a percepções de injustiça/iniquidade do que afazeres domésticos, e, conseqüentemente, divisões desiguais no cuidado com filhos devem estar menos relacionados ao sentimento de injustiça/iniquidade* (KOSTER *et al.*, 2021; SULLIVAN, 2013). De forma contrária, afazeres domésticos são, em maior medida, avaliados de forma negativa, uma vez que geralmente são desempenhadas de

forma isolada, além de não fornecerem um retorno de bem-estar tão visível e direto aos pais, como é o caso dos cuidados com filhos. Isso corrobora para que afazeres domésticos sejam usualmente taxados como atividades “chatas” (COLTRANE, 2000; SULLIVAN, 2013).

Vale ainda ressaltar que, apesar de ambos os tipos de atividades guardarem similaridades, como, por exemplo, o seu caráter de realização diária (ou quase diária), afazeres domésticos tendem a ser mais repetitivos e geralmente “nunca terminam”, isto é, os indivíduos sabem que, semana após semana, continuarão realizando as mesmas atividades da mesma forma que anteriormente, o que, em última instância, reforça a avaliação negativa mencionada. De forma inversa, os cuidados com filhos, além de mais prazerosos e gratificantes, possuem uma característica de maior mutação, na medida em que os filhos envelhecem e se desenvolvem (POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; KOSTER *et al.*, 2021; SULLIVAN, 2013).

Koster *et al.* (2021) complementam esta discussão ao ressaltarem que os indivíduos tendem a atribuir maior peso a questões negativas se comparadas às positivas. Nesse sentido, atividades geralmente avaliadas como negativas, e, portanto, não prazerosas ou gratificantes, como é o caso dos afazeres domésticos, podem ter maior impacto nas decisões. Como consequência, as pessoas se tornam mais críticas quanto à iniquidade da divisão dos afazeres se comparados aos cuidados com filhos: “*If people perceive childcare as enjoyable and rewarding, performing more childcare may increase perceived fairness instead of unfairness*” (KOSTER *et al.*, 2021, p. 6). Sendo assim, é possível que maior participação masculina em afazeres domésticos, comparado a cuidado com filhos, possa ser mais benéfica à redução do sentimento de iniquidade e do conflito trabalho-família entre as mulheres, e, conseqüentemente, possa ter maior impacto em diferentes decisões, dentre elas as que envolvem o nascimento de um filho adicional (FANELLI; PROFETA, 2021).

4 PAÍSES DESENVOLVIDOS (GGS)

Como apresentado, este trabalho busca examinar a associação existente entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família, tanto em países mais desenvolvidos, quanto no Brasil, país em desenvolvimento de similar (baixo) nível de fecundidade. Tendo em vista a inexistência de uma pesquisa realizada nesses distintos contextos que possibilite uma comparação direta entre todos os países, este trabalho é dividido em duas análises separadas. A primeira, apresentada neste capítulo, utiliza do *Generations and Gender Survey* (GGS) para investigar a associação em países com maior nível de desenvolvimento.

4.1 Base de dados - Generations and Gender Survey (GGS)

O *Generations and Gender Survey* (GGS) é uma pesquisa longitudinal, realizada em diversos países e que fornece dados relativos a uma grande variedade de assuntos, dentre eles, uniões e casamentos, fecundidade, trabalho e relações intergeracionais e de gênero. É parte do *Generations and Gender Programme* (GGP), criado em 2000 com o objetivo de compreender diferentes mudanças demográficas e sociais (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018; VIKAT *et al.*, 2007). Segundo Vikat *et al.* (2007):

The GGS allows us to investigate the consequences of demographic events on the respondent's or the couple's subsequent life course situation. This will help us to understand the process of social inclusion, social exclusion, and changes in quality of life, which are highly relevant for policymaking in contemporary societies (VIKAT *et al.* 2007, p.14).

A primeira rodada do GGS aconteceu entre 2002 e 2012, e seu desenho longitudinal (painel fixo) teve um intervalo de três anos entre as ondas. Desde o início, um grande esforço foi feito para harmonizar os dados, tornando-os comparáveis internacionalmente, e a primeira rodada da pesquisa tem produzido diversos estudos de impacto, principalmente nos campos da Demografia e Sociologia (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018). No presente momento, a segunda rodada do GGS se encontra em curso, estando a maioria dos países em fase de coleta ou processamento de dados. No momento de início deste trabalho, ainda não havia qualquer dado público da segunda rodada do GGS (a fase de coleta nos primeiros países estava ainda em

seu início). Por esses motivos, utiliza-se os dados da primeira rodada do *survey*. Dentre os países presentes do GGS, 21 deles possuem pelo menos uma onda finalizada: Austrália, Áustria, Bielorrússia, Bélgica, Bulgária, República Tcheca, Estônia, França, Geórgia, Alemanha, Hungria, Itália, Japão, Cazaquistão, Lituânia, Países Baixos, Noruega, Polônia, Romênia, Rússia e Suécia (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018; VIKAT *et al.*, 2007).

Ainda sobre a descrição do perfil do GGS, análises no nível do indivíduo, do casal e/ou do domicílio são possíveis, uma vez que as entrevistas com o(a) respondente de cada domicílio provê informações dele(a) mesmo(a), do(a) seu(sua) parceiro(a) e dos demais membros da casa. O GGS possui seções de perguntas que abordam características físicas e de localização do domicílio, aspectos sociodemográficos gerais (idade, sexo, nível educacional, etc.), composição domiciliar, fecundidade e intenções de fecundidade, saúde e bem-estar, atividade profissional e renda, valores e atitudes, contracepção e divisão de tarefas domiciliares (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018; VIKAT *et al.*, 2007). Reúne tanto dados de cunho retrospectivo, dentre eles, número de filhos tidos e formação/dissolução de uniões, quanto de natureza futura. O exemplo mais claro deste último é a variável de intenções de fecundidade, utilizada neste trabalho e detalhada em 4.1.1.

Gauthier, Cabaço e Emery (2018) também discutem o potencial uso do GGS em pesquisas e trabalhos que visam realizar análises comparativas, caso do presente estudo. O *Generations and Gender Programme* (GGP) é formado com a junção de esforços de vários institutos de demografia e estatística, dentre eles o *Netherlands Interdisciplinary Demographic Institute* (NIDI) nos Países Baixos, *Max Planck Institute for Demographic Research* (MPIDR) na Alemanha e *Institut national d'études démographiques* (INED) na França. Esses diferentes centros de pesquisa desenvolveram, em conjunto, o questionário padrão do *survey*, propiciando, dessa forma, a possibilidade de comparabilidade entre os países. Em que pese esses questionários apresentem diferenças entre alguns desses países (devido a características de aplicação que podem variar entre as populações), houve, desde o início, a preocupação de se desenvolver e aplicar questionários altamente comparáveis (VIKAT *et al.*, 2007).

Vikat *et al.* (2007) destacam também o fato de o GGS considerar a perspectiva do casal como um todo. Apesar de o questionário ser realizado com apenas uma pessoa do domicílio, no caso de pessoas unidas (formal ou informalmente), o(a) respondente fornece dados também acerca

do(a) parceiro(a)³⁷. Além disso, Vikat *et al.* (2007) salientam que os dados sobre parceiros(as) tratam de questões sobre as quais se considera que o entrevistado irá fornecer respostas confiáveis.

Antes de apresentar o conjunto de países analisados por esta tese, cabe aqui ressaltar um ponto importante relacionado à característica longitudinal do GGS. Para além da análise da associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família, averiguou-se também a viabilidade de se investigar a fecundidade observada (transição para o segundo filho), através do uso das ondas 1 e 2. Primeiramente, constatou-se que, dos 21 países listados anteriormente, apenas 12 possuíam ambas as ondas completas, diminuindo, portanto, as opções de análise. Adicionalmente, três fatores inviabilizaram a investigação acerca da fecundidade observada: 1) a diminuição do tamanho amostral entre a primeira e segunda onda; 2) a ausência do peso amostral na segunda onda de vários países, e; 3) ausência de variáveis explicativas e de controle importantes para a análise.

Quanto ao primeiro fator, durante o intervalo entre as duas entrevistas, perdeu-se grande parte da amostra em alguns dos países (*attrition*), restando, ao fim, amostras consideravelmente menores. Como será apresentado à frente, as amostras trabalhadas nesta tese (utilizando a primeira onda apenas), após todos os recortes necessários, já são bastante reduzidas. A utilização de amostras ainda menores, para o caso da fecundidade observada, tornaria a análise praticamente inviável. Em relação ao segundo fator, apenas 7 dos 12 países com ambas as ondas completas apresentavam em suas bases de dados o peso amostral da segunda onda (necessário para esse tipo de investigação longitudinal). Tendo em vista que o peso amostral é essencial para tornar a amostra representativa às características sociodemográficas da população de cada país (GAUTHIER; CABAÇO; EMERY, 2018), a sua ausência dificulta a análise. Analisando a representatividade da primeira onda, Fokkema *et al.* (2016) discutem que estudos com o GGS que não utilizam o peso amostral possuem maior chance de encontrarem vieses por idade, gênero, dentre outras características³⁸. Já no que tange ao terceiro fator, dos 7 países restantes, 3 não poderiam ser incluídos, ao passo que não apresentaram todas as variáveis explicativas e

³⁷ É ressaltado que, de forma ideal, as informações sobre determinada pessoa deve ser obtida através dela própria. Contudo, no caso do GGS isso não foi possível em razão de dificuldades práticas relacionadas ao seu caráter longitudinal e também devido aos custos financeiros que tal medida acarretaria (VIKAT *et al.*, 2007).

³⁸ Por essa razão, seguindo a orientação de Gauthier, Cabaço e Emery (2018), este trabalho realiza as análises aplicando a variável de peso presente na onda 1 denominada *aweight*.

de controle utilizadas. Como já ressaltado, o GGP possui em sua gênese o esforço de prover dados comparativos, entretanto, existem algumas modificações no questionário utilizado em cada países, e, por conseguinte, algumas variáveis também variam.

Optou-se, diante desse contexto, em utilizar os dados da primeira onda (da primeira rodada) do GGS, a qual possui não só um maior número de países disponíveis, como as amostras destes são maiores. Além disso, a primeira onda possui um maior número de países que disponibilizam o conjunto de variáveis que engloba peso amostral, variável dependente, variáveis explicativas e variáveis de controle. Portanto, apesar de utilizar uma base de dados longitudinal, por não ser possível uma análise comparativa da fecundidade observada, este estudo foca exclusivamente na associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família (através de uma abordagem *cross-section*).

Por fim, quanto ao processo de seleção do conjunto final de países, foram adotados os seguintes passos. Primeiramente, obteve-se, por meio de um formulário enviado ao *Generations and Gender Programme* (GGP), acesso às bases de dados de todos os países com a primeira onda de entrevistas completa, os quais totalizam 17. Analisou-se, em seguida, cada uma dessas bases, com o intuito de conferir a homogeneidade dos questionários e presença de todas as variáveis necessárias para a montagem da amostra final (a qual contém uma série de recortes necessários devido à natureza do estudo, apresentados em 4.1.1). Das 17 bases analisadas, 10 compuseram o conjunto final. As razões do descarte dos demais países foram duas. A primeira delas trata da ausência de uma ou mais variáveis, seja(m) ela(s) dependente, explicativa(s), de controle, ou peso amostral. Como já ressaltado, apesar de o GGS possuir um questionário padrão, existem diferenças pontuais entre os países. A segunda, semelhante à primeira, trata da maneira como as respostas para algumas das variáveis (especialmente as explicativas) foram categorizadas. Em certos casos, apesar da pergunta ser realizada de maneira igual, as possibilidades de respostas são distintas, o que impossibilita uma comparação.

Um ponto adicional importante a ser ressaltado é que a primeira onda foi implementada e coordenada nacionalmente, e, portanto, contribuiu para algumas discrepâncias na data da coleta de dados. Feitas estas considerações, o Quadro 1 apresenta os países que compõem a investigação empírica com os dados do GGS, assim como as datas de início e fim do trabalho

de campo e as taxas de fecundidade total (TFT) nas datas das pesquisas³⁹. Todos os 10 países possuem fecundidade abaixo do nível de reposição (2,1), níveis de desenvolvimento considerados elevados (Índice de Desenvolvimento Humano⁴⁰ acima de 0,8) e baixos índices de desigualdade de gênero na esfera pública (GII)⁴¹.

QUADRO 1 – Conjunto de países analisados, datas de início e fim da coleta dos dados e TFTs dos respectivos países

| País | Data de Início | Data de Fim | TFT |
|-------------|-----------------------|--------------------|------------|
| Alemanha | Fevereiro de 2005 | Maio de 2005 | 1,34 |
| Bélgica | Fevereiro de 2008 | Fevereiro de 2009 | 1,85 |
| Áustria | Agosto de 2005 | Março de 2006 | 1,41 |
| França | Setembro de 2005 | Dezembro de 2005 | 1,94 |
| Polônia | Outubro de 2010 | Fevereiro de 2011 | 1,41 |
| Lituânia | Abril de 2006 | Junho de 2009 | 1,33 |
| Rússia | Junho de 2004 | Agosto de 2004 | 1,34 |
| Bulgária | Novembro de 2004 | Janeiro de 2005 | 1,33 |
| Romênia | Novembro de 2005 | Dezembro de 2005 | 1,40 |
| Geórgia | Março de 2006 | Maio de 2006 | 1,71 |

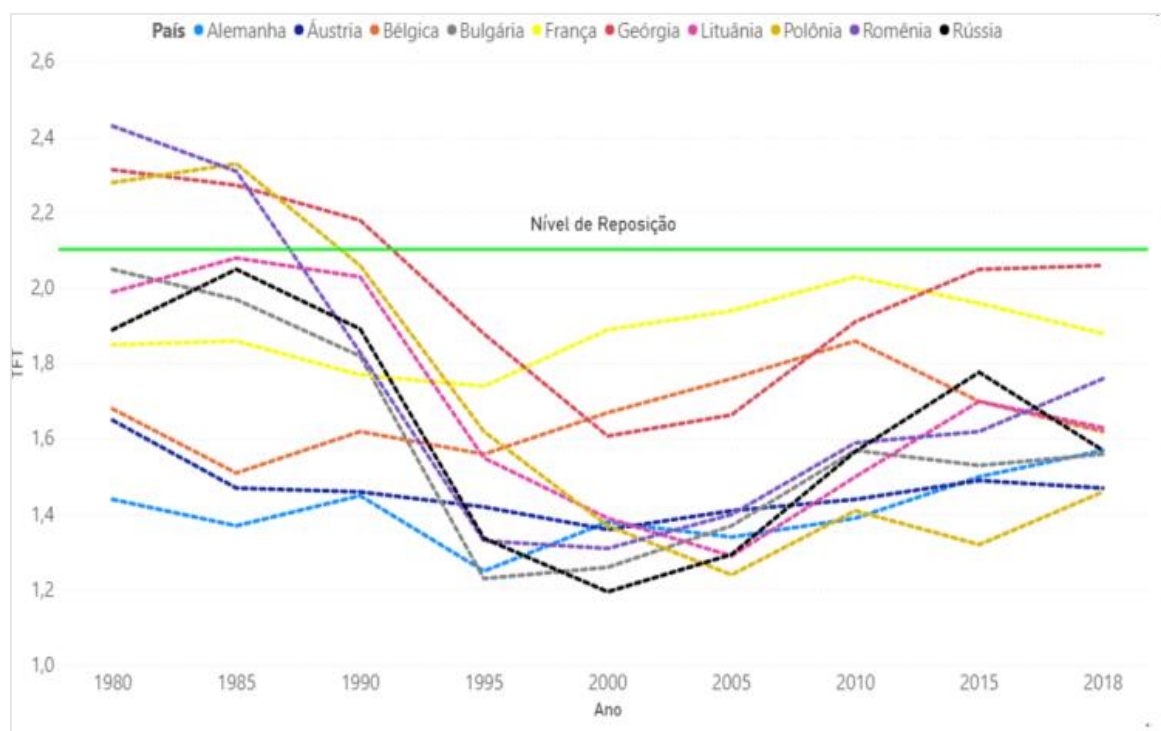
Fonte: Elaboração própria.

As variações nas datas entre os países não produzem prejuízos à investigação proposta por esta tese, uma vez que todos eles possuem uma TFT abaixo de 2,1 na data da realização do *survey*, como pode ser observado no Gráfico 8. Além disso, como também pode ser visto no gráfico, as TFTs permanecem baixas e menores do que o nível de reposição desde pelo menos três décadas na maioria deles.

³⁹ <https://data.worldbank.org/indicator>.

⁴⁰ <http://hdr.undp.org/en/content/latest-human-development-index-ranking>.

⁴¹ <http://hdr.undp.org/en/content/gender-inequality-index-gii>.

GRÁFICO 8 – TFT por Ano em Países Seleccionados (GGS)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Banco Mundial (WORLD BANK, 2021).

4.1.1 Descrição da amostra final e metodologia de construção das variáveis utilizadas do GGS

Uma vez apresentada a base de dados e os países, esta subsecção possui como objetivo descrever o processo de construção da amostra final e das variáveis utilizadas. Os procedimentos descritos a seguir valem para cada um dos países, de forma que os conjuntos de dados de cada um deles sejam homogêneos entre si ao final.

O primeiro recorte na base completa trata da eliminação dos casos de pessoas não unidas (tendo em vista que se trata da análise da divisão do trabalho doméstico não remunerado entre os pares que formam os casais nos domicílios). Alguns dos países não viabilizam a diferenciação entre casado(a) (formalmente) e unido(a) (informalmente), por isso, não se utiliza como uma variável de controle o status da união, apenas considera-se todos os casais em união conjugal, seja ela formal ou informal⁴². Relacionado ao primeiro, o segundo recorte exclui os casos que não vivem

⁴² Este trabalho considera apenas casais heterossexuais.

no mesmo domicílio. Não é possível analisar intenções de fecundidade e equidade de gênero no domicílio de um casal que vive separado. Além disso, as variáveis de equidade de gênero (apresentadas à frente) são perguntadas no GGS apenas aos casais que vivem no mesmo domicílio.

Posteriormente, foram mantidos apenas os casais nos quais as mulheres tivessem apenas 1 filho. A relação entre as variáveis é melhor analisada na transição (tanto das intenções como da própria fecundidade observada) do primeiro para o segundo filho. Mulheres sem filho ainda não experimentaram a divisão dos afazeres domésticos num contexto que envolva a presença dos filhos do domicílio. Também não vivenciaram os cuidados específicos com os filhos. Além disso, como já discutido, países desenvolvidos de fecundidade baixa possuem padrão normativo de dois filhos por mulher (MORGAN, 2003; RAYBOULD; SEAR, 2020). Ademais, como pontuam Torr e Short (2004), o foco no segundo filho reduz as complexidades associadas ao adiamento ou à ausência de filhos. Diante desse cenário, a investigação acerca das intenções pelo segundo filho é superior à do primeiro filho, assim como à de parturições mais elevadas.

O quarto recorte excluiu aqueles casos em que a mulher estava grávida no momento da pesquisa. A variável dependente de intenções de fecundidade é perguntada apenas às mulheres ou homens com parceiras que respondem “não” quando questionados se a mulher está grávida.

O GGS não só pergunta ao(à) entrevistado(a) se ele(ela) possui condições biológicas de ter filhos, como também se o(a) seu(sua) parceiro(a) está possibilitado(a) a tê-los. O quinto recorte exclui, portanto, os casos em que o(a) respondente disse que ele(ela) próprio(a) ou sua(seu) parceira(o) não possui condições biológicas de ter filho. As intenções de fecundidade daqueles que não podem ter filho podem estar viesadas, e, conseqüentemente, foram descartados.

O sexto recorte eliminou da base os casais em que a mulher possui 45 anos ou mais. Ainda que se possa considerar 50 anos como limite superior do período reprodutivo, a quantidade de casais com mais de 45 anos é muito baixa em todos os países analisados (dada a própria natureza das perguntas, focadas em fecundidade), além do fato de nascimentos após os 45 anos tenderem a ser raros. Adicionalmente, foram excluídos os casais com mulheres de 15 a 19 anos, tendo em vista o baixo ou inexistente número de observações (a depender do país). O intervalo etário completo aqui abarcado envolve, por conseguinte, as idades entre 20 e 44 anos, os quais, segundo Puur *et al.* (2008), são também os de maior relevância no que tange à discussão sobre intenções de fecundidade em contextos de fecundidade baixa.

O sétimo e último recorte está relacionado à idade dos filhos dos respondentes. As questões acerca das atividades domésticas que envolvem o cuidado com filhos são perguntadas apenas àqueles que possuem ao menos um filho com idade abaixo de 14 anos. Portanto, para que se possa fazer uso de ambas as variáveis explicativas (apresentadas a seguir), foram excluídos os casos de respondentes que não possuem ao menos um filho com menos de 14 anos morando no domicílio.

O Quadro 2 apresenta os tamanhos inicial e final (após os recortes) da amostra de cada país.

QUADRO 2 – Tamanhos iniciais e finais das amostras de cada país selecionado

| País | N inicial (base original) | N final (após os recortes) |
|-------------|----------------------------------|-----------------------------------|
| Alemanha | 10017 | 328 |
| Bélgica | 7163 | 190 |
| Áustria | 5000 | 292 |
| França | 10079 | 214 |
| Polônia | 19987 | 849 |
| Lituânia | 10036 | 512 |
| Rússia | 11261 | 602 |
| Bulgária | 12858 | 871 |
| Romênia | 11986 | 828 |
| Geórgia | 10000 | 275 |

Fonte: Elaboração própria.

Tendo descrito o processo que envolveu os recortes feitos na base, são apresentadas as variáveis utilizadas, a começar pela variável dependente, *Intenção pelo Segundo Filho*. Assim como discutido por Miettinen, Basten e Rotkirch (2011), intenções de fecundidade podem ser analisadas a partir de diferentes tipos de medidas. Tendo por referência outros estudos (apresentados em 3.3) e analisando o questionário do GGS, utiliza-se neste trabalho a pergunta sobre a intenção do respondente ter o primeiro ou o próximo filho nos próximos três anos. O

GGS indaga: *Do you intend to have a/another child during the next three years?*⁴³ A pergunta é feita em todos os domicílios, independentemente da ordem de parturição, contudo, como já discutido, são mantidos, ao final, apenas as famílias com 1 filho, tratando-se, portanto, das intenções pelo segundo filho. Há quatro possíveis respostas no questionário: “definitivamente sim”, “provavelmente sim”, “definitivamente não” e “provavelmente não”. Foi então categorizada como *Sim* quando o(a) respondente apresenta alguma intenção de ter o segundo filho (“definitivamente sim” ou “provavelmente sim”); e, como *Não* quando o respondente diz não possuir ter a intenção de ter o segundo filho (“definitivamente não” e “provavelmente não”) (ENGELHARDT, 2004; MONKEDIEK; BRAS, 2017).

Descrita a variável dependente, são apresentadas as variáveis explicativas. O GGS possui questões que investigam como uma série de atividades domiciliares não remuneradas são divididas entre os casais. Sobre a divisão dos afazeres domésticos, pergunta quem no domicílio realiza as seguintes atividades: aspirar a casa (*vacuuming the house*), preparar as refeições diárias (*preparing daily meals*), lavar a louça (*washing dishes*) e comprar comida (*shopping for food*). Já no que tange à divisão dos cuidados com filhos, pergunta sobre: vestir e preparar as crianças (*dressing and preparing children*), preparar e levar as crianças para a cama (*preparing and taking children to bed*), cuidar das crianças quando estas estão doentes (*taking care of children when they are sick*) e brincar com as crianças (*playing with children*). Ambos os conjuntos de quatro perguntas (afazeres e cuidado com filhos) possuem as mesmas categorias de resposta: 1) sempre a mulher; 2) geralmente a mulher; 3) ambos juntos; 4) geralmente o homem; 5) sempre o homem; 6) outro (os próprios filhos, algum outro parente/amigo ou outro indivíduo de forma remunerada).

São então *construídas variáveis compostas a partir destas diferentes perguntas*. Utilizou-se como método, primeiramente, a provisão de um *score* para cada uma das seis possibilidades de resposta acima mencionadas (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013). Quanto maior a participação masculina, maior é o *score*: sempre a mulher = 1; geralmente a mulher = 2; ambos juntos = 3; geralmente o homem = 4; sempre o homem = 5. Propõe-se então um indicador composto pela soma desses *scores*. À sexta categoria, “outro”, foi conferido o *score* igual a 0,1, um valor decimal que

⁴³ Você pretende ter um/outra filho nos próximos três anos? (tradução livre).

desconsidera, isto é, cancela essa categoria no indicador criado, tendo em vista o interesse em analisar como as tarefas são divididas unicamente entre o homem e a mulher que compõem o casal⁴⁴. Conferidos os *scores* às possibilidades de respostas, criou-se um índice teórico a partir da soma desses scores. Tendo em vista, no entanto, que não se espera uma associação linear entre participação masculina e intenções de fecundidade, foram criadas, em seguida, categorias com base no somatório de *scores* (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013).

São duas as variáveis explicativas: *Divisão dos Afazeres Domésticos* e *Divisão dos Cuidados com Filhos*. Para ambas as variáveis, aquelas observações em que a soma dos *scores* indica que a mulher faz 100% ou praticamente 100% do trabalho doméstico foram categorizadas como “Menor Equidade”. Estes casos correspondem, por exemplo, aos valores inteiros de 4 a 9, os quais foram codificados de forma similar por Dommermuth, Hohmann-Marriott; Lappegård (2017) como “desigual; as mulheres fazem mais”. Por outro lado, aqueles casos em que há uma divisão igualitária ou um dos dois componentes do casal faz um pouco mais do que o outro, *ou seja, sem grande carga de trabalho doméstico para a mulher*, foram categorizados como “Maior Equidade”. Esses casos correspondem, por exemplo: aos valores inteiros de 10 ou 11, em que a mulher faz mais, mas o homem tem uma contribuição razoável; 12, em que ambos compartilham tudo igualmente; e 13 a 15, em que o homem faz mais, mas a mulher tem uma contribuição razoável (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017). Aqueles casos em que o homem faz muito mais que a mulher, o que, por exemplo, corresponderiam aos valores inteiros de 16 a 20 (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017), foram inexistentes. Optou-se por utilizar “Menor Equidade” e “Maior Equidade” pois estes termos dão a ideia de que o nível de equidade ser maior ou menor é relativo à sua própria contraparte. Essa estratégia está em consonância com o argumento de Raybould e Sear (2020) sobre a não utilização de termos como “Tradicional” ou “Moderna”, uma vez que estes podem adquirir diferentes significados a depender do contexto estudado.

⁴⁴ Vale aqui ressaltar uma limitação. Apesar de as perguntas terem as mesmas possibilidades de respostas, o que permite conferir um único valor a cada uma delas, a forma que foram desenvolvidas não permite saber o tempo de realização necessário. Idealmente, ter-se-ia a informação de que determinada tarefa demanda maior ou menor tempo, e, portanto, exige mais ou menos de quem a desempenha (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017). Não sendo possível conferir essa ponderação, considera-se que as tarefas possuem o mesmo peso.

Antes de prosseguir, vale detalhar alguns pontos acerca do processo de construção dessas variáveis explicativas compostas (*Divisão dos Afazeres Domésticos e Divisão dos Cuidados com Filhos*). Primeiramente, a soma dos scores é um índice teórico (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013) que varia do valor mínimo de 0,4, quando nenhuma tarefa é realizada por nenhum dos componentes do casal, até o valor máximo igual a 20, quando todas as atividades são desempenhadas sempre pelo homem. Contudo, como colocado, este estudo considera como índice máximo o valor 15 (dada a inexistência de somas que fiquem entre 16 e 20). Observações com uma soma igual a 0,4 foram inexistentes na maioria dos países, e apareceram com frequência muito baixa em outros. Logo, uma terceira categoria, possivelmente denominada “Outra Divisão” (isto é, que não envolve nenhum dos componentes do casal), não chegou a se concretizar na prática.

O *score* conferido à categoria “outro” deve, necessariamente, ser igual a 0,1 (ou valor decimal similar) devido à etapa seguinte de classificação desse índice nas categorias “Menor Equidade” e “Maior Equidade”. É necessário prover um *score* para cada uma das seis possibilidades de resposta de forma que *a soma de scores de cada casal represente apenas uma determinada categoria. Em outras palavras, o índice construído que vai de 0,4 a 20 não pode ter um determinado valor que represente duas diferentes categorias ao mesmo tempo.* Caso fosse fornecido um valor inteiro para “outro”, ter-se-ia exatamente o problema relatado, ou seja, uma determinada *soma de scores* correspondente a mais de uma categoria. O exemplo abaixo ilustra tal situação.

Suponha-se que a resposta “outro” receba um *score* equivalente à, por exemplo, 6 (segundo a ordem dos *scores* fornecidos para as outras categorias de 1 a 5). Nesse caso, toma-se como exemplo um casal que tenha a seguinte divisão:

- quem no domicílio faz a tarefa de preparar as refeições diárias = *outro* (6);
- quem no domicílio faz a tarefa de lavar as louças = *geralmente a mulher* (2);
- quem no domicílio faz a tarefa de fazer as compras de alimentos = *geralmente a mulher* (2);
- quem no domicílio faz a tarefa de aspirar a casa = *geralmente a mulher* (2).

Se “outro” equivalesse a um *score* 6, ter-se-ia a seguinte soma: $6 + 2 + 2 + 2 = 12$. No exemplo acima, claramente a mulher desempenha muito mais do que o homem, uma vez que ela geralmente realiza três das quatro atividades (ao passo em que apenas uma delas seria desempenhada por uma terceira pessoa). Este é, portanto, um contexto de pouca equidade de gênero, o que conferiria à *soma de scores* igual a 12 o *label* (categoria) “Menor Equidade”. Entretanto, toma-se como segundo exemplo um outro casal com a seguinte divisão:

- quem no domicílio faz a tarefa de preparar as refeições diárias = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de lavar as louças = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de fazer as compras de alimentos = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de aspirar a casa = *ambos juntos* (3).

Portanto: $3 + 3 + 3 + 3 = 12$. Nesta nova situação, a mesma *soma de scores* igual a 12 reflete um contexto diferente do ilustrado acima. Agora, há divisão completamente equânime das atividades, o que levaria esse casal a ser classificado como “Maior Equidade”. Vê-se, portanto, que essa mesma *soma de scores* equivalente a 12, num contexto em que “outro” é igual a um valor inteiro, como, por exemplo, 6, poderia significar dois níveis distintos de equidade de gênero na família. Isso continuaria ocorrendo para quaisquer valores inteiros que fossem conferidos a “outro”.

Contudo, conferindo à “outro” um valor decimal, não mais se observa essa situação na qual uma mesma *soma de scores* significa duas diferentes categorias de equidade de gênero na família, pois, o valor decimal desconsidera, ou seja, cancela, esta atividade desempenhada por um terceiro. Observa-se o mesmo primeiro casal descrito agora com “outro” igual a 0,1:

- quem no domicílio faz a tarefa de preparar as refeições diárias = *outro* (0,1);
- quem no domicílio faz a tarefa de lavar as louças = *geralmente a mulher* (2);
- quem no domicílio faz a tarefa de fazer as compras de alimentos = *geralmente a mulher* (2);
- quem no domicílio faz a tarefa de aspirar a casa = *geralmente a mulher* (2).

Tem-se a seguinte *soma de scores*: $0,1 + 2 + 2 + 2 = 6,1$. O segundo casal permanece da mesma forma:

- quem no domicílio faz a tarefa de preparar as refeições diárias = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de lavar as louças = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de fazer as compras de alimentos = *ambos juntos* (3);
- quem no domicílio faz a tarefa de aspirar a casa = *ambos juntos* (3).

Isto demonstra que a correta classificação para a *soma de scores* igual a 12, a desse segundo casal, é “Maior Equidade”, não “Menor Equidade”. O mesmo pode ser verificado pelas diferentes maneiras de se obter uma soma igual a 12 a partir desses scores. Por exemplo: $4 + 3 + 3 + 2 = 12$. Este casal possui duas tarefas sendo desempenhadas por *ambos juntos* (3), uma tarefa por *geralmente o homem* (4) e uma tarefa por *geralmente a mulher* (2). O mesmo vale para o seguinte exemplo: $1 + 5 + 3 + 3$. Este casal também possui duas tarefas sendo desempenhadas por *ambos juntos* (3), uma tarefa *sempre a mulher* (1) e uma tarefa *sempre o homem* (5). No cômputo geral, esses dois casais dividem igualmente, e, portanto, recebem o label “Maior Equidade”.

Essa explanação é importante para elucidar que uma mesma *soma de scores* não pode significar duas diferentes classificações. Sendo “*outro*” = $0,1$, temos cada uma das possíveis somas de scores equivalendo a apenas uma das duas categorias da variável composta construída (“*Menor Equidade*” ou “*Maior Equidade*”). Por fim, vale dizer que a maioria das observações possuem um índice (soma de *scores*) inteiro, isto é, a maioria dos casais não responde “*outro*” para nenhuma das quatro perguntas. Entretanto, como ilustrado acima, é possível que a classificação de determinado casal (em termos da divisão dos afazeres domésticos ou dos cuidados com filhos) seja feita com base em apenas três, duas ou uma das quatro perguntas disponíveis, caso as demais atividades sejam desempenhadas por “*outro*”. Portanto, para não perder tais observações que, porventura respondam “*outro*”, e para promover a correta classificação desse índice, utiliza-se “*outro*” = $0,1$ ⁴⁵.

⁴⁵ As amostras já eram suficientemente pequenas, logo, a exclusão das observações que possuam “*outro*” em pelo menos uma das variáveis que compõem o indicador tornaria a análise inviável.

Além das variáveis dependente e explicativas, os modelos são controlados por uma série de variáveis comumente utilizadas nas investigações empíricas sobre o tema (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017; MCDONNELL, 2015; TORR; SHORT, 2004; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011). A primeira delas é *Satisfação com a Divisão dos Afazeres Domésticos*. Trata-se de uma escala de 0 a 10, sendo 0 igual a *nada satisfeito* e 10 *completamente satisfeito*. Há também a variável *Satisfação com a Divisão das Tarefas de Cuidados com Filhos*, a qual segue o mesmo formato. Outra variável de controle trata do *Sexo do Respondente*, categorizada em: Feminino e Masculino. *Idade da Mulher* possui as seguintes categorias: 20 a 24 anos, 25 a 29 anos, 30 a 34 anos, 35 a 39 anos, 40 a 44 anos. Há também *Escolaridade da Mulher* e *Escolaridade do Homem*. São categorizadas conforme o último nível de escolaridade completo: Ensino Fundamental ou Inferior; Ensino Médio; e, Ensino Superior. Há ainda *Status Ocupacional do Homem* e *Status Ocupacional da Mulher*, categorizadas de forma dicotômica: Ocupado(a) e Não Ocupado(a). Por fim, a variável de controle que pergunta *Se há ajuda regular paga para cuidado dos filhos*, a qual permite as respostas Sim ou Não.

A Tabela 5 resume as variáveis dependente, explicativas e de controle, assim como suas respectivas categorias. Tendo em vista o caráter comparativo da análise, e as diferenças existentes entre os países, buscou-se uma variável macro que pudesse ser utilizada como controle. O GGS, no entanto, é uma pesquisa de unidade de análise marcadamente individual, como foco em variáveis de curso de vida. Consequentemente, a ausência de uma variável de controle macro é uma limitação do trabalho.

TABELA 5 – Resumo das variáveis utilizadas na investigação empírica dos países desenvolvidos através do uso dos dados do GGS

(continua)

| Variável | Descrição |
|---------------------------------|----------------|
| Intenção pelo Segundo Filho | Sim |
| | Não |
| Divisão dos Afazeres Domésticos | Menor Equidade |
| | Maior Equidade |
| Divisão dos Cuidados com Filhos | Menor Equidade |
| | Maior Equidade |

(continuação)

| Variável | Descrição |
|---|--|
| Satisfação com a Divisão dos Afazeres Domésticos | Escala de 0 a 10 |
| Satisfação com a Divisão das Tarefas de Cuidados com Filhos | Escala de 0 a 10 |
| Sexo do Respondente | Feminino Masculino |
| Idade da Mulher | 20 a 24 anos 25 a 29 anos 30 a 34 anos 35 a 39 anos 40 a 44 anos |
| Escolaridade da Mulher | Ensino Fundamental ou Inferior Ensino Médio Ensino Superior |
| Escolaridade do Homem | Ensino Fundamental ou Inferior Ensino Médio Ensino Superior |
| Status Ocupacional da Mulher | Ocupada Não Ocupada |
| Status Ocupacional do Homem | Ocupado Não Ocupado |
| Se há ajuda regular paga para cuidado dos filhos | Sim Não |

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Métodos

O emprego do modelo logístico binário possibilita conhecer as chances e as probabilidades preditas de mulheres e/ou homens possuírem a intenção de ter o segundo filho, dadas as características sociodemográficas utilizadas como regressoras. Isto é, permite explorar em que medida a probabilidade de ter a intenção pelo segundo filho aumenta ou diminui com os diferentes níveis de equidade de gênero na família. Além da análise do contexto geral, pretende-se comparar os resultados encontrados em cada país, de forma a verificar a existência de padrões acerca da associação entre as variáveis de intenções de fecundidade e equidade de gênero na família, assim como expõem as hipóteses deste trabalho.

Long (1997) apresenta o modelo logístico binário de forma que se possibilite estimar a probabilidade de “sucesso” ou “fracasso” de determinado evento. Assim, a variável dependente Y_i assume dois valores: $Y_i = 0$ e $Y_i = 1$. No caso estudado, esta variável resposta diz respeito ao fato de ter a intenção ou não de ter o segundo filho. Portanto, se a mulher possui a intenção, utiliza-se o valor 1, já se a mulher não possui a intenção, utiliza-se o valor 0.

Sabendo então que $Y_i = 0$ e $Y_i = 1$ podem ser descritos como “sucesso” ou “fracasso”, e sendo p a probabilidade de “sucesso”, tem-se que:

$$\text{Logito } p_i = \ln \left(\frac{p_i}{1 - p_i} \right) \quad (1)$$

A transformação logística apresentada acima garante, para qualquer valor dos parâmetros, que p permaneça no intervalo $[0,1]$. Dessa forma, ao passo em que p se aproxima de 0, o $\log(p)$ tende a $-\infty$ e na medida em que p se aproxima de 1, o $\log(p)$ tende a $+\infty$.

4.3 Resultados

4.3.1 Resultados Descritivos

Uma visão geral descritiva de todas as variáveis utilizadas nos modelos para cada país é apresentada ao fim desta seção na Tabela 6. Começando pela variável dependente, *Intenção pelo Segundo Filho*, dentre os dez países analisados, o percentual de casos que possuem intenção de ter o segundo filho varia entre o mínimo de 41,5% na Alemanha e o máximo de 74,6% na Geórgia. França se destaca como um país de altos índices de desenvolvimento (Índice de Desenvolvimento Humano – IDH) e equidade de gênero (*Gender Inequality Index* – GII) que possui um percentual elevado (64,2%) de casos que reportaram pretender ter o segundo filho. Geórgia, país que apresenta os menores níveis de desenvolvimento e equidade de gênero entre os dez analisados, também apresenta elevado percentual (74,6%) de casais que pretendem ter o segundo filho. Nos demais países, o percentual de respondentes que respondem ter intenções pelo segundo filho se encontra nas casas dos 40 ou 50%.

No que tange à variável explicativa de *Divisão dos Afazeres Domésticos*, com exceção de Bélgica e França, as amostras dos países são compostas, majoritariamente, por casais de menor

equidade de gênero (na França, os percentuais das duas categorias são praticamente os mesmos). Bélgica e França são também os países que apresentam os melhores índices no ranking do *Gender Inequality Index* (GII). Portanto, de uma forma macro, países de maior equidade de gênero na esfera pública (mercado de trabalho, escolaridade, representação feminina, e saúde – todas estas dimensões do GII), também apresentam maiores proporções de casais com maior equidade de gênero na esfera privada. De forma contrária, os cinco com piores níveis no ranking do GII (Lituânia, Rússia, Bulgária, Romênia e Geórgia) são também os cinco com menores percentuais de casais com maior equidade. Uma tabela com os índices e rankings dos países analisados no IDH e no GII se encontra no Apêndice deste trabalho.

Análise semelhante pode ser feita para a variável explicativa de *Divisão dos Cuidados com Filhos*. Bélgica e França se destacam novamente ao serem os dois únicos países em que o percentual de casais com maior equidade supera, com alguma folga, o de menor equidade. As proporções das duas categorias na Áustria, Alemanha e Polônia são muito próximas. Os cinco países com piores índices no ranking do GII (Lituânia, Rússia, Bulgária, Romênia e Geórgia) são também aqueles com menores percentuais de casais com maior equidade de gênero nesta variável. A Geórgia, país com os piores rankings no GII e no IDH, é aquele com menor percentual de casais com maior equidade de gênero, tanto em afazeres domésticos, como em cuidados com filhos (18,2% e 13%, respectivamente).

Em relação às variáveis de controle de satisfação com a divisão das tarefas, a média entre as mulheres fica entre o mínimo de 7,1 na Rússia e o máximo de 8,6 na Romênia em afazeres domésticos; e, entre o mínimo de 7,3 também na Rússia e o máximo de 8,9 na Áustria em cuidados com os filhos. Entre os homens, a satisfação varia de 8,4 na Lituânia a 9,3 na Áustria, em ambas as variáveis de afazeres domésticos e cuidados com filhos. De forma geral, os homens apresentam, em média, maior satisfação tanto com a divisão dos afazeres domésticos, como com os cuidados com filhos.

Quanto ao sexo do respondente, os percentuais de mulheres e homens são muito próximos nos diferentes países. Apenas na Lituânia e na Geórgia há uma ligeira maioria de homens. No que se refere à idade da mulher, as amostras são compostas, em sua maioria, por casais com mulheres de 25 a 39 anos. As duas variáveis de controle seguintes são escolaridade da mulher e escolaridade do homem. De forma geral, as amostras são compostas, majoritariamente, por casais em que mulheres e homens possuem ensino médio completo. Em escolaridade da mulher,

a categoria Ensino Superior supera ensino médio na Bélgica, na França e na Rússia. Já em escolaridade do homem, ensino superior é mais frequente que ensino médio apenas na Bélgica. Também de forma geral, nas duas variáveis, o mais recorrente é ensino superior superar ensino fundamental ou inferior.

A descrição das amostras segundo a variável status ocupacional da mulher mostra que, com exceção da Geórgia, há mais casais com mulheres ocupadas do que o contrário. O percentual de casais com mulheres ocupadas nesses nove outros países se encontra entre 71,4% na Alemanha e 87,7% na Áustria. Quanto ao status ocupacional do homem, a proporção de homens ocupados supera a de homens não ocupados em todos os países. A menor proporção de homens ocupados está na Geórgia (66,7%) e a maior na Lituânia (96,3). E, com exceção da Geórgia, o percentual de homens ocupados ultrapassa os 85% em todos os países. Estes percentuais convergem com o panorama, destacado no Capítulo 3, de maior participação dos homens em relação às mulheres no mercado de trabalho. A última variável de controle trata da existência de ajuda regular paga para cuidado dos filhos. Com exceção da França (com percentuais iguais para ambas as categorias), observa-se maior percentual de casais que não possuem qualquer ajuda paga.

A Tabela 7, também ao fim desta seção, apresenta uma análise de prevalência (percentual) do evento investigado, qual seja, *Intenção pelo Segundo Filho*, em cada categoria de cada variável explicativa e de controle. No que tange à *Divisão dos Afazeres Domésticos*, com as exceções de Romênia e Geórgia, a intenção de ter o segundo filho possui maior prevalência entre os casais com maior equidade (no caso da Romênia, os percentuais são praticamente iguais, com ligeira vantagem para a categoria de menor equidade). Na Alemanha, apesar de haver maior prevalência da intenção pelo segundo filho entre famílias com maior equidade, os percentuais também são muito próximos. Dentre todos os países, França e Geórgia, extremos opostos em relação ao nível de equidade de gênero na esfera pública (medido pelo GII e já destacado na análise da Tabela 6), se destacam com elevados percentuais de casais com maior equidade que pretendem ter o segundo filho, respectivamente 71,6% e 72,9%.

Em relação à *Divisão dos Cuidados com Filhos*, há um padrão inverso. Em sete dos dez países, há maior prevalência da intenção de ter o segundo filho entre casais com menor equidade. Vale ressaltar que a diferença nos percentuais entre as duas categorias não é tão marcada quanto ao observado na variável de *Divisão dos Afazeres Domésticos*. Lituânia e Romênia, apesar de se

encaixarem nos sete países mencionados, possuem percentuais muito próximos. A França, um dos três países com maior prevalência entre casais de maior equidade, também apresenta percentuais muito próximos. Além da França, Rússia e Bulgária completam o conjunto de três países no qual não se encontrou maior prevalência da intenção de ter o segundo filho em domicílios de menor equidade.

Concernente às variáveis de controle, é possível observar, em todos os países, que dentre os casais que reportaram ter a intenção pelo segundo filho, há uma maior satisfação média da divisão entre os homens do que entre as mulheres em ambas as tarefas de afazeres domésticos e cuidados com filhos. Apenas na Áustria, na variável de satisfação com a divisão dos cuidados com filhos, os percentuais são virtualmente os mesmos.

Em relação ao sexo do respondente, há maior prevalência da intenção de ter o segundo filho entre os homens na Áustria, França, Polônia, Lituânia e Bulgária. De forma contrária, na Bélgica e na Rússia, este evento prevalece, em maior medida, entre as mulheres. Já na Alemanha, Romênia e Geórgia os percentuais são muito próximos. Portanto, apesar da intenção pelo segundo filho ser mais recorrente entre os homens em pelo menos cinco países, não há um padrão tão demarcado, visto que mesmo nestes países, os percentuais se assemelham.

Em idade da mulher, as categorias de maior prevalência são, respectivamente, 25 a 29 anos e 20 a 24 anos. Há também uma tendência da prevalência diminuir a medida em que aumenta a idade, o que confirma a discussão apresentada em 2.2. Na medida em que se tornam mais velhos, os indivíduos tendem não só a reduzir as intenções, como também a fecundidade observada (PHILIPPOV *et al.*, 2004; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; RÉGNIER-LOILIER, 2006; LIEFBROER, 2009).

Quanto à escolaridade da mulher, de forma geral, há maior prevalência da intenção pelo segundo filho entre aquelas de ensino superior completo. A única exceção é a Áustria. Entre os homens, o padrão é que a intenção pelo segundo filho também seja entre aqueles de ensino superior completo, o que ocorre em sete dos dez países. As exceções são Alemanha e Geórgia, onde prevalece na categoria de fundamental completo ou inferior e na Áustria, onde prevalece entre homens com médio completo. Estes resultados sugerem um efeito positivo da renda na fecundidade, considerando nível de escolaridade uma importante *proxy* de renda. Isto é, mulheres e homens mais escolarizados, e, portanto, com melhores condições econômicas, tendem a pretender, em maior frequência, o segundo filho. Estes resultados são condizentes

com a discussão realizada em 2.2, segundo a qual, maiores intenções de fecundidade ou maiores níveis de fecundidade observada estão associados a maiores níveis de escolaridade e/ou renda em países desenvolvidos (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2005; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2009; THÉVENON; LUCI-GREULICH, 2013; TESTA, 2014; FOX; KLÜSENER; MYRSKYLÄ, 2019).

Em ambas as variáveis de status ocupacional, não é possível encontrar um padrão demarcado nos resultados. A prevalência tende a variar em grande nível entre as duas categorias a depender do país analisado. Por fim, em relação à variável que pergunta se há ajuda regular paga para o cuidado com filhos, na maioria dos países (sete dos dez), há maior prevalência da intenção pelo segundo filho entre as famílias que possuem ajuda regular paga.

TABELA 6 - Estatísticas Descritivas por País e Variável - *Generations and Gender Survey (GGS)*

(continua)

| | Alemanha | Bélgica | Áustria | França | Polônia | Lituânia | Rússia | Bulgária | Romênia | Geórgia |
|--|----------|---------|---------|--------|---------|----------|--------|----------|---------|---------|
| Intenção pelo Segundo Filho | | | | | | | | | | |
| Sim | 41,5 | 48,5 | 50,7 | 64,2 | 58,2 | 52,9 | 41,5 | 45,2 | 43,9 | 74,6 |
| Não | 58,5 | 51,5 | 49,3 | 35,8 | 41,8 | 47,1 | 58,5 | 54,8 | 56,1 | 25,4 |
| Divisão dos Afazeres Domésticos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 44,8 | 58,6 | 46,8 | 49,7 | 46,7 | 35,7 | 43,9 | 33,9 | 33,9 | 18,2 |
| Menor Equidade | 55,2 | 41,4 | 53,2 | 50,3 | 53,3 | 64,3 | 56,1 | 66,1 | 66,1 | 81,8 |
| Divisão dos Cuidados com Filhos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 49,2 | 64,2 | 49,9 | 55,9 | 48,8 | 29,0 | 33,5 | 32,4 | 36,0 | 13,0 |
| Menor Equidade | 50,8 | 35,8 | 50,1 | 44,1 | 51,2 | 71,0 | 66,5 | 67,6 | 64,0 | 87,0 |
| Satisfação com a Divisão das Tarefas de Afazeres Domésticos | | | | | | | | | | |
| Média entre as Mulheres | 8,0 | 8,1 | 8,5 | 7,9 | 8,2 | 7,7 | 7,1 | 8,1 | 8,6 | 8,0 |
| Média entre os Homens | 8,8 | 8,7 | 9,3 | 8,6 | 8,9 | 8,4 | 8,9 | 9,1 | 9,0 | 8,9 |
| Satisfação com a Divisão das Tarefas de Cuidados com Filhos | | | | | | | | | | |
| Média entre as Mulheres | 8,2 | 8,5 | 8,9 | 8,1 | 8,2 | 7,6 | 7,3 | 8,3 | 8,4 | 7,9 |
| Média entre os Homens | 8,7 | 8,9 | 9,3 | 8,8 | 8,9 | 8,4 | 8,9 | 9,1 | 9,0 | 8,8 |
| Sexo do Respondente | | | | | | | | | | |
| Feminino | 51,2 | 52,2 | 51,2 | 51,3 | 51,7 | 48,9 | 54,1 | 51,2 | 53,3 | 46,6 |
| Masculino | 48,8 | 47,8 | 48,8 | 48,7 | 48,3 | 51,1 | 45,9 | 48,8 | 46,7 | 53,4 |
| Idade da Mulher | | | | | | | | | | |
| 20 a 24 anos | 8,8 | 3,2 | 9,4 | 5,0 | 11,9 | 16,2 | 22,0 | 10,5 | 6,1 | 27,8 |
| 25 a 29 anos | 24,6 | 27,4 | 21,7 | 24,5 | 29,6 | 36,2 | 37,3 | 31,6 | 33,2 | 32,2 |
| 30 a 34 anos | 31,4 | 31,7 | 28,8 | 30,2 | 34,3 | 30,6 | 25,3 | 36,9 | 38,7 | 20,1 |
| 35 a 39 anos | 25,1 | 27,5 | 24,5 | 28,1 | 19,2 | 13,6 | 10,7 | 16,5 | 18,9 | 12,2 |
| 40 a 44 anos | 10,1 | 10,2 | 15,6 | 12,2 | 5,0 | 3,4 | 4,7 | 4,6 | 3,1 | 7,7 |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 6 - Estatísticas Descritivas por País e Variável - *Generations and Gender Survey (GGS)*

(continuação)

| | Alemanha | Bélgica | Áustria | França | Polônia | Lituânia | Rússia | Bulgária | Romênia | Geórgia |
|---|----------|---------|---------|--------|---------|----------|--------|----------|---------|---------|
| Escolaridade da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior | 12.0 | 14.2 | 11.0 | 11.1 | 3.5 | 6.0 | 2.7 | 4.6 | 16.6 | 7.5 |
| Ensino Médio | 70.5 | 34.9 | 67.8 | 41.6 | 51.3 | 58.9 | 39.3 | 55.3 | 67.0 | 55.5 |
| Ensino Superior | 25.1 | 50.9 | 21.2 | 47.3 | 45.3 | 35.1 | 58.0 | 40.1 | 16.4 | 37.0 |
| Escolaridade do Homem | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior | 9.7 | 16.1 | 8.4 | 15.7 | 3.3 | 10.4 | 5.2 | 7.9 | 9.9 | 5.6 |
| Ensino Médio | 65.2 | 41.0 | 64.6 | 48.3 | 65.9 | 64.1 | 51.9 | 68.5 | 74.5 | 54.2 |
| Ensino Superior | 25.1 | 42.9 | 27.0 | 36.0 | 30.8 | 25.6 | 42.9 | 23.6 | 15.6 | 40.1 |
| Status Ocupacional da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ocupada | 71.4 | 83.0 | 87.7 | 77.2 | 71.7 | 86.0 | 77.5 | 80.0 | 72.7 | 19.5 |
| Não Ocupada | 28.6 | 17.0 | 12.3 | 22.8 | 28.3 | 14.0 | 22.5 | 20.0 | 27.3 | 80.5 |
| Status Ocupacional do Homem | | | | | | | | | | |
| Ocupado | 92.0 | 88.0 | 92.5 | 92.4 | 93.8 | 96.3 | 91.3 | 86.0 | 93.6 | 66.7 |
| Não Ocupado | 8.0 | 12.0 | 7.5 | 7.6 | 6.2 | 3.7 | 8.7 | 14.0 | 6.4 | 33.3 |
| Se há ajuda regular paga para cuidado dos filhos | | | | | | | | | | |
| Não | 67.0 | 64.7 | 63.1 | 50.0 | 69.0 | 68.5 | 60.9 | 71.7 | 80.2 | 86.2 |
| Sim | 33.0 | 35.3 | 36.9 | 50.0 | 31.0 | 31.5 | 39.1 | 28.3 | 19.8 | 13.8 |
| Total (N) | 328 | 190 | 292 | 214 | 849 | 512 | 602 | 871 | 828 | 275 |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 7 - Prevalência (percentual) da intenção de ter o segundo filho para cada variável explicativa e de controle em cada um dos países (continua)

| | Alemanha N = 328 | Bélgica N = 190 | Áustria N = 292 | França N = 214 | Polônia N = 849 | Lituânia N = 512 | Rússia N = 602 | Bulgária N = 871 | Romênia N = 828 | Geórgia N = 275 |
|--|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| <i>Percentual que possui intenção de ter o segundo filho</i> | 41,5 | 48,5 | 50,7 | 64,2 | 58,2 | 52,9 | 41,5 | 45,2 | 43,9 | 74,6 |
| Divisão dos Afazeres Domésticos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 42,1 | 53,6 | 52,2 | 71,6 | 60,5 | 59,4 | 46,8 | 53,3 | 43,7 | 72,9 |
| Menor Equidade | 41,0 | 41,3 | 49,3 | 56,9 | 56,2 | 49,3 | 37,3 | 41,1 | 44,1 | 75,0 |
| Divisão dos Cuidados com Filhos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 37,8 | 45,6 | 45,2 | 64,6 | 56,0 | 51,9 | 45,4 | 45,3 | 42,7 | 63,0 |
| Menor Equidade | 45,1 | 53,7 | 56,0 | 63,6 | 60,3 | 53,3 | 39,5 | 45,2 | 44,6 | 76,3 |
| Satisfação com a Divisão das Tarefas de Afazeres Domésticos (entre os que disseram pretender o segundo filho) | | | | | | | | | | |
| Média entre as Mulheres (escala de 0 a 10) | 7,9 | 8,0 | 8,5 | 7,8 | 8,3 | 8,1 | 7,7 | 8,4 | 8,6 | 8,0 |
| Média entre os Homens (escala de 0 a 10) | 8,9 | 8,6 | 9,2 | 8,6 | 8,9 | 8,5 | 8,9 | 9,2 | 9,1 | 8,9 |
| Satisfação com a Divisão das Tarefas de Cuidados com Filhos (entre os que disseram pretender o segundo filho) | | | | | | | | | | |
| Média entre as Mulheres (escala de 0 a 10) | 8,3 | 8,5 | 8,9 | 8,1 | 8,4 | 7,9 | 7,8 | 8,5 | 8,4 | 7,9 |
| Média entre os Homens (escala de 0 a 10) | 8,7 | 8,9 | 9,0 | 8,7 | 8,9 | 8,5 | 8,9 | 9,1 | 9,1 | 8,9 |
| Sexo do Respondente | | | | | | | | | | |
| Feminino | 41,7 | 55,6 | 48,5 | 61,8 | 55,3 | 49,6 | 43,2 | 43,2 | 43,5 | 73,6 |
| Masculino | 41,2 | 40,7 | 52,9 | 66,7 | 61,3 | 56,1 | 39,5 | 47,3 | 44,4 | 75,5 |
| Idade da Mulher | | | | | | | | | | |
| 20 a 24 anos | 52,3 | 67,1 | 84,7 | 85,3 | 67,7 | 56,1 | 40,7 | 55,8 | 71,6 | 83,9 |
| 25 a 29 anos | 62,8 | 73,1 | 70,1 | 88,7 | 70,8 | 66,2 | 48,9 | 64,0 | 59,5 | 77,5 |
| 30 a 34 anos | 47,4 | 65,9 | 62,3 | 76,7 | 62,5 | 51,3 | 41,4 | 39,6 | 40,9 | 76,1 |
| 35 a 39 anos | 24,2 | 18,2 | 30,8 | 45,8 | 37,6 | 25,8 | 32,2 | 24,3 | 19,3 | 65,3 |
| 40 a 44 anos | 4,8 | 4,0 | 12,8 | 18,0 | 10,6 | 20,3 | 7,7 | 13,1 | 10,2 | 39,4 |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 7 - Prevalência (percentual) da intenção de ter o segundo filho para cada variável explicativa e de controle em cada um dos países
(continuação)

| | Alemanha N = 328 | Bélgica N = 190 | Áustria N = 292 | França N = 214 | Polônia N = 849 | Lituânia N = 512 | Rússia N = 602 | Bulgária N = 871 | Romênia N = 828 | Geórgia N = 275 |
|---|---------------------|--------------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|-------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Educação da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior | 49.4 | 52.7 | 60.3 | 61.7 | 51.3 | 49.7 | 15.8 | 45.9 | 42.1 | 75.3 |
| Ensino Médio | 37.8 | 31.1 | 48.7 | 49.7 | 52.3 | 53.7 | 41.5 | 41.6 | 43.4 | 74.3 |
| Ensino Superior | 51.0 | 59.3 | 52.0 | 77.5 | 65.3 | 52.1 | 42.7 | 50.1 | 47.9 | 74.9 |
| Educação do Homem | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior | 58.4 | 51.4 | 49.7 | 62.7 | 51.7 | 47.2 | 42.5 | 37.7 | 51.2 | 85.4 |
| Ensino Médio | 34.2 | 33.9 | 51.3 | 56.2 | 55.4 | 52.8 | 36.2 | 43.5 | 42.0 | 73.8 |
| Ensino Superior | 53.9 | 61.3 | 49.4 | 75.5 | 64.7 | 55.6 | 47.7 | 52.7 | 48.5 | 74.1 |
| Status Ocupacional da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ocupada | 43.2 | 47.0 | 49.3 | 61.7 | 58.9 | 52.6 | 41.7 | 47.3 | 42.9 | 76.2 |
| Não Ocupada | 37.2 | 55.8 | 60.3 | 72.5 | 56.3 | 54.6 | 40.8 | 37.0 | 46.6 | 74.2 |
| Status Ocupacional do Homem | | | | | | | | | | |
| Ocupado | 43.2 | 47.1 | 49.2 | 64.4 | 59.0 | 52.6 | 42.9 | 47.1 | 44.3 | 73.6 |
| Não Ocupado | 21.7 | 58.7 | 68.3 | 61.9 | 45.4 | 61.1 | 26.4 | 33.8 | 39.0 | 76.6 |
| Se há ajuda regular paga para cuidado dos filhos | | | | | | | | | | |
| Não | 41.6 | 40.5 | 54.3 | 54.8 | 58.7 | 48.3 | 37.0 | 40.7 | 40.6 | 73.4 |
| Sim | 41.4 | 63.1 | 44.4 | 73.5 | 57.1 | 63.0 | 48.4 | 56.6 | 57.2 | 82.2 |

Fonte: Elaboração própria.

4.3.2 Resultados dos Modelos

As Tabelas 8 e 9 exibem, respectivamente, os resultados dos modelos simplificados (ajustados somente com as duas variáveis explicativas) e completos (com a presença das variáveis de controle). O Teste de Hosmer-Lemeshow (HOSMER; LEMESHOW, 2000) indicou boa qualidade de ajuste dos modelos completos⁴⁶. Ademais, foi testada multicolinearidade das variáveis e não se encontrou nenhum viés.

São reportadas nas tabelas as razões de chance (*odds ratios* - *OR*) e os seus correspondentes p-valores. A apresentação dos resultados é guiada pela literatura que sugere a exibição de p-valores contínuos (ou intervalos de confiança) em detrimento da forma discreta com os respectivos asteriscos – isto é, *** $p < 0,01$; ** $p < 0,05$; * $p < 0,1$. Essa literatura também sugere que se evite a utilização do termo “estatisticamente significativo”⁴⁷. Segundo os autores, ainda que sejam encontrados p-valores acima dos limites citados, é importante que estes resultados não sejam descartados, uma vez que o ponto estimado é aquele mais compatível para o conjunto de dados e, por conseguinte, é também aquele que melhor representa a associação entre as variáveis dependente e explicativa. Fatores, como, por exemplo, o tamanho da amostra, influenciam o p-valor encontrado, e, um resultado com p-valor que ultrapassa um determinado limiar definido arbitrariamente pode ser decorrente unicamente do tamanho da amostra. De uma forma geral, a sugestão é de que sejam evitadas expressões que acarretem conclusões assertivas, e, por outro lado, priorizadas interpretações que explicitem os diferentes níveis de incerteza encontrados⁴⁸ (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008). Um detalhamento acerca dessa literatura pode ser encontrado no Apêndice⁴⁹.

⁴⁶ Realizou-se também o teste de razão de verossimilhança. Foram ajustados o modelo completo e modelos incompletos (retirando algumas das variáveis) para cada um dos países, e não foi observada diferença significativa entre os modelos ajustados, o que indica que quaisquer dos modelos poderiam ser escolhidos, isto é, outra evidência positiva acerca da qualidade do ajuste desses modelos completos.

⁴⁷ *We discourage the use of the phrase ‘statistically significant’ or (in the same context) ‘significant’, as well as the use of asterisks and similar symbols referring to discretised p-value intervals. The conclusions of papers should not be justified by the magnitude of p-values alone* (BIJAK, 2019, p. 950).

⁴⁸ Por isso, em alguns trechos de análise dos resultados, opta-se pelo uso de termos como “sugere-se” ou “há indícios”, como uma maneira de demonstrar maior nível de incerteza.

⁴⁹ Para ainda mais detalhes acerca dessa discussão, consultar os textos originais de Amrhein, Greenland e Mcshane (2019), Wassertein e Lazar (2016) e Bijak (2019).

Para além desse debate “puramente” estatístico, tendo em vista as recorrentes pequenas amostras trabalhadas em diversos estudos que utilizam dados sociodemográficos (dentre os quais se encontram as variáveis de fecundidade e equidade de gênero), trabalhos como os de Lappegård, Neyer e Vignoli (2021) e Bernardi, Chakhaia e Leopold (2017) discutem que o foco deve estar, majoritariamente nos padrões e narrativas gerais encontrados, e, em menor medida, no significado estatístico. É, portanto, com base nesse marco teórico que os resultados desta tese são apresentados e discutidos.

Analisando o conjunto de modelos simplificados na Tabela 8, pode ser observado um padrão nos resultados. No que tange à *Divisão dos Afazeres Domésticos*, com exceção de Romênia (*Odds Ratio* igual a 1) e Geórgia (*Odds Ratio* menor do que 1), famílias com maior equidade de gênero apresentam maior chance de pretender ter o segundo filho, corroborando, portanto, com a primeira hipótese (H1) proposta por este estudo. Romênia e Geórgia são, dentre os dez países analisados, aqueles de menor nível de desenvolvimento (IDH) e menor nível de equidade de gênero na esfera pública/individual (GII).

Dentre os oito países onde se observa H1 (*Odds Ratios* > 1), não se atingiu a chamada “significância estatística” na Alemanha e na Áustria. Entretanto, como preconiza a literatura, é também possível interpretá-los, ao passo em que os pontos estimados são os que melhor representam estes dados (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; BIJAK, 2019). Como se pode observar na tabela, as amostras finais trabalhadas são consideravelmente pequenas, todas menores de 1000 casos, e com por volta de 300 casos para Alemanha e Áustria. Como já colocado, o tamanho da amostra (N) é um fator de influência na significância estatística obtida, na medida em que amostras maiores tendem a produzir p-valores menores e vice-versa (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; BIJAK, 2019). Ainda sobre estes oito países, Bélgica e França são aqueles com as maiores razões de chance. São também os países de melhor ranking no *Gender Inequality Index* (GII). Por fim, os resultados encontrados para esta variável nos modelos simplificados estão em consonância com os resultados apresentados anteriormente na análise de prevalência, quando Romênia e Geórgia também foram os dois únicos países com menor prevalência na categoria de maior equidade.

Resultados opostos foram encontrados para a variável de divisão dos cuidados com filhos. De forma geral, com exceção da Rússia (OR = 1,128), famílias com maior equidade de gênero

apresentam menor chance de pretender ter o segundo filho, sendo condizente, portanto, com a hipótese alternativa (HA). Apesar de ter sido observada a denominada “significância estatística” em apenas três países (Áustria, Polônia e Geórgia), há consistência na direção da associação para o conjunto de países, qual seja, menor equidade de gênero está associada a maiores intenções de fecundidade (HA). Também para cuidado com filhos, assim como para afazeres domésticos, os resultados dos modelos estão em consonância com os resultados da Tabela 7 que analisa a prevalência da intenção de ter o segundo filho. Em resumo, analisando conjuntamente ambas as variáveis explicativas, *o padrão geral de resultados encontrado através dos modelos simplificados é de observância de H1 em afazeres domésticos e HA em cuidados com filhos.*

A Tabela 9 exhibe os modelos completos que utilizam como controle as demais variáveis apresentadas. Os resultados são semelhantes aos encontrados nos modelos simplificados. Em pelo menos seis dos dez países, é possível sugerir que famílias com maior equidade nos afazeres domésticos possuem maior chance de pretender ter o segundo filho (H1). Desses seis, França, Lituânia, Rússia e Bulgária apresentaram baixos p-valores, os quais se encaixariam naqueles limites tradicionalmente estabelecidos ($***p<0,01$, $**p<0,05$ ou $*p<0,1$). Bélgica e Áustria apresentaram p-valores comparativamente mais elevados, e, portanto, maior grau de incerteza. Contudo, as razões de chance estimadas são as mais compatíveis a estes dados e sugerem a mesma direção de associação dos outros quatro países mencionados. De forma contrária à primeira hipótese (H1), assim como ocorreu para esta variável nos modelos simplificados, Romênia e Geórgia aparecem como países onde são encontradas razões de chance menores do que 1. Já na Polônia, a razão de chance é virtualmente igual a 1, além de ser acompanhada de um p-valor muito alto (com conseqüente maior incerteza). Resultado semelhante ao da Polônia é encontrado para a Alemanha. Diante disso, *analisando os modelos simplificados e completos, de forma geral (mas com algumas exceções), é possível sugerir que maior equidade nos afazeres domésticos está associada a maiores intenções de fecundidade (H1).* Adicionalmente, os resultados encontrados na análise de prevalência estão em consonância também com os modelos completos.

Bem como ocorre para afazeres domésticos, os resultados dos modelos completos se assemelham os resultados dos modelos simplificados para a variável de divisão do cuidado com filhos. Com exceção de Rússia e Romênia, são encontradas razões de chances menores do que 1, isto é, há indícios de que possuir maior equidade está associada a uma menor chance de pretender ter o segundo filho. Dentre os oito países onde se encontra esse padrão de associação, Bélgica e Polônia são aqueles com os menores p-valores (inferiores aos tradicionais limites $***p<0,01$, $**p<0,05$ ou

* $p < 0,1$). Os outros seis países (Alemanha, Áustria, França, Lituânia, Bulgária e Geórgia) apresentam p-valores comparativamente mais altos, isto é, que denotam maior grau de incerteza, porém, assim como Bélgica e Polônia, sugerem a existência da hipótese alternativa (HA). *Há, portanto, indícios de que famílias com menor equidade nos cuidados com filhos são aquelas com intenções de fecundidade mais elevadas.* Novamente, os resultados encontrados na análise de prevalência estão em consonância com os modelos completos.

Por fim, como já pontuado, a “não significância estatística” de alguns dos resultados pode ser decorrente de amostras pequenas (caso desta investigação empírica), e, considerando uma convergência de resultados no que tange à direção da associação (tanto nos modelos simplificados como nos modelos completos), *há indícios que sugerem um padrão de resultados no qual se observa HI em afazeres domésticos e HA em cuidados com filhos.*

Ainda sobre as variáveis explicativas, após o ajuste e análise dos modelos, propõe-se a construção de uma tipologia de famílias. A partir dos resultados encontrados pelos modelos completos, foram calculadas as *probabilidades preditas da mulher pretender ter o segundo filho para quatro tipos de família em cada um dos países analisados.* Esses quatro tipos/perfis de família são: 1) Famílias com maior equidade nos afazeres domésticos e maior equidade nos cuidados com filhos; 2) Famílias com maior equidade nos afazeres domésticos e menor equidade nos cuidados com filhos; 3) Famílias com menor equidade nos afazeres domésticos e maior equidade nos cuidados com filhos; 4) Famílias com menor equidade nos afazeres domésticos e menor equidade nos cuidados com filhos. *Foram fixadas as mesmas categorias para cada uma das variáveis de controle, sendo a única diferença entre essas famílias o nível de equidade de gênero nas variáveis explicativas.* Nesse sentido, todos os quatro perfis de família são compostos por: respondentes do sexo feminino, mulheres ocupadas, homens ocupados, mulheres com ensino superior, homens com ensino superior, mulheres com idades entre 30 e 34 anos, elevada satisfação com afazeres e com cuidados com filhos (valores iguais a 8), e sem ajuda regular paga com o cuidado com filhos.

O Gráfico 9 apresenta estas probabilidades preditas. De uma forma geral, há o seguinte padrão nos resultados: *as famílias com as mais elevadas probabilidades preditas de pretender ter o segundo filho são aquelas com maior equidade em afazeres domésticos e menor equidade em cuidados com filhos* (isso não ocorre apenas em três dos dez países – Rússia, Romênia e Geórgia). Tendo em vista a discussão em 3.3, afazeres domésticos geralmente são avaliados de forma negativa, por envolverem, frequentemente, trabalhos repetitivos e de menor recompensa. Podem, portanto, ser

entendidos exclusivamente como “trabalho”, o que, automaticamente, produz maior necessidade e anseio por divisões mais equilibradas entre as partes. Cuidados com filhos, por outro lado, tendem a ser interpretados, em maior medida, como gratificantes e prazerosos (KOSTER *et al.*, 2021; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000). O padrão de resultados encontrados pelos modelos e pelas probabilidades preditas sugere essa interpretação (aprofundada no capítulo final de Discussão). *Isto é, há indícios de que as mulheres com as maiores intenções pelo segundo filho são aquelas que possuem 1) maior auxílio nas atividades geralmente avaliadas como negativas ou de menor recompensa, e, 2) que realizam, em maior medida, as atividades de cuidados com filhos, consideradas mais prazerosas e gratificantes.*

Ainda sobre as probabilidades preditas, é possível observar uma divisão dos países em dois grupos. Bélgica, França, Áustria e Alemanha são os quatro países com as mais elevadas probabilidades de pretender ter o segundo filho, considerando todos os quatro tipos de família. Estes também são os quatro países com os melhores rankings no *Gender Inequality Index* (GII). Já Lituânia, Rússia, Bulgária e Romênia são os quatro países com as menores probabilidades preditas. Além disso, são também países com níveis mais baixos de equidade de gênero, segundo o GII. *O que esta análise mostra, portanto, é que, no nível macro, as chances de querer o segundo filho tendem a ser maiores em contextos de maior equidade, independentemente do nível de equidade de gênero na família* (os quatro tipos de família construídos). A Geórgia é o país que destoa desse padrão. Comparativamente aos demais, é um país com menor equidade de gênero (GII), e suas elevadas probabilidades preditas podem ser decorrentes de seu contexto de domicílios mais tradicionais, no qual as mulheres tendem a se encaixar num perfil de maior orientação à esfera da família (HAKIM, 2002).

Finalmente, quanto às variáveis de controle, não foi encontrado um padrão claro de direção da associação entre intenção pelo segundo filho e as variáveis de satisfação com a divisão das tarefas (afazeres e/ou cuidados). Além disso, elevados p-valores, e portanto, elevados níveis de incerteza foram encontrados para ambas as variáveis de satisfação. Na maior parte dos países, há indícios de que respondentes do sexo masculino possuem maior chance de pretender ter o segundo filho, ainda que tenham sido encontrados elevados p-valores, e, portanto, níveis mais altos de incerteza, em alguns deles, como Alemanha, Áustria e França.

Os resultados sobre a idade da mulher mostram que grupos etários mais jovens que a categoria de referência (40 a 44 anos) possuem maior chance de pretender o segundo filho, e a tendência é de que quanto mais jovem é a mulher, maiores são as intenções de fecundidade, em consonância, portanto, com a literatura e com os resultados encontrados pela análise de prevalência (PHILIPPOV *et al.*, 2004; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; RÉGNIER-LOILIER, 2006; LIEFBROER, 2009). No geral, foram encontrados baixos p-valores, em sua maioria, menores do que os tradicionalmente estabelecidos como *estatisticamente significativos*, havendo, dessa forma, baixa incerteza quanto a esta variável.

Os resultados encontrados para as variáveis de escolaridade sugerem que quanto maior o nível de escolaridade, maior a chance de pretender ter o segundo filho (apesar de p-valores elevados que aumentam a incerteza sobre os resultados). Tais resultados confirmam o padrão encontrado pela literatura e pela análise de prevalência, o que reforça o argumento de um possível efeito positivo da renda na fecundidade em sociedades de maior nível de desenvolvimento (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2005; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2009; THÉVENON; LUCI-GREULICH, 2013; TESTA, 2014; FOX; KLÜSENER; MYRSKYLÄ, 2019). Destaque para as elevadas razões de chance encontradas para Polônia, Rússia e Romênia na categoria de Ensino Superior da escolaridade da mulheres, as quais foram também acompanhadas de baixos p-valores e baixos níveis de incerteza.

No que tange às variáveis de ocupação, não há um claro padrão de associação com a variável dependente. E, com algumas exceções, foram encontrados níveis de incerteza (p-valores) elevados. Por fim, há um maior número de indícios de que possuir ajuda regular paga para o cuidado com os filhos aumenta as intenções de fecundidade (ainda que tenham sido encontrados resultados contrários para Alemanha, Áustria e Polônia). Lituânia, Rússia, Bulgária e Romênia apresentaram menor nível de incerteza (baixos p-valores) nesta variável.

TABELA 8 – Estimativas pontuais das razões de chance e p-valores dos modelos simplificados (Regressão Logística / GGS)

| | Alemanha | Bélgica | Áustria | França | Polônia | Lituânia | Rússia | Bulgária | Romênia | Geórgia |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | N = 328 | N = 190 | N = 292 | N = 214 | N = 849 | N = 512 | N = 602 | N = 871 | N = 828 | N = 275 |
| | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR |
| Intercepto | 0,781 | 0,899 | 1,167 | 1,423 | 1,403 | 1,099 | 0,582 | 0,713 | 0,805 | 3,293 |
| | p = 0,135 | p = 0,696 | p = 0,411 | p = 0,080 | p = 0,000 | p = 0,933 | p = 0,000 | p = 0,001 | p = 0,008 | p = 0,000 |
| Divisão dos Afazeres Domésticos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 1,199 | 1,916 | 1,339 | 2,034 | 1,291 | 1,576 | 1,423 | 1,658 | 1,003 | 0,891 |
| Menor Equidade (referência) | p = 0,448 | p = 0,039 | p = 0,257 | p = 0,008 | p = 0,043 | p = 0,010 | p = 0,040 | p = 0,002 | p = 0,984 | p = 0,737 |
| Divisão dos Cuidados com Filhos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 0,694 | 0,591 | 0,589 | 0,826 | 0,774 | 0,833 | 1,128 | 0,918 | 0,924 | 0,527 |
| Menor Equidade (referência) | p = 0,125 | p = 0,102 | p = 0,040 | p = 0,477 | p = 0,042 | p = 0,325 | p = 0,505 | p = 0,599 | p = 0,538 | p = 0,079 |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 9 – Estimativas pontuais das razões de chance e p-valores dos modelos completos (Regressão Logística / GGS) (continua)

| | Alemanha | Bélgica | Áustria | França | Polônia | Lituânia | Rússia | Bulgária | Romênia | Geórgia |
|---|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| | N = 328 | N = 190 | N = 292 | N = 214 | N = 849 | N = 512 | N = 602 | N = 871 | N = 828 | N = 275 |
| | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR | OR |
| Intercepto | 0,014 p = 0,002 | 0,175 p = 0,355 | 0,472 p = 0,577 | 0,190 p = 0,201 | 0,020 p = 0,000 | 0,055 p = 0,002 | 0,005 p = 0,000 | 0,025 p = 0,000 | 0,046 p = 0,000 | 0,484 p = 0,543 |
| Divisão dos Afazeres Domésticos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 1,066 p = 0,830 | 1,338 p = 0,506 | 1,464 p = 0,225 | 2,795 p = 0,006 | 1,006 p = 0,966 | 1,387 p = 0,094 | 1,487 p = 0,033 | 1,360 p = 0,084 | 0,953 p = 0,746 | 0,641 p = 0,237 |
| Menor Equidade (referência) | | | | | | | | | | |
| Divisão dos Cuidados com Filhos | | | | | | | | | | |
| Maior Equidade | 0,713 p = 0,231 | 0,279 p = 0,009 | 0,746 p = 0,378 | 0,626 p = 0,208 | 0,782 p = 0,097 | 0,792 p = 0,260 | 1,053 p = 0,797 | 0,895 p = 0,541 | 1,060 p = 0,686 | 0,687 p = 0,358 |
| Menor Equidade (referência) | | | | | | | | | | |
| Satisfação com Divisão dos Afazeres Domésticos | 1,060 p = 0,540 | 0,871 p = 0,409 | 0,895 p = 0,320 | 0,851 p = 0,229 | 1,036 p = 0,468 | 1,111 p = 0,149 | 1,070 p = 0,222 | 1,069 p = 0,237 | 0,985 p = 0,754 | 1,112 p = 0,272 |
| Satisfação com Divisão dos Cuidados com Filhos | 0,981 p = 0,844 | 1,121 p = 0,521 | 0,929 p = 0,521 | 1,065 p = 0,593 | 1,094 p = 0,072 | 1,096 p = 0,170 | 1,063 p = 0,259 | 0,965 p = 0,527 | 1,078 p = 0,102 | 0,958 p = 0,654 |
| Sexo do Respondente | | | | | | | | | | |
| Masculino | 1,085 p = 0,770 | 0,858 p = 0,708 | 1,175 p = 0,613 | 1,048 p = 0,893 | 1,284 p = 0,062 | 1,150 p = 0,435 | 0,670 p = 0,036 | 1,319 p = 0,107 | 0,980 p = 0,878 | 1,210 p = 0,528 |
| Feminino (referência) | | | | | | | | | | |

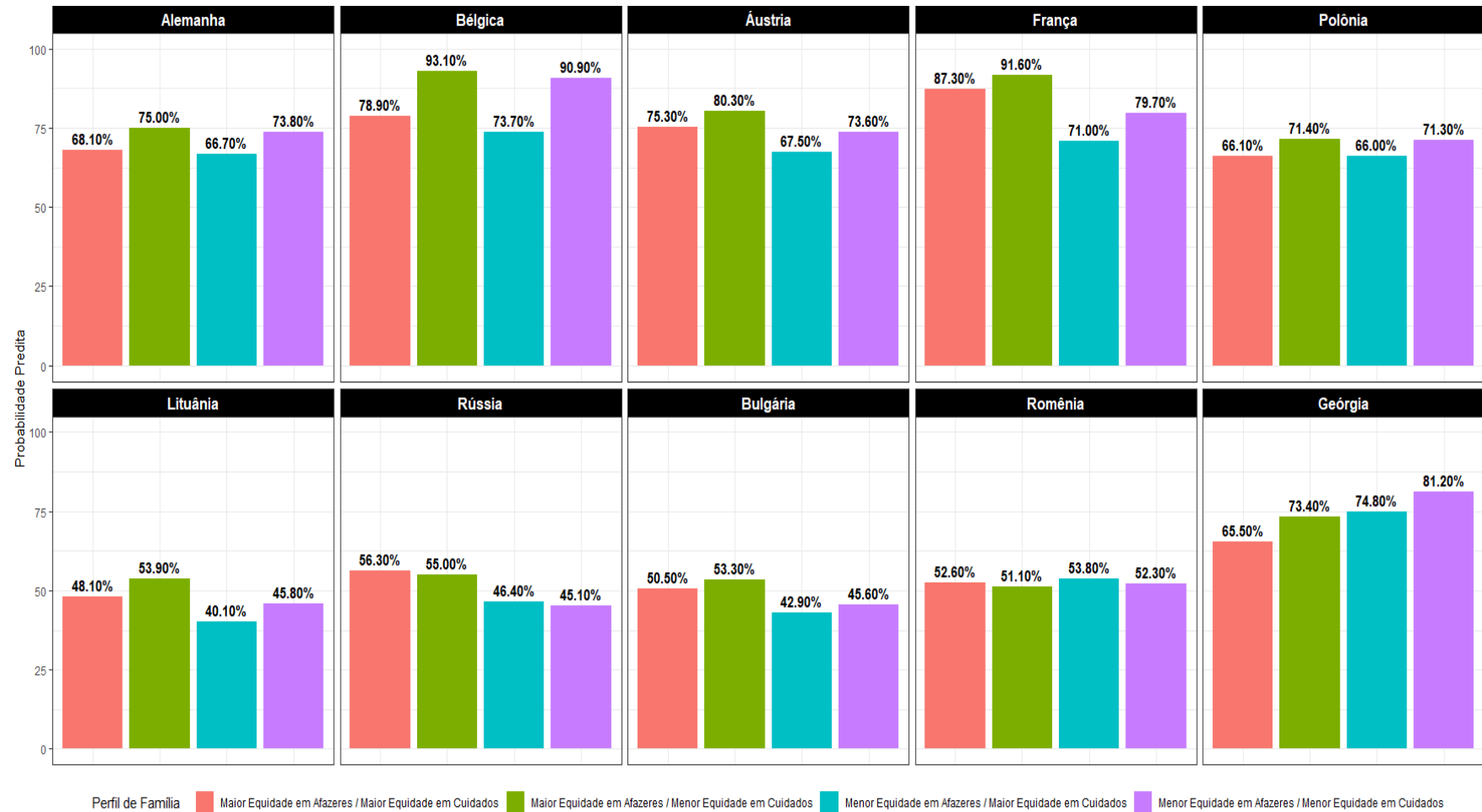
Fonte: Elaboração própria.

**TABELA 9 – Estimativas pontuais das razões de chance e p-valores dos modelos completos (Regressão Logística / GGS)
(continuação)**

| | Alemanha N = 328 | Bélgica N = 190 | Áustria N = 292 | França N = 214 | Polônia N = 849 | Lituânia N = 512 | Rússia N = 602 | Bulgária N = 871 | Romênia N = 828 | Geórgia N = 275 |
|---|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---------------------------|
| Idade da Mulher | | | | | | | | | | |
| 20 a 24 anos | 34.962 p = 0,000 | 50.352 p = 0,014 | 49.112 p = 0,000 | 86.116 p = 0,000 | 24.035 p = 0,000 | 4.772 p = 0,009 | 9.179 p = 0,003 | 13.616 p = 0,000 | 26.745 p = 0,000 | 9.670 p = 0,000 |
| 25 a 29 anos | 60.459 p = 0,000 | 98.031 p = 0,000 | 22.168 p = 0,000 | 43.563 p = 0,000 | 21.674 p = 0,000 | 6.333 p = 0,002 | 11.907 p = 0,000 | 14.931 p = 0,000 | 14.579 p = 0,000 | 5.690 p = 0,002 |
| 30 a 34 anos | 21.034 p = 0,000 | 79.252 p = 0,000 | 13.758 p = 0,000 | 16.120 p = 0,000 | 14.307 p = 0,000 | 3.919 p = 0,018 | 9.189 p = 0,002 | 5.299 p = 0,003 | 6.655 p = 0,002 | 5.304 p = 0,003 |
| 35 a 39 anos | 7.988 p = 0,015 | 5.647 p = 0,187 | 3.359 p = 0,025 | 4.650 p = 0,006 | 5.366 p = 0,000 | 1.222 p = 0,743 | 6.438 p = 0,013 | 2.489 p = 0,109 | 2.121 p = 0,205 | 3.127 p = 0,047 |
| 40 a 44 anos (referência) | | | | | | | | | | |
| Escolaridade da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior (referência) | | | | | | | | | | |
| Ensino Médio | 0.678 p = 0,365 | 1.004 p = 0,996 | 1.066 p = 0,895 | 0.617 p = 0,406 | 1.155 p = 0,694 | 1.401 p = 0,361 | 4.103 p = 0,044 | 0.783 p = 0,554 | 1.381 p = 0,090 | 1.133 p = 0,824 |
| Ensino Superior | 0.969 p = 0,954 | 2.450 p = 0,185 | 1.602 p = 0,419 | 2.015 p = 0,250 | 2.056 p = 0,066 | 1.165 p = 0,702 | 4.009 p = 0,048 | 1.067 p = 0,885 | 1.786 p = 0,058 | 1.076 p = 0,901 |
| Escolaridade do Homem | | | | | | | | | | |
| Ensino Fundamental ou Inferior (referência) | | | | | | | | | | |
| Ensino Médio | 0.555 p = 0,200 | 0.367 p = 0,090 | 2.113 p = 0,145 | 1.087 p = 0,857 | 0.877 p = 0,753 | 1.234 p = 0,468 | 0.581 p = 0,173 | 1.150 p = 0,669 | 0.715 p = 0,156 | 0.662 p = 0,585 |
| Ensino Superior | 1.632 p = 0,366 | 1.659 p = 0,441 | 2.049 p = 0,214 | 1.447 p = 0,475 | 1.051 p = 0,904 | 1.427 p = 0,295 | 0.914 p = 0,825 | 1.653 p = 0,192 | 1.096 p = 0,785 | 0.677 p = 0,615 |
| Status Ocupacional da Mulher | | | | | | | | | | |
| Ocupada | 1.192 p = 0,563 | 0.762 p = 0,626 | 1.119 p = 0,798 | 0.414 p = 0,067 | 1.103 p = 0,550 | 0.920 p = 0,750 | 0.935 p = 0,755 | 1.549 p = 0,045 | 0.905 p = 0,526 | 1.809 p = 0,130 |
| Não Ocupada (referência) | | | | | | | | | | |
| Status Ocupacional do Homem | | | | | | | | | | |
| Ocupado | 3.709 p = 0,019 | 0.283 p = 0,058 | 0.514 p = 0,256 | 2.325 p = 0,198 | 1.308 p = 0,328 | 0.534 p = 0,202 | 1.927 p = 0,057 | 1.827 p = 0,017 | 1.248 p = 0,410 | 0.767 p = 0,406 |
| Não Ocupado (referência) | | | | | | | | | | |
| Se possui ajuda regular paga para cuidado dos filhos | | | | | | | | | | |
| Sim | 0.821 p = 0,475 | 1.627 p = 0,264 | 0.764 p = 0,375 | 1.457 p = 0,287 | 0.909 p = 0,513 | 1.616 p = 0,014 | 1.383 p = 0,074 | 1.549 p = 0,017 | 1.514 p = 0,012 | 1.580 p = 0,329 |
| Não (referência) | | | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 9 – Probabilidades Preditas calculadas a partir dos modelos completos (Regressão Logística / GGS)



Fonte: Elaboração própria.

5 BRASIL (PNDS/PNAD)

Como introduzido no início deste trabalho, a análise para o Brasil utiliza duas bases de dados distintas, tendo em vista que as variáveis dependente e explicativa não se encontram numa mesma fonte de dados. Da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) é construída a variável dependente. Já a explicativa é trabalhada a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A seguir, portanto, são apresentadas estas fontes de dados, descrita a metodologia proposta, e, por fim, apresentados os resultados.

5.1 Bases de dados – Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher (PNDS) faz parte do *Demographic and Health Survey (DHS) Program*, o qual conduz investigações em escala global, apoiado pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID), com o objetivo de fornecer dados sobre população, saúde e nutrição de mulheres e crianças em países em desenvolvimento. A PNDS descreve o perfil da população feminina em idade reprodutiva e também de menores de cinco anos no Brasil, e, possui a sua terceira edição no ano de 2006, tendo ocorrido as duas anteriores em 1986 e 1996 com o nome de Pesquisa Nacional sobre Saúde Materno-Infantil e Planejamento Familiar (PNSMIPF) (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2009).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e possui, até o ano de 2015, investigações permanentes acerca de características gerais da população, escolaridade, trabalho, rendimento e habitação, assim como investigações periódicas de outros temas, definidos conforme necessidade. A PNAD (regular) foi encerrada em 2016, sendo substituída pela PNAD Contínua, a qual, a partir de

metodologia atualizada, fornece cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional (IBGE, 2020)⁵⁰.

Utiliza-se, neste trabalho, as PNADs dos anos de 2006 e 2015. O primeiro ano se justifica pelo fato de também ser o ano de realização da PNDS, de onde vem a variável dependente de intenções de fecundidade. Optou-se também por trabalhar com 2015, ano mais recente de realização da PNAD regular, com o propósito de se analisar se a associação encontrada em 2006 é também observada em um período mais recente, o qual dispõe dos mesmos tipos de dados. A utilização da PNAD regular de 2015 em detrimento da PNAD Contínua se deve à presença da variável explicativa apresentada e discutida na seção seguinte.

5.2 Métodos

5.2.1 Estimação da Variável Dependente

Tendo em vista que a variáveis dependente e explicativa não se encontram num mesmo conjunto de dados, este estudo propõe um método de imputação de uma função de probabilidades (como uma variável *proxy*) na PNAD, a partir de dados da PNDS, através de um modelo de predição. Foi utilizado um modelo de *Machine Learning* como estratégia de predição. Em modelos de *Machine Learning*, através de um determinado algoritmo, treina-se um conjunto de dados, e, uma vez testada e avaliada a acurácia do modelo, o mesmo pode ser utilizado para realizar predições a partir de um novo conjunto de dados (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020).

A PNDS possibilita a criação de uma variável de intenções de fecundidade binária: quer ter o próximo filho; não quer ter o próximo filho. É necessário então identificar as variáveis de controle para a estimação do modelo de *Machine Learning* com esta variável. Isto é, selecionar variáveis que 1) se relacionam com intenções de fecundidade; e, 2) estejam disponíveis em ambas as bases de dados (PNDS e PNAD). É essencial que as variáveis sejam exatamente as mesmas, de forma que após o treinamento do modelo e consequente teste de acurácia, possam

⁵⁰ <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/educacao/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=o-que-e>.

ser realizadas as predições a partir dos (novos) dados, provenientes da PNAD. Estas predições formam a variável (*proxy*) dependente, imputada, portanto, na PNAD, através de um modelo de *Machine Learning* que utiliza dados da PNDS.

O primeiro passo do processo de estimação dessa variável *proxy* trata de identificar as questões na PNDS necessárias para criar a variável dependente do modelo de *Machine Learning*. A PNDS pergunta às mulheres não grávidas: *Agora queria fazer algumas perguntas sobre o futuro. Quer ter um(a) filho/outro(a) filho(a) ou prefere não ter filho/mais filhos?*. Além disso, pergunta às mulheres grávidas: *Agora queria fazer algumas perguntas sobre o futuro. Depois que este filho(a) que está esperando agora nascer, quer ter um(a) (outro) filho(a) ou prefere não ter mais filhos?* A partir dessas duas questões foi criada a variável *Intenção pelo Próximo Filho*, que através das possibilidades de resposta providas pela PNDS, classificava as mulheres em: 1) Sim; 2) Não; 3) Não pode ficar grávida; 4) Não sabe; 5) Sem Resposta. A frequência das três últimas possibilidades de resposta foi muito baixa, menor que 3%. Além disso, a utilização de respostas como “Não pode ficar grávida”, geraria viés nos resultados, por isso, estes casos foram excluídos da base, restando, por fim, a referida variável resposta binária (Sim/Não).

Construída a variável dependente do modelo de *Machine Learning*, o segundo passo é identificar as variáveis de controle (os regressores do modelo). Como já colocado, o intuito é o de selecionar variáveis que se relacionam com intenções de fecundidade e estejam disponíveis em ambas as bases de dados. Analisando ambas as bases, e considerando a relação com intenções de fecundidade, as variáveis comuns identificadas foram: 1) ordem de parturição; 2) grupo etário (intervalos quinquenais de 15 a 49 anos); 3) ocupação (se está ou não ocupada); raça/cor (branca, preta, parda e outras raças); região geográfica (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul); e, divisão rural-urbano (rural ou urbano).

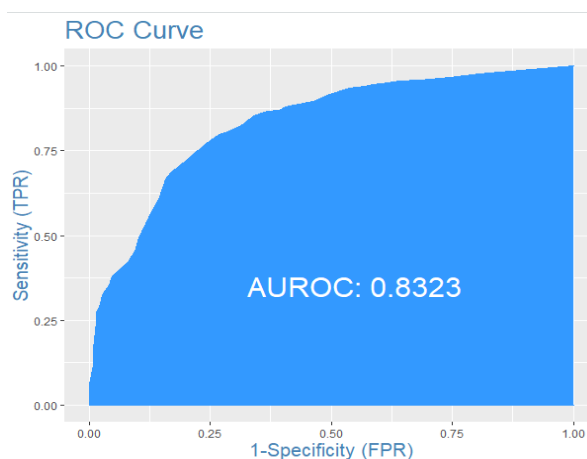
Tendo em vista a variável dependente binária, foi utilizado um *algoritmo de classificação*⁵¹ (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020).

⁵¹ Na literatura de *Machine Learning*, utiliza-se o termo *classificação* para os algoritmos de predição de variáveis categóricas e o termo *regressão* para os algoritmos de predição de variáveis numéricas (James et al. 2014; Bruce & Andrew, 2017; Escovedo & Koshiyama, 2020).

Utilizou-se Regressão Logística Binária⁵², que, além de ter produzido acurácia elevada e satisfatória, possibilita o uso do design de amostra complexa (*complex survey design*), necessário para tornar a amostra da PNDS nacionalmente representativa.

A estimação de um modelo de *Machine Learning* consiste, primeiramente, em dividir a base de dados em uma base de treino (*training data*) e outra de teste (*test data*)⁵³. O passo seguinte consiste em ajustar o modelo de regressão logística a partir do conjunto de dados de treino, isto é, treinar o modelo. Em seguida, avaliou-se a precisão/acurácia desse modelo. Atingiu-se 80% de acurácia, considerado um elevado percentual. Como um teste adicional de precisão da previsão, foi plotada a curva ROC (Gráfico 10). Observa-se que a curva apresenta comportamento crescente desejado, e, adicionalmente, o valor de AUROC foi igual a 0,83, o que também indica elevada capacidade de previsão desse modelo de *Machine Learning* (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020)⁵⁴.

GRÁFICO 10 – Curva ROC do modelo de Machine Learning ajustado e avaliado a partir de dados da PNDS de 2006



Fonte: Elaboração própria.

⁵² Foram também testados outros algoritmos, como os de Árvores de Decisão e Random Forest, porém, além de não aumentarem a (já elevada) acurácia encontrada através da Regressão Logística, não viabilizam o uso do design de amostra complexa (*complex survey design*), necessário para a operacionalização dos dados da PNDS.

⁵³ Essa divisão foi feita através de um método de amostragem estratificada, a partir da variável dependente de intenções de fecundidade como estrato, utilizando a função *createDataPartition* do R (linguagem de programação e software estatístico utilizado em todas as análises de dados deste trabalho). Foi definido 80% da amostra como dados de treino e 20% como dados de teste, assim como preconizado pela literatura (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020).

⁵⁴ Foram também ajustados modelos mais simples, isto é, com menos variáveis, mas eles apresentaram pior acurácia de previsão. O ajuste que apresentou maior acurácia foi aquele que utilizou o conjunto completo de variáveis de controle.

Uma vez identificado que o modelo treinado possui boa capacidade de previsão, ele é utilizado, a partir do (novo) conjunto de dados da PNAD, para prever a *probabilidade de ter a intenção de ter o próximo filho*. Isto é, os coeficientes estimados com dados de treino da PNDS são utilizados para gerar uma *função de probabilidades preditas de ter a intenção de ter o próximo filho* na base de dados da PNAD (JAMES *et al.*, 2014; BRUCE; ANDREW, 2017; ESCOVEDO; KOSHIYAMA, 2020). Ao fim do processo de estimação, tem-se, em uma única base (PNAD), as variáveis dependente (*probabilidade de ter a intenção pelo próximo filho*) e explicativa. A imputação dessa função de probabilidades é feita em ambas as PNADs de 2006 e 2015, pois como já exposto, são ajustados modelos para cada um desses anos.

A função de probabilidades criada até aqui ainda não é a variável dependente final que entrará nos modelos que investigam a associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família. A variável final é apresentada à frente, em 5.2.3, uma vez que, pela natureza do presente estudo, alguns recortes são necessários. Antes, apresenta-se o processo de construção da variável explicativa.

5.2.2 Definição e construção da variável explicativa de equidade de gênero na família

Uma vez imputada na PNAD a variável que expressa a probabilidade de ter a intenção de ter o próximo filho, constrói-se a variável explicativa de equidade de gênero na família. Desde 2001, a PNAD pergunta: 1) “Cuidava dos afazeres domésticos na semana de referência?; 2) “Número de horas que dedicava normalmente por semana aos afazeres domésticos”. Tais perguntas são feitas neste mesmo formato tanto em 2006, quanto em 2015; por isso, a possibilidade de trabalhar com estes dois anos e, conseqüentemente, comparar seus resultados. O processo de construção da variável explicativa, apresentado a seguir, vale, portanto, para ambos os anos de 2006 e 2015.

Primeiramente, alguns detalhes sobre a definição de *afazeres domésticos*, a qual pode ser encontrada no manual do entrevistador da PNAD:

Entendeu-se por afazeres domésticos a realização, no domicílio de residência, de tarefas (que não se enquadravam no conceito de trabalho), de: a) Arrumar ou limpar toda ou parte da moradia; b) Cozinhar ou preparar alimentos, passar roupa, lavar roupa ou louça, utilizando, ou não, aparelhos eletrodomésticos para executar estas tarefas para si ou para outro(s) morador(es); c) Orientar ou

dirigir trabalhadores domésticos na execução das tarefas domésticas; d) Cuidar de filhos ou menores moradores; ou e) Limpar o quintal ou terreno que circunda a residência (NOTAS METODOLÓGICAS, p. 48).

Observa-se que, diferentemente do que ocorre na análise dos países, na análise do Brasil, tendo em vista a metodologia da pergunta, não é possível separar afazeres domésticos de cuidados com filhos. A questão da PNAD engloba ambos os tipos de atividades. Além disso, as perguntas do GGS forneciam possibilidades de respostas categóricas, as quais apontavam o principal realizador daquelas tarefas. Já na PNAD, pergunta-se o número de horas desempenhadas por cada um dos componentes do casal.

De forma semelhante à metodologia proposta por Torr e Short (2004) e com base na pergunta sobre o número de horas de trabalho doméstico realizado, calcula-se a parcela relativa de horas desempenhadas pelas mulheres no total de horas desempenhadas tanto pela mulher quanto pelo homem. Aqui, vale ressaltar que a amostra final conta apenas com mulheres unidas (informal ou formalmente) e que vivem junto de seus parceiros no momento da entrevista. Por isso, é possível obter o total de horas de trabalho doméstico realizado por ambos, e, em seguida, obter a variável explicativa desejada, qual seja, o *percentual de horas de trabalho doméstico realizado pela mulher (entre o casal)*. Como destaca Greenstein (2000, *apud* TORR; SHORT, 2004, p. 116), essa medida relativa é vantajosa em comparação com uma medida em horas absolutas, pois esta última pode refletir, em última instância, apenas tamanhos menores ou maiores de família ou de residência, disponibilidade de tempo ou outros fatores que aumentem ou diminuam o número de horas de trabalho doméstico. A partir do instante em que se define uma medida relativa das mulheres (dentro o total realizado pelo casal), tem-se, de fato, um indicador de equidade de gênero na família.

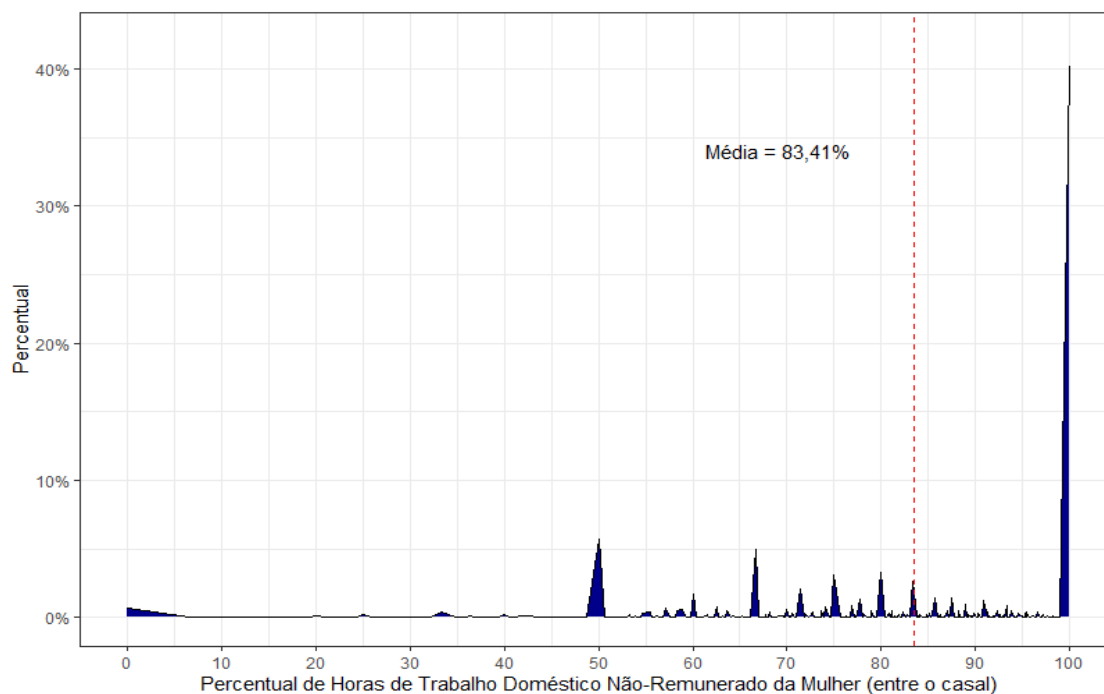
Também com base na metodologia de Torr e Short (2004), categorizou-se esse *percentual de horas de trabalho doméstico realizado pela mulher (entre o casal)* de maneira que a variável construída expresse dois níveis de equidade de gênero na família: 1) *Maior Equidade*; 2) *Menor Equidade*. Portanto, semelhante à análise dos países desenvolvidos. E, assim como já pontuado nas seções que discutem o GGS, não se espera uma relação linear entre intenções de fecundidade e equidade de gênero (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017). Por isso, a variável de equidade de gênero foi também trabalhada de forma categórica nesta análise do Brasil.

A estratégia adotada para realizar essa categorização considerou as próprias *distribuições do percentual de horas de trabalho doméstico realizado pela mulher*, as quais podem ser vistas nos Gráficos 11 e 12, respectivamente para os anos de 2006 e 2015. Isto é, ao invés de se definir arbitrariamente os pontos de corte, as próprias distribuições dessa medida relativa entregam/mostram o que pode ser considerado maior ou menor equidade no caso brasileiro. Torr e Short (2004) discutem que o processo de definição de pontos de corte arbitrários e neutros em relação à distribuição, como, por exemplo, menor do que 25%, entre 25 e 50% e maior do que 50% (do trabalho doméstico), pode parecer intuitivamente correto. Entretanto, no caso dos EUA, por exemplo, essa abordagem neutra em relação à distribuição não possui sentido ou praticidade, uma vez que mais de três quartos das mulheres realizavam mais da metade do trabalho doméstico, e menos de 2% realizavam uma parcela de trabalho doméstico inferior à 25%. Algo semelhante ocorre para o Brasil, em ambos os anos analisados. O percentual de mulheres que realiza mais da metade do trabalho doméstico fica próximo dos 90%. E, por volta de 2% das mulheres realizam uma parcela de trabalho doméstico inferior a 25%.

Portanto, não é possível assumir neutralidade das distribuições ao serem definidos os pontos de corte para categorização, o que pode ser confirmado pelos próprios Gráficos 11 e 12. Ambas as distribuições do percentual de trabalho doméstico realizado pelas mulheres estão bastante concentradas para a direita, isto é, nos dois casos, um elevado percentual de mulheres realiza um também alto percentual do trabalho doméstico, ao passo em que baixa parcela de mulheres desempenha um também pequeno percentual do trabalho doméstico.

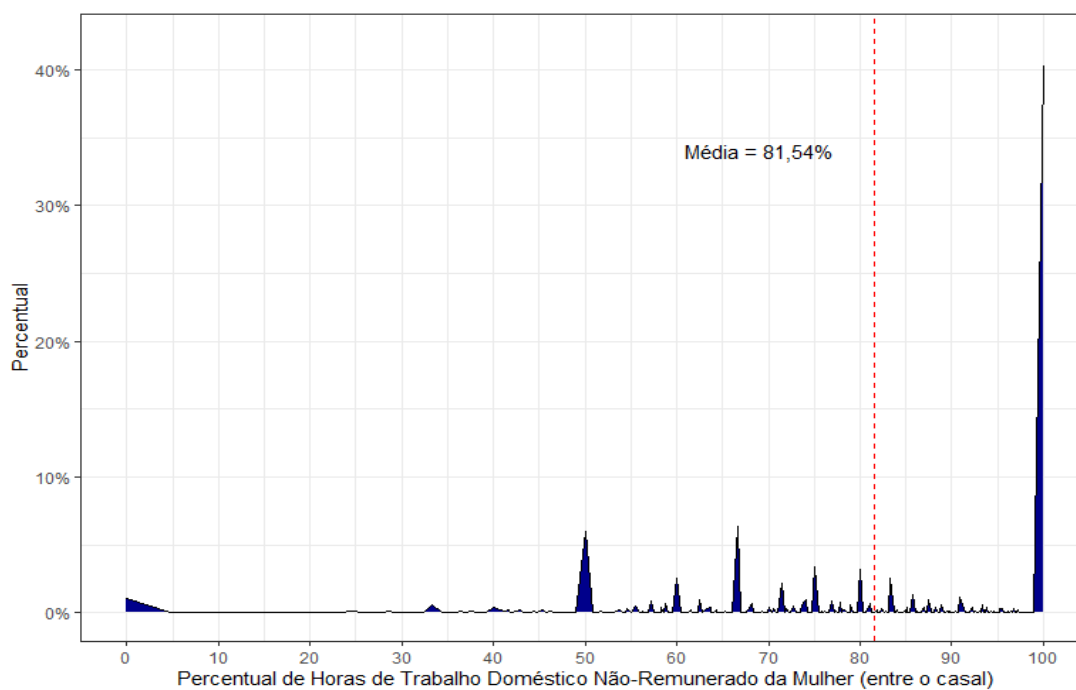
O valor modal do percentual de horas de trabalho doméstico realizado pelas mulheres é 100% em ambas as distribuições, isto é, quase 40% das amostras finais de mulheres realiza a totalidade do trabalho doméstico. Além disso, as mulheres realizam, em média, no ano de 2006, 83,41% do total do trabalho doméstico não-remunerado desempenhado pelo casal. Esse valor sofre leve queda, de uma ordem de menos de 2%, entre 2006 e 2015, passando para 81,54% neste último ano. Não só os percentuais elevados em cada período, mas também essa variação muito baixa dos percentuais num intervalo de nove anos reforça o quão desigual é a distribuição das tarefas domésticas entre homem e mulher no Brasil, sendo, por conseguinte, condizentes com os achados de Barbosa (2018), apresentados em 3.1.

GRÁFICO 11 – Distribuição percentual de horas de trabalho doméstico não-remunerado da mulher (entre o casal) na PNAD de 2006



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 12 – Distribuição percentual de horas de trabalho doméstico não-remunerado da mulher (entre o casal) na PNAD de 2015



Fonte: Elaboração própria.

Diante disso, a estratégia alternativa proposta por Torr e Short (2004), adaptada neste trabalho, visa definir os pontos de corte com base na própria distribuição. *Utiliza-se uma análise da distribuição quartílica do percentual de horas de trabalho doméstico não remunerado realizado pela mulher.* O primeiro quartil é aquele em que a mulher faz, proporcionalmente, uma porcentagem menor do trabalho doméstico. Na PNAD de 2006, esses primeiros 25% da amostra incluem mulheres que realizam menos de 71,43% do total de horas. Na PNAD de 2015, o primeiro quartil engloba mulheres que realizam menos de 66,67% do total de horas. Tais percentuais elevados também demonstram a alta concentração do trabalho doméstico entre as mulheres, apesar de uma diminuição de quase 5% entre os anos. Este primeiro quartil foi denominado de *Maior Equidade*, enquanto *Menor Equidade* se refere aos outros três quartis das amostras, em que a mulher faz 71,43% ou mais do trabalho doméstico em 2006 e 66,67% ou mais desse mesmo tipo de trabalho em 2015.

Vale ainda ressaltar que foram testadas outras formas de categorização. Por exemplo, categorizou-se as mulheres que realizam até 50% como de maior equidade e o restante das amostras como de menor equidade. Os resultados foram muito semelhantes, portanto, decidiu-se apresentar apenas os achados da categorização baseada na distribuição quartílica, seguindo o já preconizado na literatura (TORR; SHORT, 2004).

5.2.3 Amostra final, variáveis utilizadas e modelo de regressão

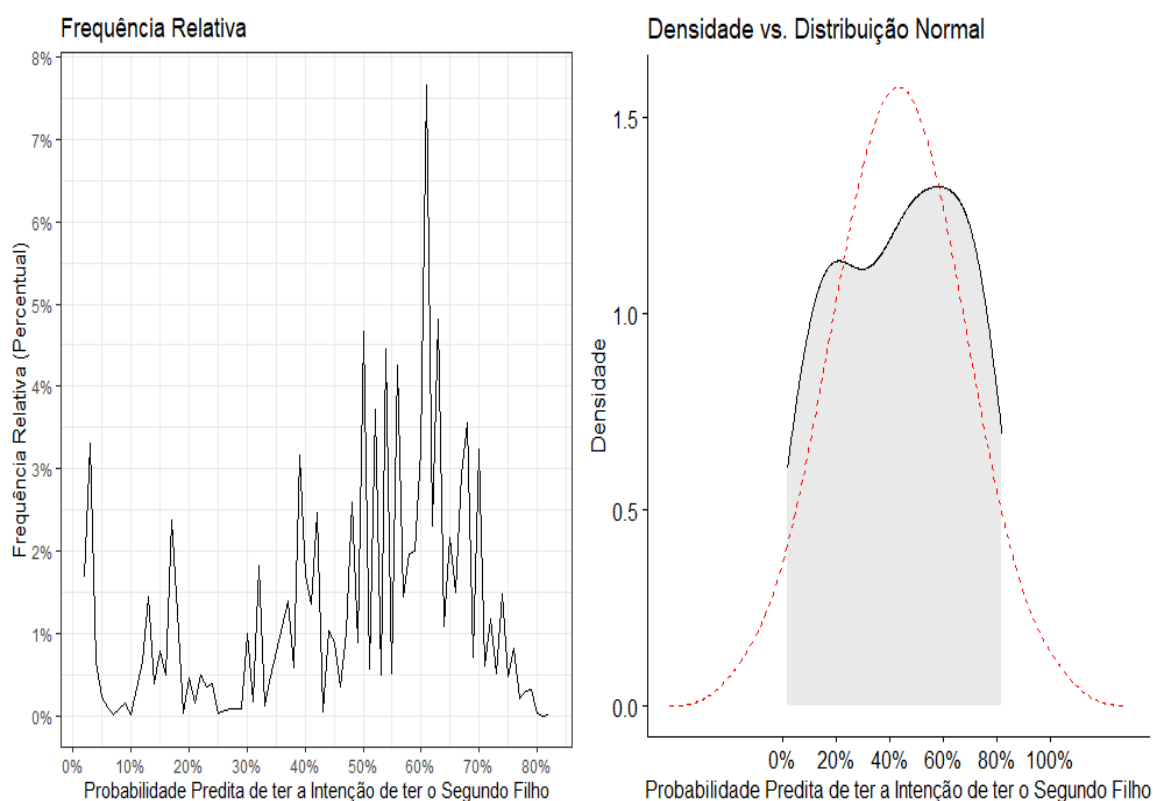
Assim como realizado com os dados da PNDS, desde a parte descritiva até o ajuste dos modelos, foi utilizado o design de amostra complexa (*complex survey design*), de forma a tornar as amostras nacionalmente representativas. Como já apontado na seção acima, as amostras finais das PNADs de 2006 e 2015 possuem apenas mulheres unidas (informal ou formalmente) que residem em conjunto de seus parceiros. Estas mulheres possuem de 15 a 49 anos.

E, da mesma forma que se fez na análise dos países de maior nível de desenvolvimento, as amostras finais contam com mulheres brasileiras que possuem apenas um filho. A variável dependente trata, portanto, da *probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho*. Além das justificativas já citadas para a superioridade de se analisar o segundo filho comparativamente ao primeiro ou terceiro filho, o Brasil, em consonância com os países mais desenvolvidos, se encontra num contexto de fecundidade baixa e padrão normativo de dois filhos por mulher

(MORGAN, 2003; RAYBOULD; SEAR, 2020; CARVALHO; WONG; MIRANDA-RIBEIRO, 2016).

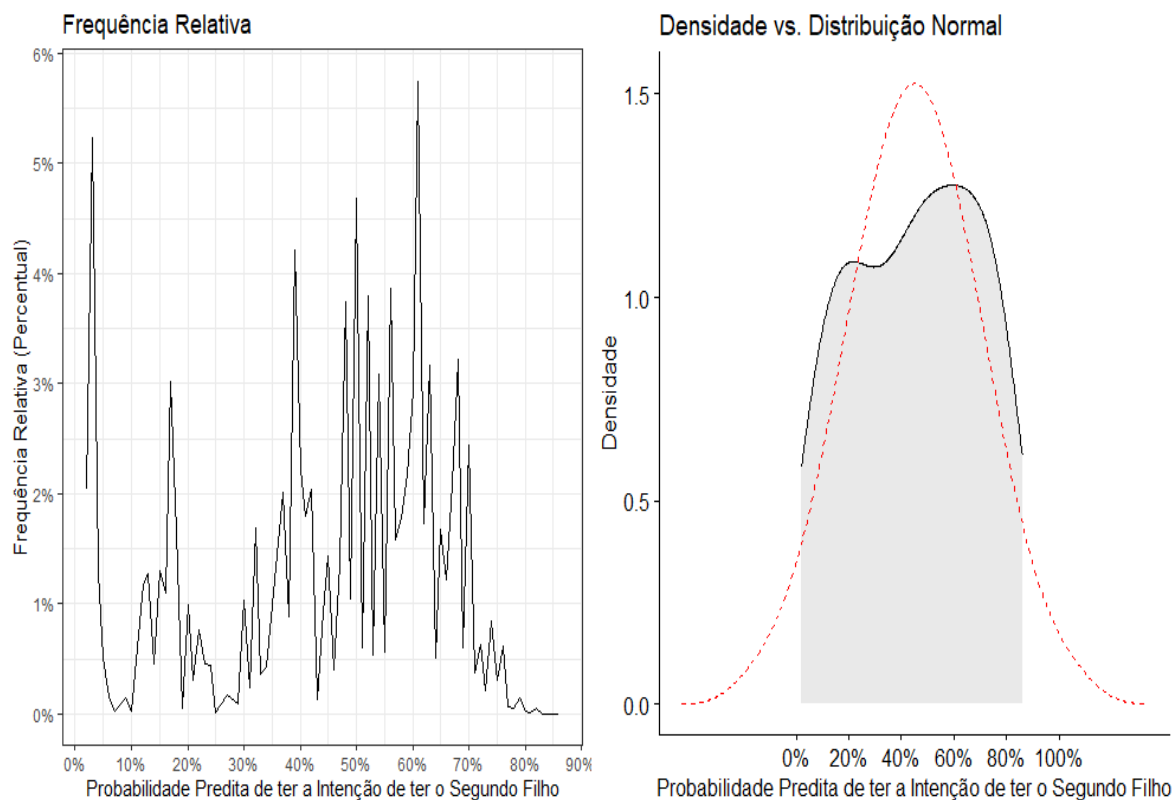
Os Gráficos 13 e 14 exibem as distribuições da variável dependente final *probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho* nas PNADs de 2006 e 2015, respectivamente. O painel esquerdo de cada gráfico apresenta a frequência relativa, e, pode-se ver que os picos mais elevados estão por volta de 5, 40, 50 e 60% de probabilidade. O painel direito mostra essa mesma distribuição no formato densidade, acompanhada da distribuição normal (pontilhada em vermelho). As distribuições de ambos os anos são muito semelhantes, sendo a principal diferença o pico de 5% em 2015 um pouco mais elevado do que em 2006.

GRÁFICO 13 – Distribuição da probabilidade predita de ter a intenção pelo segundo filho na PNAD de 2006 (Frequência Relativa / Densidade vs. Distribuição Normal)



Fonte: Elaboração própria.

GRÁFICO 14 – Distribuição da probabilidade predita de ter a intenção pelo segundo filho na PNAD de 2015 (Frequência Relativa / Densidade vs. Distribuição Normal)



Fonte: Elaboração própria.

É possível ver que as distribuições possuem pouca semelhança com uma distribuição normal. Por isso, para analisar a associação entre a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho e equidade de gênero na família (o segundo objetivo específico deste estudo), além de testados modelos de Regressão Linear Múltipla, tanto com a variável dependente original, como com a variável dependente logaritmizada, são utilizados modelos dos tipos Poisson e Binomial Negativo. Dentre estes dois últimos modelos, optou-se pela apresentação dos resultados dos modelos *Binomial Negativo*, uma vez que não assumem igualdade entre média e variância e possibilitam a modelagem de dados com superdispersão (*overdispersion*), sendo, dessa forma, um método que propicia maior flexibilização dos pressupostos. Utilizá-lo significa, portanto, garantir maior parcimônia na modelagem dos dados e confiança nos resultados encontrados (ATAKE; ALI, 2019; OSGOOD, 2000; PATERNOSTER *et al.*, 1997). Ainda assim, ressalta-se que os modelos Poisson ajustados encontraram os mesmos coeficientes e erros-padrão dos modelos Binomial Negativo.

Quanto às variáveis de controle, é importante ressaltar a existência de três variáveis sobre trabalho remunerado: 1) o número de horas dedicadas ao trabalho remunerado; 2) a parcela de horas de trabalho remunerado realizada pela mulher no total do casal (construída de forma análoga à variável explicativa); 3) se é ocupada ou não ocupada. Um modelo utilizando cada uma dessas variáveis é ajustado com o intuito de analisar se os resultados se mantêm ou variam conforme o tipo de controle por trabalho remunerado. Tendo em vista estas três diferentes variáveis de controle de trabalho remunerado e os três métodos de regressão utilizados (Binomial Negativo, Linear, e Linear com variável dependente logaritmizada), são no total, nove modelos ajustados para cada um dos anos em análise. Todos eles utilizam as seguintes variáveis de controle adicionais: Divisão Rural-Urbano (rural vs. urbano), Região (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), Raça/Cor (branca, preta, parda e outras raças), Idade Simples e Escolaridade (sem instrução, 1 a 7 anos, 8 a 10 anos, 11 a 14 anos e 15 anos ou mais).

5.3 Resultados

5.3.1 Resultados Descritivos

A Tabela 10 apresenta as estatísticas descritivas das amostras trabalhadas nos modelos finais (2006 e 2015). Expõe como as amostras se dividem segundo as variáveis categóricas, além do valor médio para as variáveis numéricas. Quanto à *probabilidade média estimada de ter a intenção de ter o segundo filho*, os resultados são muito próximos em ambos os anos. Em 2006, em média, a probabilidade predita é de 49,1%. Esse percentual cai para 44,2% em 2015, isto é, uma queda de praticamente 5% na variável *proxy* de intenções de fecundidade. Comparando as categorias da variável de equidade de gênero na família, observa-se que, em ambos os anos, *mulheres inseridas em contextos de menor equidade possuem uma probabilidade média de ter a intenção de ter o segundo filho levemente maior do que as mulheres com maior equidade de gênero na família*, 1,2% a mais em 2006 e 1,3% em 2015. Comparando a diferença dos percentuais entre os anos, assim como ocorreu para a média total, houve também queda dos percentuais em cada uma das categorias de equidade de gênero na família – sendo uma variação de 5% para a categoria de maior equidade e 5,1% para a categoria de menor equidade, valores muito próximos.

Em relação à variável explicativa de *Divisão do Trabalho Doméstico*, a composição é dada pela divisão quartílica apresentada na subseção anterior (a pequena variação nos percentuais ocorre devido aos cortes realizados nas bases). Assim como demonstrado em 5.2.2, vale lembrar que os Gráficos 11 e 12 mostram que as médias do percentuais de horas de trabalho doméstico não-remunerado realizado pela mulher (entre o casal) ficam entre 80 e 85%, o que revela a má distribuição das tarefas entre as mulheres e homens no Brasil.

No que tange às variáveis de controle, as mulheres dedicam, em média, por volta de 20 horas ao trabalho remunerado. Há um leve crescimento de 1,2% dessa média entre 2006 e 2015, saindo de 20,5 para 21,7%. Há um crescimento um pouco superior na variável de parcela de horas de trabalho remunerado das mulheres (entre o casal). Em 2006, a média era de 27,2%. Esse percentual cresce para 30,7% em 2015.

É possível confirmar, através dos resultados apresentados até aqui, o padrão apresentado na revisão da literatura, qual seja, o de que as mulheres dedicam mais tempo ao trabalho doméstico, ao passo que o inverso ocorre para o tempo dedicado ao trabalho remunerado, o qual é dominado pelos homens. Além disso, em 2006, mulheres ocupadas formam por volta de 54% da amostra, comparadas com os restantes 46% de não ocupadas. O percentual de ocupadas cai consideravelmente no período, sendo de apenas 42,5% em 2015 (vs. os 57,5% de não ocupadas). Portanto, se o percentual de ocupadas supera o de não ocupadas no primeiro ano de análise, o contrário ocorre para o segundo período.

Finalizando a descrição das amostras segundo as variáveis de controle, vê-se que a maioria das mulheres residem em áreas urbanas em detrimento das rurais, não tendo havido praticamente nenhuma variação entre os anos analisados. Há também maior percentual de mulheres nas regiões Sudeste e Nordeste, seguidas do Sul. Regiões Norte e Centro-Oeste são as com os menores percentuais. Os percentuais também são muito próximos em 2006 e 2015. Quanto à Raça/Cor, as brancas são as mais frequentes, seguidas de pardas e pretas, em ambos os períodos. Há, no entanto, uma queda de quase 7% no percentual de brancas, assim como um consequente aumento no percentual de pardas e pretas. Já em relação à idade média, mulheres com apenas um filho (que compõem estas amostras finais) possuem, respectivamente, 30,1 e 32,5 anos. A amostra ainda se divide quanto ao nível de escolaridade, de forma que, nos dois anos, a categoria mais frequente seja “11 a 14 anos” e a menos recorrente “Sem Instrução”. Há um aumento no percentual de mulheres nas duas categorias de escolaridade mais altas (11 a 14 anos e 15 anos

ou mais), o que indica melhorias nas condições de educação, e, conseqüentemente, na esfera pública.

TABELA 10 - Estatísticas Descritivas das Amostras Finais – PNADs 2006 e 2015
(continua)

| | Percentual/Média | |
|--|------------------|------|
| | 2006 | 2015 |
| <i>Probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho</i> | | |
| Média (total) | 49,1 | 44,2 |
| Média (entre Maior Equidade) | 48,2 | 43,2 |
| Média (entre Menor Equidade) | 49,4 | 44,5 |
| Divisão do Trabalho Doméstico | | |
| Maior Equidade | 23,8 | 20,0 |
| Menor Equidade | 76,2 | 80,0 |
| Horas de Trabalho Remunerado | | |
| Média | 20,5 | 21,7 |
| Par. de Horas de Trab. Rem. das Mulheres (%) | | |
| Média | 27,2 | 30,7 |
| Ocupação | | |
| Ocupada | 54,0 | 42,5 |
| Não Ocupada | 46,0 | 57,5 |
| Divisão Rural-Urbano | | |
| Rural | 14,3 | 13,4 |
| Urbano | 85,7 | 86,6 |
| Região | | |
| Norte | 6,5 | 6,8 |
| Nordeste | 24,1 | 25,8 |
| Centro-Oeste | 6,8 | 7,0 |
| Sudeste | 45,4 | 43,9 |
| Sul | 17,2 | 16,6 |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 10 - Estatísticas Descritivas das Amostras Finais – PNADs 2006 e 2015
(continuação)

| | Percentual/Média | |
|------------------------------|------------------|-------|
| | 2006 | 2015 |
| Raça/Cor | | |
| Branca | 55,2 | 48,3 |
| Preta | 6,3 | 8,8 |
| Parda | 38,0 | 42,2 |
| Outras Raças | 0,5 | 0,7 |
| Idade | | |
| Média | 30,1 | 32,5 |
| Nível de Escolaridade | | |
| Sem Instrução | 2,2 | 1,9 |
| 1 a 7 anos | 27,9 | 14,0 |
| 8 a 10 anos | 21,2 | 17,4 |
| 11 a 14 anos | 39,9 | 50,7 |
| 15 anos ou mais | 8,7 | 16,0 |
| Total (N) | 14377 | 12837 |

Fonte: Elaboração própria.

5.3.2 Resultados dos Modelos

Antes de apresentar os resultados dos modelos, é importante destacar alguns detalhes acerca dos ajustes. Apesar de o R^2 encontrado para cada um dos modelos de Regressão Linear ter sido elevado (aproximadamente 0,9), foram encontrados indícios de heteroscedasticidade e não normalidade dos resíduos. Os modelos Binomial Negativo (e também os Poisson, os quais não são apresentados aqui, porém, como já explicado, tiveram os mesmos coeficientes e erros-padrão) apresentaram boa qualidade de ajuste (análise de desvio dos resíduos). Foram também realizados testes chi-quadrado baseados em -2Log Likelihood , os quais encontraram que os modelos cheios (com a variável explicativa e todos os controles) estão melhor ajustados do que

os modelos incompletos testados (PHAN, 2016). Foi ainda testada multicolinearidade (VIF) entre as variáveis e não foi encontrado nenhum viés.

As Tabelas 11 e 12, respectivamente para os anos de 2006 e 2015, apresentam, ao final da seção, os coeficientes (β) e p-valores. Assim como foi feito na exibição dos resultados dos países desenvolvidos, este trabalho segue os recentes Editoriais da *The American Statistician* (WASSERTEIN; LAZAR, 2016), *Nature* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019) e *Demographic Research* (BIJAK, 2019), os quais indicam a exibição de p-valores contínuos (ou intervalos de confiança) em detrimento da forma discreta ($***p < 0,01$, $**p < 0,05$ ou $*p < 0,1$)⁵⁵.

Independentemente do método de regressão ou da variável de controle sobre trabalho remunerado, *possuir maior equidade na divisão do trabalho doméstico diminui a probabilidade da mulher ter a intenção de ter o segundo filho, em comparação com menor equidade. Este padrão de resultados é encontrado para ambos os anos de 2006 e 2015. Logo, seja no mesmo ano de realização da PNDS (2006), base a partir da qual gerou-se a variável dependente predita, seja em um período mais recente (2015), os resultados encontrados para o Brasil sugerem, com elevado nível de certeza (pelo menos no que tange à discussão acerca da “significância estatística, dados os baixos p-valores, menores, em sua grande maioria, inclusive que os tradicionalmente estabelecidos $***p < 0,01$, $**p < 0,05$ ou $*p < 0,1$)⁵⁶, a observância da hipótese alternativa deste estudo.*

Este resultado confirma as descritivas apresentadas na seção anterior, as quais mostram que a probabilidade média de ter a intenção de ter o segundo filho é menor entre as mulheres com maior do que com menor equidade. Essa mesma descritiva mostrou que a diferença entre os grupos foi pequena. Essa diferença também está em consonância com os baixos coeficientes dos modelos. O maior efeito encontrado foi -0,013 para o Modelo 1, Binomial Negativo, o qual utilizou horas em trabalho remunerado como controle no ano de 2006; no ano de 2015, o maior efeito também foi encontrado para este mesmo Modelo 1, sendo o coeficiente igual a -0,010.

⁵⁵ Para mais informações, consultar o Apêndice deste estudo, assim como as referências citadas.

⁵⁶ As Tabelas 11 e 12 mostram que quase a totalidade dos coeficientes é acompanhada de pequenos p-valores ($***p < 0,01$, $**p < 0,05$ ou $*p < 0,1$), o que os denotariam como “estatisticamente significativos”. Evita-se, no entanto, utilizar tal termo ao longo do texto, com o intuito de seguir em conformidade com a literatura discutida em mais detalhes no Apêndice. Essas recentes referências debatem que mesmo quando os p-valores forem maiores que limites como 0,05 ou 0,1, os mesmos não devem ser descartados, mas discutidos, sem perder de vista outros fatores influenciadores, como, por, exemplo, o número de casos da amostra.

Portanto, além de todos eles serem negativos para “Maior Equidade”, o fato de os efeitos serem pequenos surge como um segundo padrão nos resultados.

Quanto às variáveis de controle relacionadas à trabalho remunerado, observa-se, em ambos os períodos, um efeito positivo na probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho. Quanto maior o número de horas de trabalho remunerado ou quanto maior a parcela de horas de trabalho remunerado realizado pela mulher (entre o casal), maiores são as probabilidades de ter a intenção de ter o segundo filho. Ademais, estar ocupada (vs. não estar ocupada) aumenta esta mesma probabilidade. *Tais resultados sugerem a existência de um efeito renda*, de forma semelhante ao encontrado para os países desenvolvidos (todos os resultados apresentaram p-valor igual a 0, logo, um elevado nível de certeza). Dentre estes três controles de trabalho remunerado, a parcela de horas realizada pela mulher é a que apresenta os coeficientes mais elevados nos dois anos analisados.

Em relação às demais variáveis de controle, ser de área rural aumenta a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho, comparado à zonas urbanas. Já quanto à região, todas as categorias apresentaram um efeito negativo em relação à Centro-Oeste (referência). Todos estes resultados são válidos para todos os nove modelos e para ambos os períodos de 2006 e 2015, assim como são sempre acompanhados de baixos p-valores (quase sempre iguais à 0).

Ser de raça preta ou parda diminui a probabilidade de ter intenções de ter o segundo filho, em relação à raça branca (nos dois anos investigados). E, quanto maior a idade, maior é o efeito negativo sobre a variável resposta, isto é, ter idades mais avançadas diminui a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho, o que também está em consonância com os resultados dos países desenvolvidos, assim como com a literatura discutida (PHILIPPOV *et al.*, 2004; PHILIPPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; RÉGNIER-LOILIER, 2006; LIEFBROER, 2009). Os resultados concernentes à Raça/Cor e Idade se mantêm independentemente do ano analisado ou do modelo ajustado. Os baixos p-valores garantem também elevado nível de certeza nos resultados destas duas variáveis de controle.

Por fim, no que tange à escolaridade, comparado à sem instrução (referência), nos modelos Binomial Negativo, em ambos os períodos, ter de 1 a 7 ou 8 a 10 anos de estudo, diminui as intenções de fecundidade. Ter entre 11 e 14 ou 15 anos ou mais, entretanto, aumenta a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho. Os efeitos positivos dessas duas categorias de escolaridade mais elevadas estão em consonância com os também positivos

coeficientes encontrados para as variáveis de trabalho remunerado, e também convergem com a discussão sobre efeito positivo da renda (HEILAND; PRSKAWETZ; SANDERSON, 2005; MYRSKYLÄ; KOHLER; BILLARI, 2009; THÉVENON; LUCI-GREULICH, 2013; TESTA, 2014; FOX; KLÜSENER; MYRSKYLÄ, 2019). Os mesmos efeitos positivos são observados nos modelos de regressão linear (4 a 9) para essas duas categorias de escolaridade mais elevada (os p-valores encontrados são baixos e sugerem elevado nível de certeza dos resultados).

TABELA 11 – Coeficientes e p-valores dos modelos ajustados com a PNAD – 2006
(continua)

| | Binomial Negativo | | | Regressão Linear | | | Regressão Linear (variável logaritmizada) | | |
|---|-------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---|---------------|---------------|
| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 |
| | β | β | β | β | β | β | β | β | β |
| <i>Intercepto</i> | 0,703 | 0,700 | 0,702 | 1,142 | 1,076 | 1,140 | 0,864 | 0,866 | 0,863 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Divisão do Trabalho Doméstico | | | | | | | | | |
| Maior equidade | -0,013 | -0,010 | -0,009 | -0,004 | -0,003 | -0,003 | -0,003 | -0,002 | -0,002 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,007 | p = 0,031 | p = 0,039 | p = 0,014 | p = 0,061 | p = 0,067 |
| Menor equidade (referência) | | | | | | | | | |
| Horas em Trabalho Remunerado | 0,004 | | | 0,002 | | | 0,001 | | |
| | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | |
| Parcela de Horas de Trab. Rem. da Mulher | | 0,259 | | | 0,112 | | | 0,077 | |
| | | p = 0,000 | | | 0,000 | | | p = 0,000 | |
| Ocupação | | | | | | | | | |
| Ocupada | | | 0,185 | | | 0,078 | | | 0,055 |
| | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 |
| Não ocupada (referência) | | | | | | | | | |
| Divisão Rural-Urbano | | | | | | | | | |
| Rural | 0,143 | 0,139 | 0,130 | 0,082 | 0,081 | 0,077 | 0,052 | 0,051 | 0,048 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Urbano (referência) | | | | | | | | | |
| Região | | | | | | | | | |
| Nordeste | -0,034 | -0,036 | -0,039 | -0,016 | -0,016 | -0,017 | -0,011 | -0,011 | -0,012 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Norte | -0,043 | -0,041 | -0,043 | -0,018 | -0,018 | -0,018 | -0,013 | -0,013 | -0,013 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,002 | p = 0,006 | p = 0,002 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Sudeste | -0,170 | -0,165 | -0,171 | -0,085 | -0,085 | -0,085 | -0,056 | -0,054 | -0,056 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Sul | -0,135 | -0,127 | -0,137 | -0,070 | -0,070 | -0,071 | -0,045 | -0,043 | -0,046 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Centro-Oeste (referência) | | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 11 – Coeficientes e p-valores dos modelos ajustados com a PNAD – 2006
(continuação)

| | Binomial Negativo | | | Regressão Linear | | | Regressão Linear (variável logaritimizada) | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|--|----------------------------|----------------------------|
| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 |
| | β | β | β | β | β | β | β | β | β |
| Raça/Cor | | | | | | | | | |
| Preta | -0,190 p = 0,000 | -0,189 p = 0,000 | -0,193 p = 0,000 | -0,087 p = 0,000 | -0,087 p = 0,000 | -0,088 p = 0,000 | -0,059 p = 0,000 | -0,059 p = 0,000 | -0,059 p = 0,000 |
| Parda | -0,040 p = 0,000 | -0,043 p = 0,000 | -0,042 p = 0,000 | -0,019 p = 0,000 | -0,019 p = 0,000 | -0,020 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 |
| Outras raças | 0,158 p = 0,000 | 0,168 p = 0,000 | 0,149 p = 0,000 | 0,093 p = 0,000 | 0,093 p = 0,000 | 0,089 p = 0,000 | 0,059 p = 0,000 | 0,061 p = 0,000 | 0,056 p = 0,000 |
| Branca (referência) | | | | | | | | | |
| Idade | | | | | | | | | |
| | -0,049 p = 0,000 | -0,048 p = 0,000 | -0,049 p = 0,000 | -0,021 p = 0,000 | -0,021 p = 0,000 | -0,021 p = 0,000 | -0,015 p = 0,000 | -0,015 p = 0,000 | -0,016 p = 0,000 |
| Escolaridade | | | | | | | | | |
| 1 a 7 anos | -0,009 p = 0,025 | -0,012 p = 0,007 | -0,014 p = 0,001 | 0,002 p = 0,599 | 0,002 p = 0,722 | 0,001 p = 0,907 | 0,000 p = 0,968 | -0,002 p = 0,963 | -0,001 p = 0,753 |
| 8 a 10 anos | -0,005 p = 0,191 | -0,008 p = 0,072 | -0,010 p = 0,016 | 0,002 p = 0,733 | 0,002 p = 0,741 | 0,000 p = 0,927 | -0,004 p = 0,908 | -0,004 p = 0,923 | -0,002 p = 0,626 |
| 11 a 14 anos | 0,067 p = 0,000 | 0,064 p = 0,000 | 0,058 p = 0,000 | 0,024 p = 0,000 | 0,024 p = 0,000 | 0,020 p = 0,000 | 0,017 p = 0,000 | 0,018 p = 0,000 | 0,015 p = 0,000 |
| 15 anos ou mais | 0,066 p = 0,000 | 0,067 p = 0,000 | 0,051 p = 0,000 | 0,019 p = 0,000 | 0,019 p = 0,000 | 0,013 p = 0,000 | 0,015 p = 0,000 | 0,017 p = 0,000 | 0,011 p = 0,008 |
| Sem Instrução (referência) | | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 12 – Coeficientes e p-valores dos modelos ajustados com a PNAD – 2015
(continua)

| | Binomial Negativo | | | Regressão Linear | | | Regressão Linear (variável logaritmizada) | | |
|---|-------------------|---------------|---------------|------------------|---------------|---------------|---|---------------|---------------|
| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 |
| | β | β | β | β | β | β | β | β | β |
| <i>Intercepto</i> | 0,911 | 0,913 | 0,905 | 1,197 | 1,202 | 1,194 | 0,912 | 0,914 | 0,909 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Divisão do Trabalho Doméstico | | | | | | | | | |
| Maior equidade | -0,010 | -0,008 | -0,009 | -0,004 | -0,004 | -0,004 | -0,003 | -0,002 | -0,003 |
| | p = 0,073 | p = 0,188 | p = 0,115 | p = 0,021 | p = 0,031 | p = 0,014 | p = 0,033 | p = 0,082 | p = 0,031 |
| Menor equidade (referência) | | | | | | | | | |
| Horas em Trabalho Remunerado | 0,004 | | | 0,002 | | | 0,001 | | |
| | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | |
| Parcela de Horas de Trab. Rem. da Mulher | | 0,243 | | | 0,098 | | | 0,068 | |
| | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | |
| Ocupação | | | | | | | | | |
| Ocupada | | | 0,188 | | | 0,072 | | | 0,051 |
| | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 | | | p = 0,000 |
| Não ocupada (referência) | | | | | | | | | |
| Divisão Rural-Urbano | | | | | | | | | |
| Rural | 0,165 | 0,159 | 0,160 | 0,082 | 0,081 | 0,081 | 0,054 | 0,053 | 0,052 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Urbano (referência) | | | | | | | | | |
| Região | | | | | | | | | |
| Nordeste | -0,020 | -0,028 | -0,021 | -0,011 | -0,013 | -0,011 | -0,007 | -0,009 | -0,008 |
| | p = 0,012 | p = 0,000 | p = 0,006 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Norte | -0,026 | -0,030 | -0,023 | -0,012 | -0,014 | -0,011 | -0,009 | -0,010 | -0,008 |
| | p = 0,004 | p = 0,001 | p = 0,009 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Sudeste | -0,161 | -0,162 | -0,159 | -0,077 | -0,076 | -0,076 | -0,051 | -0,051 | -0,050 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Sul | -0,133 | -0,126 | -0,130 | -0,065 | -0,063 | -0,064 | -0,043 | -0,042 | -0,043 |
| | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 | p = 0,000 |
| Centro-Oeste (referência) | | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

TABELA 12 – Coeficientes e p-valores dos modelos ajustados com a PNAD – 2015
(continuação)

| | Binomial Negativo | | | Regressão Linear | | | Regressão Linear (variável logaritmizada) | | |
|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|----------------------------|---|----------------------------|----------------------------|
| | Modelo 1 | Modelo 2 | Modelo 3 | Modelo 4 | Modelo 5 | Modelo 6 | Modelo 7 | Modelo 8 | Modelo 9 |
| | β | β | β | β | β | β | β | β | β |
| Raça/Cor | | | | | | | | | |
| Preta | -0,200 p = 0,000 | -0,201 p = 0,000 | -0,200 p = 0,000 | -0,084 p = 0,000 | -0,085 p = 0,000 | -0,085 p = 0,000 | -0,058 p = 0,000 | -0,059 p = 0,000 | -0,058 p = 0,000 |
| Parda | -0,044 p = 0,000 | -0,043 p = 0,000 | -0,045 p = 0,000 | -0,019 p = 0,000 | -0,019 p = 0,000 | -0,019 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 | -0,013 p = 0,000 |
| Outras raças | 0,115 p = 0,004 | 0,132 p = 0,002 | 0,118 p = 0,003 | 0,069 p = 0,000 | 0,074 p = 0,000 | 0,071 p = 0,000 | 0,044 p = 0,000 | 0,048 p = 0,000 | 0,046 p = 0,000 |
| Branca (referência) | | | | | | | | | |
| Idade | -0,057 p = 0,000 | -0,057 p = 0,000 | -0,057 p = 0,000 | -0,023 p = 0,000 | -0,023 p = 0,000 | -0,023 p = 0,000 | -0,017 p = 0,000 | -0,017 p = 0,000 | -0,017 p = 0,000 |
| Escolaridade | | | | | | | | | |
| 1 a 7 anos | -0,032 p = 0,152 | -0,031 p = 0,200 | -0,034 p = 0,119 | -0,005 p = 0,401 | -0,003 p = 0,636 | -0,005 p = 0,340 | -0,004 p = 0,354 | -0,003 p = 0,585 | -0,005 p = 0,309 |
| 8 a 10 anos | -0,023 p = 0,290 | -0,017 p = 0,460 | -0,022 p = 0,306 | -0,005 p = 0,351 | -0,002 p = 0,778 | -0,005 p = 0,409 | -0,006 p = 0,222 | -0,003 p = 0,571 | -0,005 p = 0,262 |
| 11 a 14 anos | 0,073 p = 0,001 | 0,081 p = 0,000 | 0,073 p = 0,001 | 0,020 p = 0,001 | 0,024 p = 0,000 | 0,020 p = 0,000 | 0,015 p = 0,001 | 0,019 p = 0,000 | 0,015 p = 0,000 |
| 15 anos ou mais | 0,120 p = 0,000 | 0,131 p = 0,000 | 0,113 p = 0,000 | 0,028 p = 0,001 | 0,033 p = 0,000 | 0,025 p = 0,000 | 0,023 p = 0,000 | 0,028 p = 0,000 | 0,021 p = 0,000 |
| Sem Instrução (referência) | | | | | | | | | |

Fonte: Elaboração própria.

6 DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Este trabalho buscou investigar a associação entre intenções de fecundidade e equidade de gênero na família em um conjunto de países desenvolvidos e no Brasil. Tendo em vista a ausência de uma base de dados que contemplasse as variáveis analisadas para todos os países presentes neste estudo, foram realizadas duas investigações empíricas distintas, a partir de também diferentes fontes de dados e metodologias. No caso do Brasil, adiciona-se a limitação de não haver, numa única base de dados, as variáveis dependente e explicativa. Por isto, este estudo também propõe uma metodologia de imputação de uma variável que funciona como *proxy* de intenções de fecundidade.

O arcabouço teórico principal deste trabalho discute que, em contextos de fecundidade baixa e maior nível de desenvolvimento, há uma associação positiva entre fecundidade e equidade de gênero na família (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020). No que tange à divisão dos afazeres domésticos, a partir de diferentes modelos ajustados para um conjunto de dez países com maior nível de desenvolvimento, foram encontrados indícios de que esta associação é verdadeira. Isto é, famílias com maior divisão entre mulheres e homens neste conjunto de tarefas tendem a apresentar maiores intenções de fecundidade. No entanto, o padrão de resultados encontrado para a outra variável explicativa sugere a associação inversa, qual seja, famílias com menor equidade de gênero no cuidado com filhos possuem maiores intenções de fecundidade. Antes de prosseguir com a discussão destes resultados, vale aqui ressaltar uma limitação desta análise dos países desenvolvidos. Tendo em vista as já bastante reduzidas amostras, tornou-se inviável o ajuste de modelos separados para mulheres e homens. Por isso, utiliza-se como estratégia o ajuste de modelos no nível micro da família, controlando pelo sexo do respondente (DOMMERMUTH; HOHMANN-MARRIOTT; LAPPEGÅRD, 2017).

Há, portanto, indícios de que a primeira hipótese deste trabalho (*H1*), baseada no arcabouço teórico principal aprofundado em 3.2, se sustenta apenas para os afazeres domésticos. De forma contrária, no que tange aos cuidados com filhos, os resultados sugerem, de forma consistente,

a hipótese alternativa, *HA* (HAKIM, 2002; TORR; SHORT, 2004). Sobre esta, no que se refere às preferências individuais relativas a trabalho e família, Hakim (2002) destaca a existência de um grupo de mulheres com viés orientado à família, isto é, que prioriza ambos os filhos e o ambiente familiar. Nesse sentido, Torr e Short (2004) destacam a possibilidade de mulheres que realizam (quase) todo o trabalho doméstico serem mais orientadas ao ambiente familiar, e, por conseguinte, possuírem maior probabilidade de ter filhos. Contudo, como mostram os resultados combinados de ambas as variáveis explicativas, essa maior orientação à família (aqui ilustrado por *menor equidade*), como mecanismo de aumentar a fecundidade, ocorre apenas em cuidados com filhos, não afazeres domésticos.

Por conseguinte, no cômputo geral, e no que tange ao aumento da fecundidade, os resultados parecem indicar uma priorização dos cuidados filhos em detrimento aos afazeres domésticos. Isto é, a diminuição do tempo alocado pelas mulheres em afazeres (maior equidade) em paralelo ao aumento do tempo alocado em cuidado com os filhos (menor equidade) sugere o aumento das intenções de fecundidade, e, conseqüentemente da fecundidade observada, tendo em vista a proximidade entre intenções de fecundidade e comportamento reprodutivo, especialmente em contextos de elevada disponibilidade de métodos contraceptivos (WESTOFF; RYDER, 1977; SCHOEN *et al.*, 1999; BONGAARTS, 2001; PHILIPOV; BERNARDI, 2011; PHILIPOV; SPÉDER; BILLARI, 2006; HAYFORD, 2009; BALBO; BILLARI; MILLS, 2013; TESTA, 2012b; RAYBOULD; SEAR, 2020).

Sendo assim, os resultados da primeira investigação empírica desta tese vão ao encontro da discussão (realizada em 3.3) acerca da percepção dos indivíduos quanto aos afazeres domésticos e cuidados com filhos. Segundo esta literatura, ao passo em que as atividades de cuidado com filhos são geralmente percebidas como mais prazerosas (*enjoyable*) e gratificantes (*rewarding*), distanciando-as, portanto, de percepções de injustiça e iniquidade, afazeres domésticos são avaliados, em maior medida, de forma negativa, logo, interpretados como atividades chatas, e conectados a sentimentos de injustiça e iniquidade (KOSTER *et al.*, 2021; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000). As probabilidades preditas calculadas para a tipologia de famílias proposta no Gráfico 9 reforçam o argumento aqui traçado. De uma forma geral, *encontrou-se que as mulheres com as mais elevadas intenções de fecundidade são aquelas com maior equidade de gênero nos afazeres domésticos e menor equidade nos cuidados com filhos.*

Portanto, maior equidade de gênero na família, como mecanismo de aumentar a fecundidade (premissa básica do arcabouço teórico principal), deve ocorrer nos afazeres domésticos, isto é, naquelas atividades percebidas de forma negativa, e que, conseqüentemente, transmitem sentimentos de injustiça/iniquidade. Havendo maior equidade neste tipo de tarefa, o que, conseqüentemente, cria maior espaço para a realização de outras atividades, os resultados parecem sugerir que as mulheres que realizam, em alta escala, as atividades de cuidados com filhos, exatamente pelo fato destas serem mais prazerosas e gratificantes, acabam por apresentar maiores intenções pelo segundo filho. Como ressaltam Koster *et al.* (2021), na medida em que cuidados com os filhos são percebidos como prazerosos e gratificantes, maior tempo dispensado a estas atividades pode aumentar o sentimento de justiça ou equidade (ao invés de injustiça ou iniquidade). Dessa forma, é possível pensar que, a partir do ponto no qual se adquire maior equidade nas atividades mais recorrentemente avaliadas como negativas e associadas a sentimentos de injustiça (os afazeres domésticos), menor equidade em cuidados com filhos, e, portanto, maior tempo dispensado a estas atividades, aumenta a percepção de justiça e equidade, o que, em última instância, aumenta as intenções de fecundidade. Concluindo, no mesmo sentido, os resultados sugerem que a maior participação masculina em afazeres domésticos, comparado a cuidado com filhos, é, de fato, mais benéfica à redução do sentimento de iniquidade e também do conflito trabalho-família entre as mulheres, e, por conseguinte, é aquela que impacta positivamente na decisão de ter o segundo filho (KOSTER *et al.*, 2021; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000).

Para se analisar o contexto brasileiro, foi necessário, primeiramente, a construção da variável *probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho. Independentemente do modelo ajustado, os resultados indicaram que maior equidade de gênero na família diminui a probabilidade de ter a intenção de ter o segundo filho (HA)*. No caso do Brasil, tendo em vista a forma de redação da pergunta na PNAD, a variável explicativa de equidade de gênero na família engloba o número de horas de trabalho doméstico dispensado tanto aos afazeres domésticos, quanto aos cuidados com filhos. Isto é, diferente da investigação empírica focada nos países de maior desenvolvimento, não é possível separar esses dois tipos de tarefas. Por consequência, também não é possível realizar a discussão desses resultados sob a luz da literatura que trata das distintas percepções sobre afazeres e cuidado com filhos (KOSTER *et al.*, 2021; NEYER;

LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000).

Uma primeira possível explicação para os resultados encontrados para o Brasil toma como premissa o argumento base da hipótese alternativa, qual seja, é possível que mulheres que fazem todo ou quase todo o trabalho doméstico (afazeres + cuidados) sejam mais orientadas à esfera do domicílio, o que pode aumentar as chances de pretenderem ter o segundo filho (HAKIM, 2002; TORR; SHORT, 2004). Esta abordagem pode ser pensada como uma explicação (alternativa ao arcabouço teórico principal) não só para o contexto brasileiro, mas também para as demais evidências empíricas (discutidas em 3.3) que encontraram maior fecundidade ou intenções de fecundidade entre as famílias de menor equidade de gênero. De forma geral, o aprofundamento teórico acerca dos mecanismos que explicam essa associação ocorre apenas quando são encontrados resultados positivos, sendo estes “encaixados”, automaticamente, no arcabouço principal (MCDONALD, 2000a; MCDONALD, 2000b; GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015; RAYBOULD; SEAR, 2020). Aqueles estudos que encontram uma relação negativa entre as variáveis pouco se aprofundam nas possíveis explicações para tal resultado.

Por isto, na medida em que esta tese também não encontra apenas a primeira hipótese, ela não se furta em tentar explicar os resultados a partir de mecanismos alternativos, os quais, em alguns casos, podem ser analisados até mesmo como complementares ao arcabouço teórico principal, vide o que ocorre para a primeira investigação empírica deste trabalho. No caso dos países desenvolvidos, como já aprofundado, encontrou-se que o arcabouço teórico principal explicaria a relação entre as variáveis apenas no tocante aos afazeres domésticos, mas não aos cuidados com filhos. A literatura que apresenta as diferenças de percepções dos indivíduos acerca destes dois tipos de atividades, de forma complementar ao arcabouço principal, pode explicar os resultados (KOSTER *et al.*, 2021; MCDONNELL, 2015; NEYER; LAPPEGÅRD; VIGNOLI, 2013; SULLIVAN, 2013; POORTMAN; VAN DER LIPPE, 2009; COLTRANE, 2000). Se afazeres domésticos estão usualmente associados à avaliações negativas e sentimentos de iniquidade, e se cuidados com filhos são geralmente considerados prazerosos e gratificantes, o que, por consequência, aumenta a percepção de justiça, faz sentido que as maiores intenções de fecundidade sejam encontradas entre as mulheres que alocam menos tempo com afazeres e, conseqüentemente, veem sobrar maior tempo para o cuidado com filhos.

No caso do padrão de resultados encontrados para o Brasil, como colocado, uma primeira possível explicação, neste caso, apenas alternativa, se origina do argumento teórico que é base de construção da própria hipótese alternativa (HAKIM, 2002; TORR; SHORT, 2004). Já a segunda forma de se interpretar os resultados para o Brasil está diretamente vinculada ao arcabouço teórico principal. A explicação passa pela análise de que o Brasil não se encontra no mesmo estágio da curva em formato de U que explica a relação entre fecundidade e equidade de gênero (nas esferas pública e privada). Isto é, apesar de o Brasil apresentar níveis de fecundidade muito próximos aos dos países de maior desenvolvimento, estes últimos estão à frente no que tange a indicadores gerais de desenvolvimento, como o *Gender Inequality Index* (GII) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ambos apresentados no Gráfico 7 e discutidos em 3.2. Assim, o arcabouço teórico desenvolvido para explicar a relação entre as variáveis nos países desenvolvidos não explicaria a associação em países em desenvolvimento atrasados nessa curva, como é o caso do Brasil. É o que também pontua McDonald (2013). Segundo o autor, a teoria de equidade de gênero parece ser melhor testada através da análise do comportamento de mulheres com níveis de capital humano mais elevados, caso dos países com maiores níveis de desenvolvimento.

Os resultados encontrados para a Geórgia, país mais próximo do Brasil em termos do GII e IDH (vide o citado Gráfico 7 em 3.2), sugerem que as mulheres com maior equidade nos dois tipos de atividades (afazeres e cuidados com filhos) são as que apresentam as menores intenções de fecundidade dentre os quatro perfis de família (Gráfico 9). Ainda que sejam resultados provenientes de uma investigação empírica distinta, e, portanto, que não permitem comparação direta, estão em consonância com os resultados encontrados para o Brasil, isto é, ambos sugerem que maior equidade em afazeres e cuidados está associada a menores intenções de fecundidade. *Ressaltando novamente a limitação das análises não serem diretamente comparáveis, em suma, o conjunto de resultados sugere que, quanto menor o desenvolvimento geral (IDH + GII) dos países, mais difícil é para o arcabouço teórico principal explicar os resultados.*

Como um último ponto sobre a análise do Brasil, é preciso ressaltar a limitação relacionada à inexistência das variáveis numa mesma base de dados. Diferente dos outros estudos referenciados ao longo do trabalho e da própria análise dos países desenvolvidos, a variável dependente no Brasil não é uma medida direta de intenções de fecundidade, mas uma *proxy*.

Nesse sentido, é possível que os baixos efeitos encontrados sejam decorrentes do fato de a variável tratar de uma probabilidade predita imputada. Esses pequenos efeitos também poderiam ser um indicativo de uma possível falta de associação entre as variáveis no Brasil, *o que reforçaria o argumento de que o arcabouço teórico principal não explica (ou possui dificuldades em explicar) a associação em países de menor desenvolvimento, ainda que estes apresentem os mesmos níveis de fecundidade*. Em que pese estes pequenos efeitos, até então, não havia sido realizada qualquer investigação acerca do tema para o Brasil, sendo, por conseguinte, uma primeira tentativa, embasada teórica e metodologicamente, de explicar a relação neste contexto específico.

Para fechar a linha argumentativa apresentada até aqui, como apresentado em 3.3, se no nível macro, os trabalhos tendem a encontrar, consistentemente, a relação positiva discutida pelo arcabouço principal, no nível micro, há maior heterogeneidade nos resultados. De forma convergente, McDonald (2013) discute que, ao se comparar famílias dentro de um mesmo país, maiores níveis de equidade de gênero não necessariamente estão associados à maior fecundidade. Por outro lado, no nível macro, a teoria tende a se encaixar melhor. Tendo isso em vista, vale aqui reforçar que os próprios resultados desta tese também se encaixam, de alguma forma, nesse cenário de heterogeneidade apresentado em 3.3. *Apesar dos resultados serem consistentes entre si, como visto pelos padrões encontrados em cada variável analisada isoladamente, eles variam entre as duas investigações empíricas (países desenvolvidos vs. Brasil)*. Além das explicações já aprofundadas ao longo deste Capítulo, estas variações podem também decorrer (pelo menos em parte) do uso de distintas variáveis, especialmente as de equidade de gênero na família, conforme também discutido em 3.3 (LAPPEGÅRD; NEYER; VIGNOLI, 2021; PUUR *et al.*, 2008; WESTOFF; HIGGINS, 2009; MIETTINEN; BASTEN; ROTKIRCH, 2011). Afinal, segundo Westoff e Higgins (2009), para algumas variáveis, em alguns países, fecundidade e equidade de gênero na família parecem ter associação positiva; já para outras variáveis, em outros países, a relação parece ser negativa. Isto é, uma associação ser positiva ou negativa, dada a heterogeneidade histórica entre os resultados, pode estar diretamente relacionada à forma com as perguntas são feitas. Por isso, é preciso cautela quanto à interpretação e irrestrita generalização dos resultados. Este é um ponto norteador desta tese. Em que pese tenham sido encontrados padrões claros entre os resultados, e ainda que estes resultados sejam plenamente “encaixáveis” em possíveis mecanismos de explicação, vide o exposto acima, é preciso entender que a própria literatura ressalta a complexidade do tema, não

só por todo um emaranhado de contextos e situações sociais que ele envolve, mas também pelo fato de uma “simples” mudança na redação de uma pergunta ter a capacidade de mudar o entendimento acerca da relação entre fecundidade e equidade de gênero na família.

Isso posto, este estudo não possui a pretensão de formular conclusões definitivas. Ele, na verdade, contribui, primeiro, ao propor uma possível existência de padrões na associação entre fecundidade e equidade de gênero na família, padrões possivelmente explicados pelos mecanismos já aprofundados. Contribui também ao discutir um cenário inédito (Brasil), o que, por consequência, amplia o escopo de investigação para além daqueles países para os quais o arcabouço teórico principal foi desenvolvido (RAYBOULD; SEAR, 2020). Além disso, na impossibilidade de trabalhar com uma única base de dados de mulheres brasileiras (que contemple todas as variáveis necessárias), propõe uma abordagem metodológica (*Machine Learning*) que pode ser eventualmente adaptada para outros tipos de análises demográficas. Investigações como esta podem contribuir também para reforçar a necessidade da ampliação dos inquéritos e *surveys* realizados no Brasil e em outros países de menor nível de desenvolvimento, de forma que se possa melhor inserir estes contextos em discussões sobre temáticas até então pouco investigados.

Como agendas de pesquisa futura, propõe-se que se realize investigações semelhantes para ambos os contextos de países desenvolvidos e em desenvolvimento a partir de uma mesma fonte de dados, o que permitiria comparação direta dos resultados. Ainda que esta tese tenha identificado um paralelo entre os resultados de suas duas análises empíricas, as diferenças nas variáveis não permitem comparações diretas. Além disso, que sigam sendo desenvolvidos trabalhos nesta temática com dados de países em desenvolvimento de fecundidade baixa. A investigação nesse tipo de cenário é ainda incipiente, e a literatura sobre o tema, assim como as discussões político-sociais provenientes destas, tendem a se expandir a partir de novos achados. Por fim, como discutido, os resultados deste trabalho confirmam, em alguma medida, a heterogeneidade existente entre as evidências empíricas sobre o tema, o que reforça, por conseguinte, a necessidade de que novas análises, a partir de diferentes conjuntos de dados e metodologias, sejam realizadas. E, também de forma convergente a estas evidências empíricas (3.3), os resultados deste trabalho indicam que tentar prover qualquer tipo de conclusão assertiva, quem sabe, definitiva, acerca do tema, seja a confirmação, ou a contestação do arcabouço teórico principal, é uma tarefa árdua, tendo em vista as diferenças não só entre as variáveis nos *surveys* disponíveis (RAYBOULD; SEAR, 2020), mas também em razão das

variações culturais entre as populações comparadas (LAPPEGÅRD; NEYER; VIGNOLI, 2021). No caso dos países desenvolvidos, as pequenas amostras adicionam uma outra camada de complexidade à tentativa de provisão de conclusões mais assertivas. Por isso, em que pese a “falta de significância estatística” encontrada para alguns dos resultados poder ser decorrente unicamente do reduzido tamanho das amostras, com o objetivo de demonstrar o menor ou maior grau de incerteza, são priorizados termos como “indícios”, “os resultados sugerem...”, entre outros. Ademais, como feito ao longo dos subcapítulos de Resultados, foca-se, majoritariamente, em discutir a direção da associação encontrada, isto é, os padrões e narrativas encontrados, e, em menor nível, o significado estatístico (LAPPEGÅRD; NEYER; VIGNOLI, 2021; AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008). Tudo isso posto, a discussão dos resultados é feita com bastante parcimônia e transparência.

Como último ponto de debate, para além da discussão acerca dos possíveis mecanismos que explicam os resultados encontrados, este trabalho propõe uma reflexão adicional sobre o arcabouço teórico principal. McDonald (2000a) versa sobre como maior suporte institucional, enquanto medida de elevação da equidade de gênero na família, pode diminuir o conflito trabalho-família, o que, conseqüentemente, possui o efeito de aumentar a fecundidade. Ainda que falhe em contemplar *o fator normas de gênero e a complexidade dos sistemas de gênero* posteriormente ressaltados por Goldscheider, Bernhardt & Lappegård (2015), o trabalho de McDonald (2000a) é essencial para o debate e para o início da construção de um estado da arte sobre o tema. Antes do autor, muito se debatia sobre a participação feminina no mercado de trabalho, isto é, equidade de gênero na esfera pública, porém, um menor número de trabalhos discutia sobre equidade de gênero no nível da família (Folbre, 1983). Tendo isso em vista, é preciso ressaltar a importância de McDonald (2000a). Ele parece funcionar como um catalisador da produção acadêmica sobre o tópico. A partir de McDonald (2000a), *equidade de gênero no nível da família* passa a ganhar cada vez mais relevância em discussões populacionais, e sua relação com fecundidade ganha intenso protagonismo nos estudos voltados a explicar o processo de transição da fecundidade, principalmente nos estágios mais avançados, isto é, de fecundidade baixa.

Ao revisar a literatura sobre este tema, ainda que tenham sido encontradas algumas citações e discussões sobre McDonald (2000a) em trabalhos recentes, muitos estudos não se aprofundam

nessa teoria. Alguns estudos sequer o citam; iniciam suas seções de revisão teórica já a partir da *Revolução de Gênero* (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015; ESPING-ANDERSEN; BILLARI, 2015). Portanto, ainda que não seja uma teoria completa, e ainda que, de fato, não tenha considerado um ponto central acerca do contexto social de gênero (assim como o próprio autor admitiu mais tarde), o trabalho de McDonald (2000a) é um importante ponto de partida, com grande relevância para o desenvolvimento de outras teorias, como a própria Revolução de Gênero, a qual surge preenchendo os *gaps* deixados por McDonald (2000a).

Além disso, apesar de suas lacunas, McDonald (2000a) não está necessariamente errado em sua argumentação, mas incompleto, uma vez que suporte institucional possui alguma capacidade de diminuir o conflito trabalho-família, e, conseqüentemente, aumentar a fecundidade (vide evidências apresentadas em 3.3). *Ele (suporte institucional), na verdade, não é suficiente.* A própria Revolução de Gênero não desconsidera a importância do suporte institucional nesse processo (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGÅRD, 2015). O ponto central da Revolução de Gênero é que, na verdade, são as mudanças no comportamento da família, e, em última instância, a maior participação masculina em tarefas domésticas não remuneradas, os grandes condutores dessa retomada da fecundidade. Afinal, ainda que o Estado forneça suporte ao disponibilizar toda uma estrutura, exterior ao domicílio, que ajude ter um filho adicional (creches, por exemplo), se, no nível do domicílio, não houver mudanças no comportamento masculino, principalmente nas atividades que não necessariamente envolvam os filhos (vide os resultados desta tese), o fardo permanecerá maior entre as mulheres, dificultando, por conseguinte, o nascimento desse filho adicional. Portanto, o suporte institucional pode e deve ser complementar à maior participação masculina nas atividades domésticas não remuneradas, logo, *McDonald (2000a) e Goldscheider, Bernhardt e Lappegård (2015) são também complementares.* Até porque, existe a possibilidade de, em aumentando as horas dispensadas ao trabalho doméstico, os homens também sofrerem diminuição de suas intenções reprodutivas, o que, conseqüentemente, pode influenciar a fecundidade observada para baixo. No entanto, vale ressaltar que, em geral, maior equidade de gênero possui maior impacto nas intenções das mulheres do que dos homens (LAPPEGÅRD; NEYER; VIGNOLI, 2021). Maior aprofundamento sobre essa associação entre apenas os homens é necessário para que se possa avançar, com maior propriedade, nessa perspectiva do debate.

Tendo evidenciada a importância do suporte institucional, mas também partindo do princípio que a linha narrativa da Revolução de Gênero é a protagonista neste processo social-demográfico, é preciso que o debate se volte para a proposição de políticas públicas que, de uma forma ou de outra, produzam maior participação masculina no ambiente doméstico. Uma forma de se pensar essas políticas públicas é através do sistema educacional. Existe uma associação positiva entre escolaridade e contribuição masculina nos afazeres domésticos e cuidados com filhos (COLTRANE, 2000). Além disso, níveis mais elevados de fecundidade tendem a se associar positivamente a coortes mais jovens de homens com níveis mais elevados de escolaridade (MYRSKYLÄ; GOLDSTEIN; CHENG, 2013). Este tópico ultrapassa o escopo de discussão do presente trabalho, no entanto, planta-se aqui uma semente de discussão futura que possa abordar como promover, na prática, tanto uma expansão, quanto um aperfeiçoamento do sistema educacional no sentido específico de produzir coortes de homens que carreguem, em maior medida, e em maior número, concepções, ideais e valores de maior equidade perante as suas parceiras no ambiente domiciliar. Além disso, quais outras medidas institucionais poderiam ser tomadas com o propósito de elevar os níveis de equidade de gênero na esfera privada? A discussão acerca desses pontos fica também como possível sugestão de estudos futuros que adicionem um viés mais social e educacional a um debate que também é demográfico.

Ademais, é preciso que sejam estimuladas mudanças não só no comportamento do homem na família, mas também na visão geral masculina acerca da mulher. Pois, apesar dos homens estarem, em maior medida, “acostumados” aos avanços da esfera pública, e, a portanto, mais acostumados a dividirem espaços no mercado de trabalho com as mulheres (ainda que persistam iniquidades), o mesmo não ocorre para o ambiente doméstico. É preciso, portanto, que se atinja a percepção masculina acerca do papel completo dele e da mulher na sociedade, percepção esta que ainda inclui (em níveis variados a depender do contexto ou subgrupo analisado) doses de machismo e misoginia. É, no fim das contas, corroborando com o cerne da Revolução de Gênero, *uma questão de mudança na estrutura sócio-cultural vigente.*

Por fim, o estímulo e promoção de tais mudanças no comportamento masculino em ambas as esferas pública e privada devem ser pensados como um fim em si próprio e não apenas como um possível estímulo à reversão da fecundidade (TOULEMON, 2011). Primeiro, pois a revisão das evidências empíricas e os próprios resultados deste trabalho mostram que, apesar de

encontradas associações positivas entre as variáveis, não necessariamente maior equidade de gênero se relaciona a maior fecundidade. Segundo, que a concepção de maiores níveis de equidade de gênero na família pode e deve ser um objetivo a ser perseguido para além de suas possíveis consequências. Obviamente, o presente estudo possui uma perspectiva de discussão demográfica, colocando, portanto, a *fecundidade* no centro do debate. No entanto, é possível e necessário pensar o aumento da equidade de gênero, especialmente no nível da família, com um fim em si próprio, pois, isso trará, em seu bojo, diversas consequências positivas, dentre elas, quem sabe, o próprio aumento da fecundidade, objetivo buscado por diversos países que vão sofrer ou já estão sofrendo de um acelerado processo de envelhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AASSVE, A.; FUOCHI, G.; MENCARINI, L.; MENDOLA, D. What is your couple type? Gender ideology, housework sharing, and babies. **Demographic Research**, v. 32, p. 835-858, 2015.

ADSERA, A. Changing fertility rates in developed countries. The impact of labor market institutions. **Journal of Population Economics**, v. 17, p. 17–43, 2004.

_____. The interplay of economic uncertainty and education in explaining second births in Europe. **Demographic Research**, v. 25, n. 16, p. 513–544, 2011.

_____. Where are the babies? Labor market conditions and fertility in Europe. **European Journal of Population**, v. 27, n. 1, p. 1–32, 2010.

ADSERA, A. Religion and Changes in Family-Size Norms in Developed Countries. **Review of Religious Research**, v. 47, n. 3, 2006, p. 271-286.

AJZEN, I. The theory of planned behavior. **Organizational Behavior and Human Decision Processes**, v. 50, p. 179-211, 1991.

AJZEN, I; KLOBAS, J. Fertility intentions: An approach based on the theory of planned behavior. **Demographic Research**, v. 29, n. 8, p. 203-232, 2013.

ALONSO, F.G. The uneven distribution of family responsibilities between women and men, and its link with low fertility: some evidence for European Union countries from Eurobarometer data. **Spain: Universidad de la Rioja** (Papers de demografia N°. 253), 2004.

AMRHEIN, V.; GREENLAND, S.; MCSHANE, B. Retire statistical significance. **Nature**, v. 567, n. 7748, p. 305-307, 2019.

ANDERSSON, G.; SCOTT, K. Childbearing dynamics of couples in a universalistic welfare state: The role of labor-market status, country of origin, and gender. Interdependencies in the Life Course. Special Collection 6, **Demographic Research**, v. 17, n. 30, 897-938.

ANDRADE, C.; BOULD, S. Child-care burden and intentions to have a second shift: effects of perceived justice in the division of child-care. **International Review of Sociology**, v. 22, n. 1, 25-37, 2012.

ARILHA, M.; BERQUÓ, E. Cairo +15: trajetórias globais e caminhos brasileiros em saúde reprodutiva e direitos reprodutivos. In: _____. **Brasil, 15 anos após a Conferência do Cairo**. Campinas, SP: Fundo de População das Nações Unidas, 2009.

ARPINO, B.; ESPING-ANDERSEN, G.; PESSIN, L. How Do Changes in Gender Role Attitudes Towards Female Employment Influence Fertility? A Macro-Level Analysis. **European Sociological Review**, v. 31, n. 3, p. 370-382, 2015.

ARPINO, B.; TAVARES, L. P. (2013). Fertility and Values in Italy and Spain: A Look at Regional Differences within the European Context. **Population Review**, v. 52, n. 1, p. 62-81.

ATAKE, E.; ALI, P. G. Women's empowerment and fertility preferences in high fertility countries in Sub-Saharan Africa. **BMC Women's Health**, 19, v. 54, n. 1, p. 1-54, 2019.

BACHRACH, C. A.; MORGAN, S. P. A cognitive-social model of fertility intentions. **Population and Development Review**, v. 39, n. 3, p. 459-485, 2013.

BAIZAN, P.; ARPINO, B.; DECLÒS, C. E. The Effect of Gender Policies on Fertility: The Moderating Role of Education and Normative Context. **European Journal of Population**, v. 32, n. 1, p. 1-30, 2016.

BALBO, N.; BILLARI, F. C.; MILLS, M. Fertility in Advanced Societies: A Review of Research. **European Journal of Population**, v. 29, n. 1, p. 1-38, 2013.

BALBO, N.; MILLS, M. The influence of the family network on the realization of fertility intentions. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 179-206, 2011.

BARBOSA, A. L. N. H. **Tendências nas Horas Dedicadas ao Trabalho e Lazer: Uma Análise da Alocação do Tempo no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2018, (Texto para Discussão, n. 2416).

BASTEN, S.; SOBOTKA, T; ZEMAN, K. **Future Fertility in Low Fertility Countries**. Vienna: Vienna Institute of Demography (VID), Austrian Academy of Sciences, 2013 (Working paper).

BECKER, G.S. **An economic analysis of fertility**. In A. J. Coale, H. Gille, G. Z. Johnson and C. V. Kiser (Eds.), *Demographic and Economic Change in Developed Countries* (p.209 – 240). Princeton, NJ: Princeton University Press, 1960.

_____. **A Note on Restaurant Pricing and Other Examples of Social Influences on Price**. In *Journal of Political Economy* v.99, p. 1109-1116. Chicago: University of Chicago, 1991.

_____. **A treatise on the family**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1981.

BEAUJOUAN, E.; BERGHAMMER, C. The Gap Between Lifetime Fertility Intentions and Completed Fertility in Europe and the United States: A Cohort Approach. **Population Research and Policy Review**, v. 38, p. 507-535, 2019.

BERNARDI, F.; CHAKHAIA, L.; LEOPOLD, L. ‘Sing Me a Song with Social Significance’: The (Mis)Use of Statistical Significance Testing in European Sociological Research. **European Sociological Review**, v. 33, n.1, p. 1-15, 2017.

BERNARDI, L.; LE GOFF, J.-M. ; RYSER, V.-A. Gender role-set, family orientations, and fertility intentions in Switzerland. **Swiss Journal of Sociology**, v. 39, n. 1, p. 9-31, 2013.

BERNHARDT, E. Fertility and economic status: Some recent findings on differentials in Sweden, **Population Studies**, v. 26, n. 2, 175-184, 1972.

BERNHARDT, E.; GOLDSCHIEDER, F. Gender equality, Parenthood Attitudes, and First Births in Sweden. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 4, p. 19-39, 2006.

BERNHARDT, E.; GOLDSCHIEDER, F.; TURUNEN, J. Attitudes to the gender division of labor and the transition to fatherhood. **Acta Sociologica**, v. 59, n. 3, p. 269-284, 2016.

BERRINGTON, A. Perpetual postponers? Women’s, men’s and couple’s fertility intentions and subsequent fertility behaviour. **Population Trends**, v. 117, p. 9-19, 2004.

BERQUÓ, E.; LIMA, L. P. de. Intenções reprodutivas e planejamento da fecundidade. **Relatório Final da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher 2006**. Brasília: Ministério da Saúde, 2008.

BIJAK, J. Editorial: P-values, theory, replicability, and rigour. **Demographic Research**, v. 41, n. 32, p. 949-952, 2019.

BILLARI, F.C; LIEFBROER, A. C, PHILIPPOV, D. The postponement of childbearing in Europe: driving forces and implications. **Vienna Yearbook of Population Research**, p.1-18, 2006.

BILLARI, F.C., PHILIPPOV, D., TESTA, M. R. Attitudes, norms and perceived Behavioural control: explaining fertility intentions in Bulgaria. **European Journal of Population**, v. 25, .n. 4, p. 439–465, 2009.

BONGAARTS, J. Do reproductive intentions matter? **International Family Planning Perspectives**, v. 18, n. 3, p. 102-108, 1992.

_____. Fertility and reproductive preferences in post-transitional societies. **Population and Development Review**, v. 27, p. 260-281, 2001.

_____. The measurement of wanted fertility, **Population and Development Review**, v. 16, n. 3, p. 487-506, 1990.

BONGAARTS, J.; WATKINS, S. C. Social interactions and contemporary fertility transitions. **Population and Development Review**, v. 22, n. 4, p. 639-682, 1996.

BLOOM, D.E.; CANNING, D.; GÜNTER, I; LINNEMAYR, S. **Social interactions and fertility in developing countries**. Harvard School of Public Health: Working Paper, n.34, 2008.

BRADLEY, S.; CASTERLINE, JB. Understanding unmet need: History, theory, measurement. **Studies in Family Planning**, v. 45, n. 2, p. 123-150, 2014.

BRINTON, M.; LEE, D.J. Gender-role ideology, labor market institutions, and post-industrial fertility. **Population and Development Review**, v. 42, n. 3, p. 405-433, 2016.

BRODMANN, S.; ESPING-ANDERSEN, G.; GUELL, M. When fertility is bargained: second births in Denmark and Spain. **European Sociological Review**, v. 23, n. 5, p. 599-613.

BRUCE, P.; ANDREW, B. Practical Statistics for Data Scientists. Sebastopol, **O'Reilly Media**, 2017.

BUBER, I. **The influence of the distribution of household and childrearing tasks between men and women on childbearing intentions in Austria**. Rostock, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 2002 (MPIDR Working Paper WP-2002-004).

BÜHLER, C.; FRATCZAK, E. Learning from others and receiving support: the impact of personal networks on fertility intentions in Poland. **European Societies**, v.9, n.3, p. 359–382, 2007.

CARVALHO, A. A. **Insatisfação ou discrepância?: Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2014.

CARVALHO, A. A.; WONG, L. L. R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Discrepant Fertility in Brazil: an analysis of women who have fewer children than desired (1996 and 2006). **Revista Latinoamericana de Población**, v. 8, p. 83-106, 2016.

CARVALHO, J. A. M.; GARCIA, R. A. O envelhecimento da população brasileira: um enfoque demográfico. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 2003.

CASTERLINE, J. B.; SINDING, S. Unmet need for family planning in developing countries and implications for population policy. **Population and Development Review**, v. 26, n. 4, p. 691-723, 2000.

CASTLES, F. G. The World Turned Upside down: Below Replacement Fertility, Changing Preferences and Family-friendly Public Policy in 21 OECD Countries. **Journal of European Social Policy**, v. 13, n. 3, p. 209-227, 2003.

CAVALLI, L.; ROSINA, A. An analysis of reproductive intentions of Italian couples. **Population Review**, v. 50, n. 1, p. 21-39, 2011.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. Diversity of childbearing behaviour in the context of below-replacement fertility in Brazil. **Expert Paper, Population Division**, n. 8, 2009.

CEPAL. **Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe**, 2022. Disponível em: <https://oig.cepal.org/pt>. Acesso em: jul. 2021.

CEPAL. **Panorama social de América Latina 2011**. Capítulo II. Panorama actual y perspectivas futuras de la fecundidad en América Latina, p. 81–105, 2012. Disponível em: <http://www.cepal.org/publicaciones/xml/1/45171/PSE2011-Panorama-Socialde-America-Latina.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

CHACKIEL, J.; SCHKOLNIK, S. América Latina: los sectores rezagados en la transición de la fecundidad. In: CELADE/CEPAL (Org.). **La fecundidad en América Latina: ¿Transición o revolución?** Santiago de Chile: Celade/Cepal, 2003. p. 51-74.

CHEN, M.; YIP, P. S. F. The discrepancy between ideal and actual parity in Hong Kong: fertility desire, intention, and behavior. **Population Research and Policy Review**, v. 36, n. 4, p. 583-605, 2017.

CHESNAIS, J. C. Fertility, family and social policy. **Population and Development Review**, v. 22, p. 729–739, 1996.

CIRITEL, A. A.; DE ROSE, A.; AREZZO, M. F. Childbearing intentions in a low fertility context: the case of Romania. **Genus**, v. 75, n. 4, 2019.

COALE, A.J. The demographic transition reconsidered. IUSSP—Proceedings of the International Population Conference, Liège, Belgium: **Eds. Ordina**, 1973.

COLTRANE, S. Research on household labor: Modeling and measuring the social embeddedness of routine family work. **Journal of Marriage and Family**, v. 62, n. 4, p.1208-1233, 2000.

COOKE, L. P. The gendered division of labor and family outcomes in Germany. **Journal of Marriage and Family**, v. 66, n. 5, p. 1246-1259, 2004.

COUTINHO, R; GOLGHER, A. Modelling the proximate determinants of fertility for Brazil: the advent of competing preferences. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 35, n. 1, 2018.

CRAIG, L. Do time use patterns influence fertility decisions? A cross-national inquiry. **International Journal of Time Use Research**, 3, v.1, p. 60-87, 2006.

DAVIDSON, A. R.; JACCARD, J. J. Variables that moderate the attitude-behavior relation: Results of a longitudinal survey. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 37, p. 1364-1376, 1979.

DOMMERMUTH, L; HOHMANN-MARRIOTT, B; LAPPEGÅRD, T. Gender Equality in the Family and Childbearing. **Journal of Family Issues**, v. 38, n. 13, p. 1803-1824, 2017.

DOMMERMUTH, L; KLOBAS, J.; LAPPEGÅRD, T. Now or later? The Theory of Planned Behavior and timing of fertility intentions. **Advances in Life Course Research**, v. 16, n.1, p. 42-53, 2011.

DIXON, R. B. Women's rights and fertility. **Reports on Population/Family Planning**, n. 17, 1975.

DUVANDER, A-Z.; ANDERSSON, G. Gender equality and fertility in Sweden: A study of the impact of father's uptake of parental leave on continued childbearing. **Marriage and Family Review**, v. 39, n. 1-2, p. 121-142, 2006.

ENGELHARDT, H. **Fertility intentions and Preferences**: Effects of Structural and Financial Incentives and Constraints in Austria. Vienna, Austria: Vienna Institute of Demography, 2004 (Working paper).

EIGE, EUROPEAN INSTITUTE FOR GENDER EQUALITY. **Gender Statistics Database**, 2022. Disponível em: <https://eige.europa.eu/gender-statistics/dgs>. Acesso em: jul. 2021.

ESCOVEDO, T; KOSHIYAMA, A. Introdução a Data Science — Algoritmos de Machine Learning e métodos de análise. São Paulo, **Ed. Casa do Código**, 2020.

ESHRE Capri Workshop Group. Europe the continent with the lowest fertility. **Human Reproduction Update**, v. 16, n. 6, p. 590-602, 2010.

ESPING-ANDERSEN, G.; BILLARI, F. Re-theorizing family demographic change. **Population and Development Review**, v. 41, n. 1, p. 1-31, 2015.

FANELLI, E.; PROFETA, P. Fathers' Involvement in the Family, Fertility, and Maternal Employment: Evidence From Central and Eastern Europe. **Demography**, v. 58, n. 5, p. 1931-1954, 2021.

FENSTERMAKER, S.; WEST, C. Doing gender, doing difference. Inequality, power and institutional change. New York, **Routledge**, 2002.

FEYRER, J.; SACERDOTE, B.; STERN, A. Will the stork return to Europe and Japan? Understanding fertility within developed nations. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 22, n. 3, p. 3-22, 2008.

FIORI, F. Do childcare arrangements make the difference? A multilevel approach to the intention of having a second child in Italy. **Population Space and Place**, v.17, n.5, p.579–596, 2011.

FIORI, F.; RINESI, F.; PINNELLI, A.; PRATI, S. Economic insecurity and the fertility intentions of Italian women with one child. **Population Research and Policy Review**, v. 32, n. 3, p. 373-413, 2013.

FOKKEMA, T.; KVEDER, A.; NICOLE, H.; EMERY, T; LIEFBROER, A. C. Generations and Gender Programme Wave 1 data collection: An overview and assessment of sampling and fieldwork methods, weighting procedures, and cross-sectional representativeness. **Demographic Research**, v. 34, n. 18, p. 499–524, 2016.

FOLBRE, N. Of patriarchy born: The political economy of fertility decisions, **Feminist Studies**, v. 9, p. 261-284, 1983.

FOX, J.; KLÜSENER, S.; MYRSKYLÄ, M. Is a Positive Relationship Between Fertility and Economic Development Emerging at the Sub-National Regional Level? Theoretical Considerations and Evidence from Europe. **European Journal of Population**, v. 35, p. 487-518, 2019.

FREJKA, T.; GOLDSCHIEDER, F.; LAPPEGÅRD, T. The Two-Part Gender Revolution, Women's Second Shift and Changing Cohort Fertility. **Comparative Population Studies**, v. 43, p. 99-130, 2018.

FREJKA, T. Parity distribution and completed family size in Europe. Incipient decline of the two-child family model. **Demographic Research**, Special collection 7: Childbearing trends and Policies in Europe, v. 19, n. 2, p. 47-72, 2008.

GALLUP, G.; C. ROBINSON. American Institute of Public Opinion surveys, 1935-1938. **Public Opinion Quarterly**, v. 2, n. 3, p. 373-398, 1938.

GAUTHIER, A. H.; CABAÇO, S; EMERY, T. Generations and Gender Survey study profile. **Longitudinal and Life Course Studies**, v. 9, n. 4, p. 456-465, 2018.

GAUTHIER, A. H.; HATZIUS, J. Family benefits and fertility: An econometric analysis. **Population Studies**, v. 51, n.3, p. 295–306, 1997.

GAUTHIER, A. H. The impact of family policies on fertility in industrialised countries: A review of the literature. **Population Research Policy Review**, v. 26, n. 3, p. 323–346.

GOLDSCHIEDER, F; BERNHARDT, E; BRANDÉN, M. Domestic gender equality and childbearing in Sweden. **Demographic Research**, v. 29, n. 40, p. 1097-1126, 2013.

GOLDSCHIEDER, F; BERNHARDT, E; LAPPEGÅRD, T. The Gender Revolution: A Framework for Understanding Changing Family and Demographic Behavior. **Population and Development Review**, v. 41 n. 2, p. 207-239, 2015.

GOLDSTEIN, J. R.; SOBOTKA, T.; JASILIONIENE, A. 2009. The end of lowest-low fertility? **Population and Development Review**, v. 35 n. 4, p. 663-700, 2009.

GONZÁLEZ, M. **A Discrepância entre a Fecundidade Desejada e a Fecundidade Concretizada Enquanto uma Questão de Gênero**. 2015. 114f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2015.

GUZMAN, J. M. Fertility transition in Latin America. **IPPF medical bulletin**, v. 23, n.5, p. 1–3, 1989.

HAGEWEN, K. J.; MORGAN, S. P. Intended and ideal family size in the United States, 1970-2002. **Population and Development Review**, v. 31, p. 507-527, 2005.

HAKIM, C. A new approach to explaining fertility patterns: Preference theory. **Population and Development Review**, v.29, n.3, p. 349-373, 2002.

HARKNETT, K.; BILLARI, F. C; MEDALIA, C. Do Family Support Environments Influence Fertility? Evidence from 20 European Countries. **European Journal of Population**, v. 30, n. 1, p. 1-33, 2014.

HARKNETT, K.; HARTNETT, C. The gap between births intended and births achieved in 22 European countries. **Population Studies: A Journal of Demography**, v. 68, p. 265-282, 2014.

HAYFORD, S. The evolution of fertility expectations over the life course, **Demography**, v. 46, n. 4, p. 765-783, 2009.

HEATON, T. B.; JACOBSON, C. K.; HOLLAND, K. Persistence and change in decisions to remain childless. **Journal of Marriage and Family**, v. 61, n. 2, p. 531–539, 1999.

HEILAND, F., PRSKAWETZ, A., SANDERSON, W. Are Individuals' Desired Family Sizes Stable? Evidence from West German Panel Data / La taille de famille désirée est-elle stable? Analyse de données de panel en Allemagne de l'Ouest. **European Journal of Population**, 2008.

HENZ, U. Gender roles and values of children: Childless couples in East and West Germany. **Demographic Research**, v. 19, n. 39, p. 1451-1500, 2008.

HERMALIN, A. I.; FREEDMAN, R.; SUN, T.; CHANG, M. Do intentions predict fertility? The experience in Taiwan, 1967- 1974. **Studies in Family Planning**, v. 10, p. 75-95, 1979.

HILGEMAN, C.; C. BUTTS. Women's employment and fertility: a welfare regime paradox. **Social Science Research**, v. 38, p. 103-117, 2009.

HIN, S.; GAUTHIER, A.; GOLDSTEIN, J.; BÜHLER, C. Fertility preferences: what measuring second choices teaches us. **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 131–156, 2011.

HOBSON, B.; OLÁH, L.S. Birthstrikes? Agency and capabilities in the reconciliation of employment and family. **Marriage and Family Review**, v. 39 n. 3, p. 197-227, 2006.

HOEM, J., A.; PRSKAWETZ,; G. NEYER. Autonomy or conservative adjustment? The effect of public policies and educational attainment on third births in Austria, 1975-96, **Population Studies**, v. 55, n. 3, p. 249-261, 2001.

HOEM, J. Overview Chapter 8: The impact of public policies on European fertility. **Demographic Research**, “Special Collection 7: Childbearing Trends and Policies in Europe”, v. 19, n. 10, p. 248-260, 2008.

HOEM, J. The reporting of statistical significance in scientific journals: A reflexion. **Demographic Research**, v. 18, n. 15, p. 437-442, 2008.

HOLTON, S.; FISHER, J.; ROWE, H. Attitudes Toward Women and Motherhood: Their role in Australian Women’s Childbearing Behaviour. **Sex Roles**, v. 61, v.9-10, p. 677-687, 2009.

HOSMER, D.W; LEMESHOW, S. Applied logistic regression. 2nd Edition, **John Wiley & Sons, Inc.**, New York, 2000.

IACOVOU, M.; TAVARES, L. P. Yearning, learning, and conceding: reasons men and women change their childbearing intentions. **Population and Development Review**, v. 37, n. 1, p. 89-123, 2011.

ICF. **Demographic and Health Survey Interviewer’s Manual**. Rockville, Maryland, U.S.A, 2019.

JAMES, G; WITEN, D; HASTIE, T; TIBSHIRANI, R. An Introduction to Statistical Learning: With Applications in R. Berlin, **Springer**, 2014.

JESUS, J. **Trabalho doméstico não remunerado no Brasil: uma análise de produção, consumo e transferência**. 2018. 121f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2018.

JUÁREZ, F.; GAYET, C.. Fertility Transition: Latin America and the Caribbean. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences**, p. 68-72, 2015.

JUAREZ, F., SINGH, S., MADDOW-ZIMET, I., WULF, D. **Unintended Pregnancy and Induced Abortion in Mexico: Causes and Consequences**. Guttmacher Institute, New York, 2013. Disponível em: <http://www.guttmacher.org/pubs/Unintended-Pregnancy-Mexico.pdf>. Acesso em: ago. 2021.

KABEER, N. Reflections on the measurement of women's empowerment, **Discussing women's empowerment - theory and practice**, p. 17-56, 2000.

KAN, M-Y.; HERTOOG, E. Domestic division of labour and fertility preferences in China, Japan, South Korea, and Taiwan. **Demographic Research**, v. 36, p. 557-588, 2017.

KAPITÀNÝ, B.; SPÉDER, Z. Realization, postponement or abandonment of childbearing intentions in four European countries. **Population**, v. 67, p. 599–630, 2012.

KATO, T. Associations of gender role attitudes with fertility intentions: A Japanese population-based study on single men and women of reproductive ages. **Sexual and Reproductive Healthcare**, v. 16, p. 15-22, 2018.

KAUFMAN, G. Do gender role attitudes matter? Family formation and dissolution among traditional and egalitarian men and women. **Journal of Family Issues**, v. 21, n. 1, p. 128-144, 2000.

KLOBAS, J. The Theory of Planned Behaviour as a model of reasoning about fertility decisions, **Vienna Yearbook of Population Research**, v. 9, p. 47–54, 2011.

KODZI, I. A.; JOHNSON, D. R.; CASTERLINE, J. B. To have or not to have another child: life cycle, health and cost considerations of Ghanaian women. **Soc Sci Med**, v. 74, n. 7, p. 966-72, 2012.

KOHLER, H. P.; BILLARI, F. C.; ORTEGA, J. A. The emergence of the lowest-low fertility in Europe during the 1990s. **Population and Development Review**, v. 28, p. 641-680, 2002.

KOHLER, H.-P. Fertility and social interaction. An economic perspective. Oxford: **Oxford University Press**, 2001.

KOMATSU, H. **An economic analysis of fertility in Japan: Will the husband's time spent in housework and childcare increase birth probabilities?** American University, 2011.

KOPPEN, K.; TRAPPE, H. The gendered division of labor and its perceived fairness: implications for childbearing in Germany. **Demographic Research**, v. 40, p. 1413-1440, 2019.

KOSTER, T.; POORTMAN, A. R.; VAN DER LIPPE, T.; KLEINGELD, P. Fairness Perceptions of the Division of Household Labor: Housework and Childcare. **Journal of Family Issues**, v. 43, n.3, p. 679-702, 2022.

KUHNT, A. K.; TRAPPE, H. **Easier said than done**: childbearing intentions and their realization in a short-term perspective. Rostock, Germany: Max Planck Institute for Demographic Research, 2013 (Working paper, n. 2013/018).

LAPPEGÅRD, T.; NEYER, G.; VIGNOLI, D. Three dimensions of the relationship between gender role attitudes and fertility intentions. **Genus**, v. 77, n. 15, 1-26, 2021.

LAPPEGÅRD, T. **Gender Division Of Unpaid Work**. In: GAUTHIER, A. G.; KOTOWSKA, I.; VILHENA, D. (eds.): Gender (In)Equality over the Life Course Evidence from the Generations & Gender Programme. Generations and Gender Programme (GGP), v.10, 2018.

LEE, J. N.; HWANG, M. J. Determinants on the number of children among married women in Korea. **Journal of Population and Social Studies**, v.27, n.1, p. 53-69, 2019.

_____. Factors contributing to childbearing intentions of married working women in Korea. **Journal of Population and Social Studies**, v.25, n.3, p. 213-234, 2017.

LEE, R. Becker and the Demographic Transition. **Journal of demographic economics**, v.81, n.1, p. 67-74, 2015.

LESTHAEGHE, R.; SURKYN, J. New forms of household formation in Central and Eastern Europe: Are they related to newly emerging value orientations? **Economic Survey of Europe** (UN Economic Commission for Europe, Geneva), p. 197-216, 2002.

LESTHAEGHE, R. The unfolding story of the second demographic transition. **Population and Development Review**, v. 36, p. 211-251, 2010.

LESTHAEGHE, R.; VAN DE KAA, D. J. **Twee demografische transitities?** (Two Demographic Transitions?). In: D.J. van de Kaa and R. Lesthaeghe (eds.), *Bevolking: groei en krimp*. Deventer: Van Loghum Slaterus, p. 9-24, 1986.

LIEFBROER, A.C. Changes in family size intentions across young adulthood: a life course perspective. **European Journal of Population**, v. 25, n. 4, p. 363-386, 2009.

LIEFBROER, A. C. The impact of perceived costs and rewards of childbearing on entry into parenthood: Evidence from a panel study. **European Journal of Population**, v. 21, n. 4, p. 367–391, 2005.

LONG, J. S. Regression models for categorical and limited dependent variables. Thousand Oaks: **SAGE**, 1997. 296 p. (Advanced quantitative techniques in the social sciences series; 7.).

LUCI, A.; THÉVENON, O. Does economic development drive the fertility rebound in OECD countries? Working paper 167, 2010. Disponível em: <http://hal.archivesouvertes.fr/docs/00/52/09/48/PDF/publi_pdf1_dt_167.pdf>

LUPPI, F. When is the Second One Coming? The Effect of Couple's Subjective Well-Being Following the Onset of Parenthood. **European Journal of Population**, v. 32, p. 421-444, 2016.

LUTZ, W. Adaptation versus mitigation policies on demographic change in Europe. **Vienna Yearbook for Population Research**, p. 19-26, 2007.

LUTZ, W.; SKIRBEKK, V.; TESTA, M. R. The low-fertility trap hypothesis: Forces that may lead to further postponement and fewer births in Europe, **Vienna Yearbook of Population Research**, p. 167-192, 2006.

MACUNOVICH, D. J. Relative income and price of time: Exploring their effects on US fertility and female labor force participation. **Population and Development Review**, v. 22, p. 223-257, 1996.

MASON, K. O. Explaining Fertility Transitions. **Demography**, v. 34, p. 443-454, 1997.

_____. Gender and family systems in the fertility transition. **Population and Development Review**, v. 27, p. 160–176, 2001.

_____. The status of women: Conceptual and methodological issues in demographic studies. **Sociological Forum**, v. 1, p. 284-300, 1986.

MATSUO, H; MATTHIJS, K. The Impact of Well-Being on Fertility Intentions – An Analysis Based on the European Social Survey (2010). **Research & Methods**, v. 25, p. 17-46, 2016.

MCDONALD, P. Gender Equity in Theories of Fertility Transition. **Population and Development Review**, v. 26, p. 427-439, 2000a.

MCDONALD, P. Gender equity, social institutions and the future of fertility. **Journal of Population Research**, v. 17, p. 1-16, 2000b.

MCDONALD, P. Low fertility and the state: The efficacy of policy. **Population and Development Review**, v. 32, n. 3, p. 485-510, 2006.

MCDONALD, P. Societal foundations for explaining low fertility: gender equity. *Demographic Research*, v. 28, 2013.

MENCARINI, L. **Does Gender Equality Affect Fertility Decisions in Europe?** In: GAUTHIER, A. G.; KOTOWSKA, I.; VILHENA, D. (eds.): *Gender (In)Equality over the Life Course Evidence from the Generations & Gender Programme. Generations and Gender Programme (GGP)*, v.10, 2018.

MENCARINI, L.; VIGNOLI, D.; GOTTARD, A. Fertility intentions and outcomes: Implementing the Theory of Planned Behavior with graphical models. **Adv Life Course Res.**, v. 23, p. 14-28, 2015.

MENCARINI, L.; TANTURRI, M. L. (2004). Time use, family role-set and childbearing among Italian working women. **Genus**, v. 60, n. 1, p. 111-137, 2004.

MIETTINEN, A.; BASTEN, S.; ROTKIRCH, A. Gender equality and fertility intentions revisited: Evidence from Finland. **Demographic Research** v. 24, p. 469-496, 2011.

MIETTINEN, A.; LAINIALA, L.; ROTKIRCH, A. Women's housework decreases fertility. **Acta Sociologica**, v. 58, n. 2, p. 139-154, 2015.

MILLER, W.B. Childbearing motivations, desires, and intentions: a theoretical framework. **Genetic, Social, and General Psychological Monographs**, v.120(2), p. 223-258, 1994.

_____. Differences between fertility desires and intentions: implications for theory, research and policy, **Vienna Yearbook of Population Research**, v.9, p. 75-98, 2011.

MILLER, W. B.; PASTA, D. J. Behavioral intentions: which ones predict fertility behavior in married couples? **Journal of Applied Social Psychology**, v. 25, p.530-555, 1995.

MILLER, W.B.; SEVERY, L.J; PASTA, D.J. A framework for modelling fertility motivation in couples, **Population Studies**, v.58, n. 2, p. 193-205, 2004.

MILLS, M.; BLOSSFELD, H.-P. **Globalization, uncertainty and the early life course: A theoretical framework**. In H.-P. Blossfeld, E. Klijzing, M. Mills, & K. Kurz (Eds.), *Globalization, uncertainty and youth in society*, p. 1–24. London/New York: Routledge Advances in Sociology Series, 2005.

MILLS, M.; MENCARINI, L.; TANTURRI, M. L.; BEGALL, K. Gender equity and fertility intentions in Italy and the Netherlands. **Demographic Research**, v. 18, n. 1, p. 1-26, 2008.

MIRANDA-RIBEIRO, A.; GARCIA, R. Transições da fecundidade no Brasil: uma análise à luz dos diferenciais por escolaridade. In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Águas de Lindóia-SP: Abep, 2012. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/xviii/anais/files/400.pdf>>.

MITCHELL, D.; GRAY, E. Declining fertility: Intentions, attitudes and aspirations. **Journal of Sociology**, v. 43, n. 1, p. 23-44, 2007.

MÖNKEDIEK B.; BRAS, H. Family Systems and Fertility Intentions: Exploring the Pathways of Influence. **European Journal of Population**, v. 27, n. 34, 33-57, 2017.

MONTGOMERY, M. R.; CASTERLINE, J. B. Social influence, social learning and new models of fertility. **Population and Development Review**, v. 22, p. 151-175, 1996.

MORGAN, S. P. Is low fertility a Twenty-First-century demographic crisis? **Demography**, v. 40, n. 4, p. 589-603, 2003.

MORGAN, S. P. Should fertility intentions inform fertility forecasts? **Proceedings of US Census Bureau Conference: The direction of fertility in the United States**, Washington: DC7 US Census Bureau, p. 153-178, 2001.

MORGAN, S. P.; RACKIN, H. The correspondence between fertility intentions and behavior in the United States. **Population and Development Review**, v. 36, n. 1, p. 91-118, 2010.

MORGAN, S. P.; TAYLOR, M. G. Low fertility at the turn of the twenty-first century. **Annual Review of Sociology**, v. 32, p. 375-99, 2006.

MYRSKYLÄ, M.; GOLDSTEIN, J. R.; CHENG, Y. A. New cohort fertility forecasts for the developed world: Rises, falls, and reversals. **Population and Development Review**, v. 39, p. 31-56, 2013.

MYRSKYLA, M.; KOHLER, H.-P.; BILLARI, F. C. Advances in development reverse fertility declines. **Nature**, v. 460, p. 741-743, 2009.

NEYER, G.; LAPPEGÅRD, T.; VIGNOLI, D. Gender equality and fertility: Which equality matters? **European Journal of Population**, v. 29, p. 245-272, 2013.

NIETO, M. P. Importancia del trabajo no remunerado: su medición y valoración mediante las encuestas de uso del tiempo. In: GARCÍA, B.; PACHECO, E. (Org.). . **Uso del tiempo y trabajo no remunerado en México**. [S.l.]: Colegio de Mexico, 2014. p. 53 114.

NÍ BHROLCHÁIN, M.; BEAUJOUAN, E. **How real are reproductive goals?** Uncertainty and the construction of fertility preferences. ESRC Centre for Population Change, Dec. 2015 (Working paper, 73).

HENSVIK, L.; NILSSON P. **Business, buddies and Babies**. IFAU, 2010 (Working Paper).

OECD, ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **OECD Family Database**, 2022. Disponível em: <https://www.oecd.org/social/family/database.htm>. Acesso em: jul. 2021.

OLÁH, L. S. Gendering fertility: Second births in Sweden and Hungary. **Population Research and Policy Review** v. 22, n. 2, p. 171-200, 2003.

OSGOOD, D. W. Poisson-based regression analysis of aggregate crime rates. **J Quant Criminol**, 2000.

OSIEWALSKA, B. Partners' empowerment and fertility in ten European countries. **Demographic Research**, v. 38, n.49, 1495-1534, 2018.

PARK, S. M. Social networks and second-childbirth intentions of Korean married women. **Journal of Reproductive and Infant Psychology**, 30, n. 4, p. 398-412, 2012.

PATERNOSTER R.; BACHMAN, R.; BRAME, R.; SHERMAN, L. W. Do fair procedures matter-the effect of procedural justice on spouse assault. **Law Soc Rev**, 1997;31:163–2014, 1997.

PERI, A.; PARDO, I. Nueva evidencia sobre la hipótesis de la doble insatisfacción en Uruguay: ¿cuán lejos estamos de que toda la fecundidad sea deseada? In: WONG, L. R. (Org.). **Población y salud sexual y reproductiva en América Latina**. Rio de Janeiro: Alap, 2008. p. 55-88 (Serie Investigaciones, n. 4).

PHILIPPOV, D.; BERNARDI, L. Reproductive decisions: concepts and measurement in Austria, Germany and Switzerland. **Comparative Population Studies**, v. 36, n. 2-3, p. 495-530, 2011.

PHILIPPOV, D. **Family-related gender attitudes**: The three dimensions--"gender role ideology", "consequences for the family", and "economic consequences". In: CH. HÖHN, C. H.; AVRAMOV, D.; KOTOWSKA, I. (eds.): *People, population change and policies: Lessons from the Population Policy Acceptance Study*. Springer: 153-174, 2008.

_____. Fertility intentions and outcomes: the role of policies to close the gap. **European Journal of Population**, v. 25, n. 4, p. 355, 2009.

_____. **Fertility in times of discontinuous societal change**: the case of Central and Eastern Europe. MPIDR, Max Planck Institute for Demographic Research, Rostock, 2002 (Working Paper).

PHILIPPOV, D.; THÉVENON, O.; KLOBAS, J.; BERNARDI, L.; LIEFBROER, A. C. **Reproductive decision-making in a macro-micro perspective (REPRO)**: a state of the art review. European Commission within the Seventh Framework Programme under the Socio-economic Sciences and Humanities Theme, 2009 (Working paper).

PHILIPPOV, D.; SPÉDER, Z.; BILLARI, F.C. Soon, Later, or Ever? The Impact of Anomie and Social Capital on Fertility Intentions in Bulgaria (2002) and Hungary (2001). **Population Studies**, v. 60, n. 3, p. 289–308, 2006.

POORTMAN, A. R.; VAN DER LIPPE, T. Attitudes toward housework and child care and the gendered division of labor. **Journal of Marriage and Family**, v. 71, n. 3, p. 526-541, 2009.

PORTACCIO, M. E. A. **Efecto de la división del trabajo doméstico no remunerado (TDNR), del trabajo de cuidado no remunerado (TCNR) y de las actitudes de género sobre las preferencias de fecundidad de las mujeres en Colombia**. 2019. 209f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2019.

PUUR, A.; OLÁH, L. S.; TAZI-PREVE, M. I.; DORBRITZ, J. Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century. **Demographic Research**, v. 19, n. 56, p. 1883-1912, 2008.

PUUR, A.; VSEVIOV, H.; ABULADZE, L. Fertility intentions and views on gender roles: Russian women in Estonia from an origin-destination perspective. **Comparative Population Studies**, v. 43, 275-306, 2018.

PUYANA; YOLANDA; MOSQUERA; ROSERO; CLAUDIA (2005). Traer “hijos o hijas al mundo”: significados culturales de la paternidad y la maternidad. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales**, Niñez y Juventud [online], 2005, v. 3, n. 2, p.111-140.

QUESNEL-VALLEE, A.; MORGAN. P. Missing the target? Correspondence of fertility intentions and behavior in the U.S. **Population Research and Policy Review**, v. 22, p. 497–525, 2003.

RAYBOULD, A.; SEAR, R. Children of the (gender) revolution: A theoretical and empirical synthesis of how gendered division of labour influences fertility. **Population Studies**, v. 75, n. 2, p. 169–190, 2020.

RÉGNIER-LOILIER, A. Influence of own sib ship size on the number of children desired at various times of life: The case of France. **Population** (English edition), v. 61, n. 3, p. 165-194, 2006.

REGNIER-LOILIER, A.; VIGNOLI, D. Fertility intentions and obstacles to their realization in France and Italy. **Population-E**, v. 66(2), p. 361-390, 2011.

REHER, D. S. Economic and Social Implications of the Demographic Transition. **Population and Development Review**, v. 37, p. 11-31, 2011.

RINDFUSS, R.; GUILKEY, D.; MORGAN, S. P.; KRAVDAL, Ø. Childcare availability and fertility. **Population and Development Review**, v. 36, n. 4, p. 725-748, 2010.

RINESI, F. **Fecondità attesa e realizzata delle madri italiane**, PhD thesis, La Sapienza, University of Rome, p. 93, 2009.

RINESI, F.; PINNELLI, A.; PRATI, S. ; CASTAGNARO, C. ; IACCARINO, C. The transition to Second Child in Italy: Expectations and Realization. **Population**, v. 66, n. 2, p. 391-406, 2011.

ROSETO-BIXBY, L; CASTRO-MARTÍN, T; MARTÍN-GARCÍA, T. Is Latin America starting to retreat from early and universal childbearing?. **Demographic Research**, v. 20, n. 9, p. 169-194, 2009.

ROSSIER, C.; BERNARDI, L. Social interaction effects on fertility: Intentions and behaviors. **European Journal of Population**, v.25, n.4, p. 467-485, 2009.

SCHOEN, R.; ASTONE, N. M.; KIM, Y. J., NATHANSON, C. A. Do fertility intentions affect fertility behaviours? **Journal of Marriage and the Family**, v. 61, n. 3, p. 790–799, 1999.

SCHREFFLER, K. M.; PIRETTI, A. E.; DRAGO, R. Work-Family Conflict and Fertility Intentions: Does Gender Matter? **Journal of Family and Economic Issues**, v. 31, n. 2, p. 228-240, 2010.

SCOTT, J. El género: una categoría útil para el análisis histórico. Lamas Marta Compiladora. El género: la construcción cultural de la diferencia sexual. **PUEG México**, p. 265-302. 1986.

SLEEBOS, J. **Low Fertility Rates in OECD Countries: Facts and Policy Responses**. Paris: OECD, OECD Social, Employment and Migration, 2003 (Working Papers, n. 15).

SOBOTKA, T.; BILLARI, F. C.; KOHLER, H.-P. **The return of late childbearing in developed countries: Causes, trends and implications**. Vienna: Vienna Institute of Demography, 2010.

SOBOTKA, T. Is Lowest-low Fertility in Europe Explained by the Postponement of Childbearing? **Population and Development Review**, v. 30, n. 2, p. 195-220, 2004.

_____. Reproductive decision-making in a macro-micro perspective (REPRO). Synthesis and policy implications. **European Demographic Research Papers 1**. Vienna: Vienna Institute of Demography of the Austrian Academy of Sciences, 2011.

_____. Sub-Replacement Fertility Intentions in Austria. **European Journal of Population**, v. 25 n. 4, p. 387–412, 2009.

SPÉDER Z.S.; KAPITÁNY, B. How are time-dependent childbearing intentions realized? Realization, postponement, abandonment, bringing forward. **European Journal of Population**, v. 25, n. 4, p. 503-523, 2009.

SULLIVAN, O.; GERSHUNY, J.; AND ROBINSON, J. **The Continuing “Gender Revolution” in Housework and Care**: Evidence from Long-term Time-use Trends. Texas: Council on Contemporary Families, 2015.

SULLIVAN, O. What do we learn about gender by analyzing housework separately from child care? Some considerations from time-use evidence. **Journal of Family Theory & Review**, v. 5, n. 2, p. 72-84, 2013.

TANSKANEN, A.O.; ROTKIRCH, A. The impact of grandparental investment on mothers’ fertility intentions in four European countries. **Demographic Research**, v. 31, n. 1, p. 1–26, 2014.

TAZI-PREVE, I. M.; BICHLBAUER, D.; GOUJON, A. Gender Trouble and Its Impact on Fertility Intentions. **Yearbook of Population Research in Finland**, v. 40, p. 5-24, 2004.

TESTA, M. R. Childbearing Preferences and Family Issues in Europe: Evidence from the Eurobarometer 2006 Survey. **Vienna Yearbook of Population Research**, p. 357–379, 2007.

_____. Couple Disagreement About Short-term Fertility Desires in Austria: Effects on Intentions and Contraceptive Behaviour. **Demographic Research**, v. 26 n. 3, p. 63-98, 2012a.

_____. Family Sizes in Europe: **Evidence from the 2011 Eurobarometer Survey Contents**, 2012b.

_____. On the positive correlation between education and fertility intentions in Europe: Individual- and country-level evidence. **Advances in life course research**, v. 21, p. 28-42, 2014.

TESTA M.R.; L, GRILLI. The influence of childbearing regional contexts on ideal family size in Europe. **Population** (English edition), v.61, p. 109-138, 2006.

THÉVENON, O. Family policies in OECD countries: A comparative analysis. **Population and Development Review**, p. 37, n. 1, p. 57-87, 2011.

THÉVENON, O.; LUCI-GREULICH, A. The impact of family policy packages on fertility trends in developed countries. **European Journal of Population**, v. 29, n. 4, p. 387-416, 2013.

THOMSON, E. Couple Childbearing Desires, Intentions, and Births. **Demography**, v.34 (3) p. 343–54, 1997.

TORR, B. M.; SHORT, S. E. Second births and the second shift: a research note on gender equity and fertility. **Population and Development Review**, v. 30, n. 1, p. 109-130, 2004.

TOULEMON, L. Should governments in Europe be more aggressive in pushing for gender equality to raise fertility? The first ‘Yes’. **Demographic Research**, v. 24, n. 7, p. 179–200, 2011.

UDRY, J. R. Do couples make fertility plans one birth at a time?. **Demography**, v.20, n. 2, p. 117-128, 1983.

UNDESA, United Nations Department of Economic and Social Affairs. **World economic and social survey 2008**. Overcoming economic insecurity. Disponível em: <https://www.un.org/en/development/desa/news/policy/wess-2008.shtml>. Acesso em: 2021.

UNFPA. **Fecundidade e Dinâmica da População Brasileira**, 2018. Disponível em: unfpa.org.br. Acesso em: ago. 2021.

UNITED NATIONS. Program of Action of the 1994 International Conference on Population and Development (Chapters I-VIII). **Population and Development Review**, v. 21, n. 1, p. 187-213, 1995.

UNITED NATIONS. **United Nations of Populations Division**, 2022. Disponível em: <<https://population.un.org/dataportal/>>. Acesso em: ago. 2021.

UPADHYAY U. D.; KARASEK, D. Women's empowerment and ideal family size: an examination of DHS empowerment measures in sub-Saharan Africa. **Int. Perspectives Sex. Reproductive Health**, v. 38, p. 78–89, 2012.

VAN PEER, C. **Desired and achieved fertility**, In: KLIJZING Erik, CORIJN Martine (eds.): Dynamics of Fertility and Partnership in Europe: Insights and Lessons from Comparative Research. Vol. 2, New York and Geneva, United Nations, p. 117-141, 2002.

VIGNOLI, J.R. **Fecundidad no deseada entre las adolescentes latinoamericanas Un aumento que desafía la salud sexual y reproductiva y el ejercicio de derechos**. Série População y Desarrollo. Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe, 2017.

VIKAT, A.; SPEDER, Z. ; BEETS, G.; BILLARI, F. C. ; BÜHLER, C. ; DESESQUELLES, A.; ET AL. Generations and Gender survey (GGG): Towards a better understanding of relationships and processes in the life course. **Demographic Research**, v. 17, p. 389-439, 2007.

WASSERSTEIN, R.; LAZAR, N. The ASA Statement on p-Values: Context, Process, and Purpose. **The American Statistician**, v. 70, n. 2, p. 129-133, 2016.

WESTOFF, C.; HIGGINS, J. Relationships between men's gender attitudes and fertility: Response to Puur et al.'s "Men's childbearing desires and views of the male role in Europe at the dawn of the 21st century". **Demographic Research**, v. 21, n.3, p. 65-74, 2009.

WESTOFF, C. F.; RYDER, N. B. The predictive validity of reproductive intentions. **Demography**, v. 14, n. 4, p. 431-53, 1977.

WONG. L. L. R. Evidences of further decline of fertility in Latina America: reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGHI, S. M. (Org.). **Demographic transformations and inequalities in Latin America: historical trends and recent patterns**. Rio de Janeiro: Alap, 2009 (Serie Investigaciones, n. 8).

WORLD BANK. **World Bank Open Data**. Disponível em: <<https://data.worldbank.org/>>. Acesso em: jun. 2021.

YANG, J. Gendered division of domestic work and willingness to have more children in China. **Demographic Research**, v. 37, n. 62, 2017.

YOON, S. Y. Is gender inequality a barrier to realizing fertility intentions? Fertility aspirations and realizations in South Korea. **Asian Population Studies**, v.12, n. 2, p, 203-219, 2016.

YOON, H. Factors that affect women's intentions to have additional children: The Role of the state, market, and family. **Korea Journal**, v. 54, n. 3, 79-102.

YOON, S. Y. The influence of a supportive environment for families on women's fertility intentions and behavior in South Korea. **Demographic Research**, v. 36, n.7, p. 227-254, 2017.

YU, W.; KUO, J. C. L. Another work-family interface: Work characteristics and family intentions in Japan. **Demographic Research**, v. 36, p. 391-426, 2017.

APÊNDICE

a. Discussão sobre Significância Estatística e p-valor

A exposição dessa discussão metodológica, conforme já explicitado no texto desta tese, tem aqui seu lugar, pois, a forma de apresentação dos resultados deste estudo (em todas as seções de resultados) segue as mais recentes recomendações dos especialistas e das revistas de publicação científica no que tange à significância estatística e p-valores (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008).

Esta discussão metodológica trata, nas próprias palavras do Editorial da revista *Nature* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019), sobre a já tardia e necessária “aposentadoria” do *estatisticamente significativo*. O texto se inicia, de forma bem objetiva, chamando a atenção para o fato de, por décadas, diversos pesquisadores terem sido “treinados” segundo a equivocada premissa de que resultados não-significativos não “comprovam” determinada hipótese nula (a hipótese de que não há diferença entre os grupos ou que não há efeito de algum tratamento em alguma variável resposta), e, de forma contrária, resultados estatisticamente significativos “comprovam” alguma hipótese.

De forma semelhante, no Editorial do *The American Statistician*, Wassertein e Lazar (2016) também alertam para o fato do uso do recorrente $p < 0.05$ para a decisão binária de aceitar ou rejeitar determinado resultado ser problemático e decorrente de um processo cíclico e ininterrupto de treinamento que prioriza, muitas das vezes, declarações fortes e chamativas, calcadas no estatisticamente significativo, em detrimento de um olhar mais atento aos dados. Os autores citam uma seção de perguntas e respostas de George Cobb, Professor Emérito de matemática e estatística do *Mount Holyoke College*, em 2014, ocorrida em um fórum da *American Statistical Association* (ASA):

Q: Why do so many colleges and grad schools teach $p = 0.05$?

A: Because that's still what the scientific community and journal editors use.

Q: Why do so many people still use $p = 0.05$?

A: Because that's what they were taught in college or grad school (WASSERTEIN; LAZAR, 2016, p. 2).

Isto é, “ensinamos porque é o que fazemos, e fazemos porque é o que ensinamos”. Com base nesse cenário, editoriais dos mais importantes periódicos internacionais e grupos de pesquisadores reforçam a necessidade de se abandonar as conclusões assertivas do *estatisticamente não significativo* somente porque o p-valor é maior que determinado limiar (como, por exemplo, 0,05), principalmente em pesquisas que tratam de amostras pequenas e/ou dados sociais (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008). Declarações desse tipo podem desperdiçar esforços de pesquisa e desinformar. Na mesma linha, o editor de 2019 da *Demographic Research*, Jakub Bijak, escreveu no editorial do mesmo ano que:

We discourage the use of the phrase ‘statistically significant’ or (in the same context) ‘significant’, as well as the use of asterisks and similar symbols referring to discretised p-value intervals. The conclusions of papers should not be justified by the magnitude of p-values alone (BIJAK, 2019, p.950).

Há, portanto, uma convergência do discurso no sentido de se abandonar o conceito de *significância estatística*. Entretanto, assim como pontua a *Nature* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019), essa discussão não possui como propósito pedir o fim ou banimento completo dos p-valores, nem dizer que eles não podem ser usados como critério de decisão em algumas aplicações pontuais, como é o caso de determinar padrão de controle de qualidade de um processo de manufatura, muito menos defender situações em que tudo vale (*anything-goes*), isto é, em que evidências fracas, de repente, se tornam confiáveis. O ponto principal de levantar esse debate, de forma convergente com os apontamentos de diversos estatísticos e especialistas da área ao longo das últimas décadas, *é o de cessar o uso convencional e dicotômico do p-valor, isto é, de não mais refutar ou apoiar determinada hipótese científica com base apenas no fato de o p-valor ser maior ou menor do que 0,05* (aqui como exemplo de limiar muitas vezes utilizado).

Por exemplo, a falsa crença de que $p < 0,05$ é o suficiente para mostrar que um resultado é “real” ou “verdadeiro” fez com que, em diversas situações, pesquisadores e periódicos privilegiassem tais resultados, gerando, conseqüentemente, possíveis distorções na literatura. Além disso, focar estritamente na significância estatística pode provocar cenários em que os cientistas tendem a escolher dados ou métodos que gerem a aguardada *significância estatística*, pois, estes

resultados são também aqueles com maior chance de publicação (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008).

Diante disso, segundo as mais recentes recomendações dos especialistas e periódicos (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; BERNARDI; CHAKHAIA; LEOPOLD, 2017; WASSERTEIN; LAZAR, 2016; HOEM, 2008), é necessário aceitar e reportar a incerteza dos resultados. De acordo com a *Demographic Research* (2019):

We ask authors to be open about the uncertainty of results. Reporting of credible intervals, confidence intervals, or similar uncertainty measures alongside the effect sizes is preferable to p-values (see also Hoem 2008). If p-values are reported they should be presented as continuous measures, and not discretised. Uncertainty can be reported in many different ways: a confidence or credible intervals or as error bars or bands in the charts, as long as what is represented is clear to the readers (BIJAK, 2019, p.951).

A *Nature* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019) vai além e recomenda renomear o que hoje chamamos de “intervalos de confiança” para “intervalos de compatibilidade”, de forma a interpretá-los evitando excesso de confiança ou assertividade nas conclusões. Ressaltam, nesse sentido, que nem todos os valores dentro dos intervalos de compatibilidade são igualmente compatíveis com os dados. *O ponto estimado (o coeficiente encontrado) é o mais compatível, e valores próximos a ele são mais compatíveis do que os valores próximos aos limites desses intervalos. É por isso que os especialistas e periódicos incentivam discutir o ponto estimado mesmo quando ele possui um elevado p-valor ou, de forma análoga, um grande intervalo de compatibilidade. Além disso, estimulam discutir, sempre que possível, os limites de tais intervalos. Dessa forma, ainda que se encontre um $p > 0,05$, não se pode descartar tal resultado, pois o ponto estimado para determinada variável é aquele mais compatível para o conjunto de dados e, por conseguinte, é também aquele que melhor representa a associação entre as variáveis dependente e explicativa* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019; BIJAK, 2019; WASSERTEIN; LAZAR, 2016). De maneira resumida, a sugestão é que se interprete o ponto estimado, sem perder de vista a sua incerteza. A *Nature* (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019) fornece um exemplo de como fazer isso:

Like a previous study, our results suggest a 20% increase in risk of new-onset atrial fibrillation in patients given the anti-inflammatory drugs. Nonetheless, a risk difference ranging from a 3% decrease, a small negative association, to a 48% increase, a substantial positive association, is also reasonably

compatible with our data, given our assumptions (AMRHEIN; GREENLAND; MCSHANE, 2019, p. 307).

Com esse *modus operandi*, evita-se declarações supostamente falsas de “ausência de significância estatística” e conclusões carregadas de um excesso de confiança.

b. Tabela 13 – IDH e GII dos países analisados

| País | IDH | Ranking - IDH | GII | Ranking GII |
|-------------|------------|----------------------|------------|--------------------|
| Alemanha | 0,947 | 6 | 0,084 | 20 |
| Bélgica | 0,931 | 14 | 0,043 | 4 |
| Áustria | 0,922 | 18 | 0,069 | 14 |
| França | 0,901 | 26 | 0,049 | 8 |
| Lituânia | 0,882 | 34 | 0,124 | 34 |
| Polônia | 0,880 | 35 | 0,115 | 28 |
| Romênia | 0,828 | 49 | 0,276 | 61 |
| Rússia | 0,824 | 52 | 0,225 | 50 |
| Bulgária | 0,816 | 56 | 0,206 | 48 |
| Geórgia | 0,812 | 61 | 0,331 | 76 |
| Brasil | 0,765 | 84 | 0,408 | 95 |

Fonte: Elaboração própria.